



# pós- 20

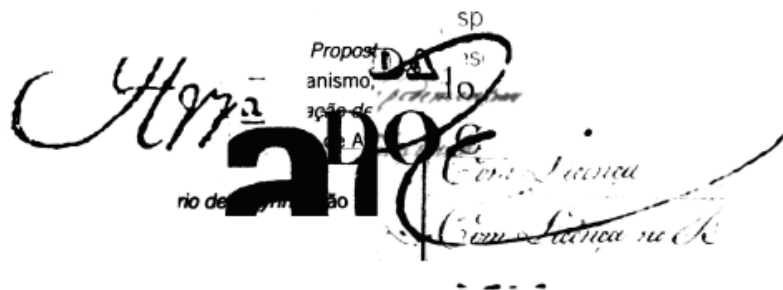
revista do programa de  
pós-graduação em  
arquitetura e urbanismo  
da fausp

dezembro - 2006

ISSN: 1518-9554







PÓS N. 20  
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

DEZEMBRO 2006

ISSN 1518-9554

Ficha Catalográfica

720  
P84

PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP/Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-Graduação – v.1 (1990)- . – São Paulo: FAU, 1990 –

v.: 27 cm

n. 20, dez. 2006

Issn: 1518-9554

1. Arquitetura – Periódicos I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-graduação. III. Título

20.ed. CDD 720

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

*PÓS* n. 20

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP (Mestrado e Doutorado)

Rua Maranhão, 88 – Higienópolis – 01240-000 – São Paulo

Tels. (11) 3257-7688/7837 ramal 30

**e-mail:** rvposfau@usp.br

**Home page:** [www.usp.br/fau/ensino/pos/index.html](http://www.usp.br/fau/ensino/pos/index.html)

Indexação:

*Índice de Arquitetura Brasileira*

Qualis A Nacional Capes

Apoios:

CNPq: Apoio Financeiro à Publicação

Capes: Apoio ao Programa de Pós-Graduação



## **PÓS n. 20**

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP  
dezembro 2006

### **Universidade de São Paulo**

Reitora Profa. Dra. Suely Vilela  
Vice-Reitor Prof. Dr. Franco Maria Lajolo  
Pró-Reitor de Pós-Graduação Prof. Dr. Armando  
Corbani Ferraz

### **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**

Diretor Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva  
Vice-Diretora Profa. Dra. Maria Angela Faggin P. Leite

### **Comissão de Pós-Graduação**

Presidente Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Leme  
Vice-presidente Prof. Dr. Wilson Edson Jorge  
Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite  
Profa. Dra. Maria Lucia Caira Gitahy  
Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein  
Profa. Dra. Catharina Pinheiro (Suplente)  
Profa. Dra. Denise Duarte (Suplente)  
Prof. Dr. Euler Sandeville Júnior (Suplente)  
Prof. Dr. José Eduardo de A. Lefèvre (Suplente)  
Prof. Dr. Mário Henrique D'Agostino (Suplente)

### **Representante Discente na CPG**

Felipe Mujica  
Eduardo Pierrotti Rossetti (Suplente)

### **Comissão Editorial**

Profa. Dra. Denise Duarte – Editora-chefe  
Prof. Dr. Carlos Zibel Costa  
Prof. Dr. Eduardo de Jesus Rodrigues  
Prof. Dr. Euler Sandeville Júnior  
Prof. Dr. João Carlos de Oliveira César  
Prof. Dra. Maria Cristina da Silva Leme  
Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi  
Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Rodrigues Martins  
Profa. Dra. Rebeca Scherer  
Profa. Dra. Vera Pallamin  
Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

### **Jornalista Responsável**

Izolina Rosa (MTb 16199)

### **Cronograma de Teses e Dissertações**

Diná Vasconcelos

### **Conselho Editorial**

Antonio Carlos Zani (Centro de Tecnologia e  
Urbanismo – UEL)

Azael Rangel Camargo (EESC/USP)

Celso Monteiro Lamparelli (FAUUSP)

Eduardo de Almeida (FAUUSP)

Ermínia Maricato (FAUUSP)

Flávio Magalhães Villaça (FAUUSP)

Luiz Carlos Soares (Universidade Federal  
Fluminense – UFF)

Jorge Fiori (Department of Housing and  
Urbanism – Architectural Association –  
Londres)

Júlio Roberto Katinsky (FAUUSP)

Maria Flora Gonçalves (Nesur-Unicamp)

Maria Lúcia C. Gitahy (FAUUSP)

Maria Ruth Amaral de Sampaio (FAUUSP)

Marta Rossetti Batista (Instituto de Estudos  
Avançados – IEB-USP)

Nestor Goulart Reis Filho (FAUUSP)

Paulo A. Mendes da Rocha (FAUUSP)

Pedro George (Universidade Técnica de  
Lisboa – Portugal)

Ricardo Tena Nuñez (Escuela Superior de  
Ingenieria y Arquitectura – ESIA – México)

Sheila Walbe Ornstein (FAUUSP)

Silvio Soares Macedo (FAUUSP)

Sonia Marques Barreto (PPGAU – UFRN)

Wrana Panizi (UFRGS)

Yvonne M. M. Mautner (FAUUSP)

### **Projeto Gráfico e Imagens das Aberturas**

Rodrigo Sommer

### **Foto da Capa**

Márcio Rodrigues Luiz

### **Tradutores**

Márcia Regina Choueri – Espanhol

Rainer Hartmann (Kilter) – Inglês



# SUMÁRIO

## I APRESENTAÇÃO

007 Denise Duarte

## 2 DEPOIMENTOS

010 BRASIL, SUAS FÁBRICAS E VILAS OPERÁRIAS  
Telma de Barros Correia  
Khaled Ghoubar  
Yvonne Mautner

## 3 ARTIGOS

- 034 METRÓPOLES BRASILEIRAS: SEUS DESAFIOS URBANOS E SUAS PERSPECTIVAS  
METRÓPOLIS BRASILEIRAS: SUS DESAFIOS URBANOS Y PERSPECTIVAS  
*BRAZILIAN METROPOLISES: THEIR URBAN CHALLENGES AND THEIR PERSPECTIVES*  
Regina Maria Prosperi Meyer  
Marta Dora Grostein
- 060 O AJUSTE URBANO: AS POLÍTICAS DO BANCO MUNDIAL E DO BID PARA AS CIDADES  
EL AJUSTE URBANO: LAS POLÍTICAS DEL BANCO MUNDIAL Y EL BID PARA LAS CIUDADES  
*THE "URBAN ADJUSTMENT": THE WORLD BANK'S AND THE INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK'S POLICIES FOR CITIES*  
Pedro Fiori Arantes
- 076 ANÁLISE CRÍTICA DO CONCEITO DE FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA  
MEDIANTE ESTUDO DE CASO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO GUARAPIRANGA - SP  
ANÁLISIS CRÍTICO DEL CONCEPTO DE LA FUNCIÓN SOCIAL DE LA PROPIEDAD URBANA POR MEDIO DE ESTUDIO  
DE CASO DE LA CUENCA HIDROGRÁFICA DE GUARAPIRANGA - SP  
*CRITICAL ANALYSIS OF THE SOCIAL FUNCTION CONCEPT OF URBAN PROPERTY THROUGH A CASE STUDY AT THE  
GUARAPIRANGA BASIN IN THE STATE OF SÃO PAULO*  
Ana Luiza S. Spínola Krings  
Antônio Carlos Rossin  
Arlindo Philippi Jr.
- 092 AS CIDADES DA AMÉRICA LATINA ENTRE O REALISMO E A UTOPIA. NOTAS PARA O  
ESTUDO DA URBANIZAÇÃO SOCIOCULTURAL  
LAS CIUDADES DE AMÉRICA LATINA ENTRE EL REALISMO Y LA UTOPIA. NOTAS PARA EL ESTUDIO DE LA  
URBANIZACIÓN SOCIOCULTURAL  
*LATIN AMERICAN CITIES: BETWEEN THE REALISM AND THE UTOPIA. NOTES FOR A SOCIOCULTURAL URBANIZATION  
STUDY*  
Ricardo Antonio Tena Núñez
- 106 DO CONJUNTO AJARDINADO AO CONJUNTO PARQUE – VARIAÇÕES TIPOLOGICAS NA  
PAISAGEM PAULISTANA  
DEL CONJUNTO JARDIN AL CONJUNTO PARQUE – VARIACIONES TIPOLOGICAS EN EL PAISAJE DE SÃO PAULO  
*FROM THE GARDEN CONDOMINIUM TO THE PARK CONDOMINIUM – TYPOLOGICAL VARIATIONS IN SÃO PAULO'S  
LANDSCAPE*  
Solange Aragão
- 122 OS PLANOS DA PAISAGEM – UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA CONSTITUIÇÃO DA  
PAISAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP  
LOS PLANOS DEL PAISAJE – UNA CONTRIBUCIÓN AL ESTUDIO DE LA CONSTITUCIÓN DEL PAISAJE EN EL  
MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP  
*THE LANDSCAPE PLANS A CONTRIBUTION TO RESEARCH OF THE LANDSCAPE IN THE MUNICIPALITY OF SÃO JOSÉ  
DOS CAMPOS, STATE OF SÃO PAULO*  
Emmanuel Antonio dos Santos

- 140 O INÍCIO DA HISTÓRIA DE DUAS PRAÇAS DO SÉCULO 17: A PLACE DES VOSGES, EM PARIS, E COVENT GARDEN, EM LONDRES  
EL COMIENZO DE LA HISTORIA DE DOS PLAZAS DEL SIGLO 17: LA PLACE DES VOSGES, EN PARIS, Y COVENT GARDEN, EN LONDRES  
*THE BEGINNING OF THE HISTORY OF TWO SQUARES FROM THE SEVENTEENTH CENTURY: PLACE DES VOSGES IN PARIS AND COVENT GARDEN IN LONDON*  
Maria Fernanda Derntl
- 158 UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA AMBIENTAL À DISCUSSÃO DE ASPECTOS COMPORTAMENTAIS DA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO  
UNA CONTRIBUCIÓN DE LA PSICOLOGÍA AMBIENTAL A LA DISCUSIÓN DE ASPECTOS COMPORTAMENTALES DE LA EVALUACIÓN POST-OCUPACIÓN  
*A CONTRIBUTION OF ENVIRONMENTAL PSYCHOLOGY TO THE DISCUSSION OF BEHAVIORAL ASPECTS OF POST-OCCUPANCY EVALUATION*  
Gleice Azambuja Elali
- 170 REFLEXÃO SOBRE CONCEITOS DE PRODUÇÃO MODULAR E ARQUITETURA  
REFLEXIÓN SOBRE CONCEPTOS DE PRODUCCIÓN MODULAR Y ARQUITECTURA  
*A REFLECTION ON THE CONCEPTS OF MODULAR PRODUCTION AND ARCHITECTURE*  
Alessandro Ventura

---

#### 4 CONFERÊNCIAS NA FAUUSP

- 188 A ARQUITETURA COMO UM PROCESSO DE DESCOBERTA  
Khaled Ghoubar

---

#### 5 EVENTOS

- 220 MUSEU DE ARQUITETURA BRASILEIRA: UM DIÁLOGO PROJETUAL COM O MODERNO  
Zeuler R. M. A. Lima

---

#### NÚCLEOS, LABORATÓRIOS DE PESQUISA e 6 SERVIÇOS DE APOIO DA FAUUSP

- 226 SERVIÇO DE BIBLIOTECA E INFORMAÇÃO DA FAUUSP  
Eliana de Azevedo Marques

---

#### 7 RESENHAS

- 240 SÉRGIO FERRO – ARQUITETURA E TRABALHO LIVRE  
Beatriz Bezerra Tone  
Isadora Guerreiro
- 243 METRÓPOLE: ABSTRAÇÃO  
Andréa Buchidid Loewen
- 246 PESQUISA ACADÊMICA NA FAUUSP  
Maria Fernanda Derntl

---

#### 8 COMUNICADOS

- 250 TESES E DISSERTAÇÕES
- 254 NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

# I | APRESENTAÇÃO



## APRESENTAÇÃO

A matéria de abertura desta edição traz um registro da exposição *Brasil, suas fábricas e vilas operárias*, organizada por Telma de Barros Correia, Khaled Ghoubar e Yvonne Mautner, em homenagem ao professor Philip Gunn. Trata-se de uma pequena mostra das mais de 5.000 fotos feitas por Phil no período de 1995 a 2005, no âmbito da pesquisa *Vilas e Núcleos Fabris: Brasil, 1811-2005*.

A seção Artigos inicia-se com *Metrópoles brasileiras: seus desafios urbanos e suas perspectivas*, com Regina Meyer e Marta Dora Grostein mostrando que, apesar da grande distinção entre as 26 unidades que compõem o quadro metropolitano brasileiro, há um conjunto de dinâmicas de transformação muito semelhante em todas elas. Na seqüência, Pedro Arantes apresenta *O ajuste urbano: As políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades*, desvendando o modelo de cidade defendido por ambas as instituições e seus significados. Em *Análise crítica do conceito de função social da propriedade urbana*, Ana Luiza Krings, Antônio Carlos Rossin e Arlindo Philippi Jr. apresentam um estudo de caso na bacia hidrográfica do Guarapiranga, discutindo a exigência do cumprimento da função social da propriedade urbana com o advento do Estatuto da Cidade. Em *As cidades da América Latina entre o realismo e a utopia*, Ricardo Tena Núñez discute o conceito de urbanização sociocultural, destinado ao conhecimento da dimensão cultural da cidade.

O segundo bloco de artigos traz *Do conjunto ajardinado ao conjunto parque – variações tipológicas na paisagem paulistana*, de Solange Aragão, relacionando as características desses espaços à paisagem e à sociedade. Continuando, Emmanuel Antonio dos Santos apresenta *Os planos da paisagem – Uma contribuição ao estudo da constituição da paisagem no município de São José dos Campos*, mostrando que a cidade se desenha ao sabor, menos dos planos e dos instrumentos normativos, e mais dos interesses em sua apropriação. Em *O início da história de duas praças do século 17: A Place des Vosges, em Paris, e Covent Garden, em Londres*, Maria Fernanda Derntl identifica as diretrizes de seus respectivos projetos e esclarece como elas foram construídas.

Em *Uma contribuição da psicologia ambiental à discussão de aspectos comportamentais da avaliação pós-ocupação*, Gleice Azambuja Elali traça um panorama da área e discute a potencialidade de seu rebatimento em propostas arquitetônicas e urbanísticas. A seguir, Alessandro Ventura apresenta *Reflexão sobre conceitos de produção modular e arquitetura*, com uma proposta de aplicação dos princípios da produção seriada e modular a um edifício escolar.

A Seção Conferências na FAUUSP traz a aula inaugural de 2006 do curso de Arquitetura e Urbanismo, ministrada pelo professor Khaled Ghoubar com o tema *Arquitetura como um processo de descoberta*, na qual o autor homenageia Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas, mostrando que a genialidade na arquitetura exige, dentre outros fatores, trabalho, envolvimento, coragem, ousadia, generosidade e descoberta.

A Seção Eventos traz *Museu de arquitetura brasileira: Um diálogo projetual com o moderno*, relatado por Zeuler Lima, documentando a exposição internacional de seus alunos da Graduate School of Architecture and Urban Design, da Washington University, que exploraram possibilidades projetuais para a criação de um anexo e uma galeria para o edifício Vilanova Artigas, com o objetivo de abrigar a coleção de documentos das bibliotecas da FAUUSP.

Na Seção Núcleos, Laboratórios de Pesquisa e Serviços de Apoio da FAUUSP, a *Pós* registra o inestimável Serviço de Biblioteca e Informação da FAUUSP, relatado por Eliana de Azevedo Marques. Além de uma breve descrição histórica, o texto apresenta os diferentes setores da biblioteca, os acervos já catalogados e os planos futuros para a criação do Museu de Arquitetura Brasileira.

Em Resenhas, o texto de Beatriz Bezerra Tone e Isadora Guerreiro trata da publicação *Sérgio Ferro, arquitetura e trabalho livre*, organizado por Pedro Arantes. Na mesma seção, Andréa Buchidid Loewen comenta *Metrópole: abstração*, de Ricardo de Azevedo Marques. Na sequência, Maria Fernanda Derntl apresenta *Pesquisa acadêmica na FAUUSP*, de Júlio Roberto Katinsky.

Em Comunicados, a *Revista Pós* publica a relação de teses e dissertações defendidas na FAUUSP no primeiro semestre de 2006 e as normas de publicação.

Denise Duarte  
Editora-chefe

## 2 | *De*POIMENTOS



Telma de Barros Correia  
Khaled Ghoubar  
Yvonne Mautner

## BRASIL, SUAS FÁBRICAS e VILAS OPERÁRIAS

OIO  
pós-



Philip Gunn e  
Telma de Barros  
Correia durante a  
pesquisa, em Chuí,  
Rio Grande do Sul,  
em 1997  
Fotos: Telma de  
Barros Correia;  
Philip Gunn

O lançamento, em São Paulo, do volume 7, n. 1 da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* da ANPUR, foi realizado na FAU por sugestão de Henri Acselrad (UFRJ – editor da revista) e de Maria Flora Gonçalves (Unicamp – membro da comissão editorial da revista). O interesse especial se dirigia ao último artigo de Philip Gunn (FAUUSP), em colaboração com Telma de Barros Correia (EESC/USP), que aborda o trabalho histórico sobre o estado atual da espacialização dos estabelecimentos industriais Brasil afora, projeto de pesquisa no qual ambos estiveram envolvidos nos últimos dez anos.

Para participar dessa homenagem da ANPUR ao Phil, propusemo-nos na FAU a completá-la na forma de uma pequena amostra do imenso e significativo acervo de fotos recolhido durante todos esses anos de pesquisa, *métier* no qual Phil era mestre.

Na página de abertura da exposição foi ainda acrescentada uma homenagem de Jonathan Charley (Strathclyde University, Glasgow) vinda em nome do grupo que organizava (1986-1995) as conferências internacionais itinerantes da BISS – Bartlett International Summer School, nas quais Phil foi interlocutor assíduo. O texto foi mantido no original, em inglês, por soar mais fiel.

A redação da introdução da exposição ficou a cargo da Telma, que também escolheu e legendou as fotos por ela selecionadas e disponibilizadas. A exposição foi organizada no NAP/PLAC-USP e produzida no Laboratório de Produção Gráfica da FAUUSP.

*"I first met Phil on a train leaving Victoria Station on the way to a Bartlett International Summer School in Brussels. He was in many ways typical of BISS members. Combative, a worker in the field of the built environment and able to argue about Marx until the bottle was empty on the table. 'You know Jonathan, I often like to start a meeting off by telling the others, I am a Marxist and if you don't like it, then...'. On subsequent family visits to Brasil I met him and his family in Sao Paulo on a number of occasions and it was always gratifying to find that whereas many had given up the fight he was as committed as ever to building his own radical agenda as to how we might understand and intervene in the way we make buildings and cities. Indeed on my last trip two years ago in typical Phil style I accompanied him on two day trips, one to the Toyota factories where he provided me with a commentary on the fate of the car industry and industrial buildings in the Sao Paulo area, and another to meet local politicians involved in a community participation scheme in Sao Andre. The news of his untimely death came as a shock to myself and other comrades in Europe and he will be sorely missed, there are too few individuals like him working these days in the academic world."*

Jonathan Charley  
Member,  
Bartlett Internatinal Summer School

Essa exposição reúne uma pequena mostra das cerca de 5.000 mil fotos feitas pelo professor titular e pesquisador da FAUUSP, Philip Gunn, no período de 1995 a 2005, no âmbito do projeto de pesquisa intitulado "Vilas e Núcleos Fabris: Brasil, 1811-2005", desenvolvido com Telma de Barros Correia, professora associada e pesquisadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da EESC-USP. A pesquisa contou com apoio da Fapesp, que financiou os levantamentos na região Sul, e do CNPq, por meio da Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

A intenção da pesquisa foi investigar a forma (em termos da arquitetura e do desenho urbano) e o significado (em termos de organização do território e da moradia) que a emergência das vilas operárias em áreas urbanas e suburbanas e de núcleos residenciais, no campo, teve no Brasil, no período entre a emergência da indústria moderna na primeira metade do século 19 e o início do século 21. Seu programa foi baseado em duas atividades principais: pesquisa bibliográfica e em fontes primárias e programa de visitas a locais onde existem – ou existiram – vilas e núcleos fabris. A pesquisa identificou e reuniu informações sobre cerca de 400 vilas operárias e núcleos fabris, dos quais próximo de 200 foram visitados.

No Brasil, a partir, sobretudo, da segunda metade do século 19, difundiu-se largamente a prática de construção de moradias por empresas para seus operários em cidades ou no campo. No território nacional, esses assentamentos estão ligados a indústrias (têxteis, de papel, de cimento, de vidro, siderúrgicas, etc.), a empresas de mineração, a usinas de açúcar, a madeireiras, a empresas de geração de energia, a companhias ferroviárias e a frigoríficos.

Esse período, de quase 200 anos, permite acompanhar um longo ciclo da história desses lugares, no qual emergem em diferentes formas (vilas operárias e núcleos fabris, com tamanhos, desenhos e programas diversos), com vários estilos arquitetônicos (neoclássico, eclético, missões, e moderno de diversas vertentes) e com diferentes tipos de moradias (casas isoladas, geminadas ou em blocos, prédios de apartamentos e alojamentos coletivos).

Ao longo desse período também é possível registrar e acompanhar vários momentos na trajetória das vilas e núcleos: sua fundação, expansão, usual descaracterização, eventual transformação em cidade e, em muitos casos, destruição. Com esse olhar buscou-se contar parte da história de um amplo movimento de construção, transformação e destruição de moradias, correlato às transformações ininterruptas, com seus constantes ajustes e incertezas perenes, que distinguem o mundo industrial.

Ao longo de cerca de dez anos essa pesquisa foi uma atividade muito gratificante, desenvolvida com grande entusiasmo, em que se mesclaram o prazer com as descobertas e as novas indagações que surgiam, com o fascínio de conhecer melhor os meandros do Brasil e de seu povo, visitando lugares, colhendo informações em arquivos, fábricas, prefeituras e bibliotecas, conversando com pessoas. Para Phil, significou, ainda, praticar a sua grande paixão: a fotografia, todas aqui de sua autoria.

## AS EXPERIÊNCIAS PIONEIRAS, 1811-1880

No período entre 1811 e 1880, quatro setores tiveram uma ação expressiva no Brasil em relação à criação de casas para seus empregados: os engenhos de açúcar; as fábricas de ferro, as minas e as indústrias têxteis.

### Os Engenhos de Açúcar

No Brasil, desde o período colonial, pequenos povoados se formaram junto dos engenhos de açúcar, reunindo, geralmente, uma capela, o engenho e seus anexos, uma casa grande, moradias para trabalhadores livres e para escravos.



Ipojuca, Pernambuco  
Capela e senzalas do Engenho Tinoco, 1995



Igarassu, Pernambuco  
Senzalas do Engenho Monjope, 1998

### As Fábricas de Ferro

No século 19 muitas moradias para trabalhadores foram erguidas no Brasil, especialmente no estado de Minas Gerais, por forjas e fábricas de ferro. Nesse estado, dezenas de pequenas forjas surgiram, geralmente incluindo a construção de uma casa para a administração e outra para o mestre ferreiro e de ranchos para os operários ou escravos.

Alguns núcleos fabris mais amplos foram gerados por fábricas de ferro de maior porte, como a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (1811), a Fábrica de Ferro do Prata (1812), a fábrica do Morro do Pilar (1812) e a Fábrica de São Miguel de Piracicaba (1827). O primeiro desses núcleos se situava no estado de São Paulo e os demais no de Minas Gerais.



Iperó, São Paulo –  
Prédios fabris da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, 2004



Iperó, São Paulo  
Prédios fabris da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, 2001





Iperó, São Paulo  
Prédios fabris da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, 2001



Iperó, São Paulo  
Casa do diretor da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, 2001



Iperó, São Paulo  
Casa de funcionário da Real  
Fábrica de Ferro de São João de  
Ipanema, 2001

### As Empresas de Mineração

Em Minas Gerais, a atividade mineradora gerou pequenos núcleos residenciais em propriedades privadas desde o período colonial. No século 19, um núcleo de grande porte surgiu, criado pela Mina de Morro Velho, que a partir de 1834 pertenceu à empresa The Saint John D'El Rey Mining Company.



Nova Lima, Minas Gerais  
Casas para gerentes da Mina de Morro Velho, 1998



Nova Lima, Minas Gerais  
Casas para gerentes da Mina de Morro Velho, 1998

### As Fábricas Têxteis

Entre meados do século 19 e 1880, diversas fábricas têxteis localizadas no campo devido, especialmente, à busca de proximidade com matas e cachoeiras, exploradas como fonte de energia – criaram habitações para seus empregados.

Nesse período, essas indústrias deram ênfase à contratação de operários – sobretudo mulheres – solteiros, os quais eram abrigados em alojamentos coletivos. Além desses alojamentos, entretanto, os núcleos fabris dessas indústrias costumavam reunir algumas casas, capela e escola.

Entre as indústrias têxteis que criaram núcleos fabris no Brasil, até 1880, estão as fábricas: Todos os Santos; Esther (1849); Fernão Velho (1857); Brasil Industrial (1871); Cedro (1872); Petropolitana (1874); Carioba (1875); Biribiri (1876); Gabiroba (1876); Santa Francisca (1876) e Cachoeira (1877).



Caetanópolis, Minas Gerais  
Casa do diretor da Fábrica de Tecidos Cedro, 1998



Diamantina, Minas Gerais  
Biribiri, núcleo fabril criado pela Fábrica de Fiação e Tecidos Biribiri, 1998



Diamantina, Minas Gerais  
Biribiri, núcleo fabril criado pela Fábrica de Fiação e Tecidos Biribiri, 1998



Diamantina, Minas Gerais  
Biribiri, núcleo fabril criado pela Fábrica de Fiação e Tecidos Biribiri, 1998

## A DIFUSÃO NACIONAL DOS ASSENTAMENTOS FABRIS, 1881-1930

No Brasil, entre 1880 e 1930, os conjuntos de moradias erguidos por empresas para seus funcionários difundem-se em larga escala, em diferentes estados e regiões.

Nesse momento, esses espaços se afirmam como uma importante expressão da era industrial não apenas por suas origens, usos, funções e conflitos sociais, como também por suas características formais, que usualmente remetem a valores, materiais e símbolos do mundo fabril.

Na arquitetura desses lugares, nesse período, surge freqüentemente exemplares inspirados em modelos tradicionais brasileiros. O padrão urbano de casas de porta e janela dispostas em renque e desprovidas de recuos frontais ou laterais foi, nesse momento, bastante comum em vilas operárias e núcleos fabris.



Paulista, Pernambuco  
Núcleo fabril criado pela Companhia de Tecidos Paulista, 1995



Neópolis, Sergipe  
Núcleo fabril criado pela Fábrica da Passagem, 1995



Magé, Rio de Janeiro  
Casas em Pau Grande, núcleo fabril erguido pela Fábrica de Fiação e Tecidos Pau Grande, 1998



Petrópolis, Meio da Serra, Rio de Janeiro  
Casas erguidas pela Companhia de Fiação Cometa, 1998



Rio de Janeiro  
Casas erguidas pela Companhia de Fiação e Tecidos Confiança Industrial, 1998



Tatuí, São Paulo  
Vila operária da Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, 2001





Itu, São Paulo  
Vila operária da Companhia de Fiação e Tecelagem São Pedro, 2001



Bagé, Rio Grande do Sul  
Casas erguidas pela Charqueada Santa Thereza, 1997



Rio Grande, Rio Grande do Sul  
Casas erguidas pela Indústria de Tecidos Rheingantz, 1997

Em alguns casos, grupos de casas semelhantes recebem alpendres frontais, que remetem à arquitetura de senzalas erguidas em engenhos de açúcar do Nordeste durante o período colonial e o século 19.



Rio Tinto, Paraíba  
Núcleo fabril criado pela Companhia de Tecidos Rio Tinto, 1995



Recife, Pernambuco  
Casa na vila operária erguida pelo Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A., 2003



Delmiro Gouveia, Alagoas  
Núcleo fabril criado pela  
Fábrica da Pedra, 1995

Inovações higienistas do final do século 19 se fazem presente na arquitetura de vilas operárias e núcleos fabris: o porão alto é raro, enquanto o recuo lateral freqüente.



Rio de Janeiro  
Casas erguidas pela Fábrica de Tecidos América Fabril,  
1998



Jundiaí, São Paulo  
Casas da Fábrica São Bento, 2002

Nas primeiras décadas do século 20 os chalés que povoaram a paisagem dos subúrbios brasileiros também se difundiram amplamente em vilas operárias e núcleos fabris. Podiam remeter a modelos europeus, incluir ornatos ou assumir formas despojadas.



Timbaúba, Pernambuco  
Casas erguidas pela Fiação e Tecelagem Timbaúba, 2005



Votorantim, São Paulo  
Casas erguidas pela Fábrica de Estamparia e  
Alvejaría Votorantim, 2001





Santa Rita, Paraíba  
Vila operária da Companhia de Tecidos Paraibana, 2002



Itabirito, Minas Gerais  
Chalés pertencentes à Valadares Diesel Ltda., 1998



Itabirito, Minas Gerais  
Chalés pertencentes à Companhia Industrial Itabira do Campo, 1998



Cachoeira do Prata, Minas Gerais  
Chalés no núcleo fabril da Companhia Têxtil Cachoeira de Macacos, 1998



Petrópolis, Meio da Serra, Rio de Janeiro  
Casas erguidas pela Companhia de Fiação Cometa, 1998



Petrópolis, Rio de Janeiro  
Casas erguidas pela Companhia de Fiação Cometa, 1998



Niterói, Rio de Janeiro  
Vila operária da Companhia  
Comercio e Navegação, 2004



Antonina, Paraná  
Casas erguidas pelo Moinho Matarazzo, 1997



Blumenau, Santa Catarina  
Casa erguida pela Garcia, 1997



Rio Grande, Rio Grande do Sul  
Casas erguidas pela Indústria de Tecidos Rheingantz, 1997



Galópolis, Rio Grande do Sul  
Núcleo fabril criado pelo Lanifício São Pedro de Galópolis, 1997



Rio Grande, Rio Grande do Sul  
Casa erguida pelo Frigorífico Armour, 1997



Rio Grande, Rio Grande do Sul  
Casas erguidas pela Indústria de Tecidos Rheingantz, 1997

Em algumas vilas operárias e núcleos fabris criados nesse período emerge uma estética tipicamente industrial, expressa na simplificação ou ausência de ornatos. O tijolo aparente usado em fábricas, moradias, igrejas, etc., torna-se um elemento característico do despojamento que baliza essa nova paisagem industrial.





Rio Tinto, Paraíba  
Casas e igreja edificadas pela Companhia de Tecidos Rio Tinto, 1995 e 2001



Rio Tinto, Paraíba  
Casas e igreja  
edificadas pela  
Companhia de Tecidos  
Rio Tinto, 1995 e 2001



São Paulo  
Vila Cerealina, erguida pelas Indústrias Reunidas Matarazzo, 2001



Salto, São Paulo  
Vila da Barra do Jundiá,  
erguida pela Societé per  
L'Exportazione e per  
L'Industria Italo-  
Americana (depois  
Brasital), 2001



Votorantim, São Paulo  
Casas erguidas pela Fábrica de Estamparia e Alvejaria Votorantim, 2001



São Paulo  
Vila Boyes, construída pela Fábrica São Simeão, 2001



Rosário, Rio Grande do Sul  
Casa erguida pela Swift,  
1996

Em alguns casos raros, a estética industrial se expressa na arquitetura de vilas operárias por meio de ornatos cujos temas remetem ao mundo das máquinas.

Um exemplo, nesse sentido, é a Vila Maria Zélia, edificada entre 1916 e 1920, onde desenhos no reboco de fachadas compõem quadriláteros sugerindo chapas de metal, pequenos prismas que remetem a parafusos e formas circulares os quais lembram manivelas.

É também o caso da igreja da vila operária do Cottonifício Othon Bezerra de Mello S.A., em Recife, na qual os desenhos dos óculos se inspiram na forma de engrenagens industriais.



Recife, Pernambuco  
Igreja de sua vila operária do Cottonifício Othon Bezerra de Mello S.A., 2003



Recife, Pernambuco  
Igreja de sua vila operária do Cottonifício Othon Bezerra de Mello S.A., 2003



São Paulo  
Vila Maria Zélia, criada pela Companhia Nacional de Tecidos de Juta, 2001



São Paulo  
Vila Maria Zélia, criada pela Companhia Nacional de Tecidos de Juta, 2001



São Paulo  
Vila Maria Zélia, criada pela Companhia Nacional de Tecidos de Juta, 2001



## A AFIRMAÇÃO DO MODELO, 1931-1960

Nas décadas de 30, 40 e 50 os conjuntos residenciais de empresas continuaram a difundir-se no Brasil em grande escala: novos conjuntos são criados e muitos dos existentes se ampliam.

Na arquitetura desses lugares, nas décadas de 30 e 40 foi significativa a difusão de uma vertente modernista que, posteriormente, seria identificada como *art-déco*, da tipologia que se popularizou no Brasil com o nome de “bangalô” e do estilo “missões”.

O22

pós-



Goiana, Pernambuco  
Casas para operários, 2000



Diamantina, Minas Gerais  
Gouveia, núcleo fabril criado pela Companhia Industrial São Roberto, 1998



Diamantina, Minas Gerais  
Gouveia, núcleo fabril criado pela Companhia Industrial São Roberto, 1998



Diamantina, Minas Gerais  
Gouveia, núcleo fabril criado pela Companhia Industrial São Roberto, 1998



Diamantina, Minas Gerais  
Gouveia, núcleo fabril criado pela Companhia Industrial São Roberto, 1998



Pindamonhangaba, São Paulo  
Igreja e casas construídas pela Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, 2001



Pindamonhangaba, São Paulo  
Igreja e casas construídas pela Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, 2001



Araraquara, São Paulo  
Vila operária da Indústria de Meias Lupo, 2003



Jundiá, São Paulo  
Vila Argos, construída pela Argos Industrial S. A., 2002



Votorantim, São Paulo  
Casas erguidas pela Fábrica de Estamparia e Alvejaría Votorantim, 2001



Piracicaba, São Paulo  
Vila Boyes, erguida pela Indústria Boyes, 2001

Atendendo a preceitos higienistas e, às vezes, à intenção de diferenciar casas destinadas a técnicos especializados, casas geminadas duas a duas foram erguidas com frequência em vilas operárias e núcleos fabris.





Goiana, Pernambuco  
Casas para operários e para técnicos especializados, 2000



Sabará, Minas Gerais  
Casas construídas pela Siderúrgica Belgo-Mineira, 1998



Itabirito, Minas Gerais  
Casas pertencentes à Valadares Diesel Ltda., 1998



Curvelo, Minas Gerais  
Casa construída pela Fábrica Maria Amália, 1998



Duque de Caxias, Rio de Janeiro  
Casas edificadas pela Fábrica Nacional de Motores, 1998



Barra Mansa, Rio de Janeiro  
Casa erguida pela Siderúrgica Barra Mansa, 2002



Nova Friburgo, Rio de Janeiro  
Casas erguidas pela Fábrica de  
Filó S. A., 2002



Alumínio, São Paulo  
Casas edificadas pela Companhia  
Brasileira de Alumínio, 2001

A partir da segunda metade dos anos 30, a construção de vilas e núcleos de empresas no Brasil passou por uma alteração importante, caracterizada pela crescente participação de urbanistas e arquitetos elaborando planos e projetos de construções para esses locais.

Marcos importantes, desse novo momento, foram o concurso para o plano de Monlevade (1934) e a proposta do arquiteto Atílio Corrêa Lima para Volta Redonda (1941). Um outro exemplo de núcleo fabril projetado por arquiteto é Harmonia, criado pela Fábrica de Papel e Celulose Klabin, no Paraná, cujo plano de urbanismo foi elaborado em 1943 pelo arquiteto Abelardo Caiubi.



Monlevade, Minas Gerais  
Núcleo fabril erguido pela Companhia Siderúrgica Belgo  
Mineira, 1998



Monlevade, Minas Gerais  
Núcleo fabril erguido pela Companhia Siderúrgica Belgo-  
Mineira, 1998



Volta Redonda, Rio de Janeiro  
Casas, alojamento para solteiros e prédios de  
apartamentos construídos pela CSN, 2001



Volta Redonda, Rio de Janeiro  
Casas, alojamento para solteiros e prédios de  
apartamentos construídos pela CSN, 2001





Volta Redonda, Rio de Janeiro – Casas, alojamento para solteiros e prédios de apartamentos construídos pela CSN, 2001



Volta Redonda, Rio de Janeiro Igreja, escola técnica e cinema construídos pela CSN, 2001



Volta Redonda, Rio de Janeiro Igreja, escola técnica e cinema construídos pela CSN, 2001



Volta Redonda, Rio de Janeiro Igreja, escola técnica e cinema construídos pela CSN, 2001



Telêmaco Borba, Paraná Igreja em Harmonia, núcleo residencial criado pela Indústria Klabin de Papel e Celulose, 1996



Telêmaco Borba, Paraná Casas em Harmonia, núcleo residencial criado pela Indústria Klabin de Papel e Celulose, 1996



Telêmaco Borba, Paraná Casas em Harmonia, núcleo residencial criado pela Indústria Klabin de Papel e Celulose, 1996

Na década de 50, a tendência da concepção de planos para vilas e núcleos de empresas por urbanistas persiste, em projetos elaborados por alguns dos mais destacados arquitetos que atuaram no Brasil no século 20. Esse foi o caso do projeto do núcleo residencial realizado pelos arquitetos Jacques Pilon e Giancarlo Gasperini para a Fábrica Mecânica Pesada em 1956.



Taubaté, São Paulo – Casas edificadas pela Fábrica Mecânica Pesada, 2001

## AS EXPERIÊNCIAS TARDIAS, 1961-1990

A partir dos anos 60, verificou-se um claro declínio da prática de construção de moradias por empresas no Brasil, que, entretanto, não é interrompida.

Conjuntos de casas foram erguidos, entre outros, pela Aços Finos Piratini (década de 60), pela Ferteco Mineração S/A (1977), pela Piccadilly (entre meados da década de 70 a meados da década seguinte), pela Aracruz Celulose (1975), pela Açominas (década de 80) e pela Battistella Indústria e Comércio (1987).

A Votorantim – grupo que criou um número muito grande de moradias para seus empregados em vilas operárias e núcleos fabris, situados em diferentes estados do país – continuou a erguer conjuntos residenciais nesse período, pela Companhia Mineira de Metais (fim da década de 60), da Fábrica de Papel e Papelão Pedras Brancas (nas décadas de 70 e 80) e da Celpav (1990).



Aracruz, Espírito Santo  
Coqueiral, núcleo residencial construído pela Aracruz Celulose S. A., 2002



Rio Negrinho, Santa Catarina  
Casa erguida pela Battistella Indústria e Comércio, 1996



Três Marias, Minas Gerais  
Igreja no núcleo residencial da Companhia Mineira de Metais, 1998





Três Marias, Minas Gerais  
Casas no núcleo residencial da Companhia Mineira de Metais, 1998



Três Marias, Minas Gerais  
Casas no núcleo residencial da Companhia Mineira de Metais, 1998



Ouro Branco, Minas Gerais  
Casas erguidas pela Açominas, 1998



Ouro Branco, Minas Gerais  
Casas erguidas pela Açominas, 1998



Charqueadas, Rio Grande do Sul  
Vila Aços Finos Piratini, 1997



Igrejinha, Rio Grande do Sul  
Vila operária da Fábrica Piccadilly, 1997



Igrejinha, Rio Grande do Sul  
Vila operária da Fábrica Piccadilly, 1997



Guaíba, Rio Grande do Sul  
Vila da Fábrica de Papel e Papelão Pedras Brancas, 1997



Guaíba, Rio Grande do Sul  
Vila da Fábrica de Papel e Papelão Pedras Brancas, 1997

## O DESMONTE

Recuperar a história das vilas operárias e os núcleos residenciais criados por fábricas e por empresas de mineração no Brasil nos séculos 19 e 20 é, também, entender o sentido de suas rápidas transformações em termos de configuração espacial e de uso. A trajetória de muitos desses lugares foi um processo contínuo de construção, ampliação e transformações.

Um dos momentos desse processo de transformação é seu desmonte. Motivadas por causas diversas, empresas começaram a desfazer-se de suas casas e equipamentos de uso coletivo em diferentes estados do Brasil, fazendo com que as vilas e núcleos residenciais que criaram se encontrem, na maioria dos casos, descaracterizados ou demolidos.

Há muitos casos nos quais não ocorre uma destruição material das construções, mas uma transformação, que pode significar uma total desfiguração.



Moreno, Pernambuco –  
Casas construídas pela Societé Cottonnière Belge-  
Brésilienne, 1995



Salvador, Bahia –  
Vila Boa Viagem, criada pelo Empório Industrial do Norte,  
1997



Niterói, Rio de Janeiro  
Vila operária da Companhia  
Commercio e Navegação, 2004





Magé, Rio de Janeiro  
Vila operária da Fábrica Esther, 1998



São João del Rei, Minas Gerais  
Casas construídas pela Companhia Têxtil São Joanense,  
1998



Sorocaba, São Paulo  
Casas erguidas pela  
Companhia de Fiação e  
Tecidos Santa Maria, 2001

Em muitos casos o desmonte pode significar a total demolição e desaparecimento das construções após algumas décadas de existência.



Recife, Pernambuco  
Casas sendo demolidas na Vila Iolanda criada pela Fábrica Iolanda, 1996



Paulista, Pernambuco  
Aspectos da Vila Poty,  
da Fábrica de  
Cimento Poty, do  
Grupo Votorantim,  
1996





Nova Friburgo, Rio de Janeiro  
Escola da vila operária da Fábrica de Rendas Arp., 1998



Votorantim, São Paulo  
Demolições na Vila Santa Helena, criada pela Fábrica de Cimento Votorantim, 2003



Votorantim, São Paulo  
Demolições na Vila Santa Helena, criada pela Fábrica de Cimento Votorantim, 2003



São José dos Campos, São Paulo  
Vila da Tecelagem Parahyba, 2001



Jacareí, São Paulo  
Depósito de madeira em local onde existiram casas da Indústria de Papel Simão, 2001



Pindamonhangaba, São Paulo  
Demolições no núcleo residencial criado pela Companhia Agrícola e Industrial Cícero Prado, 2001



Caieiras, São Paulo  
Demolições no núcleo residencial criado pela Companhia Melhoramentos S.A., 2002



Itabira, Minas Gerais  
Açude criado no local onde existiu a Companhia Fabril Pedreira e seu núcleo residencial, 1998



Telêmaco Borba, Paraná  
Casa sendo desmontada em Harmonia, núcleo residencial criado pela Indústria Klabin de Papel e Celulose, 1996



Guaíba, Rio Grande do Sul  
Ruínas da fábrica e local onde existiu o núcleo fabril criado pela Companhia Fábrica de Papel e da Papelão, em Bom Retiro, 1996

Fotos: Philip Gunn

---

**Telma de Barros Correia**

Professora Associada e pesquisadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP.

**Khaled Ghoubar**

Professor Livre-Docente do Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAUUSP e pesquisador do NAP/PLAC – USP.

**Yvonne Mautner**

Professora Doutora da Pós-graduação FAUUSP e pesquisadora do NAP/PLAC – USP.

# 3 | ARTIGOS

Regina Maria Prospero Meyer  
Marta Dora Grostein

*M*

ETRÓPOLES BRASILEIRAS:  
SEUS DESAFIOS URBANOS  
E SUAS PERSPECTIVAS

034

pós-

RESUMO

Este artigo aborda as metrópoles brasileiras do ponto de vista de suas questões urbanas e procura indicar suas potencialidades. A análise considera que, apesar da grande distinção entre as 26 unidades que compõem o quadro metropolitano brasileiro, há um conjunto de dinâmicas de transformação muito semelhante em todas elas. Para entender essas dinâmicas o artigo procura focalizar as alterações incorporadas no próprio processo de metropolização, as quais estão adquirindo características novas, tanto nas áreas mais centrais e consolidadas quanto nos novos arranjos espaciais nas escalas interurbanas e regionais. O artigo sublinha que ao longo das duas últimas décadas do século 20, as metrópoles brasileiras aprofundaram o duplo papel de agentes e arenas do processo de transformação socioeconômica, política e territorial vivido pelas regiões onde se localizam. Visto como uma grande riqueza da nação, seu quadro urbano metropolitano tem o potencial de criar, no território, o funcionamento de uma rede urbana metropolitana coesa e conectada. Rede a qual nascerá de trocas mais intensas e permanentes em diversos níveis, desde os culturais até os econômicos. O artigo aponta ser necessário traçar uma política metropolitana para o território nacional baseada no fortalecimento dos sistemas de grandes infra-estruturas, para que o atual “conjunto de metrópoles” passe a funcionar como uma genuína “rede metropolitana”.

PALAVRAS-CHAVE

Metrópoles brasileiras, urbanização, urbanismo, rede metropolitana brasileira.



METRÓPOLIS BRASILERAS: SUS  
DESAFIOS URBANOS Y  
PERSPECTIVAS

RESUMEN

Este artículo aborda las metrópolis brasileiras desde el punto de vista de sus cuestiones urbanas y busca señalar sus potencialidades. El análisis considera que a pesar de haber gran distinción entre las veintiséis unidades que componen el cuadro metropolitano brasileiro, existe un conjunto de dinámicas de transformación muy semejante en todas ellas. Para entender estas dinámicas, el artículo busca enfocar las alteraciones incorporadas en el propio proceso de formación de las metrópolis, que están adquiriendo nuevas características, tanto en las áreas más centrales y consolidadas, como en los nuevos arreglos espaciales en escalas interurbanas y regionales. El artículo subraya que, a lo largo de las dos últimas décadas del siglo 20, las metrópolis brasileiras profundizaron el doble papel de agentes y escenarios del proceso de transformación socioeconómica, política y territorial vivido por las regiones donde se localizan. Visto como una gran riqueza de la nación, el cuadro urbano metropolitano tiene el potencial de crear en el territorio el funcionamiento de una red urbana metropolitana unida y conectada. Red que nacerá de intercambios más intensos y permanentes en diversos niveles, desde los culturales hasta los económicos. Este artículo señala que es necesario trazar una política metropolitana para el territorio nacional basada en el fortalecimiento de los sistemas de grandes infraestructuras, para que el actual “conjunto de metrópolis” pase a funcionar como una genuina “red metropolitana”.

PALABRAS CLAVE

Metrópolis brasileiras, urbanización, urbanismo, red metropolitana brasileira.

## BRAZILIAN METROPOLISES: THEIR URBAN CHALLENGES AND THEIR PERSPECTIVES

### ABSTRACT

This article analyzes brazilian metropolises from the perspective of their urban issues and shows their potentialities. The analysis finds that, despite of the great differences among the 26 brazilian metropolises, they all have a similar set of change dynamics. To understand these dynamics, the article focuses on the changes that are part of the process that creates such metropolises, and on the changes that occur as the metropolis acquires new characteristics, both in the consolidated downtown areas and in the new spatial arrangements at the intercity and regional levels. The article emphasizes that during the last two decades of the 20<sup>th</sup> century, brazilian metropolises increased their double role as agents and arenas of the socioeconomic, political and territorial change process experienced by the regions in which they are located. Deemed a great wealth of the nation, the metropolitan urban framework has the potential to create a unified and connected metropolitan urban network in its territory. This network will rise from more intense and permanent exchanges at various levels, ranging from cultural to economic. The article points out that it is necessary to draw a metropolitan policy for the national territory, based on the strengthening of large infrastructure systems, so that the present “set of metropolises” becomes a genuine “metropolitan network.”

### KEY WORDS

Brazilian metropolis, urbanization, urbanism, brazilian metropolitan network.

## APRESENTAÇÃO

O relatório da Agência Habitat das Nações Unidas (UN-Habitat) denominado *State of world cities*, divulgado em julho de 2006 em Vancouver, no Canadá<sup>1</sup>, desenha um quadro bastante impressionante para o futuro urbano do planeta. Antecipando o que se projetou no relatório de 2001, o qual apontava o ano de 2020 como marco da predominância urbana na população mundial, a Agência Habitat revê seus cálculos e aponta agora 2007 como o novo ponto de inflexão. Pela primeira vez na história, a população que vive em cidades ultrapassará a que vive em zonas consideradas rurais. Além disso, o crescimento anual da população urbana entre 2005 e 2030, que deverá ser de 1,78% representa o dobro do crescimento geral da população mundial.

Tal dado, em si mesmo muito eloqüente, ganhou maior interesse quando foi comparado com dados regionais, sobretudo da América Latina e da Ásia. No mesmo relatório, destaca-se que o fenômeno já vinha ocorrendo de forma mais intensa desde meados do século 20 na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, e o fato novo é sua concentração atual na Ásia e na África. Essa observação confirma a previsão feita no Relatório da UN-Habitat de 2001, que identificava um crescimento maior nas metrópoles situadas nas zonas mais pobres do mundo.

Este artigo aborda quatro aspectos da questão urbana metropolitana brasileira, relacionados com dados e observações apresentadas no relatório. Isoladamente, cada um deles pode ser muito mais aprofundado, atingindo níveis de análise e detalhamento os quais excedem nosso objetivo aqui – justamente correlacionar esses aspectos, assumindo-os como questões indispensáveis para refletir e avançar no campo da análise urbana e na busca de parâmetros para elaborar os planos e os projetos urbanos.

O primeiro aspecto se liga aos dados que confirmam o avanço da urbanização observado em todo o mundo. O segundo, também apontado no relatório, é a escala da metropolização, representada, sobretudo, pela presença crescente de megacidades, as quais se tornaram um traço fundamental do mundo urbanizado e desempenharão um papel central. O terceiro aspecto decorre dos dois primeiros e é recorrente em textos de análise dos processos de urbanização e do urbanismo desde a década de 50: o duplo papel das metrópoles no quadro do desenvolvimento das nações, ao assumirem a dupla condição de *agentes* e *arenas* das transformações mais abrangentes por que passam as sociedades. Finalmente, o quarto aspecto – que pode ser visto como uma conclusão sobre a questão metropolitana no Brasil –, procura mostrar que o conjunto de metrópoles brasileiras, distribuídas regionalmente, tem o potencial de tornar-se uma rede metropolitana com um forte e decisivo papel no desenvolvimento nacional.

(1) UN-HABITAT. *State of the world cities*. Press & Media Relations Unit, 2006.

## AS METRÓPOLES COMO AGENTES E ARENAS DAS TRANSFORMAÇÕES

A retomada das teorias sobre urbanização que vêm alimentando o urbanismo contemporâneo ocorre em meio às profundas transformações vividas pela chamada *sociedade informacional*. O aspecto mais importante, sobretudo para aqueles que têm compromisso com a análise e a proposição de novas organizações físicas e espaciais do território urbanizado, como é o caso do urbanismo, é a dificuldade de detectar-se o cerne das transformações as quais criam aspectos mais complexos na relação entre o território e as atividades e funções que nele se organizam.

A simultaneidade das transformações em todo o mundo, em contextos muito distintos, que vão da América Latina à Ásia, passando pelos Estados Unidos e Europa, pode conduzir-nos a alguns equívocos e levar-nos a pensar que estamos diante de situações e objetos equivalentes. Quando nos debruçamos sobre um conjunto de metrópoles situadas em um país latino-americano com uma história urbana específica, como é o caso do Brasil, é evidente que as análises e teorias produzidas a partir da observação das metrópoles e cidades norte-americanas ou européias não podem – melhor dizendo, não devem – levar-nos a fazer correlações e transposições apressadas. Se, por um lado, começamos a detectar algumas semelhanças muito evidentes, por outro lado, há também distinções a indicarem singularidades as quais devem ser necessariamente consideradas.

Há ainda os exemplos dos novos caminhos trilhados pelas cidades e metrópoles asiáticas que, por todas as razões, desde históricas até culturais e econômicas, embora apresentem semelhanças que, muitas vezes, mascaram as diferenças, estas não podem ser negligenciadas, especialmente nos denominados “centros de inovação” (*millieux of innovation*), para os quais vão sendo levadas algumas das mais importantes características da nova organização urbana metropolitana<sup>2</sup>. O processo de urbanização vivido a partir da década de 80, em um país como a China, é um dado novo o qual não pode mais ser desconsiderado nas análises atuais. Se, no caso das metrópoles e cidades européias, norte-americanas e latino-americanas, as transformações estão em um processo já consolidado e no centro da discussão, no caso asiático, o aspecto mais relevante é o próprio surgimento do fenômeno, e o mesmo ocorre com o crescimento exponencial da população das cidades africanas, também a exigir análises e formas de abordagem inovadoras.

O surgimento de um novo objeto – a megametrópole – tem sido objeto de trabalhos de diversas áreas de pesquisa e vem ganhando uma forte presença no urbanismo contemporâneo que tem procurado, inicialmente, encontrar formas de descrever para, em seguida, criar os parâmetros de projetos adequados a essa nova escala da urbanização. A partir da observação das metrópoles européias, autores europeus vêm trabalhando as novas *formas de organização física e funcional* adquiridas pela urbanização e pelo urbanismo contemporâneo, salientando a dificuldade da análise desse novo objeto, devido à sua grande complexidade. No caso norte-americano, sobressaem as abordagens que enfatizam a presença e o aprofundamento das já citadas questões apresentadas e discutidas nos anos 60. Mas também aí há uma clara tendência a buscarem-se novas formas de responder às demandas sempre crescentes de terra urbanizável. Os ingredientes do chamado

(2) Ver CASTELLS, 1996.



novo urbanismo sintetizam muitos desses aspectos pragmáticos da reflexão sobre a cidade contemporânea e de um futuro megametropolitano, como aponta o Relatório do UN-Habitat 2006.

A mais importante observação da revisão teórica atual é, sem dúvida, a que possibilita a rejeição das interpretações causais para explicar o processo de metropolização. Assim, tanto a construção histórica da metrópole quanto seus atuais atributos e dinâmicas físico-espaciais são analisados a partir do entendimento de a metrópole ser *expressão* e instrumento essencial da economia mundializada. Essa formulação de Manuel Castells em *A sociedade em rede*, que não é nova no pensamento, mas renovada em texto recente, é uma de suas mais importantes contribuições para a compreensão das mudanças as quais se vêm produzindo no espaço urbano contemporâneo. Ecoando essa afirmação, a metrópole de São Paulo pode ser vista como um poderoso agente das transformações que nela se organizam no âmbito da nova etapa do sistema produtivo, e não como consequência lógica desse desenvolvimento.

Transcorridos mais de 40 anos das acaloradas discussões em torno do papel pernicioso e destrutivo que as metrópoles representavam para a vida social e psicológica, retoma-se, nessa primeira década do século 21, a questão metropolitana em um novo patamar. Uma abundante bibliografia revê o papel das metrópoles a partir de critérios novos e, sobretudo, de novas avaliações de seu papel na organização da atual etapa do capitalismo pós-industrial. As novas análises encontram os pesquisadores das questões urbanas, trabalhando ameaçados pelo ritmo e, sobretudo, pela complexidade das mudanças tecnológicas que ganham força no panorama mundial. A proclamação do *fim das cidades*, diante das novas tecnologias da informação, impôs à pesquisa a necessidade de analisar os processos contemporâneos com enorme rapidez. Pressionados pela exigência de responder às questões e aos problemas que crescem em número e abrangência, são erigidas com grande agilidade, quase ao mesmo tempo em que detectam o surgimento dos problemas, novas teorias sobre as formas inéditas que vai assumindo a urbanização contemporânea.

Essa imensa e qualificada literatura vem, aos poucos, sendo assimilada, revista e criticada, mas já foram apontados novos elementos na análise urbana que se desdobrarão, por sua vez, em novos partidos de projeto urbanístico. Embora tenham sido ainda pouco exploradas, as transformações na esfera da tecnologia, por exemplo, vêm ocasionando mudanças profundas na organização da vida urbana e nas formas de produção, deixando claro que, se, por um lado, há dispersão de atividades e funções, por outro lado, vão se consolidando outras formas de concentração e centralização territorial<sup>3</sup>. A partir de análises que reconhecem as transformações em curso, vai se construindo uma nova classificação das metrópoles, as quais passam a ter novos papéis na atividade econômica contemporânea. E é esse o dado fundamental sobre o qual repousa a especificidade acima referida. Em seu conjunto, as metrópoles em todo o mundo passaram a apresentar características que as aproximam, porém, sem cair em nenhum determinismo econômico, é fundamental manter nossas análises associadas aos papéis desempenhados em seus países, e estes, no contexto da economia mundializada. Os pontos dessa grande constelação de metrópoles, situadas no universo dessa economia, são distintos, e essa distinção é indissociável

(3) SASSEN, 1998, p. 13.

das formas de organização das atividades e funções no interior das metrópoles e de sua classificação no contexto mais amplo.

Ao longo das duas últimas décadas do século 20, as metrópoles aprofundaram seu duplo papel: assumiram simultaneamente as funções de *agentes* e *arenas* do processo de transformação socioeconômica, política e territorial vivido pelos países e regiões onde estavam. Essa correlação não é nova, mas as formas com as quais ocorrem é, sem dúvida, inédita. São *agentes*, na medida em que desempenham papéis decisivos na localização das atividades econômicas e sociais ditadas pelo novo modelo econômico mundializado. Como já foi bastante discutido, o processo de dispersão das atividades econômicas e produtivas não eliminou a importância das metrópoles, apenas alterou suas funções, que acabaram por produzir novas formas de centralização territorial no território metropolitano. E são *arenas*, tendo em vista que seu território é objeto de intensas transformações físicas, espaciais e funcionais.

Os novos papéis, ou, melhor dizendo, as novas possibilidades impuseram às metrópoles grandes transformações, tanto em seu funcionamento e desempenho quanto em sua configuração espacial. Exatamente por isso, para abordar a questão metropolitana contemporânea brasileira de um ponto de vista estritamente físico, espacial e funcional, é preciso observar mais detidamente os atributos da urbanização metropolitana, sua forma de expansão, as dinâmicas a regerem as mudanças que vêm ocorrendo em todas as escalas da reorganização urbana, desde a mais ampla – a macrometropolitana (ainda em processo de consolidação) – até a intra-urbana, vividas nos municípios metropolitanos já consolidados.

(4) THÉRY e MELLO, 2005, p. 92-93.

(5) A taxa de crescimento da população urbana entre 1991 e 2000 foi de 2,45% ao ano, ao passo que a da população rural foi de 1,31% ao ano no mesmo período. (IBGE/dados preliminares do censo demográfico 2000).

## O CONJUNTO DE METRÓPOLES BRASILEIRAS

De acordo com a mesma fonte, em seu relatório de 2001, observando inicialmente a América Latina, vemos que hoje sua população urbana é da ordem de 75%. Esse perfil ultra-urbano da América Latina já era conhecido e bastante estudado desde os anos de 1960. No caso brasileiro, os números confirmam que se chegou ao final do século 20 como um país urbano, embora, como se discutirá adiante, haja controvérsias quanto a considerar-se “moradores em cidades” ao conjunto da população classificada como urbana, assim como a multiplicação de metrópoles brasileiras exige um conhecimento mais acurado dos diferentes contextos metropolitanos os quais, atualmente, compõem o quadro urbano brasileiro.

Durante o século 20 a população brasileira se decuplicou. Esse rápido crescimento foi acompanhado de uma reversão na proporção entre população rural e urbana, que passa então a predominar, com seu ponto de inflexão na década de 60. Entretanto, esse fenômeno ocorreu em períodos distintos nas cinco grandes regiões do país. Na região Sudeste, já na década de 50, São Paulo conduzia um vigoroso processo de urbanização e, no Sul e no Centro-Oeste, o fenômeno ocorreu na década seguinte. No Nordeste, essa inversão só se concretizou nos anos de 1980 e, na região Norte, a de urbanização mais lenta do país, só nos anos 90<sup>4</sup>.

Embora a taxa de urbanização do país continue crescendo<sup>5</sup>, os dados recentes apontam para um declínio na velocidade do crescimento da população

total brasileira – de 1,93% ao ano em 1980-1991 para 1,64% ao ano em 1991-2000 – e verifica-se também o crescimento da população urbana em ritmo mais intenso do que a rural – o último censo aponta taxas anuais de 2,45% para aquela e de 1,31% para esta.

Em 2000, 81,7% dos 169,5 milhões de brasileiros viviam em cidades, isto é, nos 5.561 municípios existentes, mas convém lembrar que 75% desses municípios conta com população inferior a 20.000 habitantes<sup>6</sup>. Por outro lado, esses números não revelam a diversidade do universo urbano aí denominado “cidade”, uma vez que, de acordo com a legislação, toda sede de município é considerada “cidade”, sem distinção entre categorias muito diversas como povoados, vilas, cidades, aglomerações urbanas e metrópoles.

Em 1999, uma análise da rede urbana brasileira concluiu que o conjunto das aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas e os principais centros urbanos os quais não constituem aglomerações urbanas concentravam próximo de 56%<sup>7</sup> da população total do país e classificou essas aglomerações do seguinte modo: duas metrópoles globais (São Paulo e Rio de Janeiro); sete metrópoles nacionais; quatro metrópoles regionais; 16 centros regionais; 82 centros sub-regionais. Essa classificação foi submetida a leituras críticas, e alguns autores, como José Eli da Veiga, têm mostrado que é nos 455 municípios a comporem as concentrações urbanas acima mencionadas, entre os municípios brasileiros existentes em 2000, que estão, sem dúvida, as cidades brasileiras. E aponta a necessidade de distinguirem-se, entre os demais municípios não-metropolitanos, aqueles que, de fato, podem ser denominados cidades<sup>8</sup>. Isso questiona, na verdade, a taxa de urbanização brasileira e, portanto, a afirmação de 82% da população morar indistintamente em “cidades”. Para a formulação de políticas públicas, concordamos que a diferenciação é fundamental. Essa discussão é oportuna, especialmente pelo que pode esclarecer acerca das dinâmicas urbanas e metropolitanas a manifestarem-se nos distintos municípios brasileiros. A nova organização do território urbanizado muda o sentido desses dados – ser urbano, até o final dos anos 60, tinha um significado muito diferente do de hoje.

Como vimos, 82% da população do Brasil vive em núcleos urbanos. Esse dado impressionante coloca-nos entre as nações mais urbanizadas do mundo, e uma parte considerável dessa população vive em suas atuais regiões metropolitanas. As primeiras nove regiões metropolitanas brasileiras, criadas em 1973, eram formadas por nove capitais estaduais. Na década de 60, essas regiões abrigavam 15 milhões de habitantes, chegando a 34,4 milhões na década de 80. Em 2000, 26 unidades congregavam 413 municípios metropolitanos. No conjunto das RMs brasileiras, vivem mais de 69 milhões de habitantes, 41% do total nacional (IBGE, Censo 2000). Ver a Tabela Regiões Metropolitanas do Brasil em 2000.

É comprovada a existência de um verdadeiro surto metropolitano no Brasil a partir de 1988, quando a competência para a definição das regiões metropolitanas passou a ser uma atribuição estadual. Como veremos, já há também indícios de alterações no próprio processo de metropolização, que vem adquirindo novos traços, nas áreas mais centrais e consolidadas, e novos arranjos espaciais na escalas interurbanas e regionais. A grande maioria das metrópoles

(6) *Relatório Nacional Brasileiro*, 2001.

(7) IPEA/Unicamp, 1999, vol. I, p. 297.

(8) Para fazer essa distinção, o autor adota como critério a densidade demográfica, que revela a “pressão antrópica” sobre o meio, indicadora do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do “efetivo grau de urbanização dos territórios”. Conclui que as sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermediários são vilas (VEIGA, 2002, p. 33-34).

Regiões Metropolitanas do Brasil em 2000

Estado	Região Metropolitana	Legislação	Criação	n. atual de municípios	Município-sede
AL	RM de Maceió	LCE 18/1998	19/11/1998	11	Maceió
BA	RM de Salvador <sup>1</sup>	LCF 14/1973	8/6/1973	10	Salvador
CE	RM de Fortaleza <sup>1</sup>	LCF 14/1973	8/6/1973	13	Fortaleza
DF	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) <sup>2</sup>	LCE 94/1998	19/2/1998	21	Brasília
ES	RM de Vitória	LCE 58/1995	21/2/1995	6	Vitória
GO	RM de Goiânia	LCE 27/1999	30/12/1999	11	Goiânia
MA	Grande São Luís	LCE 38/1998	12/1/1998	4	São Luís
MG	RM de Belo Horizonte <sup>1 e 3</sup>	LCF 14/1973	8/6/1973	34	Belo Horizonte
	RM do Vale do Aço <sup>3</sup>	LCE 51/1998	30/12/1998	26	Ipatinga <sup>5</sup>
PA	RM de Belém <sup>1</sup>	LCF 14/1973	8/6/1973	5	Belém
PR	RM de Curitiba <sup>1</sup>	LCF 14/1973	8/6/1973	25	Curitiba
	RM de Londrina	LCE 81/1998	17/6/1998	6	Londrina
	RM de Maringá	LCE 83/1998	17/7/1998	8	Maringá
PE	RM de Recife <sup>1</sup>	LCF 14/1973	8/6/1973	14	Recife
RJ	RM do Rio de Janeiro <sup>1</sup>	LCE 20/1974	1º/07/74	20	Rio de Janeiro
RN	RM de Natal	LCE 152/1997	16/1/1997	6	Natal
RS	RM de Porto Alegre <sup>1</sup>	LCF 14/1973	8/6/1973	31	Porto Alegre
SC	RM de Florianópolis <sup>4</sup>	LCE 162/1998	6/1/1998	22	Florianópolis
	RM do Vale do Itajaí <sup>4</sup>	LCE 162/1998	6/1/1998	16	Blumenau
	RM do Norte/Nordeste Catarinense <sup>4</sup>	LCE 162/1998	6/1/1998	20	Joinville
	RM da Foz do Rio Itajaí <sup>4</sup>	LCE 221/2002	6/1/1998	9	Itajaí
	RM Carbonífera <sup>4</sup>	LCE 221/2002	9/1/2002	10	Criciúma
SP	RM de Tubarão <sup>4</sup>	LCE 221/2002	9/1/2002	18	Tubarão
	RM de São Paulo <sup>1</sup>	LCF 14/1973	8/6/1973	39	São Paulo
	RM da Baixada Santista	LCE 815/1996	30/7/1996	9	Santos
	RM de Campinas	LCE 870/2000	19/6/2000	19	Campinas
Total	26			413	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Elaboração: Emplasa, 2000

- (1) As nove primeiras regiões metropolitanas instituídas no Brasil, em 1973 e 1974.  
 (2) A Ride é composta por municípios dos estados de Minas Gerais e Goiás e o Distrito Federal.  
 (3) Não incluem o Colar Metropolitano da região metropolitana de Belo Horizonte, instituído pela LCE 56, de 12/1/2000, nem o Colar Metropolitano da região metropolitana do Vale do Aço, criado pela LCE 51, de 30/12/98.  
 (4) Inclui o núcleo metropolitano e a área de expansão metropolitana.  
 (5) A lei que criou a região metropolitana do Vale do Aço não define qual é o município-sede, mas Ipatinga é o município-pólo da região.

brasileiras corresponde a aglomerados urbanos de grande força econômica e populacional no interior de seus estados, independentemente da região. Seu crescimento tem sido tão grande e rápido, que as análises urbanas são, muitas vezes, incompletas. Por outro lado, esse é um momento estimulante e adequado para se levantarem hipóteses e criarem instrumentos que modifiquem a observação do fenômeno metropolitano do ponto de vista de sua organização espacial e funcional. Mas para que essa observação, eminentemente urbanística, ganhe um pouco mais

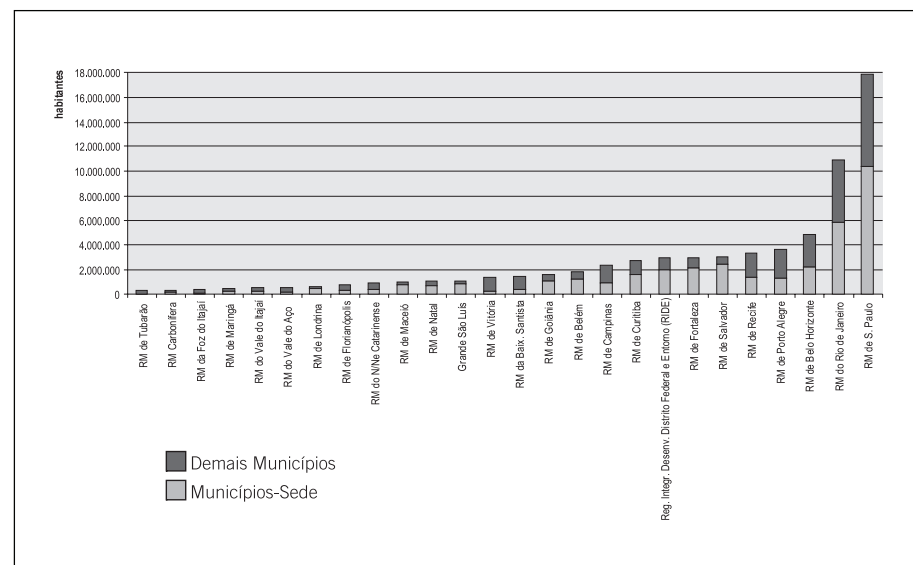


de especificidade, é preciso deixar de lado os aspectos associados apenas ao crescimento demográfico e territorial e avançar em questões sobre as formas como se vão transformando essas imensas manchas metropolitanas.

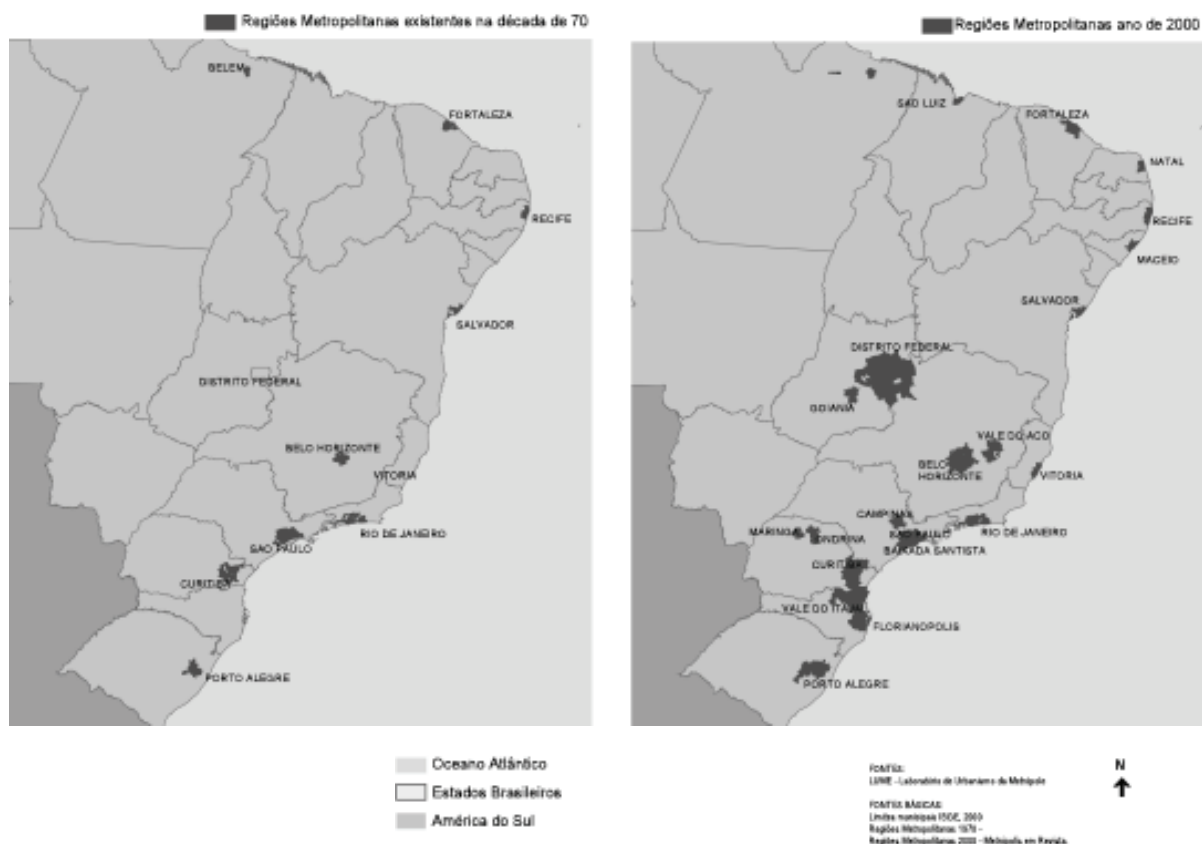
Os caminhos para se detectarem as principais características do processo de metropolização brasileiro contemporâneo são muito variados e todas as disciplinas relacionadas a esse fenômeno têm se mostrado atentas e oferecido seus melhores instrumentos de análise. A compreensão do atual processo deve permitir melhores abordagens, menos unidimensionais, que terão como desdobramento lógico abrir perspectivas para a elaboração de políticas públicas mais eficazes. A gestão das regiões metropolitanas e a criação de instrumentos de atuação dependem diretamente dos dados e das análises oferecidas desse processo. Se, na nova ordem urbana mundial, as metrópoles são, efetivamente, agentes e arenas do atual movimento de transformação guiado pela reestruturação produtiva e pela globalização econômica, sua análise é essencial para entendermos quais os desafios para as metrópoles brasileiras.

Portanto, para pautar uma política urbana metropolitana, não é mais suficiente registrar apenas o surto de criação de regiões metropolitanas ou apontar seu crescimento demográfico. Para avançar na questão, é preciso observar as transformações urbanas que vêm ocorrendo nas metrópoles brasileiras e analisar as formas que vão adquirindo a expansão das manchas urbanas e a transformação dos territórios já consolidados. O surto terá seguramente outras hipóteses explicativas, entre as quais, ainda carente de análises, poderia ser a facilidade criada pela Constituição de 1988, a qual liberou os estados para criarem suas próprias regiões metropolitanas. Outra hipótese é o papel que os governos estaduais vêm concedendo ao fenômeno em suas agendas de planejamento.

População Metropolitana Brasileira (2000)



Fonte: IBGE, 2000



## SEMELHANÇAS E DISTINÇÕES NO CONJUNTO DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

(9) Ver RIBEIRO, 2000; ROCHA, 2004; e ROCHA, 2000.

Apesar das grandes diferenças existentes entre as metrópoles brasileiras, dependendo da localização geográfica, há traços comuns na organização física e no padrão de desenvolvimento socioespacial, confirmados por dados e reconhecidos em inúmeros estudos específicos produzidos nos anos 90. Examinando os aspectos urbanos da questão, detectamos pelo menos quatro características presentes nas integrantes do quadro metropolitano nacional: a manutenção do crescimento periférico, agora ultrapassando as áreas extremas do município-sede e avançando para os municípios periféricos; o esvaziamento populacional e funcional de áreas centrais consolidadas; o impacto dos sistemas de mobilidade sobre as áreas já estruturadas mais centrais; a relação destrutiva que as novas frentes de urbanização estabelecem com o meio ambiente.

De acordo com os dados e as análises, existe uma relação estreita entre a pobreza urbana e as metrópoles no Brasil contemporâneo. Há uma grande quantidade de bons estudos sobre o tema da desigualdade metropolitana no Brasil<sup>9</sup>, e todos atestam que, a partir dos anos 90, houve um crescimento na

(10) IPEA, 1997, p. 190.

(11) IPEA, 1997, p. 190-191.

(12) IPEA/Infurb, 1998, p. 89-91.

(13) Nos 21 municípios listados a seguir, residem 90% da população da RMSP. São eles: São Paulo, Barueri, Carapicuíba, Diadema, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itaquaquecetuba, Jandira, Mauá, Osasco, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Suzano e Taboão da Serra (IBGE, 1991 e IBGE, 2000).

(14) Em 1991, a favela de Paraisópolis tinha 12.585 habitantes, passando para 33.859 habitantes no ano, 2000. A de Heliópolis, em 1991, tinha 33.715 habitantes e, em 2000, alcançou 51.138 habitantes.

(15) IPEA, 1997, p. 190-191.

(16) O termo *urbanificação* designa a ação de dotar um território de um conjunto de redes técnicas necessárias para a instalação da vida urbana. Corresponde à dimensão material do processo de urbanização, na medida em que prepara o território não-urbanizado para desempenhar plenamente suas funções urbanas. O conceito de urbanificação deficiente designa justamente a contradição dos processos de urbanização que se instalam sem contar com as redes técnicas mais essenciais para o desenvolvimento da vida material e social das comunidades (Ver MEYER, GROSTEIN e BIDERMAN, 2004, p. 159).

proporção de pobres nas regiões metropolitanas, o qual, desde então, é maior que a proporção de pobres nas áreas urbanas não-metropolitanas e no total nacional. Essa constatação conduz à hipótese de o acentuado crescimento populacional do conjunto de regiões metropolitanas em relação a seus estados estar vinculado ao incremento de populações de menor poder aquisitivo, que buscam nos grandes aglomerados urbanos maiores oportunidades de emprego e acesso aos equipamentos e serviços públicos: no Brasil contemporâneo, a pobreza e até mesmo a miséria são metropolitanas.

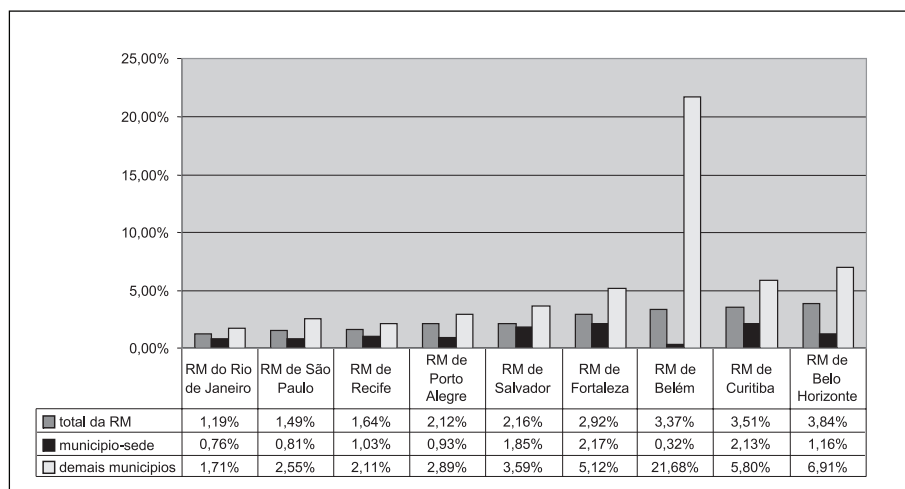
Até a década de 80, as periferias das nove primeiras regiões metropolitanas cresceram 3,1%, e os municípios-sede, 1,4%<sup>10</sup>. O que torna esse crescimento mais significativo é o fato de ele ter ocorrido, apesar de o processo de metropolização ter-se atenuado, com redução na taxa de crescimento populacional de 3,8% na década de 70 para 2%. Ainda assim, as metrópoles absorveram 30% do crescimento demográfico do país na década de 80 e receberam 8,3 milhões de novos moradores<sup>11</sup>. Para o mesmo período, os dados do IBGE apontam grandes taxas de crescimento da população residente em favelas (da ordem de 118,33%) e de domicílios situados em favela (próximo de 133,19%), destacando-se o crescimento nas regiões de Belém, Recife, Curitiba e São Paulo. No município do Rio de Janeiro, 17,6% da população era favelada, ocupando os morros que margeiam a cidade. Em Natal, 9,54% da população do município morava em favelas, ocupando áreas de preservação ambiental como dunas (33,33%), mangues (17,39%) e encostas (5,79%). O fenômeno se verifica também em aglomerações urbanas mais recentes. Por exemplo, Campinas registra 7,98% da população do município-sede em favelas e Curitiba, cidade-referência quanto à implantação de um sistema de planejamento e controle do uso e da ocupação do solo, tem, em sua região metropolitana, 8,53% da população em favelas<sup>12</sup>. Na região metropolitana da São Paulo, em 1980, 3,79% da população residia em favelas; em 1991, esse porcentual cresceu para 6,32%, em favelas localizadas à beira de córregos, encostas íngremes, margens de avenidas e baixos de viadutos.

Comparando dados da população moradora nos setores subnormais de 21 municípios da RMSP (90% do total da população<sup>13</sup>), verifica-se um crescimento de moradores em favela de 7,5% para 10,41% de 1991 a 2000. Além de núcleos conhecidos e consolidados como Heliópolis e Paraisópolis no município-sede de São Paulo, na última década com crescimentos absolutos de 51,7% e 169%, respectivamente<sup>14</sup>, verificou-se, no mesmo período, um agravamento das condições de moradia das populações pobres, um processo de “periferização” do crescimento metropolitano<sup>15</sup>, acompanhado do aumento nos índices de favelização e de um grau devastador de degradação ambiental provocado por loteamentos ilegais e ocupações sobre áreas protegidas e solos frágeis. Fenômenos originalmente circunscritos ao município-sede reproduzem-se em outros que compõem a região metropolitana, geralmente municípios-dormitório.

Duas ações concomitantes têm contribuído para agravar o quadro da desigualdade urbana nas metrópoles brasileiras. A primeira é a manutenção dos baixos índices de investimentos públicos materiais – a urbanificação<sup>16</sup> –, sobretudo nas periferias, e, funcionando como um contraponto desse baixo investimento nas áreas mais carentes, a modernização compulsória de setores



Taxa geométrica de crescimento das populações brasileiras (1991 – 2000)



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991, 2000

urbanos nos quais se alojam as novas funções associadas à entrada em cena dos novos programas urbanos apoiados em investimentos realizados pelo setor público e pela iniciativa privada. O desenvolvimento dessas duas ações vem produzindo um padrão urbano em que se acentuam as desigualdades socioespaciais.

A avaliação do estágio de desenvolvimento metropolitano, medido a partir das características mencionadas acima, usa indicadores de dinâmicas populacionais, isto é, deslocamento do crescimento do município-sede em relação aos municípios adjacentes. Inevitavelmente, esse deslocamento encontra grande parte de suas explicações no conceito de *suburbanização*, o qual prevaleceu claramente até os anos 50 nas maiores metrópoles, sobretudo naquelas que desde então viveram intensos processos de industrialização. A partir da década de 60, esse deslocamento do crescimento populacional do município-sede para os municípios adjacentes ganhou novas características e novas proporções. A expansão da função industrial no território e dos espaços de alojamento da nova classe trabalhadora, a qual aumentava muito intensamente, gerou um novo fenômeno, que o conceito de *periferização* buscou descrever.

Cumpre lembrar que, em países periféricos como o Brasil, a organização metropolitana apresenta peculiaridades em relação às ocorridas em países desenvolvidos. O processo migratório rumo à metrópole é um traço essencial, e a solução oferecida aos novos habitantes tem sido a mesma: o padrão periférico de localização habitacional. A formação e o crescimento exponencial das novas periferias metropolitanas, distintas das municipais tanto pela escala quanto pela distância das áreas centrais, segue sendo uma forte característica da expansão das metrópoles brasileiras.

Entre os anos 40 e o final do século 20, esses traços foram fortemente condicionados pelos eixos de expansão econômica, que coincidiram com o traçado da infra-estrutura regional. Somente a partir da década de 80 as

mudanças ocorridas no interior da atividade produtiva introduziram novas variáveis nas estruturas metropolitanas e macrometropolitanas, como veremos adiante. A consolidação de um sistema rodoviário a partir dos anos 60 ampliou as conexões metropolitanas, redefinindo o papel de alguns municípios estrategicamente localizados e possibilitando as adaptações necessárias para o funcionamento das metrópoles.

Do ponto de vista intra-urbano, as novas rodovias inauguradas nos anos 50 e 60, ao penetrarem os municípios centrais e encontrar malhas viárias urbanas muito frágeis, acabaram por criar conflitos de tráfego que hoje são uma forte marca de todas as metrópoles nacionais. Nas metrópoles em que a indústria teve um papel dominante, a desarticulação dos sistemas rodoviários e viários somou-se às novas questões introduzidas pelo rompimento da relação moradia-trabalho na cidade e na metrópole.

## MUDANÇAS ESTRUTURAIS PRESENTES DE FORMA DIVERSA NA ORGANIZAÇÃO URBANA DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

pós- 047

### Do processo de *conurbação* de núcleos urbanos à *urbanização dissipada*

Como já se disse, nas duas últimas décadas do século 20 as mudanças já patententes no nível econômico e produtivo foram acompanhadas por alterações objetivas na estrutura e na organização física e funcional das regiões metropolitanas brasileiras. Há, hoje, uma convicção que estamos vivendo novos padrões de urbanização metropolitana no Brasil. Quer pelo padrão de localização das atividades quer pela distribuição da população no interior das metrópoles, pode-se perceber a montagem de um novo quadro urbano. Os novos padrões de assentamentos habitacionais apontam para a caracterização da *metrópole dispersa*.

Os números mostram que, até a década de 80, a criação e o crescimento das metrópoles brasileiras seguiram, em grande medida, o modelo que podemos denominar *clássico*. As novas organizações urbanas resultavam de um movimento de agregação de territórios, o qual o conceito de *conurbação* descreve perfeitamente, ao desvelar o movimento de reunião de diversos núcleos urbanos pela articulação e expansão de suas estruturas urbanas internas e periféricas, gerando manchas urbanas unificadas e contínuas. Mesmo considerando que as metrópoles são, por definição, verdadeiras *explosões* das cidades, geradas por processos de transformação gradual, criando áreas onde se observam novos arranjos espaciais e funcionais nos quais é muito freqüente haver grandes glebas desocupadas, que representavam um hiato da urbanização, o panorama dos setores urbanos fronteiriços é bem distinto. No processo atual, são esses espaços intersticiais que nos fornecem a pista para a compreensão das transformações em curso e do perfil das novas dinâmicas urbanas metropolitanas.

Para entender o novo padrão de crescimento e dispersão urbana metropolitana, é preciso observar alguns aspectos característicos que possibilitem

(17) Ver MONCLUS, 1998.

(18) A macrometrópole, ou o *complexo metropolitano expandido*, compreende, além da RM de São Paulo (17,9 milhões de habitantes), as RMs da Baixada Santista (1,5 milhão de habitantes) e de Campinas (2,3 milhões de habitantes), as aglomerações urbanas de Sorocaba e do Vale do Paraíba e microrregiões contidas em seu perímetro. Assim, em um raio de aproximadamente 200 km em torno do centro metropolitano de São Paulo, concentra-se o mais avançado pólo produtivo, de pesquisa e de tecnologia do país. Esse complexo corresponde a 17,18% da área do estado de São Paulo e abriga 26,2 milhões de habitantes, 71,13% da população do estado. Essa porção do território nacional é responsável por 79,3% do PIB do estado e 27,7% do PIB nacional, até aquelas que determinam as microrrelações a definirem os espaços de moradia das populações metropolitanas (EMPLASA, 1994, p. 126).

a identificação de seus elementos socioespaciais e de sua organização e estruturação funcional. Alguns autores denominam tal fenômeno como *periurbanização*<sup>17</sup>, designando um grande conjunto de novos tipos de crescimento da mancha urbana. Não se fala aqui em *conurbação*, para não se confundir o fenômeno com um processo já bem conhecido, de que se altera apenas a escala.

Na verdade, a constituição de áreas *macrometropolitanas* é, neste momento, uma tendência em regiões desenvolvidas de todo o mundo e, de certa forma, é o que se observa, de acordo com classificação feita pela Emplasa, na região que congrega as três metrópoles paulistas. Correspondem a processos complexos de competição e complementaridade de funções, a exigirem grandes escalas de investimento público e concentração de equipamentos muito especializados. O melhor e mais consolidado exemplo desse processo é o surgimento da macrometrópole de São Paulo, congregando as RMs de Campinas, Santos e São Paulo.

Funcionando como pontos essenciais de localização empresarial e centros de inovação tecnológica, seu desenvolvimento macrometropolitano tornou-se dependente da instalação, expansão e fortalecimento de infra-estrutura moderna. No entanto, essa instalação, voltada para o desenvolvimento da comunicação eletrônica e de sistemas de informação, exige um grande esforço de investimento público e privado, em que a economia de escala e a organização plurimunicipal voltam a desempenhar um papel muito importante.

A distinção entre os dois processos de metropolização pode ser feita por sua relação com os sistemas produtivos. Enquanto a *conurbação* de municípios se associava ao período de instalação da indústria pesada e ocorria quase sempre a partir do município-sede, reforçando a monocentralidade, o padrão de crescimento *difuso* está associado à dispersão de funções e gera a policentralidade. O novo padrão de consolidação, a *metrópole dispersa*, surgiu da intensa e abrangente relação entre as unidades (municípios e localidades), para atender à demanda de infra-estrutura adequada ao modelo definido como de produção flexível.

## A EXPANSÃO METROPOLITANA EM NOVA ESCALA

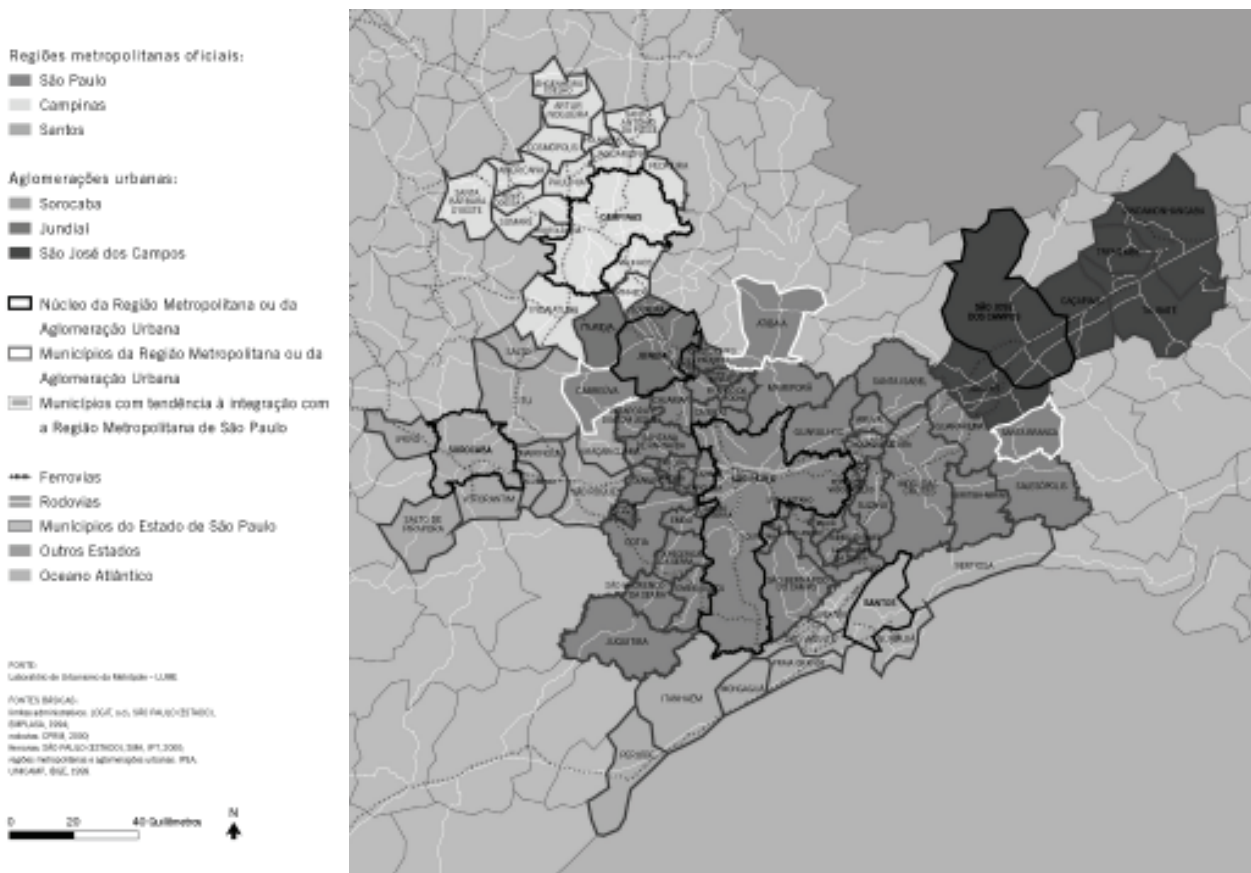
Pela descrição do padrão urbano de crescimento metropolitano, vemos que, hoje, uma reflexão sobre a questão metropolitana implica apontar e descrever dois elementos de sua organização: a estrutura urbana e a escala do território metropolitano. Acima, descrevemos sucintamente a nova estruturação, identificada como aquela a dar origem à *metrópole dispersa*. A forma que o território adquire está relacionada com a forma dispersa com as quais as funções vão se instalando no território metropolitano. Ultrapassam fronteiras administrativas e consolidam uma mancha que, além de congregar municípios metropolitanos, começa a assimilar núcleos urbanos pertencentes a outras regiões metropolitanas. É desse avanço rumo aos territórios urbanizados pertencentes a outras regiões metropolitanas que surge a questão da escala, também de nova forma.

O padrão de expansão metropolitana descrito acima aponta para algo mais complexo – a emergência da *macrometrópole*, que pode ser descrita como a articulação urbana de regiões metropolitanas já consolidadas<sup>18</sup>. Sua consolidação

está profundamente associada aos novos padrões da tecnologia da produção e sua melhor definição é a de uma “rede de redes”, isto é, um sistema urbano pluriarticulado de produção, infra-estrutura e serviços. Em última instância, a dinâmica dessa articulação é a chave para a compreensão das atuais regiões metropolitanas, essencial para a elaboração de políticas públicas, comprometidas com o desenvolvimento metropolitano e macrometropolitano. Dito de forma mais concreta, as características utilizadas para se avaliar o perfil do desenvolvimento metropolitano e macrometropolitano incidem sobre alguns aspectos básicos da organização urbana dos municípios metropolitanos e macrometropolitanos.

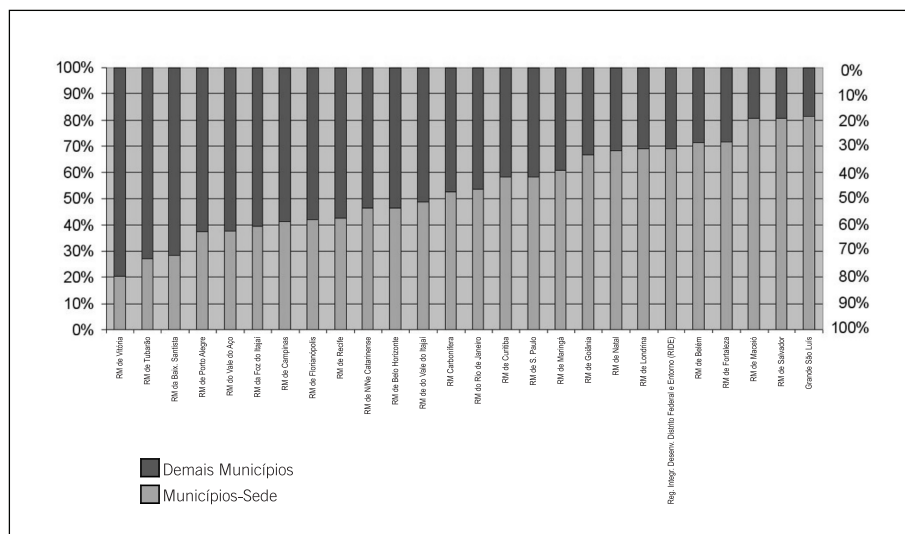
É preciso atentar para as dinâmicas populacionais, isto é, para o deslocamento do crescimento do município-sede para municípios adjacentes, pois esse movimento corresponde a novas formas de ocupação do território metropolitano, nas quais é patente que a nova escala assumida pela periferização habitacional criou dois padrões: o *município-dormitório* e o *condomínio residencial fechado* ou *controlado*.

Macrometrópole no estado de São Paulo





Proporção da população dos municípios-sede nas populações metropolitanas (2000)



Fonte: IBGE, 2000, elaboração LuneFAU

Há ainda algumas evidências que o novo perfil da atividade produtiva – denominado *flexível* – vem promovendo uma nova distribuição territorial da própria produção e da logística a ela atrelada. A ausência de relação espacial, isto é, de contigüidade física entre esses dois movimentos de dispersão habitacional e produtiva, gera uma mudança na escala e no perfil da mobilidade intermunicipal. A esse conjunto de características (ou, melhor, ao envolvimento em nova escala – a macrometropolitana), que já se viam na etapa anterior do sistema produtivo, voltado quase sempre para atender ao alojamento da população de baixa renda na metrópole, juntam-se, e algumas vezes as substituem, mais dois novos atributos urbanos de grande importância: as “novas centralidades”, sobretudo nos municípios-sede, e os espaços ocupados por equipamentos de grande porte, muito especializados, criando os chamados pólos terciários.

## ESCALAS E ANÁLISE URBANA COMO UM DADO FUNDAMENTAL PARA O PROJETO

Vale a pena introduzir aqui o conceito de *regime de complexidades*, desenvolvido por Rem Koolhaas e Bruce Mau<sup>19</sup>, para designar as questões presentes nas transformações urbanas associadas às grandes dimensões que o processo de metropolização sempre promove. A expressão *regime de complexidade* aponta para o grande número de variáveis que a escala metropolitana, e muitas vezes a macrometropolitana, introduz no conjunto do sistema urbano. Nesse sentido, nossas metrópoles – ou, melhor dizendo, os 413 municípios metropolitanos que as compõem – já não representam processos de articulação de núcleos urbanos cujos limites se encontram. Esse tipo de

(19) Ver KOOLHAAS e MAU, 1995.

articulação cedeu lugar a novas formas de ocupação das áreas descritas acima como intersticiais, tendendo a diluir as estruturas urbanas preexistentes. As análises clássicas, as quais descrevem a urbanização contemporânea pelos fenômenos da dispersão e da fragmentação, estão claramente presentes no caso da urbanização metropolitana contemporânea.

Já se viu que tal fenômeno se confirma pela redução nas taxas de crescimento dos municípios-sede das regiões metropolitanas ao longo da década de 90 e pelo crescimento de suas periferias. Esse movimento, presente no conjunto das metrópoles brasileiras, leva-nos a concluir que o grupo de atributos hoje observáveis em nossas metrópoles, em graus e particularidades inerentes à situação geográfica de cada uma delas, pode ser caracterizado como *urbanização dissipada*.

Como resultado desses elementos descritos, a observação empírica das metrópoles brasileiras indica que elas vêm promovendo o surgimento de um território mais complexo e de difícil descrição. Um de seus traços é a constituição de um território o qual contém, simultaneamente, trechos *hiperurbanos* (alta densidade de construção) e trechos *infra-urbanos* (baixa densidade de construção). Essa alternância, sempre presente nos processos de metropolização, ganhou novos conteúdos. O convívio entre as urbanizações de alta e baixa densidade criava, tradicionalmente, um panorama urbano de áreas centrais hiperurbanas e periferias de baixa densidade. Hoje, esse modelo se altera, e as manchas com áreas de alta e baixa densidade não estão necessariamente associadas aos perímetros centrais ou aos espaços periféricos.

Dentre os fatores mais importantes na instalação e consolidação da *urbanização dissipada* está a mobilidade, que, gradualmente, tornou-se uma função urbana dominante. A mobilidade e o crescimento extensivo, ambos praticamente ilimitados, estão no centro da *urbanização dissipada*. Tanto a infraestrutura exigida pela mobilidade – as *vias expressas* e seus desdobramentos, desde os sistemas que as irrigam até as estações intermodais – quanto o automóvel particular – utilizado para a maior parte dos deslocamentos da população – são fortes determinantes. A mobilidade é um princípio, e não um resultado do processo de metropolização. A heterogeneidade do espaço metropolitano construído obriga a mobilidade a rever seus determinantes, isto é, não se trata apenas de alcançar pontos distantes, mas, sobretudo, de alcançar lugares específicos e atraentes para a população, uma vez que a rede une lugares, e não apenas pontos longínquos.

Os programas urbanos auto-suficientes dão suporte à *urbanização dissipada*. Nesses programas, importa a escala do empreendimento, algumas vezes associado à monofuncionalidade, assegurando-lhe uma localização estratégica no sistema viário e isolamento em relação ao contexto urbano no qual, ocasionalmente, situa-se. Pelo aspecto artificial que adquirem, tais projetos já foram descritos como “metáforas urbanas”. Entretanto, mais do que metáfora urbana, essa urbanização rarefeita, dispersa e monofuncional é, acima de tudo, antiurbana.

Se, pelas formas de sua urbanização, o caminho das metrópoles brasileiras já parece traçado, cabe ao planejamento e ao projeto urbano recuperar suas funções urbanas metropolitanas e afastar as práticas que põem em risco a essência da vida metropolitana. A execução de qualquer objetivo que caminha

nesse sentido está diretamente ligada à possibilidade de planejar e executar projetos em escala metropolitana e, atualmente, nessas proposições reside a possibilidade de reverterem-se a ameaça da *urbanização dissipada* e seus ingredientes antiurbanos.

Para atuar nessa escala, é preciso abandonar as tentativas de aplicarem-se métodos e teorias nascidas de análises de realidades urbanas em que as questões eram outras. No atual panorama metropolitano brasileiro, a evolução dos problemas exige um corpo a corpo com as dinâmicas existentes. O planejamento e o projeto urbano para a metrópole brasileira contemporânea estão nascendo de análises que levam em conta a complexidade dessas dinâmicas. Nos projetos de expansão da infra-estrutura implementados pelo poder público estão as oportunidades de reverterem-se as disfunções que vem produzindo a urbanização recente. As grandes obras públicas, as infra-estruturas metropolitanas e macrometropolitanas oferecem a única possibilidade de criar-se o urbanismo de escala metropolitana, o qual deve se tornar um antídoto para a urbanização dissipada, cujo caráter antiurbano já se faz claro.

## AS “CENTRALIDADES” E SEU PAPEL NA REESTRUTURAÇÃO FÍSICA E NAS FUNÇÕES METROPOLITANAS

Outra dinâmica importante para a compreensão do *regime de complexidade* que rege a nova organização metropolitana é o deslocamento das *funções centrais*, isto é, das funções urbanas as quais se tornaram características das áreas centrais dos municípios-sede, iniciado, de acordo com alguns parâmetros, a partir dos anos 50, com importante repercussão nas áreas centrais e fora delas. Ocorreu na maior parte das metrópoles brasileiras uma reorganização descentralizada de funções centrais, que partiram para os bairros adjacentes ao centro, criando emergentes “centralidades”. Foi um processo natural, impulsionado pela metropolização, o qual pode ser considerado positivo, na medida em que atendeu à ampliação da complexidade da vida urbana na metrópole. As repercussões urbanas desse processo no município de São Paulo foram significativas, pois por intermédio delas se criaram ou consolidaram os *centros de bairro*. O desdobramento dessa dinâmica nos municípios metropolitanos foi fundamental para a estruturação metropolitana.

Trata-se, agora, de um deslocamento de funções centrais com duas características essenciais. Por um lado, uma dispersão de funções tradicionais do centro para novos setores urbanos, que não podem ser identificados como *centros de bairros*, pois a chegada das novas funções não corresponde à emergência de uma centralidade complementar ao centro. Pelo contrário, trata-se, mais precisamente, de uma alternativa de localização do investimento imobiliário que até então tinha no centro sua localização preferencial. Correspondeu claramente, desde sua origem, a um deslocamento do capital imobiliário no interior do município da capital.

A migração das *funções centrais* para esses novos nichos é um fato importante na organização funcional do município-sede, assim como um dado indispensável para a análise da atual reestruturação metropolitana. Embora a origem e o desenvolvimento desse processo sejam muito anteriores aos anos 80, foi a partir da conjuntura daquela década que o processo se explicitou. A marcha das atividades centrais e do capital imobiliário rumo ao sudoeste do município de São Paulo tem

sido objeto de trabalhos acadêmicos e institucionais. Alguns autores apontaram o percurso seguido pelas *funções centrais* como resultado de um forte tropismo exercido pelo estabelecimento de grupos de elite que já haviam ocupado os bairros residenciais da região desde os anos 50. Trata-se, em alguns casos, de uma hipótese correta e amparada em dados que a confirmam. No entanto, apesar de o curso desse deslocamento ter permanecido fiel ao eixo centro-sudoeste do município ao longo de cinco décadas, há distinções intrínsecas a cada um dos deslocamentos.

A compreensão do processo e do percurso do deslocamento das funções centrais rumo a novas localizações é um fenômeno intrínseco à construção do território metropolitano. É parte da dinâmica resultante em um território em que o *urbano* se generaliza. Encerra também um ciclo urbano iniciado quando a instalação do processo de metropolização se organizou com base na conurbação dos núcleos urbanos e substituiu os atributos físicos, funcionais e espaciais que caracterizavam a *cidade*, hoje município-sede.

## POTENCIALIDADES E CONDICIONANTES DO PROJETO URBANO

O conjunto de bairros denominados *bairros centrais*, situados ao redor dos centros das áreas metropolitanas, possui um traço comum no panorama atual – todos vêm perdendo população. Essa perda se exprime tanto pela redução global do número de domicílios e de domicílios alugados quanto pela degradação ou pelo abandono dos imóveis existentes. Em contraponto e como parte do mesmo processo, as periferias metropolitanas continuam a apresentar índices de crescimento populacional elevados. A face visível dessa dinâmica de distribuição da população no próprio centro, no município e na metrópole, liga-se à precariedade e ao estado de abandono verificados nos *bairros centrais* e nas periferias metropolitanas. A busca permanente de espaços para moradia pelas camadas mais pobres da população conduz o processo. Sua irracionalidade vem produzindo uma ocupação urbana devastadora, cujo traço principal é o desperdício de significativas parcelas de solo urbano plenamente equipado com infra-estrutura básica.

Tal dinâmica urbana, observável na maior parte das metrópoles brasileiras, instalou-se e criou um paradoxo urbano e econômico, pois áreas plenamente equipadas em infra-estrutura e transporte de massa estão em processo de esvaziamento populacional, enquanto se abrem indiscriminadamente novos e distantes setores de expansão urbana.

## OS PÓLOS DE MOBILIDADE COMO ELEMENTOS ESTRUTURADORES

Os pólos de mobilidade metropolitana são localizações urbanas precisas, distribuídas no território metropolitano, nas quais se articulam as funções urbanas locais e metropolitanas, associadas ao transporte público de massa. Derivam diretamente das características assumidas pela forma de crescente complexidade do funcionamento do território metropolitano, sob a influência de dinâmicas



(20) "Embora o número absoluto de pobres tenha apresentado, no período de 1993 a 1998, uma redução de mais de 11,3 milhões, ou seja, de 66,6 milhões para 51,3 milhões de pessoas, é preciso considerar que o perfil da pobreza no Brasil encobre trajetórias locais diversas ao longo do tempo, com melhorias na Região Centro-Oeste, redução sustentada da pobreza absoluta nas zonas rurais, e piora relativa nas metrópoles, especialmente em São Paulo, que sofre forte impacto dos ajustamentos do sistema produtivo e do mercado de trabalho." In: Relatório Nacional Brasileiro, Istambul +5 (Assembléia Geral das Nações Unidas), CNUAH-HABITAT, Brasília, junho de 2001, apoiado em S. Rocha, *Pobreza e desigualdade no Brasil: O esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real*, texto para Discussão Interna n. 721, IPEA, abr. 2000.

urbanas que geram as duas características mais evidentes da fase atual: a *dispersão* funcional e a *descontinuidade* territorial. A emergência de um *pólo metropolitano* está, portanto, intimamente associada a dois aspectos relacionados com o transporte público de massa: a presença de todas as modalidades de transporte público e a garantia de uma articulação funcional e territorial de escala metropolitana. Nesse sentido, o *pólo de mobilidade metropolitana* se distingue de outras formas de agregação de funções e de coesão territorial, pois é, hoje, o antídoto para a dispersão funcional e a descontinuidade territorial.

No novo padrão de organização das funções e atividades no território, os *pólos metropolitanos* assumem um papel decisivo na estruturação do território metropolitano, especialmente pela capacidade de ampliar a mobilidade e criar acesso em todos os seus setores. Uma vez que não é agora o caso, como já ocorreu em outros momentos do processo de metropolização, de expandir a área metropolitana, pois a questão é adaptar e articular o território existente, criando-se as condições para a instalação do novo "paradigma metropolitano", a *mobilidade* é a função urbana com maior potencial de agregar e relacionar setores urbanos segregados do ponto de vista social, dispersos do ponto de vista funcional e descontínuos do ponto de vista espacial. A consolidação de um padrão de organização espacial descrito como a *cidade metropolitana* exige uma infraestrutura de transportes cuja eficiência reside em sua capacidade de integrar as atividades dispersas no *território metropolitano* e criar fortes e eficientes *pólos articuladores locais*, capazes de garantir a integração socioespacial da população metropolitana.

## O PROCESSO DE EXPANSÃO E SEU CUSTO AMBIENTAL

Como vimos, a grande concentração da pobreza nas metrópoles brasileiras resulta em um espaço polarizado – de um lado, a *cidade formal*, que concentra os investimentos públicos, e, de outro lado, seu contraponto absoluto, a *cidade informal*, relegada de benefícios equivalentes, a crescer exponencialmente na ilegalidade urbana que a constitui, exacerbando as diferenças socioambientais. A *precariedade* e a *ilegalidade* são características de origem e concorrem para a formação de espaços urbanos sem atributos de urbanidade. As duas maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, concentravam, no final da década de 90, em números absolutos<sup>20</sup>, o maior contingente de pobres do país.

A *dualidade* presente na construção das metrópoles manifesta-se no reconhecimento de uma *cidade formal*, assumida pelo poder público, na qual se concentram investimentos urbanos de todo tipo, e de uma outra, construída à sua margem, que tem, hoje, no conceito de *cidade informal*, a expressão mais abrangente para designá-la, pois associa o fenômeno da expansão urbana ilegal ao da exclusão social. Nele, está implícito o pressuposto de o acesso à cidade ocorrer de modo diferenciado, sempre socialmente determinado, pois compreende o conjunto das formas assumidas pelos assentamentos populares ilegais: loteamentos clandestinos ou irregulares, favelas e cortiços e também os construídos por ação do poder público, formando conjuntos habitacionais de interesse social nos quais a *irregularidade* assume características próprias.

A *cidade informal* é uma realidade de longa data nas cidades brasileiras, especialmente nas metrópoles que tiveram seu crescimento acelerado a partir dos anos 40/50, associado ao processo de industrialização brasileiro, como São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, metrópoles com crescimento mais recente – como Belém, Brasília, Natal e Campinas – apresentam padrão semelhante. A reprodução e permanência desse padrão de urbanização apontam para a incapacidade recorrente do estado de fiscalizar e controlar o uso e a ocupação do solo e de atuar como promotor ou provedor de moradia para as populações de menores recursos. No município de São Paulo, é também a expressão da crise do modelo de instrumentos urbanísticos formulados na década de 70, dominados pelo conceito de *zoneamento urbano*<sup>21</sup> que, ao invés de ampliar benefícios para o conjunto da população, funcionaram como limitadores da oferta de moradias ou loteamentos no mercado regular. Mais do que difusores de padrões de qualidade urbana e ambiental, como pretendia o legislador, contribuíram decisivamente para a escalada da ilegalidade urbana.

A força adquirida pelo padrão periférico de urbanização evidenciou a negligência das diferentes instâncias do poder público em duas questões: por um lado, com a própria gestão urbana e, por outro lado, com o crescimento da ilegalidade urbana verificada nos assentamentos populares no campo – jurídico, administrativo e urbanístico. Nesse caso, a ilegalidade é entendida como fator estrutural do processo de expansão urbana nas metrópoles brasileiras. Essa dinâmica urbana instalou, nas metrópoles, um ambiente que conjuga *loteamentos ilegais*, clandestinos, *invasões* e *favelas de periferia*, localizados em áreas impróprias para urbanização, com impactos negativos sobre os mananciais que alimentam os sistemas produtores de água. Formam um tecido urbano desorganizado e deficiente, sem saneamento básico ou equipamentos urbanos suficientes. Dois fatores crônicos o impulsionam: a dificuldade, enfrentada pela população de baixa renda, de acesso à terra e à moradia no interior de áreas estruturadas, e a insuficiência da oferta pública de habitação social. É característica estrutural do que denominamos *padrão predatório de expansão urbana*, a dupla ilegalidade, a urbanística e a ambiental, agora acrescentada ao *padrão periférico*.

O quadro urbano atual evidencia a ausência histórica de uma política de desenvolvimento urbano-ambiental, fato que contribuiu para promover disfunções no processo de crescimento urbano. Entre os fatores geradores dessas disfunções destacam-se as expansões desnecessárias da malha urbana, de acordo com o interesse dos diferentes mercados imobiliários (o formal e o informal), a expansão urbana dissociada da oferta de transporte público e a ausência de planos viários estruturantes, verificando-se a construção aleatória e, por vezes, inadequada de sistema viário ocupando fundos de vale e impermeabilizando áreas de várzea. A urbanização dispersa sem transporte público eficiente é um caminho explosivo, do ponto de vista da qualidade de vida nas metrópoles e aglomerações urbanas, assim como a impermeabilização do solo com pavimentação, sem projetos de macrodrenagem.

Essa forma predominante de expansão e transformação do tecido urbano contribuiu para a consolidação de irracionalidades no uso e na ocupação do solo, transformando fundos de vale em avenidas, áreas protegidas em

(21) O zoneamento urbano confere tratamento homogêneo, isto é, regras similares para situações urbanas desiguais, e exigências genéricas como infra-estrutura completa em todos os loteamentos com lote mínimo inicialmente fixado em 250 m<sup>2</sup>, passando em seguida para 125 m<sup>2</sup>. Essas determinações independem tanto do tipo de empreendimento quanto da capacidade de acesso das populações a eles.

loteamentos, ocupando várzeas, desconsiderando o território e perpetuando as enchentes. A degradação ambiental se tornou o aspecto mais relevante do *padrão periférico de expansão urbana*, dificultando o equacionamento de soluções, pela própria natureza das questões que lhe deram origem, isto é, por se vincularem às estratégias de sobrevivência das populações de menores recursos na metrópole. Esse padrão não pode ser entendido sem seu contraponto – outras dinâmicas urbanas, igualmente irracionais, e que se expressam na crescente redução de população nos *bairros centrais* e no *centro expandido*, como já visto. Essas áreas contam com infra-estrutura e serviços instalados, mas, por diversas razões, perderam moradores.

Diante do quadro urbano das periferias metropolitanas e da força que a questão ambiental adquiriu na última década, novos parâmetros e pressupostos influenciam a tarefa reparadora de *regularização* de loteamentos ilegais e urbanização de favelas, e novos conflitos socioambientais convivem com essa realidade. As formas mais contemporâneas de enfrentar-se a problemática urbana desses espaços metropolitanos tende a apresentar-se sob a forma de intervenções abrangentes, mais próximas da categoria desejável de *requalificação de áreas urbanas degradadas*, tarefa que vai além da regularização fundiária dessas áreas.

A incorporação da *cidade informal* e a requalificação de áreas degradadas passam a ser mediadas e relativizadas pelos interesses difusos da população metropolitana, como a necessidade de preservar-se a qualidade da água dos mananciais de abastecimento, de defender as áreas de proteção ambiental ou mesmo os parques urbanos e os espaços verdes. Esses fatores colocam a *intervenção na cidade existente* em novos patamares. Em um território urbanizado no qual prevalecem a escassez de terra adequada e acessível para o assentamento das populações de baixa renda e a precariedade nas periferias, em um quadro de exclusão e pobreza, dificilmente se poderão equacionar os problemas ambientais sem uma política habitacional de âmbito metropolitano e de políticas de desenvolvimento urbano de igual abrangência.

## A REAPROXIMAÇÃO ENTRE O PLANO E O PROJETO URBANO

Na esteira da crise vivida pelo planejamento urbano, sobretudo pela incapacidade dos planos diretores, produzidos a partir dos anos 70, de deterem a proliferação de problemas vividos pelas cidades e metrópoles brasileiras, mergulhamos em uma indesejável cultura de *laissez-faire* urbano, no qual a liberdade do mercado predomina na condução do crescimento e das transformações que ocorrem nos municípios metropolitanos. Reduzidos a reguladores, os planos diretores dessa última safra perderam eficiência e, como desdobramento lógico, credibilidade. Dentre as múltiplas “respostas” elaboradas ao longo dos anos 80 e 90 visando buscar alternativas de atuação no território metropolitano, mergulhado em uma crise de planejamento e de gestão, as mais recorrentes tiveram como foco a “desregulamentação”, atuante diretamente sobre regras e códigos considerados rígidos e inadequados. E, dessa ação, que

acabava se mostrando leniente com as demandas do mercado, nasceram as intervenções urbanísticas isoladas, pontuais e pouco eficazes.

As limitações desses dois procedimentos logo ficaram evidentes. A fragilidade das “desregulações” das normas e a ineficácia das intervenções pouco articuladas tornaram-se alvo de muita polêmica e análises muito críticas. O saldo positivo das experiências desse período veio da análise crítica dos resultados e da compreensão da necessidade de conjugarem-se planejamento e projeto urbano sobre novas bases.

Os fundamentos dessa nova abordagem residem na substituição de “planos que regulam a ação” por “planos de ação”. Ela marca a transição dos planos eminentemente normativos para os planos que conjugam as forças atuantes nas áreas urbanas, principalmente aquelas que representam as dinâmicas de todos os tipos e graus de intensidade ali presentes. Nesse contexto, a definição das questões prioritárias e a escolha da forma de conduzir-se as mudanças necessárias resultam de proposições (projetos, normas, programas de governo) que procedem de forma coerente, ou seja, atuam nas várias escalas e setores da vida urbana.

No caso específico das metrópoles, essa nova abordagem é essencial. É bastante claro que elas são realidades complexas, as quais exigem de seus gestores formas de atuação também complexas, visando garantir sua coesão e seu desenvolvimento. Os ingredientes básicos para se atender a essa complexidade são uma organização institucional a enfrentar, de maneira eficaz, a presença de interesses plurimunicipais que resguarde a integridade do conjunto, uma gestão diferenciada de serviços públicos e a capacidade de investimento em projetos de escala metropolitana.

## PARA DESENVOLVER UMA VERDADEIRA REDE METROPOLITANA BRASILEIRA

A organização de “redes de cidades” não é um fenômeno novo na urbanização brasileira. As cidades brasileiras funcionaram em rede desde o início do processo de urbanização do território. Entretanto, a partir da década de 90, ficou claro que tanto a organização quanto a consolidação da “rede urbana brasileira” estava em processo de adaptação ao novo padrão produtivo e, como consequência lógica, ganhando novas características.

A principal característica dessa transformação, ainda em andamento, é a substituição de um modelo de organização hierárquico por um novo modelo *em rede*, cuja representação organizacional é uma matriz. Enquanto na organização hierárquica do quadro urbano o grau de desenvolvimento, de modernização tecnológica, de arrecadação, de população, etc., definem a posição de cada elemento no interior da pirâmide, na organização em rede a posição dos “mais desenvolvidos” é relativa e diretamente dependente dos elementos “menos desenvolvidos”, ou simplesmente menos fortes. É precisamente por essas razões que a estruturação do quadro urbano metropolitano brasileiro em rede exige uma forte adesão de cada um dos elementos do conjunto.

Nascidos majoritariamente no contexto da estruturação produtiva industrial, os quadros urbanos das nações estão, hoje, em processo de substituição, abrindo



caminho para a organização em rede. A mais corrente interpretação desse processo sugere que tanto nacional como internacionalmente, as “redes de cidades” correspondem, atualmente, a uma estratégia de organização dos territórios nacionais para se enfrentarem as questões introduzidas pela internacionalização da economia. E, nesse caso, “enfrentar” tanto pode significar a criação conjunta de mecanismos de proteção diante de situações extremamente competitivas que avançam quanto a criação de instrumentos e condições materiais, também organizada em conjunto, de aproveitarem-se algumas das oportunidades que a mundialização da economia pode oferecer. As relações metropolitanas no interior do território nacional são, por definição, intensas e horizontais, e, a heterogeneidade do conjunto, um fator decisivo para a qualidade e o desempenho do ente resultante. Assim, pode-se afirmar que a força de uma “rede urbana nacional” advém da qualidade e da quantidade de conexões de todo tipo, que se estabelecem entre os diversos elementos do conjunto.

Vista como uma grande *riqueza da nação*, a qualidade do quadro urbano de um país reside na capacidade do poder público, em todos os seus níveis, de criar, no território nacional, genuínas relações entre suas metrópoles e os centros urbanos, a garantirem a presença e o funcionamento de uma rede urbana plenamente coesa e conectada. Rede que nasce de trocas permanentes em diversos níveis, desde os culturais até os econômicos. A intensidade dos fluxos de pessoas, de bens, de serviços e de informações, entre outros, é o principal fator de coesão de uma rede urbana nacional. Para concluir, vale lembrar que hoje, exatamente como no passado, a economia de escala desempenha um papel central na organização metropolitana. O principal propulsor da organização de uma “rede urbana nacional” é, portanto, a instalação e o fortalecimento dos sistemas urbanos complexos que são as metrópoles, a partir de uma economia de escala e apoiado por sistemas de grandes infra-estruturas, as quais garantam as relações de todo o sistema nacional.

## BIBLIOGRAFIA

- AN URBANIZING WORLD: Global report on human settlements 1996. Nova York: Oxford University Press, 1996.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel; HALL, Peter. *Technopoles of the world*. Londres: Routledge, 1996.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Infurb-FAUUSP. *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano. Avaliação e recomendações para a ação pública*. (versão preliminar) Brasília: IPEA/Infurb, 1998.
- IPEA, IE, NESUR, IBGE. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Unicamp, IE, 1999.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *O Brasil na virada do milênio. Trajetória do crescimento e desafio do desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 1997.
- . *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: Instrumentos de planejamento e gestão urbana em aglomerações urbanas: uma análise comparativa*. IPEA/Infurb. Brasília: IPEA, v. 1, 2002.
- KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. *S, M, L, XL*. Roterdã: 010 Publishers, 1995.

- MEYER, Regina M. Proserpi; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro. *São Paulo metrópole*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- MONCLUS, Francisco Javier (Ed.). *La ciudad dispersa – Suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998.
- RELATÓRIO NACIONAL BRASILEIRO ISTAMBUL + 5 (Assembléia Geral das Nações Unidas). Brasília: CNUAH-HABITAT, jun. 2001.
- RELATÓRIO DA UNITED NATIONS CENTRE FOR HUMAN SETTLEMENTS (UN-HABITAT). *State of world cities*. Vancouver, Canadá: UM-HABITAT. Press & Media Relations Unit. Disponível em: [habitat.press@unihabitat.org](mailto:habitat.press@unihabitat.org), 2006.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). *O futuro das metrópoles: Desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 1999.
- ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: O que mudou nos últimos 30 anos? Seminário Especial – MINIFÓRUM EM HOMENAGEM AOS 40 ANOS DO IPEA. *Estudos e Pesquisas*, Rio de Janeiro: INAE – Instituto Nacional de Altos Estudos, n. 8, 2004.
- \_\_\_\_\_. As metrópoles brasileiras às vésperas do terceiro milênio. *Econômica*, Rio de Janeiro, n. 4, dez. 2000.
- RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Editions Folio Essais. Paris: Gallimard, 1990.
- SASSEN, Sakia. *Cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SECCHI, Bernardo. Nuovi Luoghi della Sociabilità: Il Progetto della Discontinuità. *Ottagono*. Veneza: Istituto Universitario di Architettura di Venezia, jan. 2001.
- THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. *Atlas do Brasil: Disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005.
- VEIGA, José Eli. *Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2002.

---

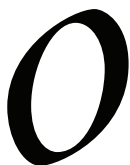
#### **Regina Maria Proserpi Meyer**

Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), coordenadora de Urbanismo e Projetos Urbanos do Laboratório de Urbanismo da Metrópole – LUME/FAUUSP. Professora orientadora do Programa de Pós-Graduação da FAUUSP. Autora do livro *São Paulo metrópole*, Edusp/ Imprensa Oficial. Atualmente coordena no LUME o projeto “Metrópole e Urbanismo”.  
e-mail: [lumefau@usp.br](mailto:lumefau@usp.br)

#### **Marta Dora Grostein**

Professora livre-docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, coordenadora de Planejamento Urbano e Gestão Urbano-Ambiental do Laboratório de Urbanismo da Metrópole – LUME. Professora orientadora do Programa de Pós-Graduação da FAUUSP. Autora do livro *São Paulo metrópole*, Edusp/ Imprensa Oficial. Atualmente coordena no LUME o projeto “Metrópole e Meio Ambiente”.  
e-mail: [lumefau@usp.br](mailto:lumefau@usp.br)

Pedro Fiori Arantes  
Orientadora:  
Profa. Dra. Ermínia Maricato



## AJUSTE URBANO: AS POLÍTICAS DO BANCO MUNDIAL e DO BID PARA AS CIDADES

### RESUMO

Ao ajuste estrutural que se seguiu à crise da dívida no Terceiro Mundo, no início dos anos 80 – e ainda persiste como um ajuste permanente –, parece ter ocorrido um correspondente “ajuste urbano”. Em ambos os casos, o Banco Mundial e, na América Latina, o BID, tiveram ação decisiva, em parceria com as elites e tecnocracias locais.

As estratégias de ação dessas duas instituições financeiras, apesar de sua forte interferência nas políticas públicas dos países em desenvolvimento, constituem um tema novo e ainda pouco abordado pela pesquisa acadêmica. Em nosso caso, o objetivo foi desvendar o modelo de cidade que tem sido por elas defendido e qual seu significado.

Na dissertação que realizei pela FAUUSP, constatei que os empréstimos do Banco Mundial e do BID – que aparecem aos gestores públicos como “tábuas de salvação” em tempos de crise –, não são “neutros” e carregam consigo uma agenda afirmativa: pretendem modelar um determinado padrão de uso do recurso público e de organização do Estado. As duas instituições difundem políticas públicas que seguem critérios empresariais de rentabilidade e um modelo de gestão estatal terceirizada, à mercê de um corpo técnico privado – formado por gerenciadoras de projeto, fundações privadas, ONGs e inúmeros consultores. Seu objetivo é transformar uma parcela dos governos locais nos países em desenvolvimento, especialmente os que administram os territórios que dão suporte aos negócios transnacionais, em estruturas administrativas treinadas para responder aos grandes interesses privados, ao mesmo tempo em que se desembaraçam de qualquer compromisso com a democracia real.

### PALAVRAS-CHAVE

Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, política urbana e habitacional, financiamento público, gestão pública, reforma do Estado, ajuste estrutural.

EL AJUSTE URBANO: LAS POLÍTICAS  
DEL BANCO MUNDIAL Y EL BID  
PARA LAS CIUDADES

RESUMEN

Al ajuste estructural que siguió la crisis de la deuda en el Tercer Mundo, en los comienzos de los años 1980, – y que aún persiste como un ajuste permanente –, parece haberle ocurrido un “ajuste urbano” correspondiente. En ambos casos, el Banco Mundial y el BID, en Latinoamérica, tuvieron acción decisiva, en asociación con las elites y las tecnocracias locales.

Las estrategias de acción de esas dos instituciones financieras, no obstante su fuerte interferencia en las políticas públicas de los países en desarrollo, constituyen un tema nuevo y todavía poco abordado por la investigación académica. En nuestro caso, el objetivo fue revelar el modelo de ciudad que ellas han defendido y su significado.

En la investigación que he realizado en el posgrado de la FAUUSP, he constatado que los préstamos del Banco Mundial y el BID – que aparecen a los gestores públicos como “tablas de salvación” en tiempos de crisis –, no son nada neutrales y traen consigo una agenda afirmativa: pretenden modelar un determinado patrón de uso de los recursos públicos y de la organización del Estado. Las dos instituciones difunden políticas públicas que siguen criterios empresariales de rentabilidad y un modelo de gestión pública subcontratada, a merced de un cuerpo técnico privado – formado por gestoras de proyecto, fundaciones privadas, ONGs e inúmeros consultores. Su objetivo es transformar una parcela de los gobiernos locales en los países en desarrollo, especialmente los que administran los territorios que sostienen los negocios transnacionales, en estructuras administrativas cada vez más preparadas para responder a los grandes intereses privados, al mismo tiempo que desembarazarse de cualquier compromiso con la democracia real.

PALABRAS CLAVE

Banco Mundial, Banco Interamericano de Desarrollo, política urbana, política habitacional, financiamiento público, reforma del Estado, ajuste estructural.



THE “URBAN ADJUSTMENT”: THE  
WORLD BANK’S AND THE INTER-  
AMERICAN DEVELOPMENT BANK’S  
POLICIES FOR CITIES

ABSTRACT

The process of structural adjustment following the Third-World debt crisis in the early 1980s – and still persisting as a permanent adjustment – seems to have produced a corresponding “urban adjustment”. In both the structural and urban adjustments, the roles of the World Bank and, in Latin America, of the IDB, in partnership with local elites and technocracies, were decisive.

Despite of the strong interference of the two financial institutions with public policies in the developing world, their strategies for action represent a new theme that has not been fully surveyed by academic research. The purpose of this paper is to study the type of model for a city defended by these institutions, as well as the meaning of this model.

In my Master’s dissertation at FAUUSP, I found that World Bank and IDB loans – which come to public managers as a “salvation” in times of crises – are not “neutral” and carry with them an agenda: they are intended to model given standards for the use of public resources and for the organization of governments. Both institutions have disseminated public policies that follow corporate profitability criteria and a public management model based on outsourcing, which is subject to private technical staffs from project management companies, private foundations, NGOs, and numerous consultants. Their purpose is to change some local governments in developing countries – particularly those that include territories that support transnational business – into administrative structures that are increasingly trained to respond to big private interests and are free from any commitment to real democracy.

KEY WORDS

World Bank, Inter-American Development Bank, urban and housing policies, public financing, public management, reform of government, structural adjustment.

## INTRODUÇÃO

A geopolítica mundial se assenta, desde o fim da Segunda Guerra Mundial em instituições globais que definem paradigmas para a gestão monetária, do desenvolvimento e do comércio – o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Gatt (posteriormente Organização Mundial do Comércio – OMC). Foram elas que lançaram, ao mesmo tempo em que caíam as bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki, as bases do novo regime internacional sob hegemonia norte-americana. Do nascimento, na Conferência de Bretton Woods, em 1944, às manifestações de Seattle – as quais iniciaram o movimento mundial antiglobalização, em 1999 –, o poder das três instituições pareceu inquestionável. Associadas a elas estão uma dezena de outras instituições internacionais e regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, fundado em 1959.

Elas modelaram, durante décadas, as políticas econômicas e sociais dos países do Terceiro Mundo e, mais recentemente, do antigo bloco socialista. Sua permanência no tempo, mesmo acabada a Guerra Fria, deve-se à forma como souberam exercer seu domínio – uma hegemonia na qual a coerção se constrói pela dependência financeira e o consentimento, pela “racionalidade” de um discurso que se pretende técnico-científico.

As instituições financeiras multilaterais tiveram papel importante no rumo tomado pelo desenvolvimento dos países da periferia e semiperiferia do capitalismo, especialmente a partir da década de 60 – associando-se quase sempre a regimes militares ou dinásticos que faziam frente à expansão do comunismo ou da iniciativa dos países não-alinhados. Elas participaram ativamente, do ponto de vista financeiro, ideológico e político, tanto do esforço desenvolvimentista de industrialização tardia, nas décadas de 60 e 70, quanto do ajuste estrutural que o sucedeu, a partir da crise das dívidas, no início dos anos 80. Nesse percurso, as políticas para as cidades, defendidas pelo Banco Mundial e pelo BID, não apenas representam uma dimensão relevante das estratégias do Norte em relação ao Sul, e as correspondentes respostas contraditórias deste último, mas também ilustram, com excepcional clareza e contundência, o real significado das políticas preconizadas por tais instituições. Daí a importância de avaliar-se as relações entre os modelos de desenvolvimento econômico e de política urbana postulados e financiados pelos dois bancos.

Passados mais de 25 anos da crise da dívida, o Brasil e a maioria dos países latino-americanos continuam se ajustando e sendo ajustados – por definição, políticas de ajuste são intermináveis. Por sua vez, nunca será demais recordar que o Brasil ajustado de hoje não se deve a uma imposição imperialista sem maiores mediações. Situações de dependência são renovadas e consolidam-se internamente. A rigor, nada foi feito, e assim continua, que não tenha sido igualmente uma escolha das elites e tecnocracias nacionais.

## A CRISE DA MODERNIZAÇÃO E A GÊNESE DO AJUSTE URBANO

A constatação de os países do Terceiro Mundo viverem um explosivo fluxo migratório rumo às cidades, mas não terão como bancar os custos elevados do processo de urbanização, dá início à ação do Banco Mundial em políticas urbanas, a partir de 1972. Nesse ano é lançado o documento inaugural do setor na instituição, procurando respostas para esse impasse.

Robert McNamara, ex-secretário de Defesa dos EUA durante a Guerra do Vietnã e presidente do banco naquela ocasião<sup>1</sup>, empenhou-se pessoalmente em convencer os acionistas a investirem em políticas urbanas e habitacionais nos países em desenvolvimento, após uma década que parecia indicar o fortalecimento do bloco comunista e sua expansão para novas áreas no sul do planeta<sup>2</sup>. Em discurso ao *Board of governors* do banco, em 1975, McNamara solicita recursos para a área e é taxativo: “*Historicamente, violência e convulsão civil são mais comuns na cidade do que no campo. Frustrações que se acumulem nos pobres urbanos são rapidamente exploradas por extremistas políticos. Se as cidades não começarem a tratar da pobreza de forma mais construtiva, a pobreza poderá igualmente começar a tratar as cidades de forma mais destrutiva.*”<sup>3</sup>

A partir dos documentos fundadores de seus setores de políticas urbanas (1972) e habitacionais (1975), o banco passará a propor sucessivas agendas para as cidades dos países em desenvolvimento<sup>4</sup>. A primeira delas, que irá perdurar até a crise da dívida no Terceiro Mundo, no início dos anos 80 – momento da inflexão para o ajuste estrutural –, irá basear-se em um modelo de “urbanização com baixos padrões”: sistemas de serviços urbanos e de política habitacional que adotem *standards* inferiores aos dos países centrais, adequados às possibilidades financeiras da periferia – em um contexto de “reforma social” a qual minimizasse o risco de novas insurreições populares naqueles países.

O banco resume a questão nos seguintes termos: “*Deve ser feita a escolha entre realizar serviços em padrões convencionais para uma porção limitada da população ou para uma larga porção, em níveis mais baixos e com menores custos unitários.*”<sup>5</sup> Uma frase de aparente bom senso, cujas conseqüências, entretanto, precisam ser corretamente analisadas.

Na prática, a defesa da urbanização com baixos padrões significava a não-adoção dos princípios, até então apresentados como universais, da cidade moderna – adotados na reconstrução européia e também em Brasília, por exemplo –, como referência para as políticas e normas de urbanização e habitação no Terceiro Mundo. Com isso, a qualidade do ambiente construído deveria ser nitidamente inferior a dos países centrais e, em conseqüência, o atendimento aos direitos sociais realizados no urbano seria precarizado.

A proposição de patamares diferenciados de urbanização no centro e na periferia do capitalismo produz, assim, uma inversão nos postulados do urbanismo moderno – ao mesmo tempo em que revela a incapacidade desse em cumprir suas promessas; afinal, o modelo da cidade moderna não era aplicável a 3/4 da humanidade, dada a insuficiência de recursos dos países pobres. Sem superar evidentemente essa contradição, mas procurando responder a ela, a nova matriz urbanística formulada pelo Banco Mundial adota um ponto de partida novo, e mais

(1) McNamara foi o mais importante e longo presidente da instituição. Ver *The McNamara years at the World Bank: 1968-1981*. Londres: John Hopkins University Press, 1981; e o filme de Errol Morris, *Névoa da guerra (The fog of war)*, 2003.

(2) Os anos 60 foram de grande turbulência no Terceiro Mundo e em todo o planeta, em um contexto de acirramento da Guerra Fria: revoluções em Suez, Indochina, Iraque, Cuba, Argélia, Congo, Goa, Nova Guiné, República Dominicana, quase todas com desdobramentos em regimes socialistas; guerras de libertação nacional na África e na Ásia; derrota dos EUA no Vietnã; crescente pressão do Terceiro Mundo “não-alinhado” e de seus líderes nacionalistas, configurada a partir da conferência de Bandung, etc.

(3) MCNAMARA, Robert. *The McNamara years...*, op. cit., p. 316.

(4) O BID já atuava no setor desde 1960, mas sem a formulação de uma agenda própria. A partir dos anos 70, o BID irá adotar e seguir as proposições do Banco Mundial, aplicando-as ora de forma ortodoxa, ora com maior flexibilidade.

(5) BANCO MUNDIAL. *Urbanization*. Washington, 1972, p. 6.

pragmático: as necessidades mínimas não ditam mais o modelo de urbanização, e sim as possibilidades financeiras dos pobres urbanos.

Assim, no caso da habitação, o parâmetro mais importante passa a ser a renda familiar e não mais o estudo dos espaços necessários para abrigar adequadamente uma família<sup>6</sup>. Contrariando o que havia sido proposto pelos arquitetos modernos – os quais definiram, a partir do estudo das necessidades da vida moderna, como deveria ser o espaço habitacional mínimo –, a nova matriz postula que qualquer consideração sobre a qualidade do espaço é secundária, pois deve se submeter à capacidade de pagamento do futuro morador. Trata-se, aqui, da passagem do espaço mínimo para o custo mínimo<sup>7</sup>.

Tal prevalência da lógica mercantil sobre o valor de uso levou o Banco Mundial, por exemplo, a apoiar a produção de moradias cuja área construída por habitante era menor que a de celas prisionais, como demonstrou estudo de Yves Cabannes<sup>8</sup>.

Mudança do paradigma na questão urbana e habitacional

Paradigma Moderno	Paradigma do Banco Mundial / BID
Padrão universal de urbanização moderna	Urbanização com baixos padrões no Terceiro Mundo
Estudo da habitação segundo a necessidade humana (2º CIAM) ( <i>housing needs</i> )	Estudo da habitação segundo a capacidade de pagamento individual ( <i>ability to pay</i> )
Espaço mínimo (exige regulação)	Custo mínimo (exige desregulação)
Casa padronizada para todos os trabalhadores	Padrões de acordo com a renda de cada trabalhador
Produção em massa pela industrialização da construção	Produção em massa pelo desbloqueio da capacidade de empreendimento individual ( <i>self-help</i> )
Subsídio público na oferta do bem e serviço	Ação pública norteada pelo <i>full cost recovery</i> , e subsídio eventual à demanda comprovadamente incapaz de pagar (abaixo da linha da pobreza)
Zoneamento da cidade segundo funções e critérios de eficiência	Desregulação do solo urbano para intensificar seu <i>highest and best use</i> pelo mercado

Fonte: Autor, a partir de documentos do Banco Mundial e BID

(6) BANCO MUNDIAL. *Housing: Report on sectorial policy*. Washington, 1975, p. 4.

(7) BANCO MUNDIAL. *Projetos de lotes urbanizados*. Rio de Janeiro: BNH, 1978, p. 61.

(8) Citado em MATHÉY, Kosta. *Beyond self-help housing*. Londres: Mansell, 1992, p. 386.

(9) Rod Burgess. *Helping some to help themselves: Third world housing policies and development strategies*. In: MATHÉY, Kosta (Ed.). *Beyond self-help housing*. Londres: Mansell, 1992, p. 88.

Com isso, as instituições financeiras multilaterais foram capazes de promover, como afirmou Rod Burgess, um divórcio entre os padrões urbano-habitacionais e as considerações sociais, morais e técnicas que resultaram de 150 anos de luta dos trabalhadores e profissionais com eles comprometidos. Do ponto de vista da acumulação capitalista, a redução dos padrões habitacionais e urbanos teve como objetivo redefinir o que é necessário para o trabalhador do Terceiro Mundo reproduzir sua força de trabalho, o que, no limite, contribuiu para deprimir ainda mais seus baixos salários<sup>9</sup>.

De forma ampla, a crise da modernização no Terceiro Mundo teve como resposta dos bancos multilaterais a defesa do setor informal. São diversas as políticas que essas instituições passaram a advogar nesse sentido, ainda nos anos 70: desregulação das relações trabalhistas (e mesmo extinção do salário mínimo), simplificação de impostos, descriminalização de eventuais irregularidades, apoio ao microcrédito, melhorias em assentamentos informais, segurança na posse, produção habitacional por ajuda mútua, desregulação dos códigos de obra e uso do solo, etc. Não é, assim, casual o reconhecimento que as duas instituições



passam a fazer, a partir desse momento, da “exceção”, da favela, do setor informal, como partes relevantes da economia urbana. E são pioneiras ao afirmar, em estranha consonância com autores de esquerda, mas para tirar conclusões opostas, que a modernização da periferia não iria superar o atraso, mas renová-lo, e a informalidade não seria disciplinada, mas sim tornada regra.

## A AGENDA URBANA DO AJUSTE

Com a crise da dívida no Terceiro Mundo, no início dos anos 80, o frágil padrão de financiamento das cidades até então constituído, ruiu. Nessa ocasião, ocorre um importante aumento da influência e do poder de barganha das instituições multilaterais nas políticas públicas dos países em crise. A ação do BID e do Banco Mundial deixa de ser realizada em termos de recomendações e passa à intervenção mais ativa, como parte das exigências dos acordos de renegociação da dívida, protagonizados pelo Fundo Monetário Internacional. A reforma do sistema habitacional, a descentralização das políticas públicas, a criação de fundos de financiamento onerosos e o “ajuste fiscal das cidades” foram partes importantes das reformas estruturais dos anos 80. Esse último pretendeu corrigir as “distorções” de preços dos serviços públicos (que passariam a cobrar seu custo real), realizar cortes nos subsídios e ampliar as taxas e impostos urbanos.

A doutrina da “recuperação plena de custos” (*full cost recovery*) passou a nortear as políticas urbanas dentro de um modelo “auto-sustentável”, baseado em receitas tarifárias não-subsidiadas. O ônus da escolha por serviços piores e mais baratos foi transferido ao usuário (que passa a “autofocalizar” de acordo com sua capacidade de pagamento) – até o limite de não ter serviço algum, caso não tenha como pagar<sup>10</sup>. Essas iniciativas constituíram uma primeira etapa da “transição” das cidades para um modelo de políticas públicas “de mercado”<sup>11</sup>, seguida por outra, caracterizada pela transposição da lógica das empresas para a gestão das cidades.

Nessa segunda etapa, as cidades passaram a ser geridas não apenas *like business*, mas *for business*<sup>12</sup>. Isso significa que, além de colaborar com o equilíbrio financeiro do ajuste fiscal, as cidades deveriam tornar-se “máquinas de produzir riquezas”. Arquitetos e urbanistas começaram a projetar em termos gerenciais, e, como afirmou Peter Hall, “o planejador foi se confundindo cada vez mais com seu tradicional adversário, o empreendedor; o guarda-caça transformava-se em caçador furtivo”<sup>13</sup>.

Os bancos multilaterais, contudo, entraram no mercado do “planejamento estratégico” das cidades quase uma década depois dos consultores catalães, que vendiam o “modelo Barcelona” na América Latina, desde o início dos 1990<sup>14</sup>. Os bancos, por sua vez, chegaram munidos de um vocabulário corporativo e uma prática de gestão empresarial mais profissionais do que os ex-comunistas da Catalunha. Isso porque a defesa da gestão empresarial das cidades é, para eles, quase uma transição natural da lógica corporativa para o governo local, ou seja, trata-se de um jogo de espelhos no qual se quer do outro sua imagem e semelhança.

Não é casual que o ponto central do ajuste urbano para o BID e o Banco Mundial, desde o início dos anos 80, seja a construção de alternativas de mercado

(10) Como afirma Sumila Gulyani, especialista em infra-estrutura e cidades do Banco Mundial, “*nos bairros onde não há disponibilidade a pagar por qualquer melhoria, ou ela é baixa, a estratégia recomendada é não fazer nada* (to do nothing)”. In: FREIRE, Mila; STREN, Richard. *The challenge of urban government. Policies and practices*. Washington: Banco Mundial, 2001.

(11) A idéia de “transição” das cidades do modelo “estatista” de políticas públicas para o “mercado” é mencionada em diversos documentos das instituições multilaterais na década de 90 e consolidada na agenda atual do Banco Mundial. *Cities in transition: Urban and local government strategy*. Washington, Publication, 2000.

(12) Otília Arantes. Uma estratégia fatal. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 28.

(13) HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 407.

(14) Sobre o “modelo Barcelona”, ver ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

para o financiamento das cidades, em substituição ao padrão interno, que ruía. Para os dois bancos, são quatro as novas modalidades de acesso ao crédito para “cidades financiáveis”<sup>15</sup>: a) a criação de agências privadas de intermediação financeira (*enclave agencies*), legalmente independentes e responsáveis pela implementação de projetos e captação de recursos no mercado; b) as parcerias público-privadas (PPPs) e concessões para operação e ampliação de serviços e infra-estrutura urbanos por empresas privadas de capital aberto; c) a captação de recursos no mercado de crédito nacional e internacional, com a emissão de títulos e a cotação de *ratings* municipais; d) a criação de taxas especiais ou emissão de títulos distritais para realizar melhorias urbanas concentradas em um determinado bairro ou perímetro. O objetivo desse novo sistema de financiamento é tornar as municipalidades “auto-sustentáveis” e, no limite, autofinanciáveis no mercado privado. Recorrendo a esse tipo de recurso, os municípios passam a apostar em obras e investimentos que apresentam taxas de retorno, no mínimo, equivalentes aos custos do capital emprestado, em uma concepção da ação pública cada vez mais financeirizada.

Para o Banco Mundial e o BID, a forma de captação de recursos privados é importante para a manutenção e ampliação de “ativos tangíveis” da cidade, a contribuírem para a economia local – como estradas, trens, aeroportos, telecomunicações, energia, etc. –, todos projetos muito caros, competindo por recursos municipais que poderiam ser alocados em áreas sociais e de combate à pobreza. Assim, as privatizações e parcerias seriam a oportunidade para envolver fundos privados na gestão e abertura de infra-estruturas de interesse do mercado, preservando o fundo público para a área social.

Na prática, entretanto, as privatizações e parcerias têm sido o contrário disso, como demonstrou David Harvey e outros pesquisadores que estudaram casos específicos: acabam sendo adotadas quase sempre para implementar as infra-estruturas urbanas exigidas para a ampliação da produtividade urbana e dos negócios locais, uma vez que, assim, obtém-se maiores taxas de retorno. Muitas vezes, isso significou “*subsídios locais ao capital, o que colaborou para diminuir o subsídio aos menos privilegiados*”<sup>16</sup>.

Em resumo, o Banco Mundial substitui em sua agenda o programa de urbanização de baixos padrões que, vimos, destinava-se à reprodução social da força de trabalho, em nome de uma urbanização concentrada de alto padrão nos trechos das cidades de interesse do mercado, como forma de ampliar a base de acumulação do capital<sup>17</sup>.

Nesse contexto, as políticas de combate (ou “alívio”) à pobreza, defendidas pelas instituições multilaterais a partir do reconhecimento dos impactos sociais negativos do ajuste – com a produção em massa de favelas –, encontram evidentes limites. Afinal, como reduzir consistentemente a pobreza em um quadro de competição entre cidades, redução das políticas sociais e gestão empresarial dos serviços e das infra-estruturas? Ou, como as metas da Organização das Nações Unidas para o novo milênio poderão ser cumpridas por países submetidos às determinações do Fundo Monetário Internacional?

O que se percebe nas políticas *pro-poor* das duas instituições, dos anos 90 para cá, é que foram capazes de alimentar um hábil marketing de responsabilidade social, enquanto implementavam programas compensatórios e

(15) Banco Mundial. *Cities in transition: Urban and local government strategy*. Washington, Publication, 2000.

(16) HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: A transformação da administração urbana no capitalismo tardio, *Espaço & Debates*, São Paulo, 1996, n. 39, p. 53.

(17) No caso brasileiro, essa mudança de agenda coincidiu com a emergência dos movimentos populares urbanos, sobretudo nos anos 80, e deve ser avaliada em um contexto de acirramento dos conflitos sociais nas grandes cidades, decorrente da abertura política e da incapacidade da “Nova República” em atender às demandas por melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

(18) Ver SOARES, Laura Tavares. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, CLACSO, LPP, 2000.

(19) CHOSSUDOVSKY, Michel. *The globalization of poverty: Impacts of International Monetary Fund and World Bank reforms*. Penan: Third World Network, 1997.

(20) CAMMACK, Paul. *Making poverty work*. Londres: London School of Economics, mimeo, 2002; DAVIS, Mike. *Planet of Slums. New Left Review*, Londres, n. 26, p. 5-34, março/abril de 2004.

(21) BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 15-16.

(22) DAVIS, Mike, op. cit, p. 11.

(23) O termo inglês *governance* é de difícil tradução para as línguas latinas, mas pode ser entendido genericamente como “capacidade de governar”. O conceito surgiu com a renovação gerencial das empresas nos anos 70 – a “governança corporativa” –, o quadro de leis e instituições regulatórias pelas quais o setor corporativo é governado. Nos anos 80 ele foi incorporado pela ciência política inglesa para explicar a reforma do Estado, realizada pela primeira-ministra Margaret Thatcher. A elaboração (ou adaptação) do conceito de governança foi objeto de atenção inigualável por parte do Banco Mundial, que passou a difundi-lo mundialmente. O recurso a um vocábulo novo decorre da necessidade de intervir no político, explica Annik Osmont, “tecnicisando” sua intervenção ao máximo (*La Banque mondiale et les villes: du développement à l’ajustement*. Paris: Karthala, 1995).

focalizados em substituição às políticas públicas de caráter universal, as quais estavam sendo desmanchadas e privatizadas. Seu caráter substitutivo e não-complementar às redes universais (saúde, educação, assistência social, saneamento, etc.), como alertou Laura Tavares, revela o verdadeiro objetivo de tais políticas<sup>18</sup>. Aos que não estiverem em seu “foco” não restará alternativa senão sobreviver no mercado, desregulado, de serviços privatizados. Os *non-poor*, os que têm a oportunidade de vender sua força de trabalho por mais um dólar ao dia, são, na verdade, o verdadeiro alvo das reformas: estarão trancados, em exposição permanente ao risco de dependência do mercado. Um eficiente mercado de trabalho global com baixos salários, no qual se flutua dentro e fora do mundo do trabalho – e acima e abaixo da linha de pobreza –, parece ser um dos objetivos do Banco Mundial, segundo Michel Chossudovsky<sup>19</sup>. Trata-se de uma espécie de “proletariado mundial latente” ou “informal”, como procuraram definir Paul Cammack e Mike Davis<sup>20</sup>. Para essa população informalizada e parcialmente estagnada, mais uma vez se recomendam políticas de *self-help*, emolduradas agora pela retórica da “solidariedade” e apoiadas por ONGs. Como afirmou Bourdieu, assistimos a um episódio assustador de “*destruição dos princípios filosóficos do welfare state e, em particular, da noção de responsabilidade coletiva, essa conquista fundamental do pensamento social*”. É isso que “*permite ‘acusar a vítima’, única responsável por sua infelicidade, e lhe pregar a ‘auto-ajuda’*”<sup>21</sup>.

Enquanto isso, as instituições financeiras passam a afirmar que o “planeta de favelas” no qual se haviam transformado as cidades do Terceiro Mundo não resultara apenas da globalização e das políticas de ajuste, mas, sobretudo, da “*má governança*”<sup>22</sup>. No início dos anos 90, o modelo de governança corporativa começa a ser transferido para países e cidades, com apoio das agências multilaterais<sup>23</sup>. Os motivos declarados eram “*introduzir métodos e técnicas modernas de management e tornar o setor público menor e mais eficiente*”<sup>24</sup>. Em 1993, o Banco Mundial afirma que 90% de seus projetos na América Latina pretendiam ter impacto sobre a governança. Nunca antes as instituições financeiras haviam interferido tanto na organização política e na maneira de governar dos países devedores. Em um quadro de privatização de empresas públicas e ampliação dos negócios internacionais, elas passam a exigir um Estado eficiente na proteção e garantia dos direitos contratuais e de propriedade, com um corpo de leis e regulações desenhado para advogar credibilidade para esses direitos.

De outro lado, a criação de mecanismos de participação local e inúmeros conselhos, apesar de seu limitadíssimo poder de acesso a fundos públicos, pretende criar um sentido de legitimidade para o novo governo. Advoga-se uma participação restrita (aos problemas “da comunidade”), mediada por ONGs, e, sobretudo, apaziguada. Como afirmou o então presidente do BID, Enrique Iglesias, a nova “*good order*” é, ao fim, a superação da antiga “cultura política confrontacional”, em nome de uma “*nova cultura cívica mais desiludida e mais pragmática, menos impaciente e mais madura, menos inclinada ao conflito e mais disposta à busca de convergências*”<sup>25</sup>.

Trata-se de um paradigma da cidade em que a política seja proscria e a pólis, negada. Como afirma Carlos Vainer, “*banir a política da cidade competitiva e pacificada*” é um projeto no qual a “*eliminação da esfera pública local, transformada em espaço de exercício de um projeto empresarial (...), conduz à*

(24) PRICE, Lisette. *Governance: Experience in Latin America and the Caribbean*. Washington: Banco Mundial, 1991, p. 9.

(25) IGLESIAS, Enrique. *Reflexiones sobre ele desarrollo económico*. Washington: BID, 1992, p. 57.

(26) VAINER, Carlos. *Pátia, empresa, mercadoria...* op. cit., p. 98.

(27) OSMONT, Annik. *La Banque Mondiale et les villes: Du développement à l'ajustement*. Paris: Karthala, 1995.

(28) Foram entrevistados os gestores dos seguintes programas paulistas: Projeto de Microdrenagem Procav – BID (Cícero Petrica); Estadualização dos transportes de trens metropolitanos – Banco Mundial (João Luis Dias e Osvaldo Spuri); Projeto Guarapiranga – Banco Mundial (Ricardo Araújo e Ana Ancona Lopes); Descontaminação do rio Tietê – BID (Marcelo Ramponi); Projeto Sul de Trens Urbanos – BID (Osvaldo Spuri); Programa de melhoria em favelas Prover/Cingapura – BID (Cícero Petrica); Programa de Ação em Cortiços – BID (Maria Cláudia Brandão e Sílvio Boimel); Linha 4 do metrô – Banco Mundial (Renato Viêgas e José Fagali); Programa de reabilitação do Centro de São Paulo – BID (Nádia Somekh e Helena Mena Barreto).

(29) Agradeço ao professor Plínio de Arruda Sampaio Jr. o apoio na análise econômica a seguir.

(30) Além dessa eventual diferença, existe oscilação dos juros ao longo do tempo, corrigida a cada semestre e decorrente da forma de captação dos bancos e das alterações na conjuntura financeira internacional.

*destruição da cidade como espaço da política, como lugar de construção da cidadania*<sup>26</sup>. Nos termos de Annik Osmont, persegue-se um poder estável, desembaraçado dos aspectos incontroláveis e conflituosos da política – desembaraçado, no limite, de qualquer compromisso com a democracia real –, uma administração estritamente técnica, capaz de promover um ambiente favorável aos negócios, transparência nos processos, utilização eficaz de recursos e paz civil<sup>27</sup>.

Nessa breve recapitulação das políticas para as cidades defendidas pelas instituições financeiras multilaterais, pode-se perceber que elas não são nada neutras. Mesmo que a cartilha não seja implementada exatamente como prescrito – afinal, existe uma etapa na qual os governos locais negociam o quanto aceitam desses tópicos –, o empréstimo internacional para as cidades carrega consigo uma agenda afirmativa. Não é, assim, um recurso financeiro *stricto sensu*. Ele contém diversas “condicionalidades” e pretende modelar um determinado padrão de uso do recurso público e de organização do Estado. Vejamos como isso tem se dado na prática, analisando o padrão de empréstimos das duas instituições para as políticas urbanas e habitacionais no Brasil, em especial, em São Paulo.

## CRÍTICA À RAZÃO DO TOMADOR

As contradições dos empréstimos internacionais se tornam ainda mais agudas quando os gestores públicos (13 deles entrevistados em nossa pesquisa, respondendo por nove programas<sup>28</sup>) passam a apresentar a “opção” pelo empréstimo externo como uma decisão absolutamente racional, tomada dentro do contexto de crise do financiamento interno das políticas públicas. Assim resume uma gestora: *“Estamos num quadro conjuntural de crise total dos fundos públicos, não há dinheiro e é preciso investir. A vantagem do financiamento externo é que é um recurso barato e que pode ser devolvido a perder de vista.”* Ou seja, irracional é não utilizar os recursos das instituições multilaterais.

Essa decisão, entretanto, não é uma “escolha” entre diversas alternativas, mas sim, muitas vezes, a única opção de muitos gestores diante da crise dos fundos públicos – é, na verdade, uma “falta de opção”, como afirmaram outros entrevistados. O que pretendemos investigar neste tópico é: por trás da aparente racionalidade que o empréstimo externo exhibe à primeira vista, encontramos uma série de irracionalidades na adequação entre meios e fins<sup>29</sup>. Não se trata aqui de uma condenação *a priori* da utilização da poupança externa para desenvolvimento do país, mas sim de uma crítica ao financiamento externo realmente existente e, em nosso caso, na modalidade implementada pelos bancos multilaterais.

As taxas de juros e comissões dos empréstimos do Banco Mundial e do BID são consideradas como das mais baratas no mercado de crédito disponível no Brasil. Variam, nos contratos analisados para São Paulo e atualmente vigentes, entre 2% e 6% ao ano<sup>30</sup>. As taxas internas, no Brasil, estão acima disso, mesmo as que utilizam fundos dos trabalhadores (FGTS e FAT), daí a aparente racionalidade da captação externa. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, empresta recursos para obras de infra-estrutura e transportes urbanos, e utiliza taxas de juros entre 9% e 12% ao

ano. A Caixa Econômica Federal (CEF) financia habitação de interesse social com juros anuais de 5% a 6%, e saneamento, de 5% a 8%.

Além das taxas favoráveis, os entrevistados apontam outras três características que tornam o crédito multilateral especialmente “atraente”. Primeiro, a forma de pagamento: carência de três a cinco anos e amortização entre 20 e 25 anos. Ou seja, prazo que se estende por 30 anos, contra, por exemplo, apenas dez anos, em média, do BNDES. Em segundo lugar, o fato de serem as únicas garantias exigidas pelos bancos multilaterais o compromisso e a fiança do governo nacional (*sovereign guaranty*) – ou seja, na falta de pagamento do tomador (estado, município ou empresa pública), o governo central assume a dívida. Terceiro, os empréstimos externos, ao exigirem contrapartida local em igual monta ou próximo disso, permitem “dobrar os recursos” nas mãos dos gestores dos programas.

De acordo com os entrevistados, todas essas características positivas do empréstimo externo são elementos que lhe conferem racionalidade. Entretanto, mesmo do ponto de vista microeconômico, tal racionalidade não se sustenta. Não resiste, por exemplo, à simples análise do impacto das oscilações cambiais. Todos os operadores dos programas, quando questionados sobre isso, apesar de intuïrem o problema ou o terem vivenciado na prática, não possuem informações precisas de quanto isso representa ou representou como custo adicional.

A oscilação cambial, que não acompanha a variação interna de preços nem o crescimento da receita da instituição pública a qual tomou o empréstimo, produz um componente de instabilidade e um sério risco na aplicação dos recursos e na multiplicação da dívida. A oscilação tem conseqüências fortes no momento da sobrevalorização da moeda nacional, quando o financiamento fica aquém do que se precisa, e também no momento da desvalorização, quando a dívida aumenta de maneira não-planejada – embora, nessa ocasião, os gestores comemorem uma folga relativa no contrato em moeda nacional.

Se tomarmos como referência os últimos cinco anos (1998-2003), a desvalorização do real, comparada à inflação interna (IPC-M), foi de 111,8 pontos percentuais, correspondendo a uma diferença entre câmbio e inflação de 13,2% ao ano, a favor do dólar. Pelo índice setorial da construção civil (INCC-M), a diferença é de 12,2% ao ano. Isso significa que os empréstimos tomados junto dos bancos multilaterais a taxas de 2% a 6% representam, na verdade, taxas reais em torno de 14% a 18% ao ano. Ou seja, acima do BNDES e muito acima da CEF. Se essas duas instituições não têm realizado empréstimos no volume necessário, os motivos não são microeconômicos, mas de outra ordem<sup>31</sup>.

Crises de desvalorização cambial são um “elemento estrutural” das economias subdesenvolvidas, como já demonstrou Celso Furtado<sup>32</sup>. Dados históricos não faltam para provar essa recorrência estrutural. No último quarto de século, por exemplo, o Brasil sofreu sete crises de desvalorização cambial, uma crise a cada três anos e meio<sup>33</sup>.

Do ponto de vista macroeconômico, as irracionalidades são ainda maiores. Em primeiro lugar, não existem razões para um endividamento externo com o objetivo de implementar políticas urbanas que, em sua quase totalidade, realizam apenas gastos em moeda local. A irracionalidade entre meios e fins condiciona-se, em última instância, ao fato de o país estar obrigado a realizar empréstimos em dólar para poder mobilizar seus recursos em reais<sup>34</sup>. Na prática, isso significa a perda do

(31) Este texto, contudo, não tem a pretensão de analisar quais alternativas de financiamento interno das políticas para as cidades foram “negadas” ou “travadas” pelo padrão externo, e mesmo como têm atuado o BNDES e a CEF.

(32) Capítulo 33 de *Formação econômica do Brasil*, O desequilíbrio externo e sua propagação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

(33) Em 1979 (choque de juros e crise do petróleo), 1982 (crise da dívida), 1986 (moratória do Cruzado), 1989 (risco de inadimplência da dívida), 1991 (atraso de pagamentos), 1999 (primeira maxidesvalorização do Real) e 2002 (segunda maxidesvalorização do Real).

(34) Um empréstimo em dólares funciona como uma emissão interna de moeda. O dólar não “entra” de fato no país, circulando apenas na esfera do mercado financeiro ou permanecendo nas reservas externas do Banco Central e das demais instituições financeiras. Entretanto, ao ser retido pelo BC e instituições autorizadas, o dólar está “lastreando” a expansão da base monetária no país e, no limite, “autorizando” que utilizemos nossa moeda para as obras das quais o país necessita.



controle interno sobre a moeda nacional, uma vez que os bancos multilaterais e o FMI, mais do que os governos, comandam a criação (ou não) de dinheiro<sup>35</sup>.

Os investimentos em políticas urbanas e sociais, por sua vez, não têm como característica contribuir na produção de divisas necessárias para o pagamento da dívida externa por eles contraída, o que ocasiona novas distorções no conjunto da economia. Empréstimos em dólares para políticas urbanas e sociais colaboram, a médio e longo prazos, para um desequilíbrio estrutural ainda maior – o qual o conjunto da sociedade vai precisar saldar, de alguma maneira.

O endividamento crescente aparece como uma alternativa quando, em verdade, produz uma armadilha de instabilidade e perda da autonomia na política econômica. Diante disso, os bancos multilaterais ganham força para exigir não apenas o reembolso dos recursos emprestados, mas também diversas “condicionalidades” a serem aceitas e reiteradas pelo país (reformas, ajustes, privatizações, aberturas, etc.) – muitas delas não correspondendo às reais necessidades da população. O padrão de gasto público é, pois, condicionado pelas instituições financeiras: diretamente, ao estabelecerem o que consideram ou não “elegível” nos projetos financiados, e, indiretamente, ao solicitarem uma reestruturação do órgão ou empresa pública, para assumirem a “racionalidade” de uma empresa privada.

Por fim, existem irracionalidades decorrentes de problemas de continuidade, provocadas pelo ajuste fiscal permanente que pode produzir o contingenciamento da contrapartida local e do próprio saque do recurso solicitado – fato recorrente no Brasil submetido ao superávit primário. Neste último caso, o dinheiro do projeto fica paralisado em bancos no estrangeiro, enquanto as instituições tomadoras pagam uma taxa por sua permanência – a representar mais uma irracionalidade.

Vistas em conjunto, as irracionalidades apontadas não apenas questionam a pertinência de um padrão de financiamento externo para políticas públicas, mas, dada a limitação ao financiamento interno, revelam uma situação aparentemente sem saída – ainda mais, se os termos da equação de dependência seguirem reiterados.

## OS GESTORES DO AJUSTE URBANO

Mesmo quando os gestores públicos percebem algumas das irracionalidades envolvidas nesse padrão de financiamento, pouco ou nada é feito para mudar a situação. Os contratos com os bancos multilaterais são, muitas vezes, defendidos por uma visão instrumental, a qual não mede as conseqüências reais (financeiras, políticas e sociais). Parece que estamos diante de um piloto automático que, uma vez acionado, faz o empréstimo externo, e mesmo a interferência das instituições multilaterais nas políticas públicas aparecerem como algo natural e mesmo desejável.

Existe uma percepção paradoxal por parte dos gestores que lhes permite afirmar: o empréstimo externo é uma “falta de opção” estranhamente “muito vantajosa” ao tomador – expressão de uma espécie de esquizofrenia sociologicamente explicável, na qual coerção e consentimento coexistem, como

(35) CHOSSUDOVSKY, Michel. *The globalization of poverty...* op. cit., p. 59.

(36) RAMONET, Ignacio. *Geopolítica do caos*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 77; CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 25.

(37) ARANTES, Paulo. O pensamento único e o marxista distraído. In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004, p. 124.

(38) Ver especialmente José Luis Fiori. “Por que governabilidade? Qual governabilidade?” In: FIORI, *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997; OLIVEIRA, Francisco de. A privatização do público, a destituição da fala e a anulação da política: O totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA; PAOLI (Orgs.). *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999; ARANTES, Paulo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: *Zero à esquerda*. op. cit.

(39) O que não é característica exclusiva do Banco Mundial e do BID. Segundo matéria da revista *Carta Capital*, n. 301 (A ONU verde-amarela, de 28 de julho de 2004), o Brasil chegou a contratar, com recursos próprios, 10 mil consultores de agências internacionais em 2002, e hoje beiram os 3,2 mil (p. 22). Muitos deles, “desempenham tarefas típicas de servidores públicos, em projetos rotineiros que deveriam ser incorporados às políticas públicas do governo, mas ganhavam bem mais que os funcionários federais” (p. 25).

definiu Gramsci. Não por acaso encontramos, nas justificativas dos gestores, expressões dessa contradição, tais como: eles nos “obrigaram” a isso ou “impuseram” aquilo, mas, no fim, foi tudo muito “inovador” e “vantajoso”, afinal “também tínhamos o mesmo entendimento”. Daí a importância das estratégias de convencimento dos gestores locais, colocadas em prática pelas instituições financeiras multilaterais, fundadas na certeza que “não há outra alternativa”, na expressão consagrada de Margareth Thatcher. A cidade das políticas financiadas pelos bancos multilaterais é também, como mencionamos, uma fábrica de produzir consensos, já que os projetos só podem ser postos em marcha, em última instância, pelo engajamento dos gestores públicos locais.

A nova palavra de ordem, segundo François Chesnais e Ignacio Ramonet, é “adaptar-se”, isto é, “renunciar e abdicar” – e submeter “*todos os campos da vida social, sem exceção, à valorização do capital*”<sup>36</sup>. Forma-se, para isso, uma classe de gestores de projetos internacionais composta por verdadeiros “consultores em adaptação”<sup>37</sup>. São eles que transportam os mecanismos de coerção e consentimento, e a ideologia da competência econométrica. Nas circunstâncias de um empréstimo tomado junto de um credor em última instância, que, por isso mesmo pode impor ao tomador suas condições, o padrão de negociação é, na verdade, um padrão de dominação – mesmo o de uma “tirania *soft*” ou “opressão difusa”, acompanhada de uma nova gramática gerencial-solidária<sup>38</sup>. Ao fim do processo, não é improvável que o gestor acredite na autonomia de sua decisão, quando esta já foi tomada à sua revelia há algum tempo. Mesmo assim, busca justificativas, internalizando a dominação.

Pode-se afirmar que os projetos financiados pelo Banco Mundial e pelo BID produziram uma classe de *experts* que lhes correspondem, composta por técnicos de gerenciadoras privadas, consultores, fundações universitárias, ONGs e mesmo técnicos dos próprios bancos, especialmente os brasileiros. Todos participam de uma verdadeira ciranda de cadeiras, podendo um ocupar o posto do outro a qualquer momento, enquanto se encontram em seminários e *workshops* nacionais e internacionais. O que eles têm em comum é o fato de gerirem, em conjunto, fundos públicos internacionalizados para grandes projetos urbanos. Agem e formam-se segundo uma “ação com sentido racional”, na acepção weberiana. Entretanto, ao atuarem no contexto de uma “*acumulação truncada e de uma sociedade desigualitária sem remissão*”, na expressão de Francisco de Oliveira, são gestores, ao fim, de diversas irracionalidades, como vimos.

Por seu lado, os bancos multilaterais passaram a alimentar esse “corpo gerencial” que se encontra na fronteira entre o público e o privado: o gerenciamento terceirizado das ações públicas. Um corpo irrigado por milionários recursos a cada novo projeto, dando origem a uma verdadeira indústria de consultorias em torno dos projetos internacionais, paga, muitas vezes, com recursos do tomador<sup>39</sup>. Consultorias nem sempre necessárias, a orbitarem em torno de um poder público em dificuldades para responder às demandas das instituições financeiras. Tais demandas, muitas delas exageradas, são, em parte, apresentadas pelas agências internacionais como justificativa, exatamente, para a contratação de empresas terceirizadas e consultores. São eles, afinal, que sabem as regras do jogo e o caminho das pedras para acelerar o desembolso dos recursos nos bancos, e também para transformar as requisições públicas em formatos assimiláveis pelos

procedimentos gerenciais das instituições. Evidentemente, essa assessoria também não é neutra, pois cabe a ela transmitir aos gestores públicos o que é ou não permitido implementar, condicionando-os às regras dos bancos.

Do ponto de vista ideológico, a classe de gestores de projetos internacionais é elemento central na sustentação dos novos consensos sobre Estado e mercado. Está afinada ou “ajustada intelectualmente” aos preceitos dos bancos multilaterais, e cumpre papel importante na legitimação da dominação externa.

Tais *experts* em adaptação empregam uma “razão coercitiva”, na expressão de Bourdieu, em ao menos três níveis: jurídico-normativo, matemático e das *best-practices*. No primeiro caso, são sempre as regras das instituições a prevalecerem, mesmo as que contrariam a legislação local em pontos cruciais, como a Lei de Licitações. Os bancos disseminam sua normatividade por meio de seus projetos, e estes não têm como existir senão enquadrados por ela, mesmo quando se trata do uso de um recurso local. No segundo caso, é a contabilização da “recuperação plena de custo” e das “taxas de retorno” que passa a determinar se as instituições multilaterais irão ou não aprovar determinado projeto e, por extensão, o padrão do gasto público – a razão-coerção matemática passa a ser aplicada pela adoção de modelos econométricos herméticos, muitas vezes deslocados dos verdadeiros problemas locais. Como afirma Bourdieu, “o papel daquilo que se chama ideologia dominante é talvez desempenhado hoje por um certo uso da matemática (...) que reveste de razão pura um pensamento simplesmente conservador”<sup>40</sup>. Por fim, no caso das *best-practices*<sup>41</sup>, os bancos trazem consigo os modelos de políticas públicas que querem ver reproduzidas ou, ao menos, inspirando iniciativas locais semelhantes. Vista a dificuldade dos técnicos locais em comprovar a veracidade das informações, os exemplos são apresentados de forma “maquiada”, como reconheceu um consultor entrevistado. Entretanto, é possível perceber que, da forma como são descritas as experiências bem-sucedidas, “os conflitos não aparecem”, segundo afirmou uma das gestoras. Conhecer as experiências estrangeiras não é um problema, ao contrário. Mas elas são apresentadas pelas instituições multilaterais como modelos que pressupõem o “esquecimento” da forma como são produzidas. Como afirmou Mariana Fix, “geralmente, um conjunto de imagens trata de mostrar um processo extraordinário de transformação no qual áreas ditas ‘deterioradas’ ou ‘decadentes’ recuperam seu glamour, ou ‘novas cidades’ surgem da noite para o dia”<sup>42</sup>.

## CONCLUSÃO

A ideologia da gestão empresarial dos serviços urbanos sofre de evidente contradição. Sua racionalidade, aplicada a um determinado serviço (mesmo prestado por uma empresa pública), pode estar produzindo irracionalidades urbanas, sociais e ambientais, ainda mais em um país sob “ajuste permanente”, no qual grandes parcelas da população estão cada vez mais empobrecidas, informalizadas e desassalariadas.

Mesmo que São Paulo – cidade, provavelmente, a contar com uma das tecnocracias mais profissionais da América Latina – necessite de ações de “fortalecimento institucional”, na prática, o que tem sido feito e difundido pelos projetos multilaterais é um modelo de gestão pública terceirizada, à mercê de um

(40) *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Op. cit., p. 74.

(41) A partir dos anos 80, o Banco Mundial e, de forma reflexa, o BID, passaram a difundir suas agendas não apenas por meio de diretrizes políticas normativas, mas pela divulgação de *cases* de sucesso (o mesmo jargão empresarial), as chamadas “melhores-práticas”, que dão tangibilidade à abstração das reformas. Os documentos passam a vir repletos de boxes coloridos com descrições sintéticas e sempre positivas de experiências supostamente bem-sucedidas (cuja regra é a fórmula mágica na qual ninguém perde e todos ganham), que devem motivar a ação de outros governos e entidades civis.

(42) FIX, Mariana. O PT diante do BID, *Correio da Cidadania*, São Paulo, n. 314, set. 2003.

(43) Os projetos estudados na dissertação evidenciaram a presença de: investimentos em coletores de esgoto que se mantêm ociosos devido à impossibilidade dos pobres em pagar para serem conectados à rede; transferência forçada ou induzida de populações pobres para as periferias extremas, ampliando os custos de urbanização e dificultando seu acesso ao emprego e aos serviços; parcerias que utilizam, em sua quase totalidade, recursos estatais, mas geridas por empresas privadas em busca de lucro; produção de novos conjuntos habitacionais que podem permanecer vazios diante da escassez de famílias com renda necessária para garantir a rentabilidade da operação; criação de fundos de investimento habitacional os quais não são plenamente operados por causa da impossibilidade de a população remunerar seu custo financeiro; sistema de tarifas de transporte sem subsídio, obrigando parte da população a comprometer parcela significativa de sua renda, deslocar-se a pé ou mesmo diminuir sua mobilidade; escolha de novas linhas de transporte rentáveis pelo setor privado, deixando as deficitárias para o Estado; migração de técnicos do poder público para gerenciadoras privadas, terceirizando a capacidade de projeto e modelagem da política pública; contratação de estudos para privatização de empresas públicas eficientes e superavitárias, etc.

corpo técnico privado, que tem como um de seus principais objetivos estabelecer parcerias com a iniciativa privada, agências autônomas de investimento e formas mais eficientes de cobrança e arrecadação – o que não significa implementar programas de justiça fiscal.

Podemos estar presenciando a efetiva transformação de uma parcela dos governos locais, especialmente os que administram os territórios os quais dão suporte aos negócios transnacionais, em estruturas administrativas cada vez mais treinadas para dar resposta aos grandes interesses privados e desembaraçadas de qualquer compromisso com a democracia real, como prega a doutrina da “boa governança”. Ao mesmo tempo em que amplia a dívida externa, isso está produzindo não apenas “práticas bem-sucedidas”, mas desastres sociais e ambientais comandados pela mais absoluta indiferença, envolta em uma aparência de racionalidade puramente técnica <sup>43</sup>.

O sentido do “ajuste urbano” encontra-se em um intervalo, altamente conflituoso, entre a norma e os desvios a serem disciplinados, não excluindo a inversão dos termos dessa equação do ajuste, caso em que as anomalias da cidade periférica acabam normalizadas como regra. Como a palavra ajuste denuncia, trata-se, tanto no plano conceitual quanto no das políticas adotadas, de uma formação reativa de conformidade, como é da natureza passiva de todas as adaptações a uma situação de fato. Lidamos, enfim, com um dos capítulos fundamentais da institucionalização da nova ordem mundial, que sepultou o ciclo desenvolvimentista do pós-guerra.

## BIBLIOGRAFIA

- BANCO MUNDIAL. *Urbanization*. Washington: Banco Mundial, 1972.
- . *Housing: Report on sectorial policy*. Washington: Banco Mundial, 1972.
- . *Housing: Enabling housing markets to work*. Washington: Banco Mundial, 1993.
- . *Cities in transition: Urban and local government strategy*. Washington, Publication: Banco Mundial, 2000.
- BID. *El BID y la vivienda*. Washington: Banco Mundial, 1963.
- . *Operational guidelines for housing*. Washington: Banco Mundial, 1998.
- BURGESS, Rod. Helping some to help themselves: Third world housing policies and development strategies. In: MATHÉY, Kosta. *Beyond self-help housing*. Londres: Mansell, 1992.
- CAMPBELL, Tim. *Innovations and risk taking: The engine of reform in local government in Latin America and the Caribbean*. Washington: Banco Mundial, 1997.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. *The globalization of poverty: Impacts of International Monetary Fund and Banco Mundial reforms*. Penan: Third Word Network, 1997.
- CITIES ALLIANCE. *Cities alliance for Cities without Slums: Action plan for moving slum upgrading to scale*. Washington: Banco Mundial e Habitat/ONU.
- DAVIS, Mike. Planet of Slums. *New Left Review*, Londres, n. 26, p. 5-34, mar./abr. 2004.
- FREIRE, Mila; STREN, Richard. *The challenge of urban government. Policies and practices*. Washington: Banco Mundial, 2001.
- FREIRE, Mila; POLÊSE, Mario. *Connecting cities with macroeconomic concerns: The missing link*. Washington: Banco Mundial, 2003.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: A transformação da administração urbana no capitalismo tardio, *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

- IGLESIAS, Enrique. *Reflexiones sobre el desarrollo económico*. Washington: BID/1992.
- KESSIDES, Cristine. *World Bank experience with the provision of infrastructure services for the urban poor*. Washington: Banco Mundial, 1997.
- KESSIDES, Christine; BAHAROGLU, Deniz. *Urban poverty*. Washington: Banco Mundial, 2001.
- MCNAMARA, Robert. *The McNamara years at the World Bank: 1968-1981*. Londres: John Hopkins University Press, 1981.
- MOURA, Alexandrina; MELO, Marcus André. Políticas públicas urbanas no Brasil: uma análise dos projetos do Banco Mundial. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 4, p. 99-126, 1990.
- OSMONT, Annik. *La Banque mondiale et les villes: du développement à l'ajustement*. Paris: Karthala, 1995.
- PEET, Richard. *Unholy Trinity: The IMF, World Bank and WTO*. Londres: Zed Books, 2003.
- PRICE, Lisette. *Governance: Experience in Latin America and the Caribbean*. Washington: Banco Mundial, 1991.
- RENAUD, Bertrand; BUCKLEY, Robert. *Urban finance in post depression Latin America: The solvency status of urban borrowers*. Washington: World Bank working paper, 1988.
- ROJAS, Eduardo. *The BID in low-cost housing: The first three decades*. Washington: BID, 1995.
- ROSSETTO, Rossela. *Organismos internacionais e a autoconstrução: Análise e reflexões sobre as políticas de habitação para população de baixa renda*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- TAVARES, Laura. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes/ CLACSO/ LPP, 2000.
- WERNA, Edmundo. As políticas urbanas das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento. *Espaço & Debates*, São Paulo: Neru, n. 39, 1996.

---

**Pedro Fiori Arantes**

Arquiteto e urbanista, mestre pela FAUUSP.  
e-mail: pedroarantes@uol.com.br



Ana Luiza S. Spínola Krings  
Antônio Carlos Rossin  
Arlindo Philippi Jr.

*a*

NÁLISE CRÍTICA DO  
CONCEITO *de* FUNÇÃO  
SOCIAL DA PROPRIEDADE  
*URBANA* MEDIANTE *ESTUDO* DE  
CASO NA BACIA  
HIDROGRÁFICA DO  
GUARAPIRANGA - SP

076

pós-

## RESUMO

O direito de propriedade, antigamente considerado ilimitado, foi gradualmente vinculado a uma finalidade social e ambiental. Os objetivos deste texto são: estudar o conceito, conteúdo, limites e possibilidade de aplicação prática do princípio da função social da propriedade urbana; apresentar os principais diplomas legais; constatar se o conceito abrange a proteção ambiental. A Constituição Federal de 1988 condicionou o direito de propriedade ao cumprimento de uma função social, a ser disciplinada pelos planos diretores municipais. O meio ambiente ecologicamente equilibrado foi tido como direito fundamental. A Lei n. 10.257/2001 possibilitou a aplicação prática do princípio. O vigente código civil previu a destinação social da propriedade e a obediência às normas ambientais. Foi concluído ser possível aferir, concretamente, se uma propriedade urbana cumpre sua função social, havendo, inclusive, possibilidade de imposição de penalidades em caso de descumprimento. Entretanto, para essa finalidade, o conteúdo desse conceito não abrange aspectos ambientais, mas apenas parâmetros urbanísticos de aproveitamento do solo.

## PALAVRAS-CHAVE

Propriedade urbana, função social, meio ambiente.

ANÁLISIS CRÍTICO DEL  
CONCEPTO DE LA FUNCIÓN  
SOCIAL DE LA PROPIEDAD  
URBANA POR MEDIO DE ESTUDIO  
DE CASO DE LA CUENCA  
HIDROGRÁFICA DE  
GUARAPIRANGA - SP

pós- | 077

## RESUMEN

El derecho de propiedad, antiguamente considerado ilimitado, fue gradualmente vinculado a una finalidad social y ambiental. Los objetivos de este artículo son: estudiar el concepto, contenido, límites y posibilidades de aplicación práctica del principio de la función social de la propiedad urbana; presentar las principales normas jurídicas relacionadas; constatar si el concepto engloba la protección ambiental. La Constitución Federal de 1988 condicionó el derecho sobre la propiedad al cumplimiento de una función social, a ser disciplinada por los planes directores municipales. El medio ambiente ecológicamente equilibrado fue tomado como derecho fundamental. La Ley n. 10.257/2001 posibilitó la aplicación práctica del principio. El código civil vigente previó el destino social de la propiedad y la obediencia a las normas ambientales. Se concluyó que es posible verificar concretamente si una propiedad urbana cumple su función social, existiendo, incluso, la posibilidad de imponer penalidades en caso de no cumplimiento. Entretanto, para esta finalidad, el contenido de este concepto no engloba aspectos ambientales, sino solamente parámetros urbanísticos de utilización del suelo.

## PALABRAS CLAVE

Propiedad urbana, función social, medio ambiente.

CRITICAL ANALYSIS OF THE  
SOCIAL FUNCTION CONCEPT OF  
URBAN PROPERTY THROUGH A  
CASE STUDY AT THE  
GUARAPIRANGA BASIN IN THE  
STATE OF SÃO PAULO

ABSTRACT

Property rights, considered unlimited in the past, have been gradually associated with a social and environmental purpose. This text studies the concept, content, limits, and potential practical application of the principle of the social function of the urban property; presents the key legislation associated with it; and examines whether the concept involves environmental protection. The Brazilian Federal Constitution of 1988 has associated property rights with compliance with social function requirements, regulated by master plans of the municipalities. Environmental balance was understood to be a fundamental right. Law n. 10.257/2001 enabled the practical application of this principle. The present Brazilian civil code includes the social purpose of property and its compliance with environmental laws. The conclusion was that it is possible to have a precise assessment if an urban property meets its social function. If this does not happen, penalties may apply. However, this concept does not include environmental aspects, only urban criteria for land use.

KEY WORDS

Urban property, social function, environment.

## INTRODUÇÃO

A qualidade ambiental urbana é um item de grande desafio, tendo de ampliar-se reflexões e estudos sobre o espaço urbano. A cidade é, por excelência, o ambiente do homem (COIMBRA, 2002, p. 130).

Conforme preceitua a Organização Mundial da Saúde (2002), o planejamento urbano tem grande impacto nas condições das cidades. A situação em que as pessoas moram e trabalham, o acesso a bens e serviços, os estilos de vida e habilidades para desenvolver relacionamentos são todos influenciados pelo planejamento, políticas e iniciativas dos planejadores urbanos.

Esse planejamento é realizado pelo poder público e instrumentalizado por meio de normas cogentes, as quais visam disciplinar o uso sustentável da cidade, limitando as liberdades individuais e interferindo, na maioria das vezes, no direito de propriedade.

O direito de propriedade, que na época da edição do Código Civil de 1916 era considerado como absoluto, teve, com o transcorrer dos tempos, seu conteúdo reduzido. Deve, atualmente, possuir uma finalidade que atenda aos interesses comuns de toda a sociedade, isto é, a propriedade deve cumprir uma função social.

Nas palavras de Derani (2002, p. 64), “*o uso da propriedade urbana refletirá de forma objetiva na qualidade de vida dos habitantes de determinada cidade*”.

A partir do ano de 1967, os textos constitucionais trouxeram a expressão função social da propriedade, a qual tem figurado como um princípio informativo do direito. Entretanto, a aferição efetiva, concreta, de como uma propriedade urbana cumpre esta função social não tem sido suficientemente estudada pela doutrina especializada.

Magalhães (1993, p. 150) atesta: “*o princípio da função social da propriedade traz consigo (...) uma certa carga de empirismo, um certo grau de indeterminação e de imprecisão. Há, efetivamente, certa dificuldade em se deduzir, em uma fórmula jurídica segura e acurada, a real dimensão do princípio da função social*” (grifo nosso).

Segundo Dallari (2003, p. 83), na prática, o princípio da função social da propriedade “*produziu pouquíssimos frutos talvez exatamente pela falta de um texto normativo que dissesse o que deveria ser entendido como sendo de interesse social, como correspondente ao cumprimento da função social da propriedade*” (grifo nosso).

No mesmo sentido Benjamim (1998, p. 70) é categórico: “no Brasil, infelizmente, ao contrário do que se observa em outros países, como a Alemanha, a teoria da função social da propriedade não tem tido eficácia prática e previsível na realidade dos operadores do Direito e no funcionamento do mercado; a verdade é que, entre nós, a noção ainda não foi, inexplicavelmente, desenvolvida (ou mesmo suficientemente compreendida) no plano doutrinário, daí os percalços jurisprudenciais que enfrentamos. Um balanço objetivo comprova que a concepção apresenta pouco – para não dizer nenhum – impacto na forma como são julgados certos casos em que estão em discussão limites internos do direito de propriedade (...)” (grifo nosso).

Mukai (2001, p. 132) afirma: “de longa data, tem-se falado no princípio da função social da propriedade. Vários conceitos sobre o que seja tal função foram formulados ao longo dos anos. Porém, pelo menos entre nós, nunca se concretizou na realidade fática esse princípio, de modo geral e objetivo” (grifo nosso).

Para Leal (1998, p. 117), “a idéia do conteúdo fica saliente na própria expressão, porém, seus limites são indefinidos e permitem interpretações não coincidentes; neste sentido, devem-se buscar critérios de eleição da melhor hermenêutica e significação do termo...” (grifo nosso).

Por outro lado, o Código Civil (2002) recentemente aprovado vinculou expressamente o exercício do direito de propriedade ao respeito às normas ambientais. De fato, muitos autores já se referem ao tema sob a denominação de função ambiental da propriedade ou função socioambiental da propriedade, consoante será abaixo apresentado.

A busca dos critérios acima citados por Leal para a melhor interpretação do termo função social da propriedade é exatamente o objeto deste estudo, especialmente com relação à possibilidade de sua aplicação concreta. Procuramos constatar, na prática, se e como determinada propriedade localizada na bacia hidrográfica do reservatório Guarapiranga, no município de São Paulo, cumpre sua função social e verificar se esta função social abrange a proteção ambiental.

## METODOLOGIA

O presente estudo é descritivo, com base em pesquisa exploratória, realizada em duas etapas: pesquisa bibliográfica e documental; e estudo de caso. As principais normas utilizadas como referencial foram a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), o Plano Diretor do Município de São Paulo (Lei municipal n. 13.430/2002), a Lei municipal n. 13.885/2004, o Código Civil de 1916 e o novo Código Civil.

Julgamos relevante esclarecer que uma exposição da opinião dos autores é fundamental, na medida em que a doutrina, “lição dos doutos” é fonte secundária do direito<sup>1</sup>. Nas palavras de Pinho e Nascimento (1992, p. 48) “a influência da doutrina faz-se sentir no período de formação do Direito e também no momento de sua aplicação nos casos concretos (grifo nosso)”. Neste segundo caso, a doutrina “é usada como meio de solução de casos concretos, complementando melhor a lei e aclarando o preceito positivo” (p. 48).

(1) A lei constitui a fonte primária do direito.



## RESULTADOS

O conceito de função social da propriedade urbana evoluiu lenta e gradativamente na legislação pátria.

Milaré (2004, p. 120) ensina que *“concebida como direito fundamental, a propriedade não é, contudo, aquele direito que se possa erigir à suprema condição de ilimitado e inatingível. Daí o acerto do legislador em proclamar, de maneira veemente, que o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social”*.

A Constituição Federal (1988) conferiu ao direito de propriedade o *status* de direito fundamental. Ao mesmo tempo em que garantiu a propriedade privada, condicionou-a ao cumprimento de uma função social (artigo 5º, incisos XXII e XXXIII). Estabeleceu que a função social da propriedade urbana será cumprida quando a propriedade atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no respectivo plano diretor, instrumento básico de ordenação das cidades. Mencionou, ainda, que o objetivo da política de desenvolvimento urbano é *“ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes”* (artigo 182).

Para se tornar aplicável, o texto constitucional carecia de regulamentação, o qual ocorreu com a aprovação, em 2001, da Lei n. 10.257, denominada Estatuto da Cidade. Este diploma legal dispõe que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana (artigo 2º), sendo certo que seu uso deve ser exercido em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (par. único do artigo 1º).

Em comparação com o estabelecido na Constituição Federal, o Estatuto da Cidade ampliou ainda mais o conceito de função social da propriedade urbana, estabelecendo que, além de ter de atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, seja assegurado, ainda, *“o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei”* (artigo 39).

Ribeiro (2003, p. 14) salienta: *“o impacto institucional e político da aprovação do Estatuto da Cidade deve ser avaliado, porém, levando em consideração que a sua aprovação regulamenta o princípio da função social da propriedade, que passa a ser o norte da intervenção pública na cidade, a ser traduzido obrigatoriamente nos planos diretores”* (grifo nosso).

Nas palavras de Séguin (2002, p. 85) o estatuto *“municou a comunidade e o Poder Público de mecanismos que lhe permitem desmistificar o caráter absoluto do direito de propriedade subjugando o interesse particular ao público dando efetividade a sua função social em prol de uma verdadeira política de urbanismo”* (grifo nosso).

No mesmo sentido, Derani (2002, p. 66) comenta: *“com a efetivação do princípio da função social da propriedade, tem-se a possibilidade de que a relação individualizada de propriedade traga contribuições sociais, isto é, satisfaça o interesse privado e o interesse social”* (grifo nosso).

Milaré (2004, p. 627) ensina: *“o Estatuto da Cidade é a lei federal referida no § 4º do art. 182, mediante a qual serão feitas as exigências ao proprietário do solo*

*urbano não utilizado ou subutilizado, isto é, mediante a qual será executada a hipoteca social da propriedade urbana. E ela o faz, de modo especial, em seus artigos 5º a 8º, que regulam as formas que tem o Município para compelir o uso conforme da propriedade urbana: (i) o parcelamento, edificação ou utilização compulsória de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado; (ii) IPTU progressivo no tempo; (iii) desapropriação”.*

Em conformidade com o disposto na Constituição Federal, o Estatuto da Cidade disciplinou as condutas definidoras do não-cumprimento da função social da propriedade urbana, quais sejam: solo urbano não-edificado, subutilizado ou não-utilizado. Foi definido apenas imóvel subutilizado, que é aquele “cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente” (artigo 5º, par. 1º, inc. I), e as demais condutas serão definidas por cada município, em vista de suas peculiaridades. Imperioso mencionar o veto sofrido pelo inciso II do parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto, o qual também considerava subutilizado o imóvel utilizado em desacordo com a legislação urbanística ou ambiental<sup>2</sup>.

As sanções para o caso de descumprimento da função social também foram disciplinadas pelo estatuto, nos artigos 5º a 8º, quais sejam: parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública.

Importante salientar que o novo Código Civil, vigente a partir de janeiro de 2003, demonstrou clara preocupação, também, com a finalidade *ambiental* da propriedade. O parágrafo 1º do artigo 1.228 assim determina: “o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas” (grifo nosso).

A doutrina jurídica especializada já tinha o mesmo entendimento<sup>3</sup>, o qual, na verdade, foi apenas consolidado pelo novo código. Vejamos.

Segundo Milaré (2004, p. 146), a *função ambiental* foi contemplada como elemento marcante do direito de propriedade no novo Código Civil, em vista do estabelecido no parágrafo único do artigo 1.228, acima transcrito. O mesmo autor elege a função socioambiental da propriedade com um dos princípios fundamentais do direito do ambiente (p. 146).

Derani (2000, p. 269) ensina que também o detentor de recursos naturais deve atender à “*função ambiental da propriedade, posto que estes bens apropriados e a manutenção de suas características ecológicas são indispensáveis à realização do meio ambiente ecologicamente equilibrado*”. Grau (1994, p. 225) salienta que a proteção ambiental integra o conceito e o próprio conteúdo da função social da propriedade.

Na opinião de Magalhães (1993, p. 150) a função socioambiental da propriedade seria uma reciclagem do conceito de função social, cujo conteúdo foi ampliado para atender aos objetivos de caráter ambiental. Cavedon et al (2003, p. 181) mencionam que a função ambiental da propriedade resulta da conjunção da proteção legal conferida pelo ordenamento jurídico ao direito de propriedade e ao meio ambiente.

(2) Com relação à legislação urbanística, concordamos com o veto sofrido, pois um imóvel pode estar em desacordo com a lei por estar “super” utilizado.

(3) Especialmente pelo fato de a Constituição Federal de 1988 afirmar que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de todos, sendo o poder público e a coletividade co-responsáveis por sua proteção e preservação (artigo 225).

Benjamim (2000, p. 70) ressalta que “a Constituição traz restrições explícitas ao direito de propriedade por meio da instituição da função socioambiental da propriedade, que não existia nas Constituições anteriores. Essa função socioambiental não aparece como abstração, mas como algo que há que ter um efeito concreto”. Leuzinger (2002, p. 66) entende que a função socioambiental está inserida na função social da propriedade, tendo em vista o direito fundamental de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Dessa forma, considerando a doutrina jurídica especializada, é possível constatar que toda propriedade, além de ter uma função social, possui também uma função intrínseca *ambiental*, estando o exercício deste direito vinculado e condicionado, em tese, ao respeito das normas ambientais. Importante esclarecer que outras funções relevantes são inerentes à propriedade, como a econômica, cultural (etc.), entretanto, este estudo se limitou à abordagem exclusivamente ambiental.

## ESTUDO DE CASO: CLUBE DE CAMPO SÃO PAULO

(4) Endereço: Praça Rockford, 28, Distrito de Capela do Socorro – SP – CEP: 04826-410. Em 1994, o clube licenciou suas edificações perante a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo e, em razão de ampliações, reformas e demolições, passou por novo licenciamento ambiental no ano de 2000.

(5) Processo administrativo em trâmite na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, referente ao licenciamento ambiental do Clube de Campo São Paulo.

A propriedade urbana estudada é o Clube de Campo São Paulo<sup>4</sup>, situado no município de São Paulo, distrito de Capela do Socorro, às margens do reservatório Guarapiranga, manancial de abastecimento da região metropolitana de São Paulo. De acordo com dados obtidos no processo administrativo SMA n. 100.000/00<sup>5</sup>, a fundação do clube ocorreu em 1937 e, atualmente, possui área de terreno de 1.166.040,00 m<sup>2</sup>, sendo sua ocupação destinada ao esporte e recreação.

O plano diretor vigente no município de São Paulo foi aprovado por meio da Lei n. 13.430, de 13 de setembro de 2002 e complementado pela Lei n. 13.885, de 25 de agosto de 2004, a qual a) estabelece normas complementares ao plano diretor estratégico; b) institui os planos regionais estratégicos das subprefeituras; c) dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o uso e ocupação do solo.

O conceito de função social da propriedade urbana está definido no artigo 11 do plano diretor: “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, no mínimo, os seguintes requisitos: I – o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, o acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento econômico; II – a compatibilidade do uso da propriedade com a infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis; III – a compatibilidade do uso da propriedade com a preservação da qualidade do ambiente urbano e natural; IV – a compatibilidade do uso da propriedade com a segurança, bem estar e a saúde de seus usuários e vizinhos” (grifo nosso).

Nos moldes do artigo 12 do plano diretor, a função social da propriedade compreende ainda a distribuição de usos e intensidades de ocupação do solo de forma equilibrada em relação à infra-estrutura disponível; a preservação dos recursos naturais e, em especial, dos mananciais de abastecimento de água do município; recuperação de áreas degradadas; acesso à moradia digna; dentre outros.

Por outro lado, o não-cumprimento da função social está expressamente estabelecido de forma objetiva no artigo 13: “para os fins estabelecidos no artigo 182 da Constituição da República, não cumprem a função social da propriedade

*urbana, por não atender às exigências de ordenação da Cidade, terrenos ou glebas totalmente desocupados, ou onde o coeficiente de aproveitamento<sup>6</sup> mínimo não tenha sido atingido...”*

Os instrumentos indutores do uso social da propriedade urbana estão regulamentados nos artigos 199 a 203 do plano diretor. Em decorrência do exigido pelo Estatuto da Cidade, as áreas sujeitas à aplicação dos referidos instrumentos devem estar expressamente fixadas no plano diretor. No município em estudo, essas áreas foram definidas no artigo 201. Além dessas, os planos regionais estratégicos, elaborados no âmbito de cada subprefeitura, poderão especificar novas áreas sujeitas ao parcelamento, edificação e utilização compulsórios, bem como definir os parâmetros urbanísticos mínimos e máximos para que se faça cumprir a função social da propriedade<sup>7</sup>.

Em razão de sua localização, o clube está sujeito também às normas previstas no Plano Regional da Subprefeitura de Capela do Socorro<sup>8</sup>, adiante comentado.

## DISCUSSÃO

Mediante leitura de normas disciplinadoras da função social da propriedade urbana, torna-se ainda mais evidente a importância de seu correto entendimento na medida em que, aprovado o Estatuto da Cidade, há possibilidade de efetiva aplicação, pelos gestores públicos municipais, dos instrumentos-sanção previstos para os casos de não-cumprimento da função social.

A discussão que se faz presente é: Como uma propriedade urbana irá cumprir, *simultaneamente*, todos os requisitos exigidos pelo artigo 11 do plano diretor do município de São Paulo, acima transcrito? Em outras palavras, como será aferido (qual método será utilizado) para sabermos se, na prática, determinada propriedade cumpre sua função social?

A par do fato de a propriedade ter de atender aos requisitos do plano diretor, verificamos, consoante acima apresentado, que o Estatuto da Cidade (artigo 39) ampliou o conceito de função social da propriedade urbana ao exigir, também, o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas, ainda, suas diretrizes gerais.

Todavia, referidas expressões, por serem subjetivas, podem constituir empecilho para a efetividade da função social da propriedade urbana.

De fato, Moreira (2001, p. 157) visualiza a dificuldade prática de aplicação da definição trazida pelo Estatuto da Cidade mencionando que o problema dos requisitos inseridos no conceito de função social da propriedade urbana “*é conceituar as expressões ‘qualidade de vida’, ‘justiça social’ e ‘desenvolvimento das atividades econômicas’ para tornar esse dispositivo aplicável*”.

Almeida (2002, p. 43) ressalta que a adequação do aproveitamento do solo, conforme disposto no parágrafo 4º da Constituição Federal, “*não pode ser aferida de modo subjetivo, seja pelo proprietário, seja pelo administrador público. Pelo contrário, deve ser apurada objetivamente, com base na lei. E a lei municipal competente para tanto, no âmbito mais geral, é o plano diretor*”.

(6) Coeficiente de aproveitamento é “*a relação entre a área edificada, excluída a área não computável, e a área do lote*”, conforme definido no artigo 146, inc. IX do plano diretor municipal. O coeficiente de aproveitamento do clube é 0,042 (4,02%), valor que está em conformidade com as legislações estadual e municipal. Pela legislação estadual de proteção aos mananciais, poderia ser, no máximo, 0,20 (20%) e, pelo plano diretor municipal, no máximo 0,40 (40%). Já o Plano Regional da Subprefeitura de Capela do Socorro estabelece o valor máximo de 0,30 (30%) para os lotes inseridos na zona à qual ele pertence (ZLT).

(7) Consoante estabelecem o par. 5º do artigo 201 do plano diretor e o artigo 49 da Lei n. 13.885/2004.

(8) Que constitui o anexo XIX – Livro XIX da Parte II da referida Lei municipal (SP) n. 13.885/04.

Assim, entendemos que referidas expressões subjetivas adotadas pelo Estatuto da Cidade (e também pelo plano diretor em análise) não devem ser verificadas casuisticamente para aferição da função social da propriedade.

Em razão do exposto, apresentamos dois subconceitos relativos à função social da propriedade urbana, fundamentados em dois métodos de análise os quais serão detalhados a seguir: a) um conceito positivo (análise pela via positiva), para quando a propriedade *cumpre* sua função social, que abrange conceitos e noções subjetivos para os quais, em caso de descumprimento, não podem ser aplicados os instrumentos-sanção previstos no parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal; b) um conceito negativo (análise pela via negativa), para quando a propriedade *não cumpre* a função social, a qual abrange aspectos objetivos, havendo, nesses casos, possibilidade de imposição de sanções por parte do poder público.

### Análise pela via positiva

A Constituição Federal estabelece que a função social é cumprida quando atende ao plano diretor, assim, como visto, o Estatuto da Cidade trouxe outros requisitos. No âmbito local, cada município tratará a questão conforme suas peculiaridades. Em São Paulo, os aspectos subjetivos estão disciplinados nos artigos 11 e 12 do plano diretor supra-apresentados, dentre os quais, para efeitos deste estudo, será analisado apenas o aspecto ambiental.

O plano diretor enfatizou a importância da questão ambiental no âmbito do cumprimento da função social da propriedade (artigo 11, inc. III), sendo a política de desenvolvimento urbano e ambiental relativa ao Distrito de Capela do Socorro inteiramente voltada para a preservação da qualidade ambiental.

O Clube de Campo São Paulo está em conformidade com a legislação estadual de proteção de mananciais, consoante pudemos observar no processo administrativo SMA n. 100.000/00. Destacamos, a título exemplificativo, algumas características da propriedade: a) possui área verde em grande extensão, tendo contribuído para impedir a expansão urbana em direção ao manancial, funcionando como verdadeira barreira contra a expansão descontrolada; b) a maioria da área é permeável, assegurando o equilíbrio ecológico da região e contribuindo para a produção de água; c) a proteção dos taludes bem como locais potencialmente erodíveis possuem cobertura vegetal, de forma a impedir a erosão e o assoreamento; d) o esgoto gerado é destinado à Sabesp, e os resíduos sólidos removidos pelo serviço público municipal; e) o abastecimento de água é realizado por rede pública e poço artesiano.

Consoante estabelecido pela legislação municipal, o Clube de Campo está inserido no Sistema de Áreas Verdes do Município e na zona de lazer e turismo (“ZLT”), a qual é destinada ao uso de lazer, turismo e atividades correlatas, vinculados à preservação da natureza, de densidades demográfica e construtiva baixas.

De fato, analisando a legislação municipal em apreço, verificamos que a pretensão, para áreas de proteção aos mananciais, é a ocorrência de baixa densidade populacional, pouco adensamento e alta permeabilidade do solo. Os usos que não implicam em construção de edificações ou com baixo coeficiente de aproveitamento são estimulados nessas áreas. A área construída do clube



(9) Área construída:  
46.920,01 m<sup>2</sup> e área de  
terreno: 1.166.040,00 m<sup>2</sup>.

corresponde a 4,02%<sup>9</sup> da área total do terreno, indicando o reduzido aproveitamento do solo, em conformidade com o pretendido pela legislação.

Entendemos, dessa forma, que o uso do solo desenvolvido no Clube de Campo São Paulo é compatível com a preservação ambiental do manancial, pelas razões acima apresentadas, sendo as condições de ocupação no entorno da represa Guarapiranga consideradas adequadas, conforme requerido pelo Plano Regional da Subprefeitura de Capela do Socorro.

Diante do exposto, por meio da análise realizada pela via positiva, concluímos: a) considerando que apenas a questão ambiental foi analisada, é possível o Clube de Campo São Paulo cumprir sua função social, ou seja, há indícios de cumprimento da função social ou socioambiental da propriedade; b) o fato de o uso da propriedade ser compatível com a preservação do manancial não quer dizer que ela cumpre a função social, já que outras questões previstas no plano diretor municipal como justiça social, qualidade de vida, compatibilidade com a infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos existentes, segurança, bem-estar e saúde de seus usuários e vizinhos, etc., deveriam ainda ser avaliadas em estudos específicos; c) os instrumentos-sanção previstos no parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal não podem ser aplicados na propriedade porque não há previsão legal neste sentido.

Compreendemos que os aspectos integrantes do conceito positivo podem ser levados em conta para uma discussão teórica a respeito da função social da propriedade, não havendo, pela legislação vigente, qualquer sanção em caso de descumprimento. Por outro lado, são de suma relevância, tendo em vista que podem e devem orientar o Poder Executivo na realização de planos, programas e projetos. Da mesma forma, podem ser utilizados pelo Poder Legislativo na elaboração de legislação a afetar o assunto, assim como auxiliar a própria aplicação da lei ao caso concreto, pelo Poder Judiciário, em caso de lacunas ou dúvidas quanto à sua interpretação.

### Análise pela via negativa

Para os fins do estabelecido no parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal, a qual prevê a imposição de sanções pelo descumprimento da função social da propriedade urbana, a única forma de verificar sua aplicação prática é pela via negativa, pela constatação de quando a propriedade não cumpre a função social, para o que há uma sistemática objetiva de aferição estabelecida pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade, pelo plano diretor do município de São Paulo e pelo Plano Regional da Subprefeitura de Capela do Socorro.

Verificamos que a função social da propriedade urbana é estabelecida pelo plano diretor, havendo, então, três situações concretas e objetivas nas quais a propriedade não cumpre a função social: a de não estar edificada, a de não estar sendo utilizada, ou a de estar subutilizada. As sanções pelo não-cumprimento da função social da propriedade urbana também estão especificadas: parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; pagamento do IPTU progressivo no tempo; desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública (artigos 199 a 201 do plano diretor).

(10) Constitui solo urbano não-edificado, terrenos e glebas com área superior a 250 m<sup>2</sup> onde o coeficiente de aproveitamento utilizado seja igual a zero (artigo 201, par. 1<sup>o</sup>).

(11) Constitui solo urbano não-utilizado todo tipo de edificação nos distritos da Sé, República, Bom Retiro, Consolação, Brás, Liberdade, Cambuci, Pari, Santa Cecília e Bela Vista que tenham, no mínimo, 80% de sua área construída desocupada há mais de cinco anos, ressalvados os casos nos quais a desocupação decorra de impossibilidades jurídicas ou resultantes de pendências judiciais incidentes sobre o imóvel (artigo 201, par. 4<sup>o</sup>).

(12) Solo urbano subutilizado é caracterizado por terrenos e glebas com área superior a 250 m<sup>2</sup> onde o coeficiente de aproveitamento não atinja o mínimo definido para o lote na zona onde se situam, excetuando: (a) os imóveis utilizados como instalações de atividades econômicas os quais não necessitam de edificações para exercer suas finalidades, (b) os imóveis utilizados como postos de abastecimento de veículos, e (c) os imóveis integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município (artigo 201, par. 2<sup>o</sup>).

(13) Conforme estabelece o artigo 80 do Livro XIX, anexo à Lei n. 13.885/2004.

De acordo com o previsto no artigo 13 do plano diretor, para os fins estabelecidos no artigo 182 da Constituição da República, não cumprem a função social da propriedade urbana, por não atender às exigências de ordenação da cidade, terrenos ou glebas totalmente desocupados, ou onde o coeficiente de aproveitamento mínimo não tenha sido atingido. Assim, os comportamentos de proprietários urbanos que pretende reprimir são a permanência de glebas totalmente desocupadas – que podem ser caracterizadas pelas atitudes de não-edificação<sup>10</sup> e/ou de não-utilização<sup>11</sup> – bem como glebas nas quais o coeficiente de aproveitamento não tenha sido atingido – caracterizando o imóvel como subutilizado<sup>12</sup>. Relevante esclarecer que tais conceitos não se confundem, uma vez que pode haver um imóvel não-edificado, mas que esteja sendo utilizado ou ocupado, consoante será a seguir apresentado.

O Clube de Campo não se caracteriza como solo urbano não-utilizado, pois o uso para lazer, recreação, é uma forma de utilização. Além disso, a aplicação desse conceito foi vinculada, pelo plano diretor, ao distrito de localização do imóvel – não sendo o Distrito de Capela do Socorro passível de sua aplicação, conforme o disposto no parágrafo 4<sup>o</sup> do artigo 201 do plano diretor.

Consoante já apresentado, a não-edificação, em terrenos localizados em área de proteção aos mananciais, é estimulada pela legislação, pelo fato de, se assim permanecerem, acabarem por contribuir para a preservação da qualidade ambiental da região. É justamente esse o sentido do disposto no artigo 81 do Plano Regional da Subprefeitura de Capela do Socorro: “*os terrenos não edificados e/ou subutilizados, desde que não impermeabilizados ou erodidos, cumprem importante função social no campo da produção de água, por contribuir como áreas de recarga de lençol freático*” (grifo nosso).

O clube possui área bem superior a 250 m<sup>2</sup> e seu coeficiente de aproveitamento não é igual a zero, não sendo, portanto, solo urbano não-edificado. Entretanto, mesmo se assim fosse, não haveria qualquer descumprimento da função social da propriedade, posto que a não-edificação, em áreas protegidas, não constitui conduta passível de punição, pelo contrário, é estimulada.

Da mesma forma, o Clube de Campo São Paulo não pode ser caracterizado como solo urbano subutilizado nos termos do parágrafo 2<sup>o</sup> do artigo 201 do plano diretor ora comentado, especialmente pelo fato de, como já mencionado, o uso para recreação ser uma forma de utilização. Ademais, referido dispositivo legal expressamente exclui os imóveis integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município do conceito de solo urbano subutilizado.

Além disso, o Plano Regional da Subprefeitura de Capela do Socorro<sup>13</sup> proíbe expressamente a exigência de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios naquela região, corroborando o entendimento que, para aquela localidade, a pretensão do legislador é exatamente que não se edifique, não se construa, não se parcele, de modo a assegurar a capacidade de suporte dos recursos naturais existentes.

Assim, por meio da análise realizada pela via negativa, concluímos: a) o Clube de Campo São Paulo cumpre a função social da propriedade em razão de não ser considerado solo urbano não-utilizado, subutilizado, nem mesmo não-

edificado, nos termos das definições adotadas pelo plano diretor do município de São Paulo; b) os instrumentos-sanção previstos no parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal não podem ser aplicados nessa propriedade porque não há previsão legal, além de o Plano Regional da Subprefeitura de Capela do Socorro vedar expressamente.

Diante do exposto, foi possível constatar que os conceitos previstos pela Constituição Federal (parágrafo 4º do artigo 182) e pelo Estatuto da Cidade (artigos 5º a 8º) para punir o não-cumprimento da função social da propriedade urbana somente fazem sentido quando aplicados àqueles imóveis localizados em regiões cujo aproveitamento ou construção são desejados do ponto de vista urbanístico, regiões essas dotadas de infra-estrutura, nas quais a manutenção do imóvel vazio ou subaproveitado deve realmente ser punida pela legislação. A região central do município de São Paulo representa o melhor exemplo dessa situação, dotada de toda a infra-estrutura necessária, com milhares de imóveis desocupados.

Em casos como esse, em que o não-aproveitamento do solo é pretendido e estimulado visando à sua sustentabilidade ambiental, não existe, portanto, uma conduta a penalizar o proprietário pela falta de cumprimento da função social.

De fato, a vocação do imóvel em apreço é justamente a produção de água para abastecimento da região metropolitana de São Paulo. A ocorrência de usos que mantenham o solo com pouca quantidade de construções e edificações, e baixo coeficiente de aproveitamento, constitui condição primordial para que o solo tenha permeabilidade, os corpos d'água sejam protegidos contra poluição e assoreamento, a cobertura vegetal seja mantida, em outras palavras, é essencial para preservação da qualidade ambiental da região.

Além dos comentários acima, temos ainda a considerar que, concretamente, apenas parâmetros urbanísticos integram o conceito da função social da propriedade urbana. Nenhuma das três condutas passíveis de punição levam em consideração a obrigatoriedade de respeito às normas ambientais, não obstante ter sido demonstrado, tanto pelo texto do vigente Código Civil quanto pela doutrina jurídica especializada – a qual vem consolidando a construção da expressão função socioambiental da propriedade –, que o exercício deste direito está definitivamente vinculado à obrigatoriedade de preservação e proteção ambiental.

Assim, um imóvel completamente degradado do ponto de vista ambiental, nos termos da legislação vigente, não pode ser punido por descumprimento da função social, nos termos do parágrafo 4º do artigo 182 da Constituição Federal e dos artigos 5º a 8º do Estatuto da Cidade<sup>14</sup>.

Nesse mesmo sentido, sobre as sanções previstas na constituição e regulamentadas pelo Estatuto da Cidade para o descumprimento da função social da propriedade urbana, Almeida (2002, p. 50) afirma: “*estão excluídas das sanções previstas no dispositivo em comento as áreas que não cumprem sua função social por outras espécies de desatendimento às exigências fundamentais de ordenação da cidade, v.g., descumprimento do zoneamento de uso.*” Salienta, ainda, não haver previsão constitucional nesse sentido, e tratando-se de medidas limitadoras de direito fundamental (propriedade) não cabe interpretação ampliativa, extensiva (p. 50).

(14) Considerando especialmente o veto sofrido pelo inciso II do parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto da Cidade, o qual retirou a obrigatoriedade de cumprimento da legislação ambiental do conceito de subutilizado.

## CONCLUSÃO

A exigência do cumprimento da função social da propriedade urbana passou a ser possível com o advento do Estatuto da Cidade. Para essa finalidade, dois subconceitos integram o princípio da função social da propriedade urbana. O conceito positivo se refere aos requisitos para a propriedade cumprir sua função social, o qual abrange aspectos subjetivos e não-mensuráveis. O conceito negativo abrange condutas puníveis pelo legislador, em razão do não-cumprimento da função social da propriedade urbana (manutenção do solo urbano subutilizado, não-utilizado ou não-edificado), critérios estes objetivos, o que possibilita sua aferição prática.

A propriedade escolhida para ser objeto de estudo de caso cumpre sua função social, concretamente, mediante análise feita pela via negativa, em virtude de não ser considerada solo urbano não-utilizado, subutilizado ou não-edificado.

Com relação ao atendimento aos requisitos de natureza ambiental, verificamos que alguns autores<sup>15</sup> denominam função ambiental, outros, função socioambiental, e outros, ainda, entendem estar a função ambiental inserida na função social da propriedade. Entretanto, na prática, a questão ambiental não foi levada em conta no conteúdo das condutas as quais definem o não-cumprimento da função social.

Diante do exposto, verificamos que a disciplina jurídica estabelecida pela Constituição Federal e, conseqüentemente, pelo Estatuto da Cidade para a punição de comportamentos consubstanciados no descumprimento da função social da propriedade urbana, conflita com a sustentabilidade ambiental necessária em certos imóveis e somente faz sentido quando aplicada a propriedades localizadas em regiões cujo aproveitamento e construção são desejados. Em imóveis dotados de interesse ambiental, ao contrário, nos quais há premente necessidade da manutenção do solo urbano subaproveitado, não-edificado, não existem condutas previstas na legislação para punir o não-cumprimento da função social da propriedade urbana.

(15) Apresentados no item Resultados.

pós- | 089

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fernando Dias Menezes. Comentários ao Estatuto da Cidade: artigos 4º a 8º e 21 a 24. In: ALMEIDA, Fernando Dias Menezes; MEDAUAR, Odete (Coord.) *Estatuto da Cidade: Lei n. 10.257, de 10.07.2001*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p. 29-82.
- BENJAMIM, Antônio Herman. Desapropriação, reserva florestal legal e áreas de preservação permanente. In: FIGUEIREDO, Guilherme José Purvim de (Org.). *Temas de direito ambiental e urbanístico*. São Paulo: IBAP, 1998. p. 63-90.
- . A Proteção do Meio Ambiente e o Direito de Propriedade sob a Perspectiva da Constituição Federal. In: II SEMINÁRIO DE DIREITO AMBIENTAL IMOBILIÁRIO, 1999, São Paulo, *Trabalhos do II Seminário de Direito Ambiental Imobiliário*. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado; 2000. p. 68-72.
- BRASIL. *Código Civil: Lei n. 10.406, de 10/01/2002*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- . *Código Civil: Lei n. 3.071, de 01/01/1916*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- . *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília (DF), 11 jul. 2001. Seção 1.

CAVEDON, Fernanda de Salles; DIEHL, Francelise Pantoja; SIQUEIRA, Cristina Boccasius; SOUZA, Eliziane Mara de. Função ambiental da propriedade urbana e áreas de preservação permanente: a proteção das águas no ambiente urbano. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL, n. 7, 2003, São Paulo. *Trabalhos apresentados no 7º Congresso Internacional de Direito Ambiental*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003. p. 173-195.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. *O outro lado do meio ambiente: Uma incursão humanista na questão ambiental*. Campinas: Millenium, 2002.

DALLARI, Adilson Abreu. Instrumentos da política urbana. In: DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (Coord.). *Estatuto da Cidade: Comentários à Lei Federal n. 10.257/2001*. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 71-86.

DERANI, Cristiane. Função ambiental da propriedade. *Revista de Direitos Difusos*. São Paulo, v. 3, p. 264-272, 2000.

\_\_\_\_\_. A propriedade na Constituição Federal de 1988 e o conteúdo da função social. *Revista de Direito Ambiental*. São Paulo, v. 27, p. 58-69, 2002.

GRAU, Eros Roberto. Proteção do meio ambiente: caso parque do povo [parecer]. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v. 702, p. 247-260, 1994.

LEAL, Rogério Gesta. *A função social da propriedade e da cidade no Brasil: Aspectos jurídicos e políticos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado/Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. *Meio ambiente: Propriedade e repartição constitucional de competências*. Rio de Janeiro: Esplanada, 2002.

MAGALHÃES, Maria Luiza Faro. Função social da propriedade e meio ambiente: princípios reciclados. In: BENJAMIM, Antônio Herman (Coord.). *Função ambiental: Prevenção, reparação e repressão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. p. 147-151.

MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente: Doutrina, jurisprudência, glossário*. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MOREIRA, Antonio Cláudio M. L. Plano diretor e função social da propriedade urbana. In: MOREIRA, Mariana (Coord.). *Estatuto da Cidade*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. p. 147-165.

MUKAI, Toshio. Plano diretor no substitutivo ao projeto de Lei n. 5.788, de 1990. In: MOREIRA, Mariana (Coord.). *Estatuto da Cidade*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. p. 131-146.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Urban planning* [on-line]. Disponível em: <[www.who.dk/healthy-cities/UrbanHealthTopics/20020116\\_1](http://www.who.dk/healthy-cities/UrbanHealthTopics/20020116_1)>. Acesso em: 15/10/2002.

PINHO, Rui Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Instituições de direito público e privado: Introdução ao estudo do Direito e noções de ética profissional*. 18. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. O Estatuto da Cidade e a questão urbana brasileira. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). *Reforma urbana e gestão democrática: Promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2003. p. 11-25.

SÃO PAULO (cidade). Lei n. 13.430, de 13 de setembro de 2002. Plano diretor estratégico do município de São Paulo. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, 19 set. 2002. Suplemento, p. 01-104.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.885, de 25 de agosto de 2004. Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o uso e ocupação do solo no município de São Paulo. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, 06 out. 2004. Suplemento, p. 01-688.

SÉGUIN, Elida. *Estatuto da Cidade: Promessa de inclusão social, justiça social*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.



**Obs.:**

Artigo extraído da dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2005 perante o Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Rossin, intitulada “Evolução do conceito de função socioambiental da propriedade urbana entre 1916 e 2004”.

---

**Ana Luiza Silva Spínola Krings**

Advogada (FDSBC). Especialista em direito ambiental (FSP-USP). Mestre em saúde ambiental (FSP-USP). Advogada da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb.

e-mail: [alspinola@usp.br](mailto:alspinola@usp.br)

**Antônio Carlos Rossin**

Engenheiro industrial químico (FEI-PUCSP) e sanitaria (FSP-USP). Mestre e doutor em saúde pública pelo Imperial College da Universidade de Londres. Professor Doutor do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da USP.

e-mail: [acrossin@usp.br](mailto:acrossin@usp.br)

**Arlindo Philippi Jr.**

Engenheiro civil (UFSC) e sanitaria (FSP-USP). Mestre em saúde pública e doutor em saúde ambiental (FSP-USP). Livre-docente em política e gestão ambiental (FSP-USP). Professor titular do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da USP, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da USP.

e-mail: [aphij@usp.br](mailto:aphij@usp.br)

Ricardo Antonio Tena Núñez

*a*

S CIDADES DA AMÉRICA  
LATINA *entre* O REALISMO e  
A *UTOPIA*. NOTAS PARA O  
ESTUDO DA *URBANIZAÇÃO*  
SOCIOCULTURAL

092

pós-

## RESUMO

A intensa degradação apresentada pelas cidades na América Latina, ligada à importância adquirida pelos entornos urbanos e pela cultura no contexto mundial da globalização e da pós-modernidade, motivou o desenvolvimento de análises que abrangem diferentes disciplinas e alimentam o debate contemporâneo. Nesse processo, confrontam-se posturas as quais oscilam entre a utopia e o realismo, e que integram enfoques distintos sobre a dinâmica ordem-desordem e o conflito de interesses presente na cidade. A crítica à visão utópica motiva a formulação de novos conceitos e métodos de interpretação dos processos urbanos, com uma orientação realista e recupera o verdadeiro sentido do debate: gerar conhecimentos que contribuam para materializar um projeto de cidade baseado na aspiração social de um entorno urbano desejável, equitativo e justo para os setores populares. É nesse contexto e com essa orientação que deve inserir-se a pesquisa e o conceito de “urbanização sociocultural”, destinado ao conhecimento da dimensão cultural da cidade.

## PALAVRAS-CHAVE

Cidade, cultura, ordem-desordem, conflito de interesses, realismo, urbanização sociocultural.

LAS CIUDADES DE AMÉRICA  
LATINA ENTRE EL REALISMO Y LA  
UTOPIA. NOTAS PARA EL ESTUDIO  
DE LA URBANIZACIÓN  
SOCIOCULTURAL

pós- | 093

## RESUMEN

La fuerte degradación que presentan las ciudades en América Latina, ligada a la importancia que han adquirido los entornos urbanos y la cultura en el contexto mundial de la globalización y la posmodernidad, ha motivado el despliegue de análisis que atraviesan distintas disciplinas y nutren el debate contemporáneo. En este proceso se confrontan posturas que oscilan entre la utopía y el realismo, las cuales integran enfoques distintos sobre la dinámica orden-desorden y el conflicto de intereses que hay en la ciudad. La crítica a la visión utópica motiva la formulación de nuevos conceptos y métodos de interpretación de los procesos urbanos con una orientación realista y recupera el verdadero sentido del debate: generar conocimientos que contribuyan a materializar un proyecto de ciudad basado en la aspiración social de un entorno urbano deseable, equitativo y justo para los sectores populares. Es este contexto y con esa orientación se inserta la investigación y el concepto “urbanización sociocultural”, destinado al conocimiento de la dimensión cultural de la ciudad.

## PALABRAS CLAVE

Ciudad, cultura, orden-desorden, conflicto de intereses, realismo, urbanización sociocultural.

LATIN AMERICAN CITIES:  
BETWEEN THE REALISM AND THE  
UTOPIA. NOTES FOR A  
SOCIOCULTURAL  
URBANIZATION STUDY

**ABSTRACT**

The increasing degradation of Latin American cities, in addition to the importance of urban environments and culture within the world context of globalization and postmodernism, has recently raised interest in analyses from different disciplines and has nourished current debates. In this process, the points of view of different experts, ranging from utopia to realism, are confronted. These positions are part of the approach of “order-disorder” dynamics and of the conflict of interests we see in cities. The critics of the utopian vision lead us to formulate new concepts and methods to interpret the urban processes within a realistic orientation, restoring real sense to the debates: to generate new knowledge that helps materialize the design of a fair city based on the social aspiration of a desirable and well-balanced urban environment. In this context and with this approach, the sociocultural urbanization concept is included in this investigation. It encourages research dedicated to discovering the cultural dimension of a city.

**KEY WORDS**

City, culture, order-disorder, conflict of interests, realism, sociocultural urbanization.

## EL SABER URBANO Y LA CRISIS DE HOY



Calle República de Chile, Centro Histórico, ciudad de México, DF (2005)  
Crédito: Autor

La crisis que hoy experimentan las ciudades se expresa también como una crisis de interpretación que afecta en forma directa al urbanismo, pero también a todas aquellas disciplinas que estudian la ciudad y lo que en ella ocurre (arquitectura, geografía, sociología, antropología y psicología, entre otras); esta situación ha desplegado un creciente debate de carácter transdisciplinario que necesariamente atraviesa el cuerpo de cada una – retroalimentando y actualizando sus teorías, o campo epistemológico –, generando aportes que circulan y se intercambian con diversas modalidades de comunicación en torno a los paradigmas dominantes que definen la ciudad, su significado y sentido, proceso que implica un permanente “rebasamiento cognoscitivo” (LÓPEZ RANGEL, 2003) que constantemente reconfigura el contenido y el perfil del debate.

Esta dinámica se expresa históricamente en las formas particulares que asume la relación *ciencia-sociedad*; es decir, entre el conocimiento científico y la realidad social imperante, de la que emerge y hacia la que va dirigido. Actualmente esta relación tiene un carácter singular en el nuevo escenario mundial, donde destaca el desarrollo que registran las áreas de conocimiento y la presión social que ejerce la globalización económica y el ambiente cultural de la posmodernidad.

En este contexto destacan dos cuestiones centrales en el análisis urbano que afectan los referentes teórico-metodológicos de las disciplinas y que atañen a la relación *ciudad-ciudadano*: 1) El aumento del *conflicto de intereses* que experimenta la ciudad, cuyo reconocimiento es la pauta para poder resolverlos en un proceso democrático basado en la *negociación de intereses* y el *consenso* de la ciudadanía; y 2) El creciente peso que adquiere la *cultura* en los procesos urbanos, como factor determinante en la configuración de la ciudad – tejido, organización, modalidades del espacio público y privado, etc. –, en las formas expresivas de la vida urbana (socialidad, significado, identidad, prácticas) y en la *construcción del sentido* en la ciudadanía.

## EL MARCO GENERAL DEL DEBATE

La severa degradación urbana que actualmente presentan la mayor parte de las grandes ciudades de América Latina ha motivado que diversos especialistas las consideren como antítesis de la ciudad o *anticiudad*; además, esta situación se atribuye a dos hechos vinculados directamente con el modelo funcionalista de planificación



San José Cuajimalpa, periferia de la ciudad de México, DF (2003)  
Crédito: Autor





Periferia de São Paulo, região ABC (2000)  
Crédito: Autor

urbana: por un lado, con su ausencia (la falta de planeamiento); y por el otro, con su presencia (aplicación), cuya evaluación es a tal grado negativa que se le responsabiliza de la mayor parte de los problemas existentes, lo que descalifica al modelo y afirma su fracaso (TOMAS, 1996).

Esta percepción aparentemente contradictoria – que prácticamente anula la postura más difundida en los medios académicos y gubernamentales –, se basa en el análisis de las condiciones históricas que han determinado las características del proceso de urbanización en cada país y ciudad (con y sin planificación urbana), cuyos resultados demuestran que los beneficios – tanto del *desorden*, como del *orden* urbano que busca instituir el modelo funcionalista – se concentran en un selecto sector de la sociedad; esa coincidencia arma la dicotomía *orden-desorden* que afirma su unidad como las caras de una moneda y refuta la idea que los opone y separa. Hecho que marca los límites reales – o imposibilidad – que enfrenta la instauración del modelo funcionalista y consigna su carácter *utópico* (irreal, abstracto y arbitrario), revelándolo como instrumento ideológico, autoritario, hegemónico y excluyente a favor de las clases dominantes, rasgos que lo hacen técnicamente erróneo, socialmente injusto y políticamente inviable.

Lo anterior ha llevado a considerar la pertinencia de otras opciones de ordenamiento urbano – con una orientación y base conceptual distinta –, enfocadas a explicar la problemática actual de las ciudades, encarar el conflicto de intereses que hay entre los habitantes respecto del espacio urbano (*su derecho a la ciudad*) y evaluar las alternativas que surgen ante las condiciones que hoy impone la globalización económica y la posmodernidad. En suma, se requiere de un enfoque histórico y transdisciplinario capaz de analizar y reinterpretar la complejidad de la ciudad contemporánea: tejido urbano, elementos (objetivos y subjetivos) que la integran, su relación, dinámica, cambios y efectos locales que genera el actual proceso mundial.

Tal análisis debe aportar elementos significativos para la definición de opciones que lleven a materializar un *proyecto de ciudad deseable y posible*, basado en los dispositivos que la sociedad requiere para rehabilitar el espacio urbano y la calidad de vida que propicia. Entre estos destacan los factores que soportan la relación *ciudad-ciudadano* y la integración de la *ciudadanía* en sus distintas dimensiones (espacial, económica, jurídico-política, ideológica y cultural), tales como: la revaloración del espacio urbano respecto de las características, intereses, prácticas y posturas de los diferentes actores e instituciones, los beneficios que genera y su distribución, las identidades que propicia y la vida democrática que requiere para construir el consenso en la negociación de intereses, ya que se busca habilitar un *proyecto urbano* realista, apropiado (propio y sustentable), equitativo, digno y justo (BORJA, 2003).

## DEGRADACIÓN URBANA

Hoy es del dominio público la crítica que exalta la pésima calidad urbana que caracteriza a las grandes ciudades de América Latina, usualmente referida a problemas de aglomeración, inseguridad, contaminación y congestión; también se señalan aspectos relacionados con el tamaño de la ciudad, el crecimiento incontrolado, el alejamiento entre la vivienda y el trabajo – con altos costos sociales y económicos (dinero, tiempo y salud) –, desorganización del territorio, saturación espacial, mal estado de infraestructura – fallas y obras permanentes –, grandes carencias (transporte, servicios, vegetación, mobiliario), invasión del espacio público (vendedores, cuidadores, lavadores, cargadores, limosneros), negligencia y corrupción, incluso la fealdad que predomina en el paisaje urbano (arquitectura, mobiliario, calles, avenidas, plazas, jardines).

Sin embargo, la expresión más contundente de la degradación de las ciudades se aprecia como un desequilibrio; es decir, en la polarización extrema que presenta la calidad de vida en las distintas áreas urbanas, comúnmente en aquellas generadas (con y sin planificación) como parte del proceso de industrialización, por ejemplo: el abismo que separa los fraccionamientos que habitan las familias con altos ingresos, de los extensos campos de concentración suburbana destinados a la habitación popular; esta profunda diferencia se puede corroborar al analizar las cifras que arroja su condición territorial, socioeconómica y legal, pero es la morfología urbana y arquitectónica la que de inmediato expresa la gran diferencia en la calidad de vida que produce cada uno de estos entornos urbanos, cuyos rasgos exhiben el carácter selectivo, elitista y excluyente de la urbanización capitalista en América Latina.

Las diferencias saltan al comparar tres aspectos: 1) la *calidad de la configuración urbana* en general (ubicación, traza, estructura, tejido, distribución, lotificación y comunicación) y en particular del *espacio público* – calles, avenidas, pasajes, plazas, paseos, parques, jardines –, las características de sus accesos (pórticos y vestíbulos), circulaciones internas (peatonales y vehiculares), estancias, lugares, paisaje, mobiliario y ornamento, así como las actividades que propician o inhiben; 2) la *calidad de la infraestructura y los servicios públicos* y privados (agua, drenaje, energía, alumbrado, comunicación, telecomunicación, transporte, limpia, recolección, jardinería, correo o vigilancia), desde su existencia, forma, estado y mantenimiento, hasta la cantidad, calidad y oportunidad con que se prestan; y 3) la *calidad arquitectónica* y el estado en que se encuentran los edificios, tanto de *vivienda* – cuya ubicación, densidad, distribución, tamaño, arquitectura y cuidado son determinantes de las condiciones de *habitabilidad* de cada unidad doméstica y comunitaria –, como del *equipamiento urbano* (gobierno,



Anillo Periférico Norte, Área Metropolitana de la ciudad de México (2005)  
Crédito: Autor



Periferia de São Paulo, Brasil (2000)  
Crédito: Autor



Fraccionamiento Lomas Verdes, Naucalpan Estado de México (2005)  
Crédito: Autor

salud, educación, recreación, seguridad, comercio, culto, deporte, servicios y negocios) que integra el entorno cotidiano de los ciudadanos.

También la fuerte degradación urbana y arquitectónica se expresa en las áreas centrales, en los barrios, colonias y fraccionamientos que en su momento habitaron las clases dominantes y que hoy disputan su ocupación diversos grupos sociales: desde indigentes, sectores populares, profesionistas, intelectuales y empresas, hasta grandes consorcios transnacionales; se trata de la ocupación (legal e ilegal) del espacio público y de los baldíos urbanos (habitación, comercio, industria, cultura y gobierno) que ha dejado la sucesiva emigración de las clases dominantes, arrastrando a empresas e instituciones con las que se arman las nuevas “centralidades urbanas” que sirven para su reproducción y control.

El despliegue e integración de los nuevos centros urbanos creados en las últimas décadas en ciertas zonas del centro y la periferia, ha generado múltiples efectos en el territorio: devora a los asentamientos aledaños – algunos muy antiguos con espacios comunitarios y actividad rural – y crea otros nuevos (legales e ilegales) formados por los sectores sociales que aportan el trabajo – técnico, administrativo, mano de obra y servicios de todo tipo – para construir y operar los llamados *megaproyectos*. El impacto es brutal, además de la degradación intensiva de áreas rurales, recursos naturales y asentamientos preexistentes, destaca la fragmentación y segregación que soportan estas nuevas áreas urbanas, donde coexisten asentamientos precarios y unidades habitacionales (ingreso bajo y medio), con las exclusivas zonas residenciales y los megaproyectos que caracterizan a la ciudad globalizada actual.

## LAS IDEAS Y LOS LUGARES

Frente al panorama descrito, es evidente que los esfuerzos de ordenamiento urbano que ha impulsado la tradición funcionalista son sin duda insuficientes, equivocados o perversos; en ninguna ciudad latinoamericana con antecedentes de intervención derivados de este modelo (incluida Brasilia) hay efectos positivos que abarquen al conjunto de la sociedad local. Ello se debe a que su inspiración “progresista” (CHOAY, 1965) lo subordina y acoge a las tendencias que promueven las clases dominantes, cuya naturaleza es selectiva y discriminatoria de los sectores populares del medio rural y urbano.

Además, su carácter ideológico lo aleja de la realidad, ya que aspira a un modelo universal de ciudad (zonificada y reglada), con habitantes “tipo”, susceptibles de ser modelados por una “ciudad-máquina” funcional y eficiente (LE CORBUSIER, 1933, 1952). Se trata de ideas – prácticas que desconocen la ciudad real y a sus



Brasilia, conjunto habitacional (2000)  
Crédito: Autor



Centro histórico, México, DF (2004)  
Crédito: Autor

(1) Cfr: Nubia L. Ortega Melgarejo: investigación sobre la transformación urbana en la Colonia Aurora del Municipio de Cuauhtlán Izcalli. Estado de México. Protocolo. Ciudades y Procesos Urbanos. IPN, ESIA-Tecamachalco. 2005.

habitantes (determinantes históricas, estructura social y diversidad cultural). Esta falla no sólo exhibe la inconsistencia del modelo – desde sus objetivos hasta las disposiciones y acciones que emanan de los planes, programas y proyectos de desarrollo urbano –, sino que lo ubica ante dos opciones que irremediablemente lo anulan: o las ideas están fuera de lugar o el lugar está fuera de las ideas (MARICATO, 2000).

Los casos que ilustran esta situación son incontables, ya que paralelamente a la planeación y la normatividad urbana se produce en forma creciente: ocupación ilegal (edificios, terrenos y espacio público), apropiación privada de áreas urbanas, servicios públicos, instalaciones, redes y mobiliario, cambios arbitrarios de uso de suelo, incumplimiento de reglamentos (tránsito, construcción, ambiental, fiscal, higiene, etc.), entre otros problemas, los cuales se atribuyen, ya sea a la falta de instrumentos de ordenamiento o de recursos (técnicos, administrativos, legales o económicos) para su atención; o a que la normatividad, los planes, programas y proyectos son inadecuados, insuficientes, obsoletos, excesivos o inaplicables. En este sentido, es importante observar que en general la planeación, y en particular la urbana, tiende a proyectar escenarios sin soportes sólidos – ni en el diagnóstico, ni en la prospectiva –, aquí lo menos relevante es el rasgo “mágico” que domina sus supuestos, lo que realmente importa es el beneficio económico y político que produce la dinámica *orden-desorden*.

Por ejemplo, en un municipio del área metropolitana de la ciudad de México se formuló un plan de desarrollo urbano que establece una zona industrial (con afectaciones e inversiones públicas), a ella se vinculó una zona habitacional con infraestructura y servicios; las obras fueron realizadas y las viviendas fueron vendidas; sólo que la industrialización nunca se dio, la zona fabril quedó vacía y se canceló la expectativa de empleo a los residentes (ilusión o fraude); sin embargo, la iniciativa aun reporta utilidades crecientes al mercado inmobiliario y a la industria de la construcción, hoy en plena especulación los *lotes industriales* se fraccionan y venden a promotores de vivienda “mínima”. La frustración social tiene consecuencias: sus habitantes tienen una pésima calidad de vida y deben ir a otros municipios o atravesar la metrópoli para trabajar, estudiar o recrearse. Así, el plan y sus disposiciones de ordenamiento urbano carecen de sentido, sólo nutren a los roedores, dejan “al tiempo” (fuerzas del mercado) la urbanización del municipio, y a sus habitantes la esperanza de alcanzar, algún día, una vida digna<sup>1</sup>.

Otro ejemplo interesante es la ocupación del espacio público por los ambulantes en el centro histórico de la ciudad de México, donde a pesar de la normatividad urbana y la relativa a la protección del patrimonio, se aprecia una forma particular de negociación de intereses entre los diferentes grupos y actores involucrados. El discurso dominante lo expresa como una lucha entre dos sectores:

(2) Cfr: Gregorio Estanislao Luna. *Negociación de intereses y apropiación del espacio público en el centro histórico de la ciudad de México*. Tesis de maestría. México. IPN. SEPI-ESIA-Tecamachalco, 2005.

por un lado, los ambulantes que arrebatan selectivamente la vía pública; y por otro, los empresarios que buscan *gentrificar* la zona y explotar la “imagen urbana” para la industria turística. Así, ante la disyuntiva de sacar a unos y dejar a otros, el problema parece irresoluble, ya que ambos esgrimen intereses económicos. Sin embargo, la situación se aclara al descubrir el carácter “corporativo” de los ambulantes y los intereses de los partidos y organizaciones políticas que disputan el poder, ya que se trata de un importante capital político basado en el control socioespacial, mismo que además abona grandes ganancias monetarias, las cuales eventualmente se reintegran al ciclo de dádivas para líderes y “agrupados”, y a los gastos de campaña<sup>2</sup>.

## ENTRE LA UTOPIA Y EL REALISMO

Las características que actualmente tiene el proceso de urbanización (centrífuga y centrípeta), hace que la configuración urbana adquiera formas inéditas que aceleran su degradación, bloquean su desarrollo y empeoran la calidad de vida; situación que se aleja cada vez más de la *concepción socialmente construida de la ciudad* (ideas, imaginarios, conceptos o aspiraciones), cuyos rasgos generales se identifican apelando al sentido común – razonamiento y juicio – que entiende la ciudad como un *espacio propio, organizado, diverso, multifuncional, colectivo, habitable, eficiente, sólido, cordial, acogedor, agradable, protector y garante del bienestar de sus habitantes*.

El distanciamiento entre la realidad y el imaginario social de la ciudad deseable es un hecho indiscutible, que si bien motiva una infinidad de explicaciones e iniciativas, la gran mayoría de ellas emanan de dos posturas extremas que se oponen en todos sus términos:

Una desdeña la concepción social y la sustituye por una elaboración positivista (técnica, funcional, instrumental) basada en la construcción de un modelo “ideal” (utópico, ficticio) de ciudad, se trata de una postura unida al poder económico y político que se ostenta como fuente del saber que nutre a la ley y aboga por el orden urbano, ello la hace unilateral y autoritaria en el conflicto de intereses; además, aspira a conducir el proceso de urbanización real para ajustarlo al modelo ideal, imposibilidad práctica que no evita su posibilidad política que legitima su intervención selectiva en la realidad, donde sus resultados son sin duda lucrativos y espectaculares, pero transitorios, en beneficio de unos cuantos socios poderosos y en perjuicio de los otros (sectores populares); allí el peligro de las visiones utópicas.

La otra busca conocer e intervenir en la realidad para materializar la aspiración social, distingue cada ciudad y sus espacios,



Brasilia, maqueta de la ciudad en el Museo “Lucio Costa” (2000)  
Crédito: Autor



Santiago de Cuba, Centro (2000)  
Crédito: Autor



las características de sus habitantes, sus condiciones históricas y los procesos urbanos que la configuran; se propone integrar una concepción realista de la ciudad (vista de cerca y por dentro) ligada a los ciudadanos, opera en la escala humana y encara el conflicto de intereses con principios democráticos: la negociación y el consenso. Esta postura aboga por un *proyecto urbano de ciudad* basado en la ciudadanía, y si bien sus resultados no son lucrativos ni espectaculares, si son significativos, duraderos y socialmente justos.

Hasta aquí el problema parece sencillo y relativamente claro, sin embargo, la línea que separa ambas concepciones es tenue y frágil, tanto por su visión general, como por los efectos teóricos y prácticos que generan; ya que si bien la vertiente positivista es parcial e insuficiente, aporta una gran cantidad de elementos de interpretación objetiva de la realidad; mientras que la realista lo hace respecto de los que corresponden a la interpretación subjetiva, lo que las muestra como visiones opuestas pero complementarias.

A esta observación hay que agregar el hecho de que la visión realista está expuesta al riesgo de caer en el empirismo y el pragmatismo, anulando su potencial explicativo y su objetivo; por ejemplo, la expresión vulgar de estas prácticas supone, por un lado, que la realidad se explica por sí misma y su actividad se limita a registrar datos y descripciones como evidencia empírica de que la realidad “es como es”; y por el otro, que los ciudadanos son iguales, se asocian libre y voluntariamente, deciden sus formas de gobierno – al que hipotéticamente “mandan” – y se sujetan a las disposiciones de este. Así, se evade el análisis y la interpretación de la realidad (su teorización) y se deja nuevamente en manos de las clases dominantes el destino de la ciudad. Esta situación obliga a profundizar más en el estudio del *enfoque realista*.

## HACIA UNA CONCEPCIÓN REALISTA DEL ANÁLISIS URBANO

El debate entre las posturas *utópicas* y las *realistas*, así como el estudio de las relaciones y articulaciones que presentan, ha estimulado una revisión crítica cada vez más sistemática, amplia y profunda del cuerpo teórico y metodológico del urbanismo y de otras disciplinas que abordan el estudio de la ciudad y del universo de actividades que contiene, con miras a identificar las mejores opciones de intervención urbana en las condiciones actuales; lo que implica: superar las fallas de interpretación de los modelos convencionales y, en todo caso, eliminar los efectos nocivos de sus prácticas; tarea que solamente puede ser concebida como una labor colectiva y permanente, destinada a generar o innovar conceptos, teorías y métodos de interpretación de la ciudad y de la vida urbana contemporáneas.



San Miguel Tecamachalco, Estado de México (2004)  
Crédito: Autor



Calle Libertad, Colonia Morelos, México, DF (2004)  
Crédito: Autor

(3) En este libro se presenta una reflexión sobre el papel de la cultura en las teorías urbanas y presentan una selección de teorías, métodos y modelos de análisis e interpretación de la dimensión cultural de la ciudad. Este trabajo se nutre con los estudios realizados entre 1998 y 2004 en las ciudades de México y São Paulo, Brasil (Cfr: URRIETA y TENA, 1998; SEDUVI/CENVI/INDAL, 1999; TENA, 2004abc).

En ese sentido se orientan los esfuerzos por integrar un marco *teórico-metodológico* para reinterpretar la relación que mantienen la ciudad y la cultura en los procesos urbanos, con base en los resultados de una serie de investigaciones enfocadas al conocimiento de la dimensión cultural de la ciudad y de las prácticas urbanas; temas que se ubican en los intersticios del urbanismo y la antropología, al estudiar diversas expresiones culturales que históricamente resultan de la interacción entre la ciudad y los ciudadanos, usualmente referidas como *cultura urbana*; noción cuyas limitaciones en la percepción espacial motivó la iniciativa de construir el concepto: *urbanización sociocultural*, destinado a explicar: *cómo, de qué forma y bajo que condiciones, el espacio urbano genera efectos culturales significativos*; factores determinantes para interpretar e intervenir en las configuraciones urbanas contemporáneas (TENA, 2005a)<sup>3</sup>.

Además, este enfoque considera que la relación que mantienen los ciudadanos con los espacios urbanos, si bien es compleja y dinámica, actualmente está acotada por el conflicto de intereses, las formas culturales que modelan las características de la ciudad y las condiciones que impone la dinámica *local-global* y el ambiente cultural de la posmodernidad. Acepta que en este nuevo contexto, las ciudades configuran escenarios distintos y diferenciados a su interior, donde concurren, conviven y disputan el territorio, actores sociales con una gran diversidad de actividades, intereses, percepciones, identidades, posiciones y condiciones sociales; lo que genera una amplia producción cultural referida al espacio público y la ciudadanía, con el despliegue de dispositivos culturales que contienen valoraciones distintas de la ciudad; por ejemplo, respecto del sentido que tiene la identidad, el imaginario o las prácticas sociales.

Esta situación remite a una amplia variedad de modalidades socioespaciales que operan en una dinámica – cada vez más intensa y diversa – que oscila entre la cohesión y la fragmentación de los escenarios urbanos que acogen la vida cotidiana; tal proceso exige una extraordinaria *capacidad de ajuste* (flexibilidad) de las ciudades y de los ciudadanos, no sólo frente a los requerimientos espaciales – en constante cambio y crecimiento –, sino principalmente, respecto de los dispositivos culturales que configuran los territorios y las identidades colectivas; situación que afirma la pertinencia de construir un enfoque *teórico-metodológico* particular para interpretar y analizar la ciudad en este nuevo escenario.

## LA URBANIZACIÓN SOCIOCULTURAL

Estudiar los procesos urbanos desde el punto de vista de la cultura, implica realizar un recorte que nos permita identificar las formas y expresiones más representativas de los habitantes de las



Plaza principal, Santiago de Cuba, Cuba (2001)

Crédito: Autor

grandes ciudades (megaciudades), atendiendo no sólo a la condición social de “habitante urbano”, sino a su inserción en el sistema de códigos y modalidades culturales que han sido elaboradas y actualizadas en el proceso de *urbanización sociocultural*; es decir, en el proceso que muestra “lo que la ciudad le hace al habitante”, en su forma de vida y en su capital cultural.

La postura y la estrategia metodológica que se emplea para estructurar y fundamentar el marco conceptual de la *urbanización sociocultural* tiene varias referencias importantes, entre las que destaca el enfoque de “proyecto urbano o de ciudad” generado en el marco del urbanismo, la historia, la sociología y la geografía en sus vertientes urbanas; la estructura conceptual está basada en la concepción simbólica de la cultura desarrollada por la antropología, la etnología y la sociología de la cultura, se nutre con los aportes que brindan los enfoques interpretativos o hermenéuticos y las corrientes que destacan la distinción social y cultural en las relaciones el poder: la ideología, la cultura popular, el *habitus* y el conflicto de intereses.

Sobre este marco teórico se perfila un método de investigación basado en la etnografía urbana (MAGNANI, 1998), donde destacan los aportes teóricos, metodológicos y documentales de diferentes estudios realizados en materia de *cultura urbana* (concebida aquí como *doxa*) y orientados al análisis de las expresiones, modalidades y significados que integran la dimensión cultural de las prácticas urbanas en las grandes ciudades de América Latina. Se trata de trabajos que definen y distinguen una serie de elementos y eventos culturales vinculados con la forma, tejido y equipamiento de la ciudad: actividades, percepciones, representaciones, apropiaciones, usos o disputas, en las cuales se reconocen posturas y prácticas que expresan formas de la identidad (individual o colectiva) y cuyas características corresponden a la configuración del territorio y del conjunto de elementos que integran el espacio urbano.

Con este dispositivo teórico-metodológico se busca establecer un perfil de investigación y análisis urbano con registros espaciales y culturales en distintos casos de estudio (ciudades, zonas y lugares), empleando un modelo de interpretación de las expresiones más representativas de la cultura urbana, que permite la caracterización de escenarios urbanos históricamente determinados y el contraste de sus referentes espaciales y culturales.

En resumen, conviene tener en cuenta que esta formulación es resultado de un proceso de investigación cuya hipótesis se basa en la capacidad explicativa del concepto *urbanización sociocultural*, que si bien parte del análisis crítico de la cultura urbana, se refiere particularmente a prácticas urbanas significativas que documentan las nuevas formas espaciales que modelan culturalmente la relación entre la ciudad y los ciudadanos. Además, la investigación muestra el carácter popular que ostenta la centralidad en el centro histórico

de las grandes ciudades latinoamericanas, en las prácticas e identidades que produce y reproduce con su territorialidad, espacios y dinámicas, ya sea como impugnación a las tendencias dominantes o como una respuesta que resemantiza y neutraliza sus efectos (Cfr. TENA, 2005b).

Finalmente, no resta más que reiterar nuestro interés por contribuir al debate actual, buscando atender su verdadero sentido: generar opciones de análisis e interpretación de lo urbano que contribuyan a materializar un *proyecto de ciudad* basado en la aspiración social de un entorno urbano deseable, realista, equitativo y justo para los sectores populares, considerados como los más representativos de la ciudadanía.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORJA, Jordi. *La ciudad conquistada*. Espanha: Alianza Editorial, 2003.
- CHOAY, Françoise. *El urbanismo. Utopías y realidades*. Espanha: Editorial Lumen, 1965.
- LE CORBUSIER (Charles Edward Jeanneret, 1887-1965). *Principios de urbanismo (La Carta de Atenas)*. México: Planeta Agostini, 1993.
- The core as a meeting place of the arts. In: TYRWHITT, J. SERT, J. L.; ROGERS, E. N. *The heart of the city: Towards the humanization of urban life*. CIAM 8. USA. Nova York: Pellegrini and Cudahy, publishers.
- LÓPEZ RANGEL, Rafael. El rebasamiento cognoscitivo en la investigación urbana latinoamericana. *Revista Sociológica*. México: UAM Azcapotzalco, n. 32, 2003.
- MAGNANI CANTOR, José Guilherme. Cultura urbana. Transformaciones de las grandes metrópolis. *Revista Esencia y espacio*. Mexico: IPN, ESIA-Tecamachalco, n. 19, p. 25-34, mayo de 2004.
- MARICATO, Ermínia. As ideais fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, VAINER y MARICATO. *A cidade do pensamento único*. São Paulo: Editora Vozes, 1995. p. 121-192.
- SEDUVI/CENVI/INDAL. *Programa Parcial de Desarrollo Urbano y Vivienda del Centro Histórico de la Ciudad de México, Delegación Cuauhtémoc*. México. Gobierno de la Ciudad de México: Secretaría de Desarrollo Urbano y Vivienda (SEDUVI); Centro de la Vivienda y Estudios Urbanos, AC (CENVI); y Fundación Científico Cultural para la Investigación y el Desarrollo de América Latina, AC (INDAL), 1999.
- TENA NÚÑEZ, Ricardo Antonio. Cultura urbana, prácticas e imaginarios de la ciudad. *Revista Esencia y espacio*. México: IPN, ESIA-Tecamachalco, n. 19, p. 3-17, mayo de 2004a.
- \_\_\_\_\_. Manchas culturales en centros históricos: ciudad de México y São Paulo. In: CONACULTA Antología de textos *Patrimonio cultural, oral y material. La discusión está abierta*. Patrimonio Cultural y Turismo, Cuadernos 9, p. 187-238, 2004b.
- \_\_\_\_\_. *Cultura popular y urbanización en América Latina. Urbanización sociocultural en los centros históricos de las ciudades de México y São Paulo*. México. Tesis de doctorado en urbanismo, UNAM, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Ciudad, cultura y urbanización sociocultural. Conceptos y métodos de análisis*. México: Instituto Politécnico Nacional, 2005a.
- \_\_\_\_\_. *Cultura urbana en las megalópolis de América Latina: México y São Paulo*. México: Instituto Politécnico Nacional, 2005.

TOMAS, François. Del proyecto urbano al proyecto de ciudad. UAM-Azc. *Anuario de Estudios Urbanos*. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Azcapotzalco, n. 3, p. 111-130, 1996.

URRIETA, Salvador y TENA, Ricardo (Coord.) *Estudio diagnóstico para el desarrollo integral del Barrio de La Merced*. México: IPN, Fideicomiso del Centro Histórico, INAH. 2003. (Edición digital-CD)

---

**Ricardo Antonio Tena Núñez**

Doutor em urbanismo pela Universidade Nacional Autônoma do México. Professor titular da Seção de Estudos de Pós-Graduação e Pesquisa da Escola Superior de Engenharia e Arquitetura, Unidade Tecamachalco, do Instituto Politécnico Nacional. México.

e-mail: Ricardo@att.net.mx



Solange Aragão

Orientador:  
Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

d

O CONJUNTO AJARDINADO AO  
CONJUNTO PARQUE –  
VARIACIONES TIPOLOGICAS NA  
PAISAGEM PAULISTANA

106

pós-

## RESUMO

Há vários tipos de construção e vários tipos de espaços livres compondo e conformando a paisagem e o tecido urbano da cidade de São Paulo neste início do século 21. Uma das formas de habitação existentes é o conjunto de edifícios residenciais de padrão médio e alto. Parte desses conjuntos possui uma estrutura morfológica simples, com os edifícios paralelos ao alinhamento, jardim no recuo frontal, equipamentos e áreas de lazer nos recuos laterais e posterior. Outros contam com uma estrutura morfológica mais complexa, com maciços arbóreos, bosques, ruas de acesso aos edifícios e a topografia original parcialmente preservada. Existe de fato uma gradação no projeto desses espaços livres condominiais, que vai da configuração de áreas ajardinadas à configuração de parques privados, passando pela praça (caracterizada por seu desenho e pela distribuição dos edifícios) e pelo clube (com os equipamentos de esporte, lazer e recreação centralizados no lote). Essa gradação determina a variação tipológica dos conjuntos de médio e de alto padrão os quais integram a paisagem paulistana, sendo possível, portanto, falar em tipos de conjunto, apontando suas semelhanças, diferenças e hierarquias.

Pretende-se apresentar uma tipologia desses condomínios, tendo como objeto de estudo seus espaços livres de edificação. Essa tipologia, no entanto, não se limita à análise dos aspectos formais, mas busca relacionar as características desses espaços à paisagem e à sociedade.

## PALAVRAS-CHAVE

Conjuntos de edifícios de padrão médio e alto, espaços livres de edificação, tipologia, São Paulo, arquitetura da paisagem, paisagem urbana.

DEL CONJUNTO JARDIN AL  
CONJUNTO PARQUE –  
VARIACIONES TIPOLÓGICAS EN EL  
PAISAJE DE SÃO PAULO

## RESUMEN

Existen diversos tipos de construcción y de espacios libres componiendo y conformando el paisaje y la trama urbana de la ciudad de São Paulo, en este principio del siglo 21. Una de las formas de vivienda existente es el conjunto de edificios residenciales de medio y alto patrón. Una parte de esos conjuntos tiene una estructura morfológica simple, con los edificios paralelos al alineamiento, jardín en la parte frontal del lote, equipamientos y áreas de recreación en las partes laterales y posterior del lote. Otros tienen una estructura morfológica más compleja, con macizos arbóreos, bosques, calles de acceso a los edificios y una parte de la topografía original conservada. En realidad, existe una escala en el proyecto de los espacios libres de los conjuntos, que va desde la configuración de áreas de jardín hasta la configuración de parques privados, pasando por la plaza (caracterizada por su trazado y por la distribución de los edificios) y por el círculo (con los equipamientos deportivos y áreas de recreación dispuestos en el centro del lote). Esa escala determina la variación tipológica de los conjuntos de edificios de medio y alto patrón que componen el paisaje urbano de la ciudad de São Paulo, siendo posible entonces hablar en tipos de conjunto, señalando sus semejanzas, diferencias y jerarquías.

Nuestro objetivo es presentar una tipología de los conjuntos, teniendo como objeto de estudio sus espacios libres de edificación. Además esa tipología no se limita al análisis de los aspectos formales, sino que intenta relacionar las características de estos espacios con el paisaje y la sociedad.

## PALABRAS CLAVE

Conjuntos de edificios de medio y alto patrón, espacios libres de edificación, tipología, São Paulo, arquitectura del paisaje, paisaje urbano.

FROM THE GARDEN CONDOMINIUM  
TO THE PARK CONDOMINIUM –  
TYPOLOGICAL VARIATIONS IN SÃO  
PAULO'S LANDSCAPE

ABSTRACT

Many types of buildings and many types of open spaces make up the urban landscape and the urban fabric of the city of São Paulo in the early 21<sup>st</sup> century. One of several forms of housing is the high-and medium-standard condominium. Some of these have a simple morphological structure, with buildings parallel to the front property line, gardens in the front yard, and a playground in the backyard. Others have a more complex morphological structure, with groups of trees, woods, private streets, and the original topography partially preserved. In fact, there is a gradation in the design of open spaces, which varies from the establishment of garden areas to that of private parks, with the square and the club in between. The former is characterized by its design and by the arrangement of buildings; the latter by leisure areas, swimming pools, and sports courts in the central area of the property. This gradation determines the typological variety of high-and medium-standard condominiums that are part of the urban landscape in São Paulo. In this case, it is possible to discuss the types of condominiums, emphasizing their similarities, differences, and hierarchies.

This paper presents a typology of these condominiums, to study their open spaces. This typology, however, will not be limited to a formal analysis, since their main characteristics are associated with urban landscape and society.

KEY WORDS

High-and medium-standard condominiums, open spaces, typology, São Paulo, landscape architecture, urban landscape.

## OS CONJUNTOS DE EDIFÍCIOS DE PADRÃO MÉDIO E ALTO – DEFINIÇÃO E CONOTAÇÕES SOCIOLÓGICAS

Os conjuntos de edifícios residenciais paulistanos de padrão médio e alto, caracterizados pela repetição das torres, blocos ou prédios laminares, são grupos de edifícios de mesma arquitetura ou arquitetura muito semelhante (com fachadas, plantas, materiais e técnicas construtivas similares), erguidos em um único lote. Cada uma das edificações constitui uma forma de habitação multifamiliar e todas as áreas de uso comum são definidas como bens em condomínio – o “condômino é proprietário de sua fração horizontal no edifício, mas também é co-proprietário do solo e do espaço sobreestante: seu direito estende-se horizontal e verticalmente” (BATALHA, 1953, p. 514).

Em sua maioria são produzidos por incorporadoras e construtoras, com material e acabamento de boa qualidade nas edificações e nas áreas de lazer e circulação; possuem espaços livres com projeto paisagístico; localizam-se em ruas e bairros valorizados; contam com elevador social e de serviço; seus prédios comumente têm mais de dez pavimentos; suas unidades habitacionais são de custos médio e alto; e seus moradores e compradores possuem renda média e alta.

Os espaços livres desses conjuntos correspondem às áreas do térreo não-ocupadas por edificação (os jardins, bosques, canteiros e gramados; as praças, as áreas de circulação, de estar e lazer; e, em alguns casos, as áreas para estacionamento de veículos), sendo compostos basicamente pelos seguintes elementos:

- Vegetação (plantada diretamente no solo ou em canteiros sobre laje): grama, forrações, herbáceas, arbustos, trepadeiras, palmeiras e árvores.
- Água: em fontes, espelhos d’água, minicascatas e piscinas.
- Piso: de terra (nos jardins, bosques e canteiros) ou laje (nas áreas de circulação, estar e lazer).
- Equipamentos, mobiliários e áreas para prática de esportes: bancos, luminárias, pérgulas, fontes, brinquedos do *playground* (escorregador, trepa-trepa e balanço, entre outros), piscinas, quadras esportivas, pista de *cooper*, pista de *skate*, o forno à lenha e churrasqueiras.
- Os cercamentos: muros e grades que cercam o conjunto; muretas e gradis isolando áreas e equipamentos de lazer e recreação.
- A topografia do terreno (quando preservada): morros e encostas.
- A parede externa dos edifícios (que irá estruturar os espaços livres com o relevo e a vegetação).

Esses espaços, destinados ao lazer, à contemplação, à circulação de pedestres e, por vezes, ao estacionamento de veículos, são de propriedade e uso exclusivo dos moradores do condomínio, com caráter privado e nem sempre são visualizados do exterior. Por meio de sua análise é possível apreender algumas características da sociedade e da forma urbana da capital paulista.

Antes de tudo, a sociedade paulistana continua a ser uma sociedade que aprecia o jardim. Todos esses conjuntos possuem áreas ajardinadas – do mesmo modo de muitos edifícios isolados, muitas casas térreas e sobrados os quais compõem a malha urbana e a paisagem da cidade de São Paulo.

A introdução do jardim particular e sua disseminação estão vinculadas às influências européias na produção do espaço urbano em fins do século 19 e no início do século 20. A sociedade paulistana, no entanto, apropriou-se da idéia do jardim, incorporando-a à sua cultura ao longo do século 20.

Raros na cidade colonial, os jardins passaram a constituir, como afirmou Murillo Marx (1980, p. 57-8), “*elemento ponderável no conjunto das edificações e dos espaços vazios da cidade brasileira*”, tornando-se aspiração geral:

“*Em frente de casas, maiores e menores, em lotes de todo o tamanho, aparece um verde fronteiro, ainda que amenizando um mínimo de recuo. (...) E seu rebatimento em outra escala – os elaborados jardins dos edifícios de condomínio, mais para ver do que para tratar ou freqüentar – foi se impondo como ante-sala obrigatória dum habitar coletivo, que se exercita e tem muito que aprender. Têm estes últimos, na sua dissolução pela cidade, na sua rendição à área comum, a chance não só da sobrevivência, porém da própria revolução da fisionomia urbana.*” (MARX, 1980, p. 61)

Se inicialmente ocuparam o recuo posterior, logo passaram para o recuo lateral e, em seguida, para o recuo frontal, onde se estabeleceram. Em alguns casos, circundaram os palacetes, as casas térreas e os sobrados. À exceção dos primeiros exemplares, mais simples, junto dos pomares e hortas, o jardim particular sempre agregou valor estético às residências, dando ênfase à arquitetura.

Com essa intenção e com o ideal moderno de integrar os espaços públicos e privados, surgiu o jardim do condomínio. É preciso lembrar, no entanto, que os primeiros prédios ajardinados foram erguidos em bairros anteriormente ocupados pelos palacetes do ecletismo – em que era comum o jardim no lote residencial. Mas ao substituir esses palacetes, os edifícios reduziram os espaços livres de edificação em vez de ampliá-los. Os jardins que se sucederam aos iniciais possuíam menores dimensões. Somente no caso da substituição de sobrados geminados por edifícios de apartamento a situação era inversa, com a ampliação dos espaços livres e das áreas ajardinadas.

De um modo ou de outro, o jardim tem sido um elemento de composição do lote urbano de uso residencial, o qual agrada ao paulistano, seja pelo valor estético, seja por seus elementos naturais (em contraposição aos elementos produzidos pelo homem que compõem a paisagem), seja pelas lembranças que despertam, uma vez que faz parte da memória do indivíduo e da memória coletiva.

Nos condomínios verticais houve, inicialmente, a valorização dos jardins de entrada – fato consumado com a aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1972, a qual tornava obrigatório o recuo frontal, e que persiste até hoje (em 2005). Em entrevista realizada em 1999, Benedito Abbud destacou a importância do jardim fronteiro junto dos edifícios:

“*O jardim fazia parte da entrada e a ligação entre o jardim frontal e a calçada era fundamental. Em geral, a gente discutia muito e acabava não*



*colocando gradis, procurando criar essa integração entre a calçada, o jardim frontal e a entrada do edifício. O jardim da entrada, criado para ser visto pelo transeunte, era a grande atração do prédio.” (ABBUD, 1999)*

Nos conjuntos de edifícios, o jardim permaneceu no recuo frontal e, em alguns casos, passou a ocupar também os recuos laterais e posterior e as áreas situadas entre os prédios, valorizando não apenas as construções, mas também os espaços livres de edificação. O fato de integrar o projeto, conquistando cada vez mais áreas no interior do lote, revela não apenas o significado estético, ambiental e paisagístico que adquiriu ao longo do tempo, mas também o **significado cultural**, o qual perpassa o imaginário coletivo. Por outro lado, não se pode esquecer que, ao agregar valor de uso e valor de troca, o jardim passou a ser empregado por agentes imobiliários para atrair compradores e aumentar o valor das unidades residenciais, assumindo também um caráter mercadológico, o qual interfere em seu traçado, diminuindo seu **valor cultural**. Da mesma forma que a arquitetura, o jardim deixa de ser produzido como expressão artística e passa a ser produzido como mercadoria.

Outra característica da sociedade paulistana traduzida na construção dos conjuntos é a segregação (espacial e social). A questão da segregação no espaço urbano da cidade de São Paulo remonta ao período colonial, quando o térreo das edificações era destinado aos escravos, e os pavimentos superiores aos proprietários dos sobrados. Nesse momento, a segregação era interna à habitação. Com as correntes imigratórias de fins do século 19 e o rápido crescimento da cidade, a segregação se exterioriza. Passam a existir duas cidades: a cidade das ruas e avenidas arborizadas (a cidade dos palacetes pertencentes aos ricos fazendeiros e industriais) e a cidade “do lado de lá”, além Tamanduateí, das vilas, casas operárias e dos cortiços. Em virtude de vários fatores, entre eles, as mudanças no sistema de transporte urbano (com a substituição dos bondes elétricos pelos ônibus), o valor inferior dos terrenos, os loteamentos irregulares com preços mais acessíveis e, posteriormente, a saída de várias indústrias do contexto urbano, a camada de menor poder aquisitivo da população passou a ocupar a periferia. Por outro lado, o mercado imobiliário identificou, em áreas distantes do centro, novas frentes de expansão, de tal modo que, em fins do século 20 e no início do século 21, a segregação se tornou patente em alguns bairros como Morumbi e Real Parque, em que grandes condomínios verticais são construídos nas proximidades de favelas e de áreas ocupadas por casas autoconstruídas com padrão de qualidade extremamente baixo. Como resultado, tem-se uma paisagem de muros altos que indicam, ratificam e acentuam a segregação.

Em termos sociais, a construção de muros extensos e o engradamento dos espaços livres de uso privado isola determinados grupos da sociedade, que procuram se distanciar de pessoas com nível de vida inferior, dificultando ou impossibilitando a interação ou a sociabilidade entre indivíduos de classes sociais distintas.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos chama a atenção para outro aspecto social relativo aos condomínios fechados: seus moradores têm a impressão que nesses locais poderão conhecer os vizinhos, conversar com pessoas de mesmo nível de renda, “*pairando sobre tais privilégios a ilusão de que, neste ambiente*

*selecionado, a intimidade não corre riscos*” (SANTOS, 1985, p. 140-1). De acordo com Heitor Frúgoli Jr., nesses espaços não ocorrem apenas conflitos entre diferentes classes sociais, havendo tensões entre os próprios moradores – decorrentes da tentativa ilusória de criar-se uma “*fictícia comunidade harmoniosa*”, artificialmente concebida a partir de critérios notadamente de poder aquisitivo (FRÚGOLI Jr., 1995, p. 89).

Segundo Teresa Pires do Rio Caldeira, uma das conseqüências urbanísticas da construção desses “*enclaves fortificados*” é o abandono da esfera pública (particularmente das ruas e calçadas), pela camada de alta renda:

“(...) *Na São Paulo contemporânea, o espaço público é o mais vazio e o uso das ruas, calçadas e praças é mais raro exatamente onde há enclaves fortificados, especialmente os residenciais. Em bairros como o Morumbi, as ruas são espaços vazios e a qualidade material dos espaços públicos é simplesmente ruim.*” (CALDEIRA, 2003, p. 314)

O cenário formado por grades, muros extensos, guardas armados, ruas fechadas, cercas elétricas e câmeras de vídeo altera a experiência do andar nas ruas (Idem, *ibid.*, p. 301). A ausência de pessoas nas calçadas acaba tornando determinadas localidades mais perigosas, em vez de seguras.

Se é possível falar em paisagem social, à maneira de Gilberto Freyre (2003, p. 31), a paisagem dos conjuntos murados é a expressão de uma sociedade desigual e antagônica e de uma cultura e de um modo de vida que, aos poucos, deixam de associar o lazer e a sociabilidade a certos espaços públicos (especialmente as ruas), passando a associá-los aos espaços privados, de uso restrito, intramuros, segregacionistas.

A análise dos conjuntos e de seus espaços livres também evidencia o fato de ser a sociedade paulistana uma sociedade de consumo, tendo como conseqüência a produção de espaços livres de consumo.

Henri Lefebvre fala sobre o consumo do lugar, mas no sentido de uma apropriação temporária, como acontece, por exemplo, nas cidades turísticas (LEFEBVRE, 1969, p. 17). Os espaços livres de consumo dos condomínios verticais estão, no entanto, relacionados à posse do lugar, ao sentido de possuir-se amplas áreas ajardinadas em uma cidade na qual o valor do terreno é bastante elevado e poucos contam com a possibilidade de ter, junto das residências, áreas apropriadas ao lazer, ao estar e à prática esportiva.

Ao tratar das obras de arte, estabelecendo inter-relações com a cidade, Argan inclui em suas considerações a questão da sociedade de consumo e da “posse” do espaço:

“*A sociedade que conhecemos e que chamamos de histórica é uma sociedade da posse; o objeto vale enquanto pode ser possuído por um sujeito.*” (ARGAN, 1998, p. 38)

“(...) *O espaço também é um objeto que pode ser possuído. Durante muito tempo, o poder de um senhor foi medido pela quantidade de espaço que ele tinha em sua posse.*” (Idem, *ibid.*, p. 44)

Esses espaços livres conferem *status* aos moradores dos conjuntos de padrão médio e alto. Embora as áreas de esporte e lazer (piscinas e quadras esportivas) não sejam muito utilizadas e os jardins sejam mais para ver do que para tratar ou freqüentar, como afirmou Murillo Marx, tais áreas e equipamentos cumprem seu

papel de símbolo de *status*. Evidentemente, deve-se ressaltar o fato que a taxa de ocupação exigida por lei (muitas vezes igual a 50%) dá margem à existência de áreas não-ocupadas por edifícios no interior do lote. Essas passaram a receber tratamento paisagístico com maior frequência a partir da década de 80, quando os paisagistas demonstraram para os incorporadores e construtores que um térreo bem projetado poderia agregar valor (de uso e de troca) ao empreendimento – o que, de fato, aconteceu. Desse modo, a produção desses espaços livres deve ser analisada também pelo viés do consumo e da posse do lugar.

Além do gosto pelo jardim (da cultura e do imaginário social que valorizam as áreas ajardinadas), da questão da segregação, do fato de tratar-se de uma “sociedade da posse”, na qual os próprios espaços livres são produzidos como espaços de consumo, há outros aspectos sociais que podem ser apreendidos a partir do estudo dos conjuntos de padrão médio e alto, como o caso de tratar-se de uma sociedade que, influenciada pelos profissionais de marketing, ainda busca no exterior modelos e padrões para sua habitação. A lição deixada pelos arquitetos e paisagistas modernos (o dever de valorizar a arquitetura e a vegetação local e privilegiar a criação em detrimento da cópia e da colagem) é, muitas vezes, colocada de lado, sob o pretexto que o projeto dos espaços livres deve estar de acordo com o gosto de certas camadas sociais as quais, supostamente, só aceitam o neoclássico e o eclético.

O estudo dessa forma urbana de morar, com edifícios cercados por amplos espaços livres (ajardinados e equipados) demonstra também o contraste entre a cidade de dentro e a cidade de fora dos muros. O projeto de áreas ajardinadas, praças, clubes e parques particulares denota a insuficiência desses elementos morfológicos (qualificadores do ambiente e promovedores de sociabilidade) no espaço urbano. Tais elementos deveriam integrar um sistema de espaços livres; todavia, em alguns bairros ficam restritos ao interior dos lotes, dentro dos muros. Esses indicam não apenas as desigualdades sociais, mas a ausência de manutenção ou a falta de cuidado no que diz respeito ao espaço externo – a manutenção dos espaços livres privados é, com raras exceções, superior à manutenção dos espaços livres públicos. Em teoria, a segurança existente dentro dos muros é a segurança que falta na cidade. Os elementos acrescentados aos conjuntos tornam-se privilégio de poucos quando deveriam ser um direito social.

## VARIAÇÕES TIPOLÓGICAS

Pela análise de conjuntos de padrão médio e alto anunciados em jornais, revistas especializadas e catálogos imobiliários e de projetos de condomínios verticais fornecidos por arquitetos e paisagistas, constatou-se que os espaços livres de edificação são concebidos:

- Como uma área ajardinada, composta predominantemente por vegetação de pequeno e de médio porte;
- à maneira de uma praça, cercada e conformada pelos edifícios;
- à maneira de um clube, com a maior parte dos equipamentos de esporte e lazer na área central do lote;

– como um pequeno parque, com a preservação de massas de vegetação existentes e a criação de áreas de estar e lazer.

Os jardins do condomínio circundam os edifícios e estão situados entre eles ou localizam-se nos recuos frontal e posterior. Por conferir *status* ao conjunto, por qualificá-lo paisagisticamente e pelo valor estético que possui, o jardim de entrada, voltado para a rua principal, é normalmente o mais importante na hierarquia dos espaços livres. Quando implantados diretamente no solo, os jardins chegam a possuir árvores de grande porte; nos canteiros sobre laje, constituem-se basicamente de plantas ornamentais. Concebidos para serem vistos e admirados, compõem a paisagem dos conjuntos de padrão médio e alto.

A praça do condomínio tem organização espacial semelhante à praça pública, sendo estruturada pelos edifícios. Apresenta intencionalidade de desenho, que leva em conta a situação da praça no interior do lote e sua relação com as construções do conjunto – as quais apresentam fachadas idênticas ou semelhantes. A geometria da praça do condomínio é bastante diversificada, variando de acordo com a forma do lote e a distribuição dos edifícios. Em alguns conjuntos, a praça é projetada como lugar de encontro e permanência (dos condôminos); em outros, seu projeto tem como objetivo enfatizar a arquitetura e contribuir para a criação do cenário em vez de promover a sociabilidade.

O parque do conjunto não possui dimensão equivalente a de um parque urbano e não visa atender à demanda de um bairro, de uma cidade ou de uma região. Existe para usufruto exclusivo dos moradores, configurando-se no interior de quadras que integram a malha urbana da capital paulista, por meio da preservação da vegetação existente. É, portanto, a presença de uma cobertura vegetal significativa em relação à dimensão do lote e da quadra que irá caracterizar o parque do condomínio, assim como a existência de áreas propícias ao lazer e à prática de esportes.

O clube do condomínio, por sua vez, é uma versão em escala reduzida dos clubes esportivos. Caracteriza-se pela diversidade de equipamentos, pelo fato que a maioria destes se situa na área central do lote (o principal espaço livre do conjunto) e por apresentar uma infra-estrutura semelhante à de um clube, com bares, restaurantes, lanchonetes e outros serviços.

Partindo-se dessas características dos espaços livres, foi possível classificar os conjuntos de edifícios de padrão médio e alto (ou suas variações tipológicas) da seguinte maneira:

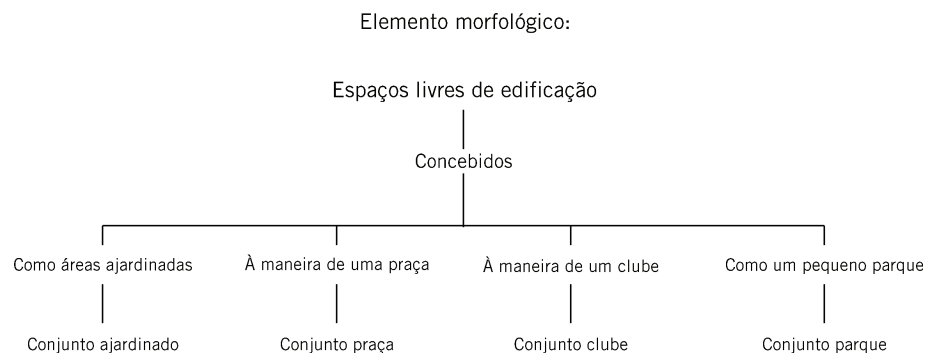




Figura 1: Jardins de Bourgogne. As áreas ajardinadas são o principal elemento dos espaços livres de edificação. Traduzem o gosto pelo jardim da sociedade paulistana, não obstante a perda do valor cultural no tratamento arquitetônico e paisagístico decorrente de fatores mercadológicos. São Paulo, 2003  
Crédito: Autora

## CONJUNTO AJARDINADO

O conjunto ajardinado é aquele cuja característica elementar de seu espaço livre principal são as composições vegetais ornamentais, configurando áreas ajardinadas. Nesse tipo de conjunto, predomina a vegetação de pequeno e de médio porte, havendo, vez ou outra, exemplares isolados ou pequenos agrupamentos de árvores de grande porte – são escassos os conjuntos residenciais ajardinados que possuem bosques. O jardim mais importante do condomínio fica

no recuo frontal ou entre os prédios – excepcionalmente, atrás dos prédios. Os equipamentos de lazer, recreação e esporte usuais nesse tipo de conjunto são: a piscina, o *playground* e a quadra esportiva, freqüentemente alocados nos recuos laterais e posterior.

No conjunto ajardinado, a área mínima do terreno fica em torno dos 1.500 m<sup>2</sup> e a área máxima, dos 10.000 m<sup>2</sup>. Em geral, é implantado em terrenos com menos de 3.000 m<sup>2</sup>, em áreas de ocupação consolidada ou em terrenos disponíveis em bairros mais distantes da região central, e pode ser composto por apenas dois edifícios (do tipo bloco, lâmina ou torre), embora existam conjuntos residenciais ajardinados com três, quatro, cinco ou seis prédios de apartamentos.

A forma de implantação mais comum é a linear, com os edifícios paralelos ao alinhamento, mas há conjuntos com distribuição em “L”, distribuição triangular e conjuntos em que as edificações são dispostas na diagonal.

Nos primeiros condomínios desse tipo, construídos nas décadas de 40, 50 e 60, a linguagem formal dos espaços livres e da arquitetura era predominantemente moderna. O traçado era simples, sem ornamentos ou componentes que fizessem qualquer alusão ao neoclássico, ao ecletismo ou a correntes arquitetônicas e paisagísticas precedentes. Trabalhava-se a linha (reta ou curvilínea) nas rampas, nos desenhos de piso, nas marquises e dava-se preferência à vegetação tropical. Buscava-se a integração dos espaços livres do conjunto ao espaço construído e às áreas públicas.

Nos conjuntos construídos a partir de 1990, ora a linguagem é contemporânea derivada do moderno, ora contemporânea com interpretações do neoclássico, e ora contemporânea com colagens da arquitetura européia dos séculos 18 e 19. O fato de ser o jardim o elemento caracterizador dos espaços livres desse tipo de conjunto parece contribuir para a intenção de criar-se um cenário arquitetônico-paisagístico. Além da vegetação, a água (sob a forma de fontes, eixos e chafariz) é outro elemento muito empregado com essa finalidade.

Levando-se em conta ser o tipo mais comum, encontrado em diversos bairros paulistanos, representa, urbanisticamente, um acréscimo de áreas ajardinadas à cidade e a substituição não rara de casas térreas e sobrados pelos edifícios, com uma mudança na organização interna dos quarteirões – embora o traçado e o contorno das quadras permaneçam os mesmos.

Pelo fato de, normalmente, possuir grades no recuo frontal, permite uma integração maior entre os jardins e o espaço público, ainda que seja esta uma integração apenas visual. A despeito disso, não deixam de ser espaços segregacionistas – pertencem a poucos e são freqüentados por poucos; expressam a busca por áreas residenciais mais seguras ou protegidas em relação à cidade. Revelam e confirmam o gosto pelo jardim e a importância atribuída ao lazer e às práticas esportivas pela presença recorrente dos *playgrounds*, quadras e piscinas – elementos padronizados pelo mercado imobiliário.



Figura 2: Place des Vosges. Os edifícios foram dispostos de maneira a estruturar e conformar uma praça interna, ajardinada, de uso restrito aos moradores do conjunto. A arquitetura e o paisagismo com traços franceses revelam, em plena passagem dos séculos 20 para o 21, a busca por padrões europeus de habitação. São Paulo, 2003  
Crédito: Autora

## CONJUNTO PRAÇA

Aquele cujos prédios conformam uma praça – podendo ser ajardinada ou não, sendo caracterizada, portanto, pela forma de implantação dos edifícios que cercam o principal espaço livre do conjunto. As paredes das edificações estruturam esse espaço livre de uso restrito e caráter privado. Normalmente, os equipamentos de lazer não se localizam na praça central, mas nos recuos laterais e posterior. A vegetação empregada é de pequeno e de médio porte, com alguns exemplares

isolados de árvores de grande porte e até mesmo bosques em alguns condomínios, localizados fora da área cercada pelos edifícios.

No conjunto praça, a área do terreno varia entre 3.000 e 20.000 m<sup>2</sup>. Os edifícios, do tipo “bloco”, “torre” ou “lâmina”, circundam a praça, acompanhando o perímetro do lote – respeitados os recuos obrigatórios por lei – e quase sempre são paralelos ao alinhamento. Essa forma de distribuição dos prédios é bastante apropriada à criação do cenário, adotando-se freqüentemente uma linguagem formal na arquitetura e nos espaços livres com adaptações do neoclássico e colagens da arquitetura e do paisagismo franceses anteriores ao século 20, especialmente nos conjuntos construídos depois de 1990. Os primeiros exemplares desse tipo de condomínio vertical foram produzidos, entretanto, segundo os ideais modernistas, nos anos 50 e 60.

Os amplos vazios gerados pela conjunção dos espaços livres obrigatórios por lei para cada edifício são a grande contribuição urbanística desse tipo de conjunto. A ocupação de quadras inteiras ou de lotes de grandes dimensões cria possibilidades para o arranjo ou a forma de distribuição dos edifícios.

Na história urbanística, têm representado, muitas vezes, a substituição de galpões industriais pelos edifícios de apartamento. Nessa passagem, observa-se um aumento dos espaços livres (considerando-se que os antigos galpões ocupam boa parte dos terrenos), tendo como contraponto a verticalização. Contudo, a maior parte dos espaços livres condominiais situa-se sobre a laje da garagem, comportando somente vegetação de pequeno e de médio porte.

Nesse tipo de conjunto, explora-se a idéia da praça – antes a idéia da praça ajardinada, que valoriza a arquitetura, a idéia da praça de lazer. É a praça-cenário,



a praça-*status*, a praça-jardim, a praça privada, atrás dos muros e grades, para usufruto exclusivo dos condôminos. Desse modo, esse elemento morfológico do espaço urbano perde seu caráter de logradouro público e ganha um caráter mercadológico, sendo empregado pelos agentes imobiliários para promover a venda das unidades habitacionais, e um significado de *status* (trata-se de uma praça particular, visualizada pelos moradores da janela de seus apartamentos, e apreciada pelos visitantes), agregando valor de uso e valor de troca ao empreendimento – talvez mais de troca do que de uso.

Além da segregação, acentuada pela construção de muros extensos (embora alguns condomínios sejam cercados por grades no alinhamento), esse tipo de conjunto revela que, da mesma forma do jardim, a praça – outro elemento tradicional do espaço urbano – também é bastante valorizada.



Figura 3: Ilhas do Sul. Os edifícios-torre foram implantados ao redor do clube com piscinas – o principal espaço livre do conjunto. São Paulo, 2003

Crédito: Autora

## CONJUNTO CLUBE

Caracteriza-se pela existência de um clube (ou uma variação de clube) na área central do lote, onde se localiza a maior parte dos equipamentos de recreação e lazer. Esse clube conta também com uma infra-estrutura de serviço, que pode ser simples, composta basicamente por bar, restaurante ou lanchonete, ou mais complexa, incluindo berçário, creche e sala de cinema, entre outros.

Junto dos equipamentos e junto dos edifícios há áreas ajardinadas com vegetação de pequeno e de médio porte. Em alguns condomínios existem bosques ou árvores de grande porte nos recuos laterais e posterior.

Esse tipo de conjunto possui, no mínimo, quatro edifícios-torre ou edifícios-lâmina, implantados em terrenos de 8.000 a 30.000 m<sup>2</sup>. Os prédios usualmente

são paralelos e dispostos ao redor da área central.

A ênfase é dada à idéia do clube particular e não à construção do cenário. A diversidade de equipamentos e seu arranjo no lote, ocupando praticamente toda a área central do empreendimento, são os atrativos de venda. A linguagem formal é moderna ou contemporânea, quase sempre sem recorrência a estilos precedentes.

Semelhantemente ao que acontece com o conjunto praça, o espaço livre central no interior da quadra se destaca no tecido urbano, mas no lugar da praça-cenário ou da praça-convívio é implantado o clube.

A garagem no subsolo impossibilita o plantio de árvores de grande porte em trechos consideráveis do terreno, impedindo um acréscimo em seu valor paisagístico e ambiental. Os altos muros os quais, geralmente, cercam esse tipo de conjunto reforçam a segregação, isolando o conjunto em relação à cidade e à sociedade. O clube particular denota o interesse por determinadas camadas sociais em ter um estilo de vida que inclua jogos, caminhadas ao ar livre e outras atividades físicas em seu cotidiano. As áreas ajardinadas são um complemento ao projeto paisagístico, não seu principal elemento: o clube.



Figura 4: Portal do Morumbi. A massa de vegetação preservada envolve as torres de apartamento, mas as áreas gramadas desse parque particular estão sobre a laje da garagem. São Paulo, 2003. Crédito: Autora

## CONJUNTO PARQUE

É caracterizado pela existência de uma massa de vegetação (que pode se constituir de remanescentes nativos ou não e de exemplares plantados durante ou após a construção do empreendimento), a qual compõe o parque, com as áreas e equipamentos de recreação, esporte e lazer. Nesse tipo de conjunto, a forma do terreno (ou a topografia original) é parcialmente preservada.

O conjunto parque ocupa terrenos com área superior a 20.000 m<sup>2</sup>. Possui ruas internas e necessita de plano de parcelamento do solo, sendo 20% da área total do terreno reservada para vias de circulação, 15% para áreas verdes e 5% para áreas institucionais, com instalação de equipamentos comunitários. Os edifícios, no mínimo em número de três e do tipo “torre”, são esparsos, mas quase sempre paralelos ou distribuídos em linhas paralelas, deslocados uns em relação aos outros.

Na concepção de seus espaços livres, recebem maior ênfase a necessidade de preservação da vegetação e a infra-estrutura de esporte e lazer, não havendo, normalmente, a intenção de criar-se um cenário com elementos neoclássicos ou ecléticos. A linguagem é, portanto, moderna ou contemporânea (derivada do modernismo) na maioria desses conjuntos.

O valor urbanístico desses grandes condomínios verticais está associado à preservação da vegetação existente e à possibilidade de arranjos variados. Ao ocupar grandes áreas, dispensando a subdivisão em lotes de menores dimensões para a implantação individual dos edifícios, gera espaços livres contínuos no contexto urbano de âmbito residencial.

Todavia, se à primeira vista se trata de parques particulares pontuados por torres de apartamento, muitas das áreas ajardinadas estão sobre a laje da garagem, contendo apenas vegetação de pequeno e de médio porte. Essa idéia, de habitar-se altos edifícios cercados por extensas áreas gramadas, árvores e jardins, é bastante moderna, mas, segundo o ideal modernista, tais áreas não deveriam estar apartadas da cidade, mas integradas a ela, compondo o espaço urbano e promovendo uma integração entre os espaços privados e públicos. O componente social do ideal modernista dá lugar à produção da habitação-mercadoria.

Apesar de todas as vantagens que apresenta em relação aos outros tipos de conjunto (por ocupar terrenos com mais de 20.000 m<sup>2</sup>, pelos espaços livres mais amplos e pela massa de vegetação preservada), do ponto de vista paisagístico, ambiental e social, ainda está aquém de suas potencialidades. Considerando-se, como afirma Anne Whiston Spirn, que “*cada edifício e grupo de edifícios, com suas áreas verdes e praças circundantes, cada parque e cada rua e estrada deve ser projetado não só como um sistema em si mesmo, mas como parte de um bairro maior, que é um subsistema da cidade e como uma pequena peça do ecossistema metropolitano global*” (SPIRN, 1995, p. 271), esses conjuntos deveriam ser projetados com o intuito de oferecer benefícios à cidade como um todo, não apenas a um grupo restrito de moradores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1940 e 2005, foram constituídos quatro tipos básicos de conjunto na cidade de São Paulo: o conjunto ajardinado, o conjunto praça, o conjunto clube e o conjunto parque. Entre eles, existe uma hierarquia, sendo o conjunto ajardinado aquele que possui uma estrutura mais simples, com os edifícios (que podem ser em número de dois) quase sempre paralelos ao alinhamento, a vegetação predominantemente de pequeno e de médio porte e três equipamentos básicos (quando existem): piscina, *playground* e quadra esportiva. O conjunto parque é, por outro lado, o tipo mais complexo, apresentando plano de parcelamento do solo, vegetação de grande porte e infra-estrutura de lazer e serviço, ocupando lotes de grandes dimensões. O conjunto praça e o conjunto clube ficam no entremeio, apresentando maior ou menor complexidade dependendo da dimensão do lote, do número de edifícios, da existência ou não de bosques e da infra-estrutura de lazer e serviço. A inserção ou configuração de jardins, praças, clubes e parques no lote dos condomínios representa:

- Para os agentes ligados à promoção e venda, um fator de venda;
- para os paisagistas responsáveis por seu projeto, a possibilidade de qualificar a paisagem e um de seus campos de atuação;
- para a cidade, parte do processo de verticalização, a produção de espaços livres privados mais amplos e contínuos e a preservação parcial da vegetação, do relevo e de áreas permeáveis;
- para os moradores, generosas áreas de lazer, junto da moradia, devidamente equipadas, que podem ser apreciadas e usufruídas cotidianamente;
- para a sociedade, uma forma de segregação espacial e social e uma expressão das desigualdades sociais.

Os quatro tipos de conjunto, com as características que apresentam na arquitetura e nos espaços livres são peculiares à paisagem paulistana e só podem ser entendidos a partir de sua estrutura morfológica (na qual há bairros com traçado em grelha e bairros com traçado irregular, lotes e glebas com agrupamentos de árvores de grande porte e lotes sem vegetação alguma, terrenos em alicive, terrenos em declive e terrenos aplainados em que as praças, os parques e os jardins públicos são escassos em relação à dimensão da malha urbana); a partir da sociedade (capitalista – na qual a arquitetura e os espaços livres são produzidos e projetados para atrair compradores; desigual – onde poucos têm o privilégio de habitar espaços cercados por jardins e áreas arborizadas, com equipamentos de lazer; segregacionista – com espaços livres privados e construções cercadas por muros e grades; e apesar de tudo, uma sociedade que aprecia o jardim); a partir do período histórico (no qual o desenvolvimento tecnológico e a situação econômica permitem a construção de edifícios em conjunto e no qual o modernismo é deixado para trás, seja pelo emprego de novas técnicas e materiais, seja pela retomada de outras linguagens); e a partir da legislação urbanística do município (que determina a preservação da vegetação significativa e estabelece recuos e taxas de ocupação a favorecerem a existência de espaços livres no interior dos lotes).

São produtos do século 20 e do início do século 21, projetados por arquitetos e paisagistas contemporâneos, para as camadas média e alta da

sociedade paulistana atual, segundo suas normas, suas aspirações, suas necessidades e desejos, seu gosto, sua idéia do “belo”. Junto de outros tipos edificatórios e de outras formas de habitação, compõem e transformam a paisagem da cidade de São Paulo, com suas construções, seus jardins, suas praças, seus parques e clubes de uso restrito.

## BIBLIOGRAFIA

- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 280 p.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Loteamentos e condomínios: Sistema jurídico da propriedade fracionada*. São Paulo: Max Limonad, 1953. v.1 e 2.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros*. 2. ed. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2003. 399 p.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 14 ed. São Paulo: Global, 2003. 968 p.
- FRÚGOLI, Jr. Heitor. *Espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995. 111 p.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969. 133 p.
- MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edusp/Melhoramentos, 1980. 151 p.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto, 1985. 152 p.
- SPIRN, Anne Whiston. *O jardim de granito*. São Paulo: Edusp, 1995. 345 p.

### Entrevista

Benedito Abbud (janeiro/99). Arquiteto-paisagista. Entrevista realizada pela equipe do Quadro do Paisagismo no Brasil.

### Obs.:

Este artigo é um dos resultados da tese de doutoramento intitulada “Espaços livres urbanos”, realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp.

---

### Solange Aragão

Arquiteta, urbanista, mestre e doutora pela FAUUSP.  
e-mail: solange.aragao@hotmail.com

criação da...

re. S. João em op... em a. findendo a barra daquella banda, por onde se podem entender

em forma de bu... & braua & mea de dez palmos por braço. Tem fuso

miu pontapato Di...

Handwritten letters and symbols, including a large 'Y' and 'W'.

... de ...

... Monarcha ...

... cavaleiro de ...

... de ...

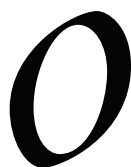
... sua ...

... cinco libras ...

... de ...

... e ...

Emmanuel Antonio dos Santos



S PLANOS DA PAISAGEM – *UMA*  
CONTRIBUIÇÃO AO *ESTUDO*  
DA CONSTITUIÇÃO DA  
PAISAGEM NO MUNICÍPIO DE  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP

122

pós-

## RESUMO

A constituição da paisagem, nas cidades brasileiras, tem sido, no geral, tomada como resultado da habilidade dos planejadores em reservar, para fins de proteção e conservação, áreas consideradas ambientalmente frágeis ou devido à sua notabilidade, em relação à cobertura vegetal, e ainda em função das oportunidades de sua apropriação como áreas de lazer. Além de colocar a paisagem em uma dimensão reducionista, compreendendo-a por meio de uma, dentre tantas outras, de suas particularidades, essas posturas dificultam compreender a configuração urbana como um complexo processo, no qual está envolvido o meio natural, o meio construído, a cultura, a técnica e o cidadão, este último, sujeito, ator e agente da construção dos espaços. Igualmente, uma profícua produção de instrumentos normativos para construção das cidades, por meio da elaboração de planos, projetos, leis e obras, tem procurado, pela difusão do planejamento, no âmbito do ideário da urbanística modernizadora, ordenar a cidade, com vista a torná-la ascética e bela, boa para se investir e auferir ganhos. Busca-se o controle e a ordenação por meio daquilo que lhe é mais aparente e de sua superfície. Ao sujeito do espaço resta uma cidade desconexa e desarticulada, a qual, em sua configuração não responde ao seu hábitat, mas representa outros desejos, de outras ordens, as quais, não as suas, cambiantes e ricas em diversidades, em que se exercitam diariamente os consensos possíveis.

## PALAVRAS-CHAVE

Paisagem, ambiente, planejamento urbano, espaço, ordem, legislação.



LOS PLANOS DEL PAISAJE – UNA  
CONTRIBUCIÓN AL ESTUDIO DE  
LA CONSTITUCIÓN DEL PAISAJE EN  
EL MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DOS  
CAMPOS, SP

pós- | 123

## RESUMEN

La constitución del paisaje en las ciudades brasileras ha sido tomada, en general, como resultante de la habilidad de los planificadores para reservar, con fines de protección y conservación, sitios considerados ambientalmente frágiles, o debido a su notabilidad con relación a la cobertura vegetal, y en función de las oportunidades de su apropiación como áreas de recreación. Además de colocar el paisaje en una dimensión reduccionista, comprendiéndola por medio de una, entre tantas otras, de sus particularidades, esas posturas dificultan comprender la configuración urbana como un proceso complejo, en el cual está involucrado el medio natural, el medio construido, la cultura, la técnica y el ciudadano, ese último sujeto, actor y agente de la construcción de los espacios. Así mismo, una prolífica producción de instrumentos normativos para la construcción de las ciudades, por medio de la elaboración de planos, proyectos, leyes y obras, ha buscado, por medio de la difusión del planeamiento, en el ámbito del ideario de la urbanística modernizadora, ordenar la ciudad con vistas a tornarla ascética y bella, buena para invertir y obtener ganancias. Lo que se busca es el control y la ordenación por medio de su apariencia y superficie. Al sujeto del espacio le queda una ciudad desconectada y desarticulada, cuya configuración no corresponde a su hábitat, pero que representa otros deseos, de otros órdenes, que no son los suyos, cambiantes y ricos en diversidad, en la cual se ejercitan diariamente los consensos posibles.

## PALABRAS CLAVE

Paisaje, ambiente, planificación urbana, espacio, orden, legislación.

THE LANDSCAPE PLANS A  
CONTRIBUTION TO RESEARCH OF  
THE LANDSCAPE IN THE  
MUNICIPALITY OF SÃO JOSÉ DOS  
CAMPOS, STATE OF SÃO PAULO

ABSTRACT

Landscapes in Brazilian cities have generally resulted from the skill of the land planners to set aside, for preservation or environmental reasons, areas considered environmentally sensitive, unique from the landscape perspective, or potential leisure places. This attitude not only reduces the landscape's dimension to one of its many peculiarities, but also makes it harder to understand urban configuration as a complex process that includes the natural environment, the built environment, culture, technique, and the citizen, who is the subject, the player and the agent in building these spaces. At the same time, countless regulations, laws, statutes, and rules aimed at city building have attempted to use modern urban planning to arrange the city, to make it ascetic and beautiful, attractive for investment, and profitable. Authorities try to control and order that which is more apparent and visible. The result is a disconnected and disjointed city, which is not attractive to its inhabitants because it was designed by other changing and diverse interests. In this city, inhabitants exercise daily their possible consensus.

KEY WORDS

Landscape, environment, urban planning, space, order, laws.

## OS PLANOS DA PAISAGEM

*“Olhe quanto andei para chegar aqui e constatar que não existe plano infinito, apenas a luta pela vida, disse-lhe eu. Talvez cada um de nós tenha o seu plano dentro de si, mas é um mapa confuso, que custa decifrar, por isso damos tantas voltas e por vezes nos perdemos, você respondeu.” (ALLENDE, Isabel. *O plano infinito*, 2001, p. 387)*

A paisagem e o ambiente se manifestam sob diversas maneiras, tornando possível entender que não são apenas modos de apresentação como roupagens e figurinos em que se cambiam vestimentas e acessórios conforme a trama solicita, montando aparências para atender a um enredo previamente conhecido em que os sujeitos/atores já sabem, e, têm por bem ensaiado, cada gesto de cada personagem. Também não seriam apenas manifestações de estratégias engendradas com urdiduras plenas de dissimulação, como nos jogos de guerra, nos quais monta um conjunto de passos a serem seguidos a fim de atingir um alvo/objetivo.

Mais do que leitura do espaço ou “melhoria” urbana, a paisagem revela tempos, usos, ocupações, querências, e, mais do que tudo os objetos e ações, auxiliando na percepção do modo nem sempre justo, nem sempre mais adequado, nem sempre sustentável com que fazemos nossas inserções. Ou seja, entende-se, por ora, a paisagem como a escala perceptível entre os processos humanos e naturais. Nesse sentido, a paisagem inclui todos os artefatos humanos e todos os elementos do natural – ou natureza. Sendo assim, a combinação dentre os aspectos naturais – elementos da natureza – e os aspectos culturais – artefatos humanos – em um movimento contínuo, portanto dialético, cria as paisagens.

A maneira pela qual esses são combinados e utilizados reflete a cultura da espécie humana e cria especificidades de aparências, informando diferentes tipos de paisagens, conforme se privilegie este ou aquele aspecto no processo de combinação e utilização daqueles elementos – artefatos humanos e natureza. A paisagem, portanto, é perceptível nas feições que nossas organizações socioespaciais adquirem em função das configurações das combinações resultantes dos processos humanos sobre a natureza.

A paisagem e ambiente como produto e meio das relações entre o suporte ecológico e as intervenções antrópicas em um movimento contínuo e retroalimentador é mais do que um cenário, do que um figurino, portanto, mais do que aparências fugidias. Ela é, sob diversas maneiras, manifestação dessas relações, sendo, por isso, passível de ser percebida em diversos planos.

Fala-se, por ora, da percepção da paisagem, em diversos planos, tomando emprestado da geometria cartesiana a noção de plano enquanto superfícies, o que nos permite estender à noção de planos a idéia de níveis, e, para facilitar o entendimento, seria como na linguagem da informática quando se utilizam *layers*, e nos quais se faz possível separar, para efeito de estudo, análise e ajuste, informações sem, contudo, perder sua integração com o todo.

Faz-se essa separação em planos – *layers* – como método auxiliar de estudo e para efeito de leitura e análise listam-se os grupos e as maneiras pelas quais a paisagem se manifesta. Desse procedimento resulta para além desses planos – sempre no sentido cartesiano de ora em diante –, outros, os quais, em virtude de

suas peculiaridades, constituíram-se como instâncias de manifestação da paisagem a que denominamos os planos da paisagem. São eles: o plano do tempo, no qual se percebe que para cada período de tempo – cronologicamente falando – parece corresponder um conjunto de fixos na paisagem, dependentes das técnicas, da tecnologia e do grau de aprimoramento de sua aplicação e utilização; o plano da ordem, em que para cada conjunto de fatores e atores intervenientes, e conforme o grau de articulação desses e das possibilidades de apropriação mais vantajosa dos objetos naturais e não-naturais, assim como das técnicas disponíveis, são estabelecidos padrões e modelos de organização socioespacial, adotando configurações espaciais codificadas em regras gerais e particulares, as quais deveriam espelhar a melhor aparência para o melhor uso; e, o plano do simulacro, aquele que reúne um tanto de cada um dos outros dois, no qual o desejo inconfesso de parecer-se com o que não é, com o que aparentemente é mais e melhor, no sentido de mais bem organizado, melhor desenvolvido, faz com que os desenhos dos lugares recebam colagens, as quais nem sempre respondem ao que o lugar, de fato, é e pode vir a ser. Discute-se adiante esses planos da paisagem.

## PAISAGEM NO TEMPO

### PERMANÊNCIAS E OBSOLESCÊNCIAS, OS OBJETOS QUE SE PODEM PERCEBER NA PAISAGEM SIGNIFICAM OU PASSAM AO LARGO?

*“O melhor o tempo esconde  
Longe muito longe  
Mas bem dentro aqui  
Quando o bonde dava a volta ali...”*  
(VELOSO, Caetano, *Trilhos urbanos*, 1979)

A paisagem no plano do tempo se faz notar nas configurações dos lugares, pelas características especiais que os desenhos adquirem como resposta da ação humana sobre o meio natural onde essa ação se instaura. Ou, melhor dizendo, é natureza trabalhada segundo o domínio do conjunto dos objetos naturais e não-naturais artificializados e tecnificados pela ação do trabalho humano.

Os tempos, contudo, não se exaurem em segmentos estanques, tampouco se estabelecem em seqüências sucessivas uniformes, o que de início coloca uma dificuldade à separação dos fragmentos temporais para efeito de análise, já que os fatos não são obras acabadas, encerradas em si mesmo, mas são ocorrências no espaço, fruto de ações contínuas que se interpenetram, *“acumulando defasagens e superposições de divisão do trabalho – sociais e territoriais”* (SANTOS, Milton, 2001, p. 23). Desse modo, para reconhecer a paisagem no plano do tempo é mais adequado buscar explicitar, no espaço, os testemunhos dos tempos que aquele vivenciou do que proceder a periodizações convencionais.

Como exemplo, citamos os “tempos econômicos”, em que, ao contrário do que se acostumou pensar, pouco ou quase nada de testemunhos fixam no espaço, especialmente no espaço da escala territorial urbana, em que a velocidade das transformações dos usos e das formas de ocupação desmonta

lugares desmanchando partes de sua aparência. Permanências de seu registro espacial são quase desprezíveis, chegando mesmo a parecer inexistentes.

Isso faz pensar em tempos da paisagem que não se consegue mais ler com facilidade, seja pela rarefação da ocorrência, seja pela aparente insuficiência de permanências. Marcos de múltiplos tempos aparecem, com alguma visibilidade no caso dos estabelecimentos industriais, talvez ainda as maiores permanências na paisagem intra-urbana. A visibilidade desses testemunhos faz com que adquiram valor como elemento da paisagem urbana, desejando-se sua permanência e sua apropriação para evitar obsolescências. São as áreas dos grandes estabelecimentos industriais, geralmente com forte presença no tecido urbano, tomando áreas remanescentes, estrategicamente localizando-se ao longo dos sistemas de circulação e transportes, organizando indiretamente a distribuição da urbanização, antigas fábricas as quais, de uma forma ou de outra, conseguiram permanecer no tecido, memórias de um passado que por vezes teima em não sumir.

Permanências as quais em alguns casos significa a continuidade da atividade produtiva, e em outros casos são permanências que se atualizam, evitando obsolescências pela substituição de usos quando as edificações remanescentes são recicladas para assumir novas funções nos mesmos lugares. No plano do tempo, portanto, a paisagem se faz perceptível naquilo que resta no espaço trabalhado e processado, em que se pode ler os registros desses tempos na configuração que o espaço adquiriu, conserva ou modifica. Perceber essas peculiaridades e identificá-las com alguma clareza significa incorporar no projeto urbano a paisagem a qual inclui a memória de tantos tempos, podendo contribuir para os espaços serem mais reconhecidos como um bem coletivo, desejados como instância de identidade e valorizados como possibilidade de operar-se a pertinência.

## PAISAGEM DA ORDEM

NORMAS E REGRAS, DESEJO DE COLOCAR CADA COISA EM SEU LUGAR, PAISAGEM QUE A MUITOS EXCLUI E A POUCOS PERMITE O DESRESPEITO CONSENTIDO

*“Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína  
Tudo é menino e menina no olho da rua  
O asfalto, a ponte o viaduto ganindo para a lua  
Nada continua  
E o cano da pistola que as crianças mordem  
Reflete todas as cores da paisagem da cidade que é muito  
Mais bonita e muito mais intensa do que no cartão postal.  
Alguma coisa está fora da ordem  
Fora da nova ordem mundial.”*

(VELOSO, Caetano, *Fora da ordem*, 1991)

O conjunto de leis e regulamentos que busca estabelecer o controle do uso e da ocupação dos solos é, usualmente, considerado como o instrumento normativo que tem o papel de impor ordem ao espaço. Para efeito de estudo,

pode-se subdividir esses instrumentos em três conjuntos normativos, os quais, além de apresentarem certa similaridade no tocante à sua estrutura, no que concerne aos elementos com os quais se procura estabelecer a ordem no espaço, portanto, seu aporte ideológico de fundo, representariam também ações dos diversos interesses no espaço correspondentes aos momentos históricos.

O primeiro desses três conjuntos normativos, cuja origem formal remonta ao final do século 19, é representado pelas primeiras manifestações de legislação urbanística mais claramente relacionadas, à organização das atividades no espaço urbano, ao controle do uso e da ocupação do solo urbano e ao desejo de implementar-se um desenho urbano, no qual o instrumento normativo por excelência é o código de posturas. O segundo conjunto é aquele iniciado em final dos anos de 1930, quando surgem as primeiras leis específicas para regular a distribuição das atividades, do uso e da ocupação dos solos, em que se procura organizar a distribuição e localização das atividades, em zonas de uso separadas conforme a predominância pretendida e a permissibilidade admitida, instituindo-se o zoneamento. Esse recurso de planejamento perdura até nossos dias, a despeito de todas as críticas que sofre, inovando-se, mais na forma do que no conteúdo. O terceiro conjunto tem início ao final dos anos de 1950, quando o modelo dos planos de conjunto, para o agenciamento dos espaços urbanos, leva à adoção do plano diretor como instrumento de ordenação urbanística, os quais, de um lado, findam por caracterizarem-se como instrumentos de consulta das características da urbanização, e, de outro lado, como peças gráficas que expressam o desejo de uma cidade ideal, mais pretendida do que necessária.

Ao período em que se desenvolve o primeiro conjunto normativo denomina-se aqui de período de ensaio de constituição do tecido urbano, no qual já se pode falar em espaço público e particular e em que se faz muito necessário regular as diferenças entre estes, promovendo-se, de um lado, certa homogeneidade de tratamento para o uso e ocupação de todas as propriedades, e, de outro lado, instituindo-se para o espaço público, já em fase de consolidação, um regulamento de controle de seu desenho e de sua apropriação, especialmente no tocante às ruas, em princípio, às calçadas e aos largos depois.

São originários desse período que cobre desde os anos de 1862 até 1887, compondo um conjunto de sete leis ao longo de 25 anos, os primeiros códigos de posturas nos quais se identificam princípios de ordenação do espaço urbano, principalmente no que concerne ao alinhamento e ao arruamento. Desses, os quatro primeiros enfatizam o alinhamento e o arruamento, determinando as condições para sua demarcação e estabelecendo, em conseqüência, as condições para o arranjo dos lotes em conformidade com o alinhamento e as características arquitetônicas das frentes das edificações. Nesse particular, no primeiro código, verifica-se a determinação da altura das edificações, a qual, estabelecida que estava em número de palmos, fazia guardar a relação desta – a altura da edificação – com a largura das ruas, em que uma corresponderia à outra<sup>1</sup>.

Outro aspecto relevante refere-se à preocupação com a higiene, a salubridade pública e a estética urbana, em princípio identificado por meio da aparência de limpeza, determinando-se para tanto a obrigatoriedade de varrição das ruas nas frentes dos lotes ou edificações, sofisticando-se, mais tarde, quando se inicia a preocupação com a proteção ao ambiente, especialmente aos mananciais e às

(1) Código de Posturas deste termo de 19 de maio de 1862 no qual o artigo 4º do capítulo 1º reza: *as estradas terão de carpido oito palmos, e de descortinado vinte palmos; dez de cada lado, nos lugares que forma desbarrancados terão o carpido doze palmos. Considerando que a um palmo correspondem 22 cm. teremos respectivamente: 1,76 m; 4,40 m e 2,64 m o que corresponde ao que reza o artigo 15. As casas que se edificarem dóra avante dentro dos muros desta Villa, e mesmo em Santa Cruz, bem como as que forem reedificadas, sendo térrea terão altura de vinte palmos. Portanto 4,40 m como as estradas.*



espécies animais utilizadas para a subsistência, resguardando-os em certos períodos para a procriação, como no caso da caça, bem como a proibição de utilização de meios danosos de captura, como no caso da pesca <sup>2</sup>.

Os últimos códigos desse período confirmam a ênfase no alinhamento, no arruamento e na salubridade pública, os quais passam, agora, a ser tratados como questões de embelezamento e aformoseamento, de salubridade e de segurança na cidade. Para complementar o embelezamento e aformoseamento, bem como promover a segurança, resguardando tanto o pedestre como as construções e também para extremar definitivamente o público do privado, institui-se nas posturas, de modo formal, a calçada, espaço de separação entre a edificação particular e o leito carroçável, determinando-se seu dimensionamento e suas características construtivas. Lugar seguro para a circulação dos pedestres e para mercancia volante, em que o contato, nem tão íntimo, nem tão marginal, poderia estabelecer-se com segurança e conforto.

É de notar-se, referente ao alinhamento e ao arruamento, que desde o código de 1885<sup>3</sup> fica explicitamente estabelecido o reticulado ortogonal com orientação norte-sul e leste-oeste para a abertura das ruas, inclusive a obrigatoriedade de respeitar esses alinhamentos e a ortogonalidade para aquelas ruas e becos já existentes, os quais, por suas características, arranjos e modificações pudessem vir a adequar-se a esse padrão.

Esses primeiros requisitos para a ordenação do uso e ocupação dos solos, mais do que posturas municipais, com o intuito de estabelecer a ordem pública, determinam, em seu escopo, um desenho e um agenciamento do uso e da ocupação do solo com intenções urbanísticas, instituindo, desde então, padrões de projeto em que os instrumentos básicos para o controle do desenho e, conseqüentemente, aparência urbana pretendida seriam obtidos pelas características do alinhamento, do arruamento e de suas relações com as edificações. Verificam-se também preocupações com a paisagem e ambiente, não só com relação ao embelezamento da cidade, mas com relação à garantia da subsistência pela manutenção da caça e da pesca, evitando-se, inclusive, a poluição dos mananciais, bem como se instituindo a proteção das áreas passíveis de deslizamentos e dotadas de cobertura vegetal.

Essas posturas, ora mais de controle edilício, ora de controle mais urbanístico, no que tange ao traçado das ruas pelo alinhamento e arruamento, permaneceram entre nós como os instrumentos de controle, mais da ocupação dos espaços do que de seu uso ou da distribuição e localização das atividades, até meados dos anos de 1930. Mesmo assim, pode-se considerá-las como projetos urbanísticos, ainda que possam parecer parciais devido a não abarcarem todos os aspectos da construção do espaço urbano. Procuravam, em sua aparente simplificação, ordenar o espaço desenhando as ruas, alinhando as construções, determinando os gabaritos e, em alguns casos, indicando até os materiais construtivos e os acabamentos, buscando forjar uma aparência de belo e de ordem, de bom e saudável.

O zoneamento, como novo modo de controlar a ocupação e uso dos espaços, passa a ser utilizado a partir dos anos de 1930, com o objetivo de organizar a distribuição e localização das atividades no solo, em função da crescente demanda por novos estabelecimentos, de outros usos e da necessária segregação entre os

(2) Suplemento do Código de Posturas de 1862, 28 de abril de 1865 no qual, no artigo 10, consta a proibição da caça de perdizes entre os meses de agosto e janeiro; Código de Posturas de 25 de abril de 1872, artigo 30, também estabelecendo a proibição à caça de perdizes exceto nos meses de abril, maio e junho; Código de Posturas de 31 de maio de 1875, no artigo 29 proíbe-se matar peixes com veneno timbó; Código de Posturas de 03 de abril de 1873, no qual, no artigo 29 fica expressamente proibida a caça de perdizes nos anos de 1874 e 1875, permitindo-se retomar a caça a partir do ano de 1876 em diante, somente nos meses de junho e julho; e o Código de Posturas no qual, no artigo 27, ficam expressas as condições para a execução das calçadas.

(3) Código de Posturas de 15 de junho de 1885, artigo 2º, Capítulo 1º, estabelecendo a ortogonalidade das ruas obedecendo ao alinhamento aos sentidos norte/sul e leste/oeste, sob pena de multa. Pela redação do artigo não resta dúvida das intenções de impor-se um desenho em malha regular bem ordenada, configurando-se intenção urbanística explícita.

usos sanatorial, comercial e residencial, em que a separação da localização dos sanatórios para tratamento da tuberculose apresentava-se como preponderante em relação aos outros usos. Complementa-se essa primeira idéia de organização territorial por meio do zoneamento proposto em 1932, com a inclusão de uma zona de uso industrial em 1933 e, posteriormente, em 1938, quando os perímetros das zonas existentes sofrem reajustes para incluir implantações que se localizaram além dos perímetros legais existentes.

Assim, adota-se o *zoning* como maneira de organizar o desenho da cidade, pretendendo-se com isso, por meio da separação mais dos usos – atividades – do que do controle da ocupação ou da edificação, imprimir um desenho para a cidade onde a adequada localização das atividades em conjuntos ou parcelas homogêneas no território, separados conforme o uso desejado, criaria uma cidade equilibrada e higienizada. As disposições edilícias deveriam, nesse ínterim, atender ao Código Sanitário Estadual, no qual os controles sanitários relativos ao dimensionamento mínimo dos compartimentos e dos vãos de iluminação e ventilação estavam expressos e garantidos.

Em concomitância, tinha-se um conjunto de leis de incentivos para a instalação de indústrias desde os anos de 1920, demonstrando que o zoneamento e, mais do que tudo, a zona industrial, só foi criada no intuito de atender a uma demanda já existente, e, até certo ponto, internamente provocada com a lei de incentivos, e não somente como desejo de ordenar o território por força de um projeto urbano existente. Na primeira metade dos anos de 1950 instituiu-se o primeiro código de obras, o qual em sua estrutura buscava organizar a distribuição e localização dos usos e os padrões de ocupação dos solos, mas no qual, sobretudo, percebe-se a vontade de organizar a atividade industrial, a qual se desenvolvia em ritmo acelerado e com instalações de grande porte<sup>4</sup>.

O passo seguinte foi a elaboração dos projetos urbanísticos globais, nos quais, por meio de um conjunto de amplos estudos e análise, procurava-se determinar o desenho global para a cidade, expressos em um plano diretor. É o terceiro conjunto de instrumentos normativos iniciado em fins dos anos de 1950, com a elaboração do primeiro plano diretor pelo CPEU – FAUUSP, em 1958, do qual se originam decretos e leis que procuram discriminar e caracterizar as zonas de uso, separando-se, inclusive, a zona industrial da residencial. Indicava-se também a necessidade de implementar índices e coeficientes urbanísticos para o uso e ocupação dos lotes na zona urbana, como maneira de atingir as densidades desejáveis. Procurava-se, desse modo, estruturar a cidade com um projeto urbanístico no qual se previa: o desenho da cidade, as densidades desejadas, as áreas a serem preservadas e protegidas, bem como os mecanismos para a mais adequada distribuição das vantagens urbanas, conforme o modelo de planejamento global em vigor.

Ao final dos anos de 1960 novos estudos se iniciam resultando no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, o qual só veio a ser aprovado em fins de 1971<sup>5</sup>, em descompasso com outras leis,<sup>6</sup> que vieram a ser aprovadas antes deste, paradoxalmente originárias dos estudos do PDDI. O plano se estrutura em três volumes no qual se verifica, inicialmente, uma caracterização física e socioeconômica do município a título de diagnóstico, acompanhado de um prognóstico, apontando tendências e vetores de crescimento e as usuais projeções

(4) Lei n. 281 institui o Código de Obras de janeiro de 1954, primeira lei completa para o controle urbanístico, na qual se verifica disposições para o uso e a ocupação dos solos, para o parcelamento, para o arruamento e com relação à paisagem e proteção ambiental.

(5) Lei n. 1623 de 30 de novembro de 1971 institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado para o município de São José dos Campos.

(6) Lei n. 606 de 13 de setembro de 1971. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no município de São José dos Campos.

demográficas, indicando o crescimento esperado da população urbana; um plano de distribuição territorial mostrando as tendências de ocupação e usos, indicando as situações preferenciais para ocupação e para preservação, os movimentos e deslocamentos e as infra-estruturas necessárias, e, finalmente, um conjunto de propostas de leis de parcelamento de uso e ocupação dos solos e um novo código de obras.

Essa estrutura, em que os diagnósticos e prognósticos, em volume separado, permitem a rápida visualização da urbanização; a apresentação de uma proposta de estrutura urbana mais geral, em outro volume, e os textos das leis em outro, talvez tenha, por um lado, dificultado sua aprovação suscitando debates em separado e desarticulados, tal como os volumes, porque desvinculados uns dos outros, e, por outro lado, facilitando a aprovação de leis específicas de controle do uso e ocupação dos solos intra-urbanos, o que de todo modo parece ser o que realmente desperta o interesse, pois é no solo, mais ou menos regulado deste ou daquele jeito, que se processam os ganhos da urbanização.

Independente da aprovação do PDDI -71 como instrumento de estruturação urbana, proveio deste, indiretamente, uma lei de uso e ocupação dos solos guardando coerência com o zoneamento proposto, em que se buscava, também, garantir o uso equilibrado dos espaços, desenhando bulevares, parques e praças e estabelecendo definitivamente o zoneamento como meio de implementar o planejamento urbano. Decorrem desse procedimento, o qual é mais uma distorção, oriunda do processo de aprovação do PDDI -71, em que as leis dele originadas são aprovadas antes dele mesmo e outras criadas de modo independente daquele, uma cultura do planejamento por meio do zoneamento, no qual esse se apresenta como a quintessência das soluções para os problemas urbanos, levando, em contrapartida, a transformar o zoneamento em palco preferencial para as disputas e para efetivação das vantagens urbanas ou da urbanização.

*“Mesmo recentemente, na maioria dos planos diretores brasileiros o zoneamento aparece apenas como princípios vagos e não-operacionais. Ao contrário, as leis específicas de zoneamento, separadas dos planos diretores são operacionais, aprovadas nas Câmara Municipais e executadas (evidentemente com os percalços típicos de execução de tantas leis no Brasil).*

*A história do zoneamento é totalmente distinta da história do planejamento urbano strictu sensu, e até hoje predomina o zoneamento separado do plano diretor (embora no discurso, se afirme que o zoneamento é parte integrante de um plano diretor). esta é a razão pela qual o zoneamento é a prática de planejamento urbano latu sensu mais difundida no Brasil.” (VILLAÇA, 1999, 178).*

Proliferam as leis de zoneamento e as alterações casuísticas, com o conseqüente aval das comissões de zoneamento ou de legislação urbanística. São posteriormente elaboradas mais duas leis de zoneamento, uma ao final dos anos de 1980, em que se verifica o detalhamento das zonas de uso e dos índices urbanísticos sem, contudo, atualizar o código de obras. Percebe-se, porém, alguns avanços, como no caso do capítulo de parcelamento, em que as áreas verdes são tratadas mais detalhadamente, exigindo-se, inclusive, projeto paisagístico nos projetos de loteamento a serem aprovados. A grande quantidade de zonas de uso com espaços muito segregados e muito diferenciados, a impossibilidade de

flexibilizar regras para as construções ou para a ocupação dos solos, os interesses imobiliários e as dificuldades do poder público em efetivamente fiscalizar o cumprimento da lei, acabou por gerar inadequações e a clandestinidade, fazendo-as mais do que obsoletas, peças discricionárias.

A outra lei desse período do planejamento pelo zoneamento, ou melhor, do não-projeto urbano, origina-se como uma lei tampão em fins dos anos de 1980, posto que a constituição de 1988 determinava a elaboração de plano diretor para cidades com mais de 20.000 habitantes. A essa característica de lei tampão soma-se o fato de ter sido elaborada mais como sistematização e consolidação do sem-número de alterações que a lei anterior sofreu, por meio de leis complementares de alteração de zoneamento, dos índices e dos usos. A nova lei findou por abarcar 30 zonas de uso e seis tipos de corredores especiais, provocando uma babel urbanística a qual inversamente pretendia simplificar, configurou-se como uma colcha de retalhos em que se justapõem partes dissonantes nem sempre passíveis de convívio, representando, mais do que proposta urbanística, os interesses particulares no urbano<sup>7</sup>.

O poder público local entendeu o apelo que a elaboração de um plano poderia ter, e, aproveitando o preceito constitucional, somado à idéia que o plano diretor existente encontrava-se desatualizado, mesmo sem ter sido feita uma análise do projeto urbano nele proposto, decidiu pela elaboração de um novo plano diretor.

Oficialmente, a elaboração do novo plano diretor teve início no ano de 1988 e no intuito de facilitar e verificar melhor as condições sob as quais foi elaborado, transcreve-se, a seguir, o prefácio constante do volume final do plano:

*“O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado para o Município de São José dos Campos foi conduzido sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, resultando num trabalho desenvolvido entre todas as equipes técnicas das Secretarias e Fundações da Administração Municipal; de diversos órgãos Estaduais; Concessionárias de Serviços Públicos Municipais; das sugestões colhidas junto à população participante da primeira audiência pública realizada em outubro de 1991 e sugestões encaminhadas pelos segmentos organizados da sociedade.*

*O Plano Diretor iniciou-se a partir do 2º semestre de 1988 com o levantamento de dados sócio-econômicos do Município e em 1990 com a elaboração do Censo Escolar em atendimento à Lei Orgânica do Município. Esta etapa do trabalho serviu para mostrar os principais aspectos físicos e urbanísticos do processo de desenvolvimento do Município. Em 1991, a continuidade deste se deu com a assessoria da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro, juntamente com as equipes técnicas das Secretarias e Fundações da Administração Municipal, resultando no início de 1993 no primeiro volume do Plano, denominado ‘Plano Preliminar’. O mesmo contém o diagnóstico da realidade do Município quanto aos aspectos econômico, social, físico territorial e administração pública, bem como um capítulo de proposições, no qual são inseridos os objetivos e diretrizes gerais do P.D.I., os programas e projetos nas diversas áreas acima relacionados.*

*Em função da mudança de Governo em 1993, o Plano Preliminar foi encaminhado aos novos Secretários da Administração e Diretores das Fundações para conhecimento, análise e sugestões.*

(7) Discussão esclarecedora do processo contemporâneo de planejamento por meio do zoneamento em São José dos Campos, especialmente com relação às leis de zoneamento, uso e ocupação do solo pode ser verificado em CHUSTER, Vitor. *O zoneamento em São José dos Campos: 1971 a 1997*. Dissertação de mestrado UNIVAP. S. J. C. 1999.

*Em 1994, visando a conclusão do mesmo, foram elaboradas diversas reuniões setoriais com a participação das equipes técnicas das diversas Secretarias e Fundações já mencionadas; resultando neste segundo volume intitulado Plano Diretor de São José dos Campos – Um Plano da Cidade para a Cidadania. Nesta Segunda etapa alguns aspectos foram aprofundados, a exemplo da Carta das Unidades Territoriais que indica a Capacitação dos Solos para todo o território do Município e a proposta de Macro zoneamento. Na realização dessas tarefas, além do atendimento às questões intrínsecas que envolvem o planejamento do desenvolvimento do município, foram revistos os principais eixos norteadores do processo de planejamento que cria e recria a cidade, buscando “o espaço onde é bom viver e conviver.” (PDDI, 1995, S. J. C.)*

Afora análises mais aprofundadas e inferências que se pode proceder, a partir do texto do prefácio, constata-se a cronologia técnica e operacional dos procedimentos e etapas de trabalho, inclusive a respeito de mudanças de atores oficiais em virtude das eleições municipais. O que cabe destacar consta no último parágrafo, no qual se identifica a significativa correção de rumos resultantes da abordagem que se procurou imprimir a partir de meados de 1993, quando o enfoque passa a ser mais no sentido do conhecimento das limitações e potencialidades apresentadas pelo ambiente, para então, com base nesses indicadores e em um projeto urbano que considere esses indicadores como fundamentais propor as peculiaridades para o uso e a ocupação dos solos.

Uma das críticas mais enfáticas à abordagem adotada e, conseqüentemente, aos resultados alcançados no PDDI – 95, vieram do próprio poder público municipal, paradoxalmente, o responsável pela condução do processo. É possível entender as críticas sob diversos enfoques, desde questões de ordem programática e política partidária, até questões referentes a diferenças do aporte teórico e metodológico adotados. Cabendo aqui, antes de tudo, lembrar as características mais marcantes, porque são aquelas que informam do aporte ideológico, dos 03 (três) planos diretores realizados para São José dos Campos.

*“O primeiro PDDI (CPEU-1958) contempla as questões regional, físico-territorial, ambiental e social, planejando o desenvolvimento do Município com a indústria.*

*O segundo PDDI (SERETE e Jorge Wilhelm-1971) está calcado nas projeções de crescimento econômico. A cidade deveria ser eficiente para receber o capital industrial. Neste sentido, a base do Plano é o ordenamento do solo urbano através do zoneamento, da estruturação viária e da criação de um sistema de áreas verdes. Na área social o enfoque principal é para a melhoria do nível de educação. O planejamento do desenvolvimento da cidade, portanto, é elaborado para a indústria.*

*No terceiro PDDI (P.M.S.J.C.-1995) o poder local passa a ser o agente promotor do desenvolvimento econômico, mas dentro de um novo ideário de planejamento, no qual o desenvolvimento deve ser sustentado, motivo pelo qual o Plano está calcado nas questões de ordem ambiental e social.” (BOLOGNA, 2000, p. 219)*

A citação esclarece de modo razoável as diferenças fundamentais expressas em relação aos planos e principalmente o que de inovador o último deles traz de

contribuição. Para esclarecer melhor como aportes ideológicos distintos, aliados a objetivos específicos, podem fazer com que determinadas questões pareçam como de menor relevância, revelando, de um lado, uma concepção negativa e, de outro lado, um total desconhecimento do papel que a paisagem como aqui entendida pode assumir no planejamento, apresentamos, a seguir, transcrição de texto sobre a proposta de regulamentação do Plano Diretor de São José dos Campos (SOMEKH & NERY Jr., Pólis, 1996) constante nos anais do Seminário Políticas Públicas para o Manejo do Solo Urbano: experiências e possibilidades, realizado em São José dos Campos:

*“Em junho de 1995, foi aprovado pela Câmara de Vereadores o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) – Lei Complementar nº 127/95. Esse Plano, elaborado na Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente da prefeitura, possui um modelo ‘tradicional’, como aqueles que foram feitos para muitas cidades brasileiras, a partir da década de 60, ou seja, diferencia-se bastante dos planos diretores elaborados após a Constituição Federal de 1988, sobretudo por gestões municipais democráticas e populares, que procuravam torná-los mais efetivos e pragmáticos em sua ação e, no seu conteúdo, buscavam sintonizar-se com as propostas do movimento pela reforma urbana, enfatizando a justiça social e a função social da propriedade.*

*O volume que apresenta o PDDI-95 de São José do Campos contém essencialmente: 1 – um amplo e bem elaborado diagnóstico dos aspectos ambientais, sobretudo quanto às condições geomorfológicas do solo, sociais e econômicas do município; 2 – os objetivos e as diretrizes para as políticas gerais de desenvolvimento e para as políticas setoriais (meio ambiente, uso do solo, habitação, transportes, cultura, etc.); 3 – definição dos perímetros das áreas urbanas, de expansão urbana, rural e, também, das áreas de proteção ambiental, mas não estabelecendo as regras de uso e ocupação para nenhuma delas; 4 – listagem e definição de novos instrumentos urbanísticos, tais como: urbanização consorciada, imposto territorial progressivo, operação urbana, operação interligada, transferência do direito de construir, contudo não os institui efetivamente, deixando essa tarefa para uma outra lei, a ser entregue ao Legislativo após um ano de publicação da lei do plano diretor.*

*Com esse perfil tecnicamente competente mas não auto-aplicável o projeto de lei do Plano Diretor teve um processo rápido de tramitação na Câmara e, sem muitas polêmicas, foi aprovado por quase unanimidade dos vereadores.*

*Logo após a publicação da lei do PDDI, houve uma crise política na administração municipal que culminou com a exoneração do secretário de Planejamento, que também era o vice-prefeito, a condução na gestão da proposta de regulamentação do Plano ficou para um outro grupo de pessoas...”*

Algumas contradições aparecem no próprio texto, sem a necessidade de análises mais detalhadas, veja-se o caso da competência técnica e do diagnóstico, este, erroneamente denominado de condições geomorfológicas do solo – que redundância!, em que se coloca sua elaboração em caráter amplo e bem feita. Complementa-se com o caso da identificação do elenco das diretrizes urbanísticas, dos instrumentos de políticas urbanas, restando tão-somente a questão da auto-aplicabilidade dita pragmática. É sabido amplamente que a não-regulamentação do artigo referente à política urbana, constante da constituição,



até 2001, foi tantas vezes invocado para impedir ações mais “pragmáticas” reclamadas pela reforma urbana, portanto seria de fácil compreensão que se tenha postergado, na época, sua regulamentação.

A aprovação, do estatuto da cidade, posterior à elaboração e promulgação do plano, parece, agora, permitir uma nova onda de discussões em relação a esse instrumento normativo como oportunidade de ampliar o acesso às melhores vantagens relativas no urbano, mesmo sabendo que no processo não se ampliou ainda, de fato e efetivamente, tanto quanto desejável, a tão necessária participação cidadã<sup>8</sup>.

Contrário a todo o discurso modernizador e de “vanguarda” assumido durante a discussão da proposta de regulamentação, o que se viu foi, novamente, a utilização do zoneamento, dos índices e coeficientes, da segregação dos usos e das atividades como forma de “fazer planejamento”. O processo não se completa, novamente eleições municipais alteram os atores, assumindo a administração um grupo partidário de corrente política mais conservadora. Retoma-se a regulamentação do plano em um procedimento no qual a discussão volta a centrar-se na lei de zoneamento, desvinculando-a das diretrizes originais previstas, descaracterizando o processo de planejamento apontado no plano. Assume-se o zoneamento como forma de planejar, seja pelo pragmatismo, seja por sua pseudoeficácia, seja em função dos interesses nem sempre confessos em apropriar-se das maiores vantagens relativas no/do espaço. Nova lei é aprovada reafirmando e reforçando procedimentos por demais cansados; perde-se oportunidade de ampliar a discussão para além da cidade idealizada que se contrapõe à cidade real; perde-se a oportunidade de incorporar, na idéia de cidade e na construção concreta da cidade, a paisagem e o ambiente.

Todo o procedimento de elaboração do plano cuja ênfase na compreensão de ser possível uma urbanização na qual se desenhe em estreita relação com as limitações e potencialidades, resultando na paisagem desejável e desejada, procura também ampliar o conceito de função social da propriedade, tomando-o não tão-somente como o acesso à terra, mas um acesso ao ambiente e paisagem, em que a reforma urbana é parte de um conjunto de ações a contribuírem para auxiliar a construir um ambiente mais justo e equilibrado, o que requer entender partes e todos como particularidades e totalidade originando interação escalar.

Um projeto dessa natureza não poderia se constituir em obra acabada, auto-aplicável, utilizando-se dos mecanismos do zoneamento e dos índices urbanísticos, dissociados da discussão dos projetos de estruturação urbana nas unidades de planejamento das macrozonas, atendendo às indicações da carta de unidades territoriais. Mas, isso, requer pensar de outras formas, buscando outros instrumentos e com outros “desenhos”, formando um outro pacto. O pacto urbano paisagístico ambiental.

Redundante dizer que, apesar das diversas tentativas de impor ordem por meio dos instrumentos oficiais de controle do uso e da ocupação dos espaços, conflitos permaneceram, outros se acentuaram e conflitos novos surgiram. A sempre precária estrutura de fiscalização, a força dos interesses particulares e do lucro fácil em detrimento do interesse coletivo – este último bem ou mal expresso nas leis –, e a clandestinidade determinaram o desrespeito ao controle e à proposição de distribuição e localização legalmente expressos, fazendo,

(8) Para uma discussão interessante e renovada sobre a eficácia do plano diretor, ver texto de Flávio Villaça, *As ilusões do plano diretor*. São Paulo, 2005, 95 p.

principalmente, com que as faixas de renda menos favoráveis ocupassem quaisquer áreas independente de sua destinação formal. Em contrapartida, os mais aptos a influenciar o poder público continuam a garantir as modificações que lhes possibilitam o uso e a ocupação pretendida, independente das perdas ambientais e paisagísticas.

## SIMULACRO DA PAISAGEM

### APARÊNCIAS INVEJADAS E DESEJADAS, PAISAGEM DO DESENHO DO OUTRO, UM DUPLO INDEFINIDO EMBAÇADO

*“... Aqui nessa tribo ninguém quer a sua catequização  
Falamos a sua língua mas não entendemos seu sermão  
Nós rimos alto, bebemos e falamos palavrão  
Mas não rimos à toa,  
Não rimos à toa...”*

(ANTUNES, Arnaldo, *Volte para o seu lar*, 1990)

Desenhos nunca realizados, ou que às vezes se realizam apenas em partes, de modo muito fragmentário, parecendo colagens incompletas, interrompidas, sabe-se lá por quê, dificultando a leitura do território, a compreensão de seus nexos e a sensação de pertinência. Parecem espaço inacabado, ou vindo de outro lugar, deslocados, que se encontram do tecido que deveria ser-lhes complementar. Esses projetos de reformulação urbanística, de renovação, de revitalização ou de planejamento ficam, de um lado, como conjuntos de peças gráficas as quais ilustram um cenário desejado e, de outro lado, quando implantados, o são de modo parcial, sofrendo ao longo do tempo soluções de continuidade, seja pela falta de manutenção, seja pela ausência de recursos para dar continuidade à sua implantação por força de outras prioridades.

De todo modo, propostas sempre existem, sejam elas mais ou menos contextualizadas, mais ou menos copiadas ou até mesmo deslocadas. A impossibilidade de implementar tais projetos, tanto pelas dificuldades de convencimento dos envolvidos: poder público nas diversas esferas, iniciativa privada e a população de uma maneira geral, como pela ausência dos recursos financeiros suficientes para sua implantação, parece-nos decorrer também do fato que esses projetos são, em verdade, simulacros os quais se pretendem colar em uma realidade que não é necessariamente aquela capaz de agregá-los. Se não, como explicar a ausência de recursos, o descuido e o engavetamento? Não é tão simples, sabemos, há sempre um aporte ideológico que procura sustentar as decisões, há sempre um conjunto de interesses, quase sempre dissonantes, envolvidos nas disputas pelos desenhos dos espaços.

No caso dos projetos de reestruturação urbanos, geralmente denominados de projetos de renovação ou revitalização, e, em alguns casos, de requalificação urbana, afora o que já se sabe quanto à sua origem e o que se discute com relação aos objetivos, por vezes inconfessos, de preparar os territórios para sua apropriação no contexto dos interesses da globalização<sup>9</sup>, parece-nos, cabe também discutir sua capacidade de tornarem-se paisagens apropriadas. Veja-se o caso do calçadão como idéia de desenho para promover a mais ampla

(9) Para maiores detalhes sobre as discussões recentes a respeito dos projetos de renovação e requalificação urbana, além da necessária fundamentação de suas origens bem apresentada em HALL, Peter. *Cities of tomorrow*, 1988, sugere-se ARANTES, Otília B. Fiori. *Urbanismo em fim de linha*, 1998, especialmente parte II Cultura da cidade: Animação sem frase; o artigo de Philip Gunn, A mídia na guerra dos lugares: A experiência tucana no Ceará. In SHIFFER, Sueli R.; DEÁK, Csaba. *O processo de urbanização no Brasil*, 1999; e os artigos de Otília Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato em *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*, 2000.

apropriação do espaço da cidade pelos pedestres, especialmente as áreas comerciais onde o movimento de pessoas e de veículos tradicionalmente é mais acentuado. Nasce como idéia inovadora nos Estados Unidos, nos anos de 1960, e difunde-se pelo mundo como a solução definitiva para os problemas da circulação nas áreas centrais e especialmente como modo de redesenhar essas áreas, deixando-as com aparência mais agradável e bela, freqüentemente com o acréscimo de umas poucas áreas vegetadas<sup>10</sup>.

A proliferação do modelo calçadão atingiu também cidades de porte menor, as quais se encontravam em crescimento urbano mais acelerado em função da industrialização. Apresentou-se nos anos de 1970 como o paradigma de circulação no centro, espaço comercial por excelência. Desenhos de nivelamento e de revestimento de pisos sem serem acompanhados por legislação edilícia, a provocar modificações necessárias para o efetivo redesenho do espaço, e as edificações, ao vir a renovarem-se, criassem figura urbana, ao invés de apenas acoplarem elementos decorativos às fachadas, como de fato ocorre, transformaram o calçadão em mero simulacro de um *mall*, bulevar caipira, em que no plano do piso acessível o desenho enfeita e permite o acesso do pedestre, mas no plano vertical das edificações e suas respectivas fachadas o volume oprime e agride na voracidade comercial dos luminosos.

Experiência diversa daquela que propunha o plano diretor de 1970 e a lei de zoneamento dele originada, no qual o perímetro central seria tratado como uma área de configuração especialmente adensada, porém, com obrigatoriedade de recuos frontais e tratamento paisagístico, bem como da obrigatoriedade de execução de marquises nas edificações no intuito de promover-se uma área *core* sem a necessidade do impedimento ao tráfego de veículos, com passeios mais generosos, dotados de arborização e de coberturas para a proteção contra as intempéries, tal qual galerias e bulevares.

Evidentemente que a legislação não vingou, muito mais pelo desinteresse do mercado imobiliário em investir no adensamento da área central, toda ela fortemente regulada para se transformar em um cenário belo e agradável, portanto de investimentos mais custosos do que em outras áreas possíveis de adensar em direção sudeste. Além, é claro, das freqüentes oportunidades de burlar a lei, tão usuais em nossas cidades.

Vê-se, assim, que nem o desenho ou intervenção direta pela obra de pedestrianização no calçadão da rua Sete de Setembro se concretizou por completo, ficando anos como rua apenas nivelada para abrigar a circulação de pedestres com as mesmas fachadas dos mesmos estabelecimentos comerciais nas mesmas edificações; nem a legislação urbanística específica, a qual, devido ao seu caráter forte de regulação das características de construção dos espaços para além dos índices, onde algumas de suas qualidades eram vistas como restrições encarecendo o investimento imobiliário, afastando as inovações em um efeito inverso àquele proposto, conseguiram impor um modelo de desenho de espaço.

A experiência mais recente de projeto de revitalização do centro, iniciada em meados de 1993 e incorporada com diretriz do PDDI-95 e na legislação de zoneamento subsequente, procura identificar os pontos de interesse para redesenho e que constituem focos irradiadores de pequenas e contínuas

(10) O trabalho desenvolvido pelo Laboratório Cidade do curso de Arquitetura da Faculdade de Belas Artes de São Paulo e com a participação de várias entidades envolvidas na preservação e manutenção do centro da cidade de São Paulo faz um bom registro da experiência do calçadão nesta cidade, bem como esclarece as origens da pedestrianização como experiência pioneira nos projetos de Garret Eckbo em algumas áreas centrais dos Estados Unidos nos anos de 1960.

mudanças no desenho dos espaços, especialmente no plano da acessibilidade do pedestre e da incorporação do ambulante no espaço urbano, de modo estrategicamente distribuído e localizado, bem como da ampliação de espaços de uso público livre. Redundante dizer que a proposta, mesmo debatida com os diversos agentes envolvidos como: os donos dos estabelecimentos comerciais, os ambulantes, as associações de classe, não vingou. Cada qual se comportou de modo a defender seu exclusivo interesse, procurando obter as maiores vantagens comparativas, preocupados com outros aspectos como a segurança e a possibilidade de aumentar seu faturamento. O que se propunha no projeto era, mais do que tudo, uma intervenção pactuada, incorporando a capacidade de refletir um conjunto de ajustes de desenhos não só de “fachadas”, mas de transformação efetiva de espaços, incluindo mudanças de usos e adensamentos combinados, em que a configuração final não viesse a ser um modelo colado, emprestado de outro lugar.

As três situações, como experiências de tentativas de desenhar o espaço, cada qual segundo uma técnica ou procedimento e também segundo um aporte ideológico, demonstram bem como essa vontade de mudança pela modernização do desenho dos espaços, presente nas propostas dos agentes do poder público, nem sempre conseguem responder ao jogo de forças colocado na disputa pelas melhores vantagens relativas presentes no urbano, e que, geralmente, findam pela exclusão dos menos favorecidos, mesmo se sabendo:

*“uma das formas de entender a ânsia de modernidade contida nas propostas de renovação urbana, tão cara aos governantes brasileiros, é vê-la como um discurso sobre o administrador atento aos processos sociais, que vê na arquitetura e no urbanismo os instrumentos de concretização das mudanças desejadas”* (LEITE, in SANTOS, 2001, p. 442).

O desejo de modernização combinada, como forma de aumentar a rentabilidade nos espaços, faz captar das propostas o que de mais visível contém, ou seja, o desenho fácil da aparência superficial, contribuindo para que se realize, de imediato, o simulacro ideologicamente apropriado e apresentado como imagem de progresso, de novo, de bonito, mesmo que dali a pouco se mostre cansado.

Percebe-se, assim, que a cidade se desenha ao sabor, menos dos planos e dos instrumentos normativos, e mais ao sabor dos interesses em sua apropriação. Não é demais, portanto, lembrar o quanto é falacioso e ingênuo afirmar que as cidades crescem sem planejamento, sem controle, e tudo é um caos que se contrapõe a uma ordem. Planos, projetos, leis e até ações de intervenção sempre os há, faltam, talvez, sua apropriação consciente e democrática de fato, sua incorporação no desejo de cada cidadão, e destes a compreensão que a construção da cidade e de sua configuração – paisagem – é um processo coletivo, e o qual não prescinde do embate entre interesses díspares e nem sempre absolutamente consensuais. Esse sujeito, o cidadão, que por vezes parece difuso, somos todos nós, o qual, pensamos, precisa apossar-se da idéia de planos, leis, projetos e obras na cidade, para poder, de fato e de direito, intervir no processo de construção e constituição de seu hábitat, para que este venha a refletir suas paisagens.

## BIBLIOGRAFIA

- BOLOGNA, Sonia M. F. *A experiência dos planos diretores de São José dos Campos: Instrumentos eficazes de planejamento urbano ou obras de consulta acadêmica*. 2000. 236 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2000.
- CAMPOS F<sup>o</sup>, Cândido M. *Cidades brasileiras: Seu controle ou o caos*. São Paulo: Nobel, 1992, 143 p.
- CHUSTER, Vitor. *O zoneamento em São José dos Campos: 1971 a 1977*. 1999. 232 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 1999.
- DÉAK, Csaba; SHIFFER, Sueli (Orgs.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp/FUPAM, 1999, 339 p.
- LEME, Maria Cristina S. (Coord.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Nobel/FUPAM, 1999, 599 p.
- LEME, Mônica B.; VENTURA, David V. B. *O calçadão em questão. 20 anos de experiência do calçadão paulistano*. São Paulo: Belas Artes, 2000, 116 p.
- MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; ARANTES, Otilia F. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. São Paulo: Editora Ática, 1995. 94 p.
- PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. CEPU USP – Centro de Estudos e Pesquisas Urbanísticas. Coord. Arquiteto Prof. Dr. Lauro Bastos Birkholz. São Paulo: PMSJC, 1958.
- \_\_\_\_\_. Coord. SERET Arquitetos Associados S.A. Consultoria Jorge Wilhelm Arquitetos Associados. São Paulo: PMSJC, 1971.
- \_\_\_\_\_. Um Plano da Cidade para a Cidadania. Coord. Emmanuel Antonio dos Santos. São Paulo: PMSJC, 1995.
- ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nadia; NERY JÚNIOR, José M. (Orgs.). SEMINÁRIO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MANEJO DO SOLO URBANO: EXPERIÊNCIAS E POSSIBILIDADES. 1996. São Paulo. *Anais*. São Paulo: Pólis, 1996, 200 p.
- SANTOS, Emmanuel A. *As paisagens do plano e os planos da paisagem: Da paisagem no planejamento ao planejamento com a paisagem*. 2002. 206 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (cidade). Lei n. 281/54. Institui o código de obras. *Boletim do Município*, São José dos Campos, n. 1616, 4 jun. 1954.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 1.606/71. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no município de São José dos Campos. *Boletim do Município*, São José dos Campos, n. 77, 27 set. 1971.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 2.263/80. Dispõe sobre o parcelamento o uso e ocupação do solo no município de São José dos Campos. [s/d].
- \_\_\_\_\_. Lei n. 3.721/90. Dispõe sobre o parcelamento o uso e ocupação do solo no município de São José dos Campos e dá outras providências. *Boletim do Município*, São José dos Campos, n. 7110, 8 fev. 1990.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 165/97. Dispõe sobre o parcelamento o uso e ocupação do solo no município de São José dos Campos. *Boletim do Município*, São José dos Campos, n. 1269, 30 abr. 1998.
- SOUZA, Marcelo L. *Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556 p.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/Fapesp, 1998. 373 p.

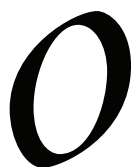
---

### Emmanuel Antonio dos Santos

Arquiteto e urbanista, doutor pela FAUUSP, professor de Paisagismo, na Faculdade de Engenharia e Arquitetura e Urbanismo; de Planejamento, no curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba – Univap e professor conferencista da disciplina de Arquitetura e Urbanismo do curso de Engenharia de Infra-Estrutura Aeronáutica do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, em São José dos Campos, SP.  
e-mail:emmanuel\_santos@uol.com.br

Maria Fernanda Derntl

Orientador:  
Prof. Dr. Jonas Tadeu Silva Malaco



INÍCIO DA HISTÓRIA DE  
DUAS PRAÇAS DO SÉCULO 17:  
A PLACE DES VOSGES, EM  
PARIS, e COVENT GARDEN,  
EM LONDRES

140

pós-

## RESUMO

A bibliografia e a documentação pertinentes à história da Place des Vosges e de Covent Garden, na primeira metade do século 17, são retomadas e analisadas com o objetivo de identificar as diretrizes de seus projetos e esclarecer como vieram a ser construídas. Procura-se mostrar que, no caso da Place des Vosges, a construção foi gradativa e marcada por conflitos entre os vários agentes envolvidos, sem que tivesse existido um projeto mais bem definido de uma *place royale* pela Coroa francesa. Já no caso de Covent Garden, pôde-se entender que a Coroa inglesa impôs, de início, o projeto de uma *place royale*, mas a resistência do IV conde de Bedford às determinações reais impediu sua realização.

## PALAVRAS-CHAVE

Place des Vosges, Covent Garden, produção do espaço urbano, *place royale*, monarquia moderna, século 17.



EL COMIENZO DE LA HISTORIA DE  
DOS PLAZAS DEL SIGLO 17: LA  
PLACE DES VOSGES, EN PARIS, Y  
COVENT GARDEN, EN LONDRES

## RESUMEN

La bibliografía y la documentación relativa a la historia de la Place des Vosges y de Covent Garden, en la primera mitad del siglo 17, son retomadas y analizadas con el objetivo de identificar las directrices de sus proyectos y de esclarecer como fueron construidas. Buscamos mostrar que, en el caso de la Place des Vosges, la construcción fue gradual y marcada por conflictos entre las partes interesadas, sin que existiese un proyecto más definido de una *place royale* por parte de la Corona francesa. Ya en el caso de Covent Garden, pudimos entender que la Corona inglesa impuso, desde el comienzo, el proyecto de una *place royale*, pero la resistencia del IV Conde de Bedford a las determinaciones reales impidió su realización.

## PALABRAS CLAVE

Place des Vosges, Covent Garden, producción del espacio urbano, *place royale*, monarquía moderna, siglo 17.

THE BEGINNING OF THE HISTORY  
OF TWO SQUARES FROM THE  
SEVENTEENTH CENTURY: PLACE  
DES VOSGES IN PARIS AND COVENT  
GARDEN IN LONDON

ABSTRACT

The relevant bibliography and documents concerning the history of Place des Vosges and Covent Garden during the first half of the seventeenth century are reassessed and analyzed to identify their designs' guidelines and to clarify how they were built. This analysis shows that, in the case of Place des Vosges, construction was gradual, marked by conflicts among the several agents involved. There was not a well-defined project of a place royale by the Crown. In the case of Covent Garden, it was possible to understand that the English Crown imposed the design of a place royale at first, but the resistance of the IV Earl of Bedford prevented its realization.

KEY WORDS

Place des Vosges, Covent Garden, urban space production, place royale, modern monarchy, seventeenth century.

(1) BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la arquitectura del renacimiento* (del siglo XV ao siglo XVIII). Barcelona: Gili, 1983, p. 906-909 (sobre a Place des Vosges).

(2) GUIDONI, Enrique; MARINO, Angela. *Historia del urbanismo: El siglo XVII*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1982, p. 332-33 (sobre Covent Garden).

(3) LAVEDAN, Pierre. *Histoire de L'urbanisme: Renaissance et temps modernes*. Paris: Henri Laurens, 1941, p. 281-284 (sobre a Place des Vosges) e p. 378-381 (sobre Covent Garden).

(4) MORRIS, A. E. J. *Historia de la forma urbana desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. Barcelona: Gustav Gili, 1984, p. 220-222 (sobre a Place des Vosges) e p. 282-284 (sobre Covent Garden).

(5) Ver, por exemplo, RASMUSSEN, Steen Eiler. *Towns and buildings...*, p. 167; SUMMERSON, John. *Architecture in Britain...*, p. 84; ZUCKER, Paul. *Town and square...*, p. 200.

(6) LAMBEAU, Lucien. *La Place Royale: la fin de l'hôtel des Tournelles, le camp des Chevaliers de la gloire, les duels historiques, la Fronde, la Révolution, l'appartement du Mis de Favras, à travers le théâtre, Marion Delorme, les scandales, les amours, scènes ridicules et burlesques...* Paris: H. Daragon, 1906.

(7) BALLON, Hilary. *The Paris of Henri IV: Architecture and urbanism*. Nova York/Londres: MIT/Architectural History, 1991.

(8) GADY, Alexandre (Org.). *De la Place Royale à la Place des Vosges*. Paris: Action artistique de la ville de Paris, 1996.

(9) SURVEY OF LONDON. Francis H. W. Sheppard (Ed.). *Vol. XXXV: The Parish of Saint Paul, Covent Garden*. Londres: Athlone Press, 1970.

(10) DOWNS, JR. Arthur Channing. Inigo Jones's Covent Garden: the first seventy-five years, *Journal of the Society of Architectural Historians*, n. 10, p. 8-34, 1967.

(11) DUGGAN, Dianne. London the Ring, Covent Garden the Jewell of that Ring: New light on Covent Garden. *Architectural History, Journal of the Society of Architectural Historians of Great Britain*, Leeds: Maney Publishing, v. 43, p. 140-161, 2000.

(12) A praça será referida aqui sempre como Place des Vosges, seu nome desde 1871.

A Place des Vosges, inaugurada em 1612 e Covent Garden, finalizada em 1638, são casos modelares na história do urbanismo e também consideradas as intervenções mais significativas do período inicial das transformações de Paris e Londres, ainda de aparência medieval, em capitais modernas.

Ao abordarem essas praças, estudos gerais de história urbana de autores como Benevolo<sup>1</sup>, Guidoni e Marino<sup>2</sup>, Lavedan<sup>3</sup> e Morris<sup>4</sup> fazem referência a um projeto inicial distinto daquilo que veio a ser construído, mas não dão conta das razões dessa disparidade. No caso da Place des Vosges, a proposta da Coroa francesa em 1604 era construir uma manufatura de tecidos de luxo, mas em seu lugar veio estabelecer-se uma praça residencial, ocupada pela nobreza e tendo no centro, a partir de 1639, a estátua de Luís XIII. No caso de Covent Garden, alguns autores entendem que a disposição assimétrica da praça construída – onde não há blocos ao sul em correspondência àqueles ao norte – seria uma realização incompleta ou inacabada de um desenho fechado e rigorosamente simétrico<sup>5</sup>. No entanto, a existência de um projeto dessa natureza é apenas um pressuposto.

As praças em estudo são objeto de discussões recentes e prolongadas em estudos específicos. Os primeiros estudos de maior relevância sobre a história da Place des Vosges são de Lucien Lambeau, já a partir de 1906<sup>6</sup>. Mais recentemente, na década de 90, a evolução inicial da praça foi analisada por Hilary Ballon<sup>7</sup> a partir de documentos adicionais, além daqueles já conhecidos. E, em *De la Place Royale à la Place des Vosges*, Alexandre Gady reuniu textos tratando do desenvolvimento das diferentes fases da praça<sup>8</sup>. No caso de Covent Garden, o principal estudo sobre Covent Garden e sua região é a *Survey* de 1970<sup>9</sup>, uma publicação do Departamento de Conservação do Patrimônio Inglês. Em um artigo publicado ainda em 1967, Arthur C. Downs Jr. analisou o início da história da praça a partir de uma apreciação crítica de desenhos e gravuras<sup>10</sup>. E, em 2000, no *Journal of Architectural Historians*, Dianne Duggan<sup>11</sup> faz uma revisão do estado atual das discussões sobre Covent Garden e traz documentos então inéditos sobre a elaboração do projeto.

Retomando a bibliografia específica e a documentação pertinente, este artigo procura examinar, para a Place des Vosges, como a sucessão de propostas da Coroa francesa acabou por levar à construção da praça; para Covent Garden, a intenção é verificar se poderia mesmo ter sido planejado o desenho regular e simétrico e apontar as razões pelas quais a construção teria sido diferente desse possível projeto.

## A PLACE DES VOSGES

A Place des Vosges<sup>12</sup> foi construída entre 1606 e 1612, ao leste de Paris, em um terreno pertencente aos domínios da Coroa

(13) Conforme Babelon, o termo hotel “*emprega-se depois da Idade Média para designar as habitações urbanas do monarca ou dos grandes senhores (...) a residência funcional de um prelado (...) a sede de uma administração (...) ou de um estabelecimento hospitalar*”. No século 17, será estendido para a habitação aristocrática ou burguesa. (BABELON, Jean-Pierre. *Demeures Parisiennes sous Henri IV et Louis XIII*. Dijon: Hazan, 1991, p. 131-2).

(14) “... *maisons uniformes et semblables si possible*”. Cartas patentes de 28 de janeiro de 1563 (calendário antigo). ALPHAND, Adolphe (Org.) *Ville de Paris. Recueil des lettres patentes, ordonnances royales, décrets et arrêtés préfectoraux concernant les voies publiques*. Paris: Impr. nouvelle, 1886, 2me Supplément, p. 1. A maior parte das ordenanças gerais do rei toma a forma de cartas patentes: são cartas abertas, sobre pergaminho, tendo o selo real.

(15) FÉLIBIEN, D. Michel; LOBINEAU, Gui-Alexis. *Histoire de la ville de Paris*, composée par D. Michel Félibien, revue, augmentée et mise au jour par D. Guy-Alexis Lobineau, justifiée par des preuves authentiques et enrichie de plans... et d'une carte. Paris: G. Desprez, 1725, 5v., t. II, p. 1090.

(16) LA MARE, Nicolas. *Traité de la Police*, où l'on trouvera l'histoire de son établissement, les fonctions et les prérogatives de ses magistrats, toutes les loix et tous les réglemens qui la concernent. Paris: J. et P. Cot, 1713, c.VI, p. 81.

(17) Cartas patentes de 4 de março de 1604. ALPHAND, Adolphe (Org.). *Recueil des lettres patentes...*, sup. 2, p. 3.

(18) “*Je lui représentait qu'il feroit détruire un jour, ce qui lui auroit tant coûté à construire; je le fis même souvenir que jettant ensemble les fondemens d'un dessein plus juste & bien plus noble, que nous avions destiné les Tournelles pour un autre bâtiment d'un genre bien différent.*” SULLY, Maximilien de Béthune. *Mémoires de Sully*. Paris: A. Costes, 1814, t. V, p. 86-87.

(19) “... *c'est une malhereuse idée de bastir des quartiers à l'usage exclusif d'artisans et d'ouvriers. Dans une cappitale où se trouve le Souverain, il ne faut pas que les petits soyent d'un côté et les gros et dodus de l'autre. C'est beaucoup mieux quand tout est meslangé. Vos quartiers pôvres deviendraient des*

francesa, o Parque das Tournelles. Nesse terreno havia um palácio fortificado, o Hotel das Tournelles<sup>13</sup>, o qual serviu de residência temporária para a realeza do século 15 até meados do século 16. Alguns anos depois da morte de seu marido, rei Henrique II (1547-1559), em um duelo nas Tournelles, Catarina de Médici determinou que os terrenos do parque fossem parcelados e vendidos e iniciou a construção do Palácio das Tulherias. As cartas patentes de 1564 estabelecem o loteamento do Parque das Tournelles e determinam que aí sejam construídas “*casas uniformes e semelhantes se possível*”<sup>14</sup>. Embora não conste dessas cartas patentes, conforme escrevem Félibien e Lobineau em sua história de Paris do século 18, Catarina de Médici teria também ordenado que o pátio interno do Hotel das Tournelles fosse transformado em praça pública, destinada a um mercado de cavalos, enquanto seu pátio externo deveria ser reservado para residências particulares<sup>15</sup>. No entanto, não houve compradores suficientes para a implantação completa do loteamento previsto e, conforme escreve La Mare, apenas algumas casas foram construídas, “*sem ordem nem simetria*”<sup>16</sup>.

Já no começo do século 17, Henrique IV (1589-1610) firmou um acordo com empreendedores associados para o estabelecimento de uma manufatura de tecidos de luxo em Paris. Em 1604, a coroa cedeu aproximadamente 22.800 m<sup>2</sup> dos terrenos nas Tournelles aos associados no negócio e deve ter aprovado o desenho das instalações<sup>17</sup>.

Mas a manufatura de tecidos no Parque das Tournelles foi criticada por um dos mais importantes funcionários da coroa: Maximilien de Béthune, duque de Sully a partir de 1606. Em suas memórias, Sully conta que procurou persuadir o rei a mudar de idéia: “*Mostrei-lhe que, um dia, ele mandaria destruir aquilo que lhe teria custado tanto para construir, fi-lo mesmo lembrar-se que, colocando em conjunto os fundamentos de um projeto mais justo e bem mais nobre, teríamos destinado as Tournelles para uma outra construção, de tipo bem diferente.*”<sup>18</sup>

Sully defende uma outra função para os terrenos das Tournelles, sugerindo um projeto “mais justo e bem mais nobre”. A oposição à manufatura das Tournelles também se expressa em uma carta atribuída ao dirigente municipal François Miron, *prévôt des marchands* de Paris entre 1604 e 1606 e homem de confiança do rei:

“... *é uma idéia infeliz construir bairros para o uso exclusivo de artesãos e trabalhadores. Numa capital onde se acha o soberano, não se deve ter os pequenos de um lado e os grandes e roliços de outro. É muito melhor quando tudo está misturado. Vossos bairros pobres constituiriam cidadelas bloqueando os bairros ricos*”<sup>19</sup>.

Argumenta-se, nessa carta, que a manufatura implicaria a formação de setores socialmente segregados e isso seria desaconselhável em uma capital.

*citadelles qui bloqueraient vos quartiers riches*". Carta atribuída a François Miron, dirigida a Henrique IV, de 17 de outubro de 1604 (MIRON DE L'ESPINAY, Albert. *François Miron et l'Administration Municipale de Paris sous Henri IV de 1604 à 1606*. Paris: E. Plon, Nourrit et Cie, 1885, p. 314; para a discussão da autenticidade da carta, p. 317-322).

(20) "*Ayant délibéré pour la commodité et l'ornement de nostre bonne ville de Paris, d'y faire une grande place bastie des quatre cotez, la quelle puisse estre propre pour ayder à establir les manufactures des draps de soye et loger les ouvriers que nous voullons attirer en ce royaume, le plus qu'il se pourra et par mesme moyen puisse servir de promenoir aux habitans de nostre ville, les quelz sont fort pressez en leurs maisons à cause de la multitude du peuple q' y afflue de tous costez, comme aussy aux jours de resjouissances lorsqu'il se fait de grandes assemblées et à plusieurs autres occasions qui se rencontrent aux quelles telles places sont du tout nécessaires...*" Cartas patentes de julho de 1605. ALPHAND, Adolphe (Org.). *Ville de Paris. Recueil des Lettres Patentes...*, p. 1.

(21) "*... à la charge de paier par an pour chacune des dictes places, en la recepte de nostre domaine de Paris, ung escu d'or sol, et en oultre de bastir sur la face des dictes places chacun ung pavillon ayant la muraille de devant de pierre de taille et de brique, ouverte en arcades et des galleryes en dessous, avec des boutiques pour la commodité des marchandises, selon le plan et les élévations qui en ont été figurées...*" Cartas patentes de julho de 1605. ALPHAND, Adolphe (Org.). *Recueil des Lettres Patentes...*, p. 1.

(22) "*... tellement que les trois costez qui sont à faire pour le tour de la dicte place, devant le dict logis des manufactures, soient tous bastiz d'une mesme cimettre pour la décoration de nostre dicte ville...*" Cartas patentes de julho de 1605. ALPHAND, Adolphe (Org.). *Recueil des Lettres Patentes...*, p. 1.

No ano seguinte, em julho de 1605, a fundação da Place des Vosges, então denominada "Place Royale", é estabelecida em cartas patentes, em que Henrique IV declara

*"... ter decidido, para a comodidade e o ornamento de nossa boa cidade de Paris, fazer uma grande praça com construções em seus quatro lados, que possa ser adequada para ajudar a estabelecer as manufaturas de seda e para alojar os trabalhadores que desejamos atrair a este reino e poderá do mesmo modo servir de passeio para os habitantes de nossa cidade, os quais estão muito confinados em suas casas, devido à multidão de pessoas que vem de todos os lados para a cidade, mas também para os dias de comemorações, quando se fazem grandes reuniões de pessoas e para várias outras ocasiões que se apresentem, nas quais tais praças são absolutamente necessárias..."*<sup>20</sup>

Conforme esse documento, a Place des Vosges viria estabelecer-se ao sul da manufatura, onde então havia uma praça de mercado de cavalos. Além de contribuir para o estabelecimento da manufatura de tecidos e para o alojamento de seus artesãos, a nova praça proporcionaria um espaço de passeio para a população que viveria confinada e ainda serviria para comemorações. Ainda de acordo com as cartas patentes de julho de 1605, já teria começado a distribuição de lotes em torno da praça, como uma "recompensa" aos indivíduos que se teriam mostrado dispostos a seguir determinações específicas:

*"... construir, na frente dos citados lotes, cada um, um pavilhão tendo a parede da frente de pedra de talha e tijolo, aberta, em baixo, em arcadas e galerias, com lojas para a comodidade das mercadorias, conforme a planta e as elevações idealizadas..."*<sup>21</sup>

Os proprietários de lotes deveriam erguer pavilhões, tendo fachadas idênticas voltadas para o espaço livre, seguindo as plantas e elevações estabelecidas pela coroa. Ainda conforme as cartas patentes de julho de 1605, o conjunto se apresentaria

*"... de modo que os três lados por fazer em torno da dita praça, em frente da citada construção da manufatura, sejam todos construídos com uma mesma simetria, para a decoração de nossa cidade..."*<sup>22</sup>

De acordo com esse documento, a praça seria formada pela construção da manufatura ao norte e por pavilhões de mesma fachada ao sul, leste e oeste. Desse modo, três de seus lados teriam uma "mesma simetria", qualidade que contribuiria para a "decoração" da cidade.

O projeto da Place des Vosges deve ter sido elaborado pelo *Bâtiments du Roi*, órgão encarregado das atividades de construção reais, criado em meados do século 16. Não há certeza quanto à identidade de seu autor e não se conhecem suas pranchas.

(23) BARBICHE, B. Les Premiers Propriétaires de la Place Royale. In: GADY, Alexandre (Org.). *De la Place Royale...*, p. 50-57.

(24) BALLON, Hilary. *La création de La Place Royale...*, p. 92-97. BALLON, Hilary. *La création de La Place Royale...*, p. 46.

(25) BARBICHE, B. Les Premiers Propriétaires de la Place Royale..., p. 56.

(26) BABELON, Jean-Pierre. *Demeures Parisiennes sous Henri IV et Louis XIII*. Paris: Hazan, 1991, p. 110.

(27) “*Je vous recommande la place Royale: j’ay appris par le Controlleur Donon qu’il se trouvoit quelque difficulté avec les entrepreneurs des manufactures, pour ce qu’ils vouloient abattre tout le logis; ce n’est pas mon avis, et me semble que ce seroit assez qu’ils fissent une forme de galerie devant qui auroit la face de mesme le reste...*” Carta de Henrique IV a Sully de 27 de abril de 1607. Transcrita e comentada em LAMBEAU, Lucien. *La Place Royale...* 1906, p. 29.

As cartas patentes de 1605 permitem concluir que a praça não apresentaria regularidade e simetria absolutas. Residiriam nela os artesãos da manufatura e os indivíduos escolhidos pela coroa. Suas funções seriam várias: serviria para a manufatura de tecidos, a residência dos artesãos e dos proprietários de pavilhões, o comércio, o passeio, as comemorações e as grandes reuniões.

A mudança da proposta da manufatura de tecidos de 1603 para a praça de 1605 pode ser compreendida como uma afirmação dos argumentos do duque de Sully em prol de um projeto bem diferente e “mais nobre”. A nova iniciativa, combinando vários usos, também parece mais de acordo com os argumentos expressos na carta atribuída ao dirigente municipal Miron.

A manufatura de tecidos ao norte da Place des Vosges entrou em funcionamento em meados de 1605. Como descreve Barbiche, os lotes ao sul, leste e oeste foram distribuídos pela coroa entre junho de 1605 e o começo de 1606, mas quase metade dos lotes foram vendidos pelos primeiros proprietários entre dezembro de 1605 e março de 1608<sup>23</sup>. A revenda dos terrenos deve ter sido motivada pela intenção de dispensar o encargo de construir um pavilhão. Conforme a análise de Ballon, os primeiros proprietários de lotes ao sul, leste e oeste teriam mesmo restrições à concepção da praça<sup>24</sup>. A presença dos alojamentos dos artesãos, com suas fachadas distintas dos pavilhões, poderia ser considerada depreciativa ao conjunto. A maior parte dos primeiros proprietários de lotes foi escolhida entre os funcionários da coroa e não havia entre eles nenhum artesão, nem mesmo da aristocracia dos ofícios. A ocupação posterior da Place des Vosges, do reinado de Henrique IV ao de Luís XIV, mostra uma tendência progressiva à residência exclusiva da nobreza<sup>25</sup>. Em alguma medida, entre os primeiros proprietários de lotes, já podia estar presente esse anseio. Além disso, nas cartas patentes de 1605 foram previstas lojas no térreo dos pavilhões, mas, nas residências nobres de então – os chamados hotéis – havia raros exemplos da combinação dos usos residencial e comercial<sup>26</sup>.

Não se sabe quando se teria decidido alterar a fachada dos alojamentos construídos ao norte. Em 27 de abril de 1607, o rei escreveu a Sully:

*“... Eu vos recomendo a Place Royale: soube pelo supervisor Donon que se encontrou alguma dificuldade com os empreendedores das manufaturas, pois eles queriam demolir toda a construção; este não é meu conselho e parece-me que será o bastante que eles façam uma forma de galeria em frente, que teria o mesmo aspecto das demais.”*<sup>27</sup>

Essa carta sugere que já tinha sido decidido construir, no lado norte, o mesmo tipo de fachada proposta nos outros três lados, tendo uma galeria de arcadas no térreo, mas o rei e os associados discordavam quanto ao modo de fazê-lo. Henrique IV declara preferir uma adaptação nos alojamentos à sua demolição. Conforme sugerem



(28) BALLON, Hilary. *La création de la Place Royale...*, p. 49; LAMBEAU, Lucien. *La Place Royale...*, 1906, p. 32.  
 BARBICHE, B. *Les Premiers Propriétaires de la Place Royale...*, p. 56.

(29) BALLON, Hilary. *La création de La Place Royale...*, p. 95.

(30) “*de mesme ordre, cymestrye et architecture*”. Especificações construtivas preparadas por Sully, sem data, reproduzidas em BALLON, Hilary. *The Paris of Henri IV...*, p. 263.

(31) BALLON, Hilary. *La création de la Place Royale...*, p. 48.

(32) BARBICHE, Bernard. *Les Premiers Propriétaires de la Place Royale...*, p. 52.

(33) TRUSCHET, Olivier; HOYAU, Germain. *Icy est le vray pourtraict naturel de la ville, cité, université*. Ca.1552, Bibliothèque Nationale..., GeCC1(11). MERIAN, Mathieu. *Le plan de la ville, cité, Université et Faubourgs de Paris avec la description de son Antiquite*, 1615, Bibliothèque Nationale..., GeCC1, F6.

autores como Ballon, Barbiche e Lambeau, Henrique IV poderia estar mais inclinado a manter os artesãos residindo na praça<sup>28</sup>. Por outro lado, os associados da manufatura poderiam ter percebido a resistência dos demais proprietários de lotes, teriam entendido que poderiam mudar os alojamentos de lugar e ainda poderiam investir em pavilhões de caráter aristocrático<sup>29</sup>. A partir da carta citada, pode-se também concluir que Henrique IV não faria questão da absoluta simetria na praça, pois, se a mudança fosse feita como o rei sugeria – pela simples adaptação – a fachada dos alojamentos ao norte ficaria semelhante, mas não idêntica à fachada dos pavilhões nos outros lados.

A partir de 1607, os alojamentos dos artesãos foram demolidos e foi determinada a construção de pavilhões ao norte “de mesma ordem, simetria e arquitetura” que aqueles no lado oposto<sup>30</sup>. A associação entre os antigos associados foi desfeita, mas cada um deles teria tido de continuar a produzir tecidos de luxo até 1615<sup>31</sup>. Durante a construção, a praça se tornou regular, simétrica e exclusivamente residencial. Os alojamentos dos artesãos foram excluídos e, ainda que os pavilhões da praça tivessem, no térreo, ambientes destinados a lojas, não há evidências de seu funcionamento. O térreo também deve ter sido ocupado por dependências das residências, e apenas no século 19 o comércio viria instalar-se na praça. A atuação dos proprietários de lotes parece ter sido decisiva para a mudança no caráter da praça prevista em 1605. Barbiche atribui mesmo à pressão dos proprietários mais ricos a mudança para o programa exclusivamente residencial<sup>32</sup>.

A Place des Vosges foi inaugurada em abril de 1612. A comparação entre o mapa de Truschet e Hoyau, publicado em 1552 (Figura 1), e do mapa de Merian de 1615 (Figura 2) mostra que o espaço livre quadrado da praça apresenta localização e formato semelhantes a um antigo pátio do Hotel das Tournelles<sup>33</sup>. Há quatro

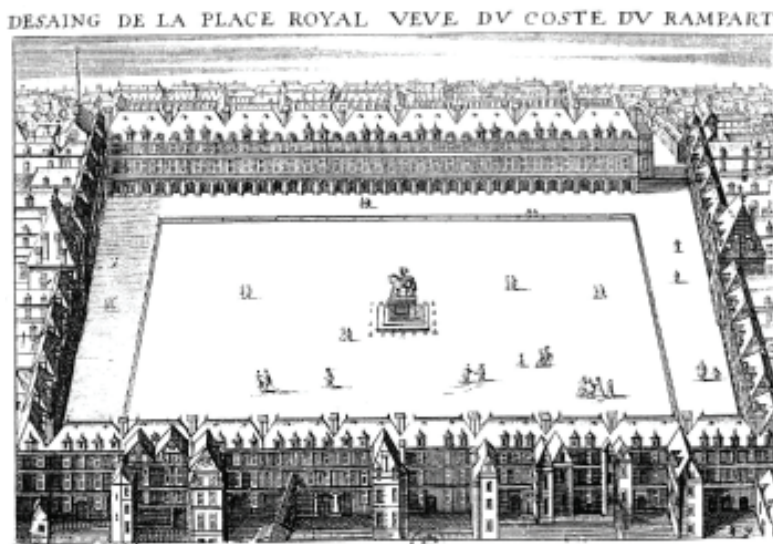


Figura 1: A região das Tournelles no mapa de Paris por volta de 1552 de Truschet e Hoyau  
 Fonte: TRUSCHET, Olivier; HOYAU, Germain. *Icy est le vray pourtraict naturel de la ville, cité, université*. Ca.1552, Bibliothèque Nationale de France, GeCC1(11)



Figura 2: A Place des Vosges no mapa de Paris em 1615, de Merian  
 Fonte: MERIAN, Mathieu. *Le plan de La Ville, cité, Université et Faubourgs de Paris avec la description de son Antiquite*, 1615, Bibliothèque Nationale de France, site Richelieu, GeCC1, F6

Figura 3: Vista a oeste da Place des Vosges entre 1660 e 1682  
 Fonte: DESAING de la Place Royal veue du Costé du Rampart. Boisseau, excu. Privil. Bibliothèque Nationale de France, site Richelieu, y1B57057



vias de acesso à praça: a rue Royale, no ponto médio da face sul, sob o Pavilhão do Rei; a rue do Parc Royal, no ponto médio do lado norte, sob o Pavilhão da Rainha; a rue du Pas de la Mule, uma via preexistente, a nordeste; a rue Neuve Ste. Catherine no vértice oposto, a noroeste. O espaço livre central é vazio – não tem nem mesmo vegetação – e é definido pelas fachadas regulares dos pavilhões contíguos ao seu redor. As fachadas da praça se constituem de pavilhões idênticos articulados entre si ou – no centro dos lados norte e sul – aos pavilhões um pouco mais altos do que os demais, o Pavilhão do Rei e o Pavilhão da Rainha.

Só em 1639 a estátua de Luis XIII foi instalada no centro da Place des Vosges, por iniciativa do duque de Richelieu. Uma gravura de autor anônimo, representando a vista a oeste da praça entre 1660 e 1682 já mostra a estátua ao centro (Figura 3). A partir da introdução da estátua, o espaço livre deixou de ser vazio e, entre o Pavilhão do Rei e o Pavilhão da Rainha, passou a existir a ênfase isolada na estátua.

A Place des Vosges considerada a primeira *place royale* construída<sup>34</sup> e o modelo para as *places royales* dos séculos 17 e 18<sup>35</sup>. Esse tipo de praça se caracteriza, conforme Lavedan, pela forma geométrica, pelo espaço fechado e subtraído da circulação de tráfego (ao menos no século 17), pela construção planejada e pela presença da estátua do rei<sup>36</sup>. Zucker acrescenta que as *places royales* deviam apresentar ênfase em seu centro<sup>37</sup>. Em Paris, o conjunto da Place Dauphine e da estátua de Henrique IV, na Pont Neuf, completou-se em 1614. A primeira praça que veio a ter uma estátua de rei no centro foi a Place des Vosges, em 1639. Depois, vieram a Place des Victories, inaugurada em 1687, embora ainda incompleta, Place Vendôme ou Louis Le Grand, construída entre 1702 e 1720 e Place Luís XV ou de la Concorde, construída entre 1755 e 1775.

(34) SUMMERSON, John. *The architecture of the eighteenth century*. Londres: Thames and Hudson, 1986, p. 155.

(35) LAVEDAN, Pierre. *Histoire de L'urbanisme...*, p. 281; ZUCKER, Paul. *Town and square: from the agora to the village green*. Nova York: Columbia University, 1959, p. 173.

(36) LAVEDAN, Pierre. *Histoire de L'Urbanisme: Renaissance et temps modernes*. Paris: Henri Laurens, 1941, p. 277.

(37) ZUCKER, Paul. *Town and Square...*, p. 184.

(38) A região de Covent Garden pertenceu à abadia de Westminster pelo menos desde o século 17 e até 1540. Era usada como pastagens, para hortas, pomar e também para jardins, daí o nome da praça. Em 1550 e 1552, os terrenos de Covent Garden, com Long Acre e Friars Pyes, foram concedidos à família dos nobres Bedford. (SURVEY OF LONDON..., p. 19-25).

(39) CAMPBELL, Colin. *Vitruvius Britannicus, or the British Architect*, containing the plans, elevations, and sections of the regular buildings, both public and private, in Great Britain, with variety of new designs; in... large folio plates [with explanations] ... , 3 vol., o autor, Londres, 1717-25, gravuras 20, 21 e 22.

(40) GUIDONI, Enrique; MARINO, Angela, *Historia del urbanismo...*, p. 333.

(41) LAVEDAN, Pierre. *Histoire de L'Urbanisme...*, p. 379.

(42) RASMUSSEN, Steen Eiler. *Towns and buildings*. Cambridge: Harvard University Press, 1951, p. 167.

(43) ZUCKER, Paul. *Town and square...*, p. 200.

A história inicial da Place des Vosges mostra que essa praça não tinha a configuração típica de uma *place royale*, nem em 1605, quando foi criada pela coroa, nem em 1612, quando foi inaugurada, mas só em 1639, a partir da instalação da estátua equestre de Luís XIII no centro de seu espaço livre.

## COVENT GARDEN

Covent Garden foi construída entre 1630 e 1638, a oeste de Londres, em Westminster<sup>38</sup>. A praça foi o núcleo do loteamento realizado nos terrenos de propriedade dos nobres Bedford, ao norte de sua mansão. Não se conhecem pranchas originais referentes ao projeto da praça. As gravuras de Covent Garden publicadas em 1717, no “*Vitruvius Britannicus*”, de Colin Campbell<sup>39</sup> (Figura 4), são consideradas por autores como Guidoni e Marino<sup>40</sup>, Lavedan<sup>41</sup>, Rasmussen<sup>42</sup> e Zucker<sup>43</sup> uma reconstituição hipotética do projeto de Covent Garden. Nessas gravuras, a praça apresenta um desenho fechado e simétrico, formado por blocos residenciais de fachada regular ao norte, leste e sul e pela igreja a oeste. O centro do espaço livre está ocupado por um monumento, não se sabe de qual natureza. Se a praça tivesse mesmo sido planejada, tal como mostram as gravuras de Campbell, então o conjunto construído na década de 1630 seria incompleto, pois não continham os blocos residenciais ao sul.

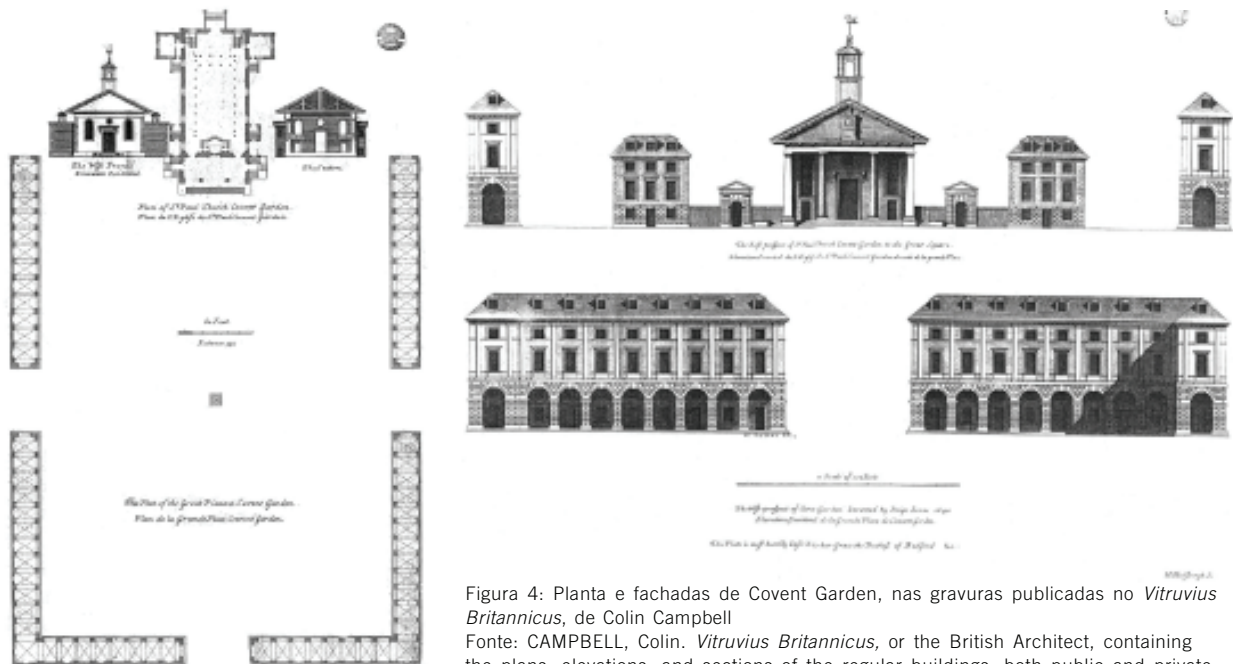


Figura 4: Planta e fachadas de Covent Garden, nas gravuras publicadas no *Vitruvius Britannicus*, de Colin Campbell  
 Fonte: CAMPBELL, Colin. *Vitruvius Britannicus, or the British Architect*, containing the plans, elevations, and sections of the regular buildings, both public and private, in Great Britain, with variety of new designs; in... large folio plates [with explanations] ..., Londres: o autor, 1717-25, 3 v. v. 2, il. 20, 21 e 22

(44) DOWNS JR., Arthur Channing. *Inigo Jones's Covent Garden...*, p. 15.

(45) FUSCO, Annarosa Cerutti. *Inigo Jones: Vitruvius Britannicus*. Rimini: Maggioli, 1983, p. 262.

(46) MCKELLAR, Elizabeth. *The Birth of Modern London: The development and design of the city 1660-1720*. Manchester and Nova York: Manchester University Press, 1999, p. 119.

(47) DUGGAN, Dianne. *London the Ring...*

(48) SURVEY OF LONDON...

(49) "... *humblie besought us for our leave and licence to build the residue of the said feild called Covent garden with uniforme houses and buildings according to the forme and proporçõn in our said proclamaçõn expressed (...) [it is] ... our will and pleasure, that in the said building the platfforme [is to be] contrived by the surveyor of our works and presented unto us to be observed as farre forth as maybe*". Minuta de licença para construir de 3 de maio de 1629. Alnwick Castle..., Box 1, Envelope 2 (transcrito em DUGGAN, Dianne. *London the Ring...*, p. 143).

(50) Em 1618, foi criada uma Comissão de Construções, reformada e ampliada em 1620. Seu objetivo era fiscalizar as construções em Londres e Westminster e zelar pelo cumprimento das medidas das proclamações reais sobre o assunto. Inigo Jones era o principal membro executivo da comissão (SUMMERSON, J. *Architecture in Britain: 1530 to 1830*. Londres: Penguin Books, 1953, p. 83).

(51) DUGGAN, D. *London the Ring...*, p. 143.

(52) "... *before the building was upon this licence the plot of it was shewd to his majesties view, and his majestie was gratusly pleased to view also the place in his own person attended by divers lords commissioners for buildings whereupon he so altered the plot of the buildings that were to be erected*". THE CHARGES of the informaçõn which M'Attorney hath delivered to the Earle of Bedford. Alnwick Castle..., Box 4, Envelope 10, fol. 5, (transcrito em parte por DUGGAN, D. *London the Ring...*, p. 143-144).

Mas alguns autores não consideram as pranchas do "*Vitruvius Britannicus*" uma reconstituição confiável do projeto de Covent Garden. Para Downs Jr., Campbell deve ter desenhado a praça do modo como interpretou a intenção original de Inigo Jones<sup>44</sup>. Fusco considera que Campbell poderia ter representado uma praça fechada e simétrica, diferente daquilo que foi construído, por "*ter sentido a exigência de apresentar ao público 'internacional' um projeto concluído com coerência rigorosa, capaz de comunicar valor absoluto e universal*"<sup>45</sup>. Mckellar adverte ainda que no século 17 não haveria uma etapa tão bem definida de projeto, e não seriam feitos desenhos no estilo e na técnica daqueles apresentados por Campbell<sup>46</sup>.

Documentos escritos sobre o loteamento de Covent Garden, alguns ainda em forma preliminar de redação, transcritos parcialmente e analisados em artigo de Duggan de 2000<sup>47</sup> ou na "*Survey*"<sup>48</sup>, trazem algumas evidências sobre a elaboração da praça. Quando o IV conde de Bedford decidiu lotear suas terras foi necessário solicitar à Coroa inglesa uma licença para o empreendimento. Conforme a mais antiga minuta de licença para construir em Covent Garden que se conhece, de 3 de maio de 1629, Bedford

*"... humildemente rogou nossa permissão e licença para construir no restante dos ditos campos de Covent Garden casas uniformes e construções de acordo com a forma e a proporção expressas em nossa mencionada proclamação (...) [é] nossa intenção e vontade que, na dita construção, o projeto [seja] elaborado pelo supervisor de nossas construções e seja apresentado para nossa apreciação o quanto antes"*<sup>49</sup>.

Nesse trecho, Bedford se mostra disposto a construir segundo as determinações reais e parece mesmo ter sido condicionado ao projeto que seria elaborado por Inigo Jones, supervisor de construções da coroa<sup>50</sup>. Há referência às casas de fachada regular, mas não à sua disposição no conjunto.

Um outro documento, sem data e sem assinatura, é considerado por Duggan uma provável minuta de defesa de Bedford quando ele foi chamado a responder à Câmara Estrelada por supostas construções irregulares em suas terras<sup>51</sup>. Conforme esse provável registro do testemunho de Bedford,

*"... antes que a construção tivesse a licença, seu desenho foi mostrado às vistas do rei e Sua Majestade teve o grato prazer de ver também o lugar em pessoa, acompanhado pelos vários Lordes Comissários de Construções, quando então ele alterou o desenho das construções a serem erguidas"*<sup>52</sup>.

Esse trecho, embora redigido depois do início da construção, informa que, ainda durante a fase de planejamento, o rei Carlos I visitou os terrenos de Covent Garden, apreciou o desenho e, com seu



Conselho Privado e os Comissários de Construções, interferiu pessoalmente na definição das construções.

Em um documento já de 1657, também se encontram evidências que Carlos I atuou no sentido de impor determinações formais a Bedford. Conforme a petição apresentada pelo V conde de Bedford à Câmara dos Comuns em 1657 para pedir a isenção de multas a construções consideradas ilegais em Covent Garden,

*“a maneira e forma dos edifícios tal como se encontram agora foi vista e estabelecida pelo Rei e o Conselho antes das construções serem erguidas e o [IV] Conde comprometido com as formas assim estabelecidas ou então ele não construiria em absoluto”<sup>53</sup>.*

Esse trecho mostra que Bedford teve de comprometer-se a seguir as resoluções do rei e do Conselho Privado quanto à configuração dos edifícios “ou então ele não construiria em absoluto”. A partir desse documento, pode-se entender que pelo menos os lados norte, leste e oeste da praça, onde se fizeram as novas construções, devem ter se conformado às determinações formais da coroa. No entanto, ao sul, não se fizeram novas construções e manteve-se o lote existente da mansão Bedford. Os documentos consultados não esclarecem sobre o desenho planejado para a face sul da praça.

A gravura de Hollar ca.1658 (Figura 6) é uma das poucas imagens nas quais se mostram, ao mesmo tempo, em perspectiva aérea, os quatro lados da praça construída<sup>54</sup>. Nessa gravura se pode constatar o efeito de desequilíbrio produzido pelo conjunto formado pelos volumes simétricos ao norte e ao leste, e pela igreja a oeste em relação à face sul, aberta para o jardim dos Bedford. Como indica Downs Jr., em um trecho da comédia *Covent Garden Weeded*, de 1659, escrita por Richard Brome, a praça é mesmo tomada por inacabada:

*“Cockayne: Ah, gentil senhor: é notável! Estas sim são construções! Aqui está a arquitetura realmente expressa. É uma situação das mais vistosas, adequada para cavalheiros e nobres.*

*Rookesbill: Quando estiver completamente terminada, sem dúvida será bela.”*

O desenho assimétrico da praça construída não parece constituir uma hipótese aceitável de desenho e não é compreendido como o resultado final de um projeto. A disposição dos edifícios ao norte, leste e oeste, de fachada regular, definida por eixos de simetria, pode dar a entender que também teriam sido planejados blocos residenciais ao sul, em correspondência àqueles no lado oposto. O desenho da praça construída parece sugerir, diferentemente daquilo que se realizou, pode ter sido concebida uma praça regular e simétrica, como se vê nas gravuras do Vitruvius Britannicus (Figura 4).

Uma breve análise das outras obras de Inigo Jones também sugere que ele estaria mais inclinado a um desenho de natureza

(53) *“manner & forme of the buildings as now they are viewed & directed by kinge and Councill before the buildings erected and the [IV] earl tyed to the formes so directed or else hee was not to build at all.”* PETIÇÃO apresentada pelo V conde de Bedford para pedir anistia ao Governo da República [*Commonwealth*] das multas aplicadas ao loteamento de Covent Garden. London Metropolitan Archives, E/BER/CG/E8/ I/I (transcrita por DUGGAN, Dianne. London the Ring.... p. 142). Ver a este respeito SURVEY OF LONDON...., p. 34-35.

(54) HOLLAR, Wenceslau. Covent Garden, ca. 1658. In: A FISCHER, John (Introd.). *A Collection of Early Maps of London*. Kent: Harry Margary, Lympne Castle/ Guildhall library, 1981.

(55) Para uma descrição das obras de Jones ver LEES-MILNE, *The age of Inigo Jones* e Colvin, Howard, *A Biographical Dictionary of British Architects 1600-1840*, p. 554-560.

(56) LEES-MILNE., J. *The age of Inigo Jones...*, p. 84; SUMMERSON, John. *The unromantic castle...*, p. 44.

(57) STONE, Lawrence, *The Residential Development of the West End of London in the 17<sup>th</sup> Century*. In: MALAMENT, Barbara (Ed.). *After the reformation: Essays in honor of J. H. Hexter*. Manchester: Manchester University Press, 1980, p. 206.

(58) Petição dos paroquianos de Saint Martin's in the Fields de 30 de novembro de 1638. Public Record Office, SP 16 44/ 51. Transcrição resumida em: *Calendar of State Papers* (Domestic Series). Londres: [s.n.], 1967, v. 13, 1638-9, p. 132, n. 75. Citada pela SURVEY OF LONDON..., p. 125.

simétrica. Há cerca de 20 projetos de autoria documentada de Inigo Jones, produzidos entre 1615 e 1653, incluindo reformas ou construções de mansões e palácios, esquifes reais, portais de jardins e capelas<sup>55</sup>. Suas obras apresentam configurações regulares e ordenações rigidamente simétricas, como se vê, por exemplo, na mansão da rainha de 1616-35, na mansão dos Banquetes de 1619-22, no projeto para a Catedral de São Paulo de 1634-43, no projeto de reforma da mansão Wilton, em Wiltshire e nos desenhos para um novo palácio de Whitehall, produzidos entre 1638 e 1665.

Praças construídas na Europa, na mesma época, poderiam apresentar paralelismos com o desenho planejado para Covent Garden. A Place des Vosges, em Paris, finalizada em 1612 e a Piazza d'Arme, de Livorno, de 1594, são consideradas possíveis fontes de inspiração para o projeto de Covent Garden. A Place des Vosges e a Piazza d'Arme devem ter sido vistas pessoalmente por Inigo Jones<sup>56</sup>. Ambas apresentam uma configuração regular e simétrica. Não se exclui a possibilidade, como sugere Stone, de Carlos I e Jones terem sido motivados pela intenção de emular as atividades do grão-duque da Toscana, em Livorno, ou de Henrique IV, na Place des Vosges<sup>57</sup>.

A observação do desenho do conjunto construído, a análise das obras de Inigo Jones e os possíveis paralelismos com os desenhos da Place des Vosges e da Piazza d'Arme permitem afirmar que o projeto de Covent Garden não deve ter sido senão da praça, tendo a igreja a oeste e blocos residenciais nos outros três lados. Além disso, uma petição de 1638, citada pela Survey, mostra que havia sido previsto instalar uma estátua do rei Carlos I na praça<sup>58</sup>. Nessa petição, os moradores da Paróquia de St-Martin's-in-the-Fields (a qual pertencia a região de Covent Garden), reclamam que o conde de Bedford havia prometido erguer uma estátua equestre do rei, em bronze, cercada por uma grade de ferro, no centro da praça, mas não o fizera.

Ainda que não tivesse sido feito um projeto composto por desenhos com o mesmo estilo ou a técnica empregados por Campbell, pelo menos em relação à disposição geral dos elementos, suas gravuras podem ser consideradas uma representação daquilo que teria sido previsto para a praça. Esse traçado de planta geométrica, fechado, subtraído da circulação de tráfego, apresentando fachadas regulares e tendo a estátua do rei no centro pode ser identificado como uma *place royale*. No entanto, a presença de um edifício dominante no conjunto não é considerada característica do tipo da *place royale*, e Covent Garden tem a Igreja de Saint Paul como edifício de maior destaque.

Embora não estejam presentes nas *places royales* parisienses, ainda assim, como indicam as descrições, acompanhadas de desenhos e gravuras, de autores como Zucker e Clearly, algumas *places royales* incluíram edifícios de maior destaque. Isso acontece, por exemplo, nas Place Louis XIV e Place de la Mairie ou Place Louis XV, ambas em Rennes, das primeiras décadas do século 18, na Place



Royale em Rheims, de meados do século 18 e na Place Royale, atual Place Stanislas, em Nancy, projetada a partir de 1751<sup>59</sup>. Ainda que nenhuma delas tenha como edifício principal do conjunto uma igreja, a configuração prevista para Covent Garden também poderia ser considerada uma *place royale*. Para Summerson, dada a relação entre os projetos de Covent Garden e da Place des Vosges, a idéia dessa primeira praça londrina poderia ser vinculada à da *place royale*<sup>60</sup>.

Uma praça semelhante a uma *place royale* – tendo a igreja a oeste, blocos residenciais nos outros três lados e uma estátua do rei ao centro – poderia ter sido prevista e, no entanto, não ter sido construída. Talvez tivessem existido impedimentos para sua realização completa. Se o lado sul tivesse sido construído de modo simétrico ao norte, haveria também uma rua no ponto médio do lado sul, oposta à James Street. Assim, a praça poderia estar ligada ao Strand, a mais importante via entre Londres e Westminster. No entanto, em seu trajeto, a rua ao sul passaria pelo lote dos Bedford e poderia implicar a demolição da mansão.

A inexistência de uma rua ao sul deve ter sido uma preocupação de Bedford. Conforme descreve a “*Survey*”, logo depois do início das obras, Bedford se empenhou em comprar terrenos para abrir uma nova rua, a oeste do pátio da igreja, desembocando no Strand<sup>61</sup>. Desse modo, a nova rua não interferiria no lote de Bedford.

Mesmo não havendo uma via no ponto médio da face sul da praça, se fossem construídos aí blocos residenciais simétricos aos blocos ao norte, quase todo o jardim da mansão Bedford seria ocupado. Além disso, os blocos ao sul também prejudicariam a vista ao norte, a partir da mansão.

Como indica Downs Jr., um documento de 1677 mostra que o V conde de Bedford cuidou de preservar essa vista. Conforme contrato de 20 de dezembro de 1677, Adam Piggot e James Allen arrendaram o direito de realizar um mercado em Covent Garden e tiveram “*liberdade para construir e fazer adegas e lojas ao longo de toda a parte externa do muro do jardim da mansão Bedford*”, com a condição que as novas construções fossem “*uniformes umas às outras, nos telhados e fachadas, com a altura um pé menor [aproximadamente 30 cm] do que o muro existente do jardim*”; além disso, foram proibidas chaminés nos telhados das lojas sob pena de anulação do acordo<sup>62</sup>. Ao menos enquanto a mansão estivesse lá, conclui Downs Jr., parece improvável que Bedford tivesse a intenção de construir blocos residenciais no fundo de seu lote. A preocupação de assegurar a vista ao norte do jardim da mansão conflitaria com a possível construção de blocos ao sul da praça. A permanência dos Bedford em sua mansão sugere resistência a uma praça de desenho fechado e simétrico.

Depois das obras de construção entre 1631 e 1638, Covent Garden estava recém-construída em 1639. Não se conhecem

(59) ZUCKER, Paul. *Town and Square...*, p. 165-196; CLEARLY, Richard L. *The 'Place Royale' and Urban Design in the Ancien Régime*. Cambridge: Cambridge, 1999, p. 153-271.

(60) SUMMERSON, John. *The architecture of the eighteenth century...*, p. 163.

(61) SURVEY OF LONDON..., p. 6.

(62) Contrato de arrendamento para o mercado, firmado entre o IV conde de Bedford e Adam Piggot e James Allen em 20 de dezembro de 1677. In: *Gentleman's Magazine*, XL new series, 1853, p. 380-383. Reproduzido e comentado por DOWNS JR., Arthur Channing. *Inigo Jones's Covent Garden...*, p. 32.

(63) "Covent Garden, particularly so called, is a curious, large, and airy Square, enclosed by Rails, between which Rails and the Houses runs a fair Street. The Square is always kept well gravelled for the Accommodation of the People to walk there (...). On the North and East Sides are Rows of very good and large Houses, called the Piazzo's, sustained by Stone Pillars, to support the Buildings. Under which are Walks, broad and convenient, paved with Freestone. The South Side lieth open to Bedford Garden where there is a finall Grotto of Trees, most pleasant in the Summer Season; and in this Side there is kept a Market for Fruits, Herbs, Roots and Flowers (...) And on the West Side is the Church of St. Paul's Covent Garden... STRYPE, John. *The Survey" of London*, v. 1, livro 6, p. 87-89, citado por THE SURVEY OF LONDON..., p. 64.

imagens da praça nesse ano, mas as gravuras de Hollar, ca. 1644 e 1658 (Figura 6) representam-na em um estado próximo ao que se encontrava em 1639. A gravura de Scott, realizada no século 18, procura representar a praça ainda na década de 1640 (Figura 5). As fachadas norte e leste estão delimitadas pelos blocos de casas que tendem a formar uma superfície regular e contínua, interrompida apenas pelas vias em seus pontos médios: a James Street, ao norte, e a Russell Street, ao leste. A fachada oeste da praça é dominada pela Igreja de St. Paul, no centro, flanqueada por construções simétricas: nos extremos de ambos os lados há uma casa e, entre a igreja e esta casa, um portal, todos unidos por um muro. No lado oeste, duas ruas dão acesso à praça: a King Street, ao norte, e a Henrietta Street, ao sul. No centro da praça, foi instalada uma árvore, por iniciativa dos moradores da paróquia. Um observador da época, Strype, descreve a praça já no fim do século 17:

*"Covent Garden, assim particularmente chamada, é uma praça curiosa, ampla e arejada (...) Nos lados norte e leste estão fileiras de casas muito boas e amplas, chamadas de piazzas, sustentadas por pilares de pedras, para suportar as construções, sob as quais estão passeios amplos e convenientes, pavimentados com pedra de cantaria. O sul permanece aberto para o jardim Bedford, em cujo extremo há um bosque de árvores, muito agradável na estação do verão; e, deste lado, é mantido um mercado de frutas, ervas, raízes e flores (...) que cresceu numa medida considerável (...). E no lado oeste está a igreja de St. Paul Covent Garden..."*<sup>63</sup>

O lado sul, voltado para o jardim dos Bedford, "permanece aberto". A praça construída não apresentava plena simetria ou regularidade nem era completamente fechada. Os blocos de casas, a igreja e as construções

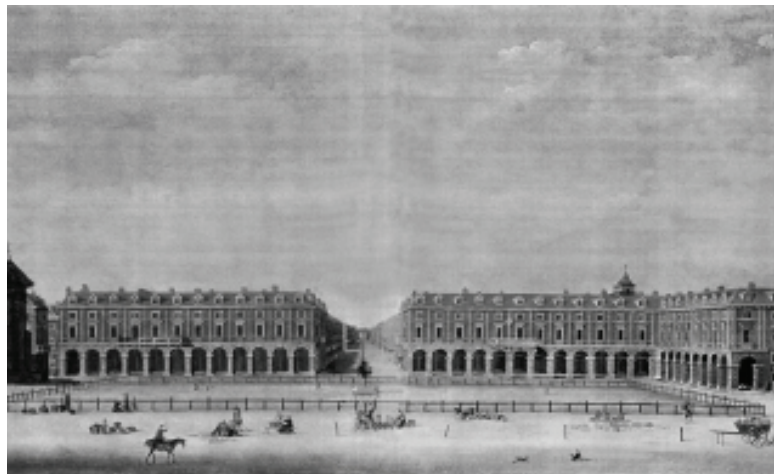


Figura 5: Vista ao norte de Covent Garden, reconstituindo a praça recém-construída, por volta da década de 1640, na pintura de Scott, do século 18  
Fonte: SCOTT, Samuel. Vista ao norte de Covent Garden. In: HIBBERT, Christopher. *London: The biography of a city*. Harmondsworth: Penguin, 1987



(64) LAVEDAN, P. *Histoire de l'urbanisme...*, p. 278.

Figura 6: Vista a oeste de Covent Garden ca. 1658 na gravura de Hollar  
Fonte: HOLLAR, Wenceslau. Covent Garden, ca. 1658. Westminster Archives Center, H 133 (17)

pós-  
ISS

que a flanqueiam, a oeste, devem ter se conformado às determinações da coroa. Como observa Lavedan, embora Covent Garden não tenha a estátua do rei, ainda assim apresenta características arquitetônicas de *place royale*<sup>64</sup>. Ao sul, permaneceu o lote preexistente da mansão Bedford e seu jardim, o que impediu a realização completa do desenho o qual teria sido previsto pela coroa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se conhecem as pranchas dos projetos das praças estudadas e é possível que em nenhum dos dois casos tivesse existido um grupo estável de desenhos contendo especificações mais completas para orientar a construção. No caso da Place des Vosges, a sucessão de propostas para região das Tournelles desde o século 16 contribuiu para determinar o desenho e o uso da praça. A tônica dos estudos gerais da história do urbanismo é ressaltar o aspecto revolucionário da Place des Vosges, mas seu desenho foi produzido de modo gradual e apresenta vínculos com disposições formais preexistentes. No caso de Covent Garden, pôde-se perceber uma etapa mais bem delimitada de elaboração do projeto. Considerou-se haver indícios suficientes para se afirmar que o projeto de Covent Garden não poderia ter sido senão de uma praça simétrica, tendo a igreja a oeste e blocos residenciais nos outros três lados.

A Place des Vosges é considerada na história do urbanismo um modelo de *place royale* – o tipo de praça caracterizado pela planta geométrica e fechada, pela construção planejada e pela estátua do rei no centro. Mas, quando foi criada, em 1605, a Place des Vosges não

configuraria uma *place royale*. Por outro lado, o desenho regular, simétrico e centralizado que teria sido planejado para Covent Garden pode ter antecipado, na Inglaterra, o tipo o qual se convencionou chamar de *place royale*.

Tradicionalmente, a história do urbanismo contrapõe dois modos distintos de produção do espaço urbano na França e na Inglaterra no século 17. A perspectiva de crescente controle das intervenções urbanas em Paris pela monarquia centralizadora opõe-se à pequena expressão da monarquia inglesa no desenvolvimento de Londres. Mas os casos estudados levaram a um entendimento um pouco diferente a esse respeito. A autoridade de Henrique IV não se mostrou hegemônica na elaboração da Place des Vosges. A análise dessa praça indica que múltiplos agentes contribuíram para a configuração da *place royale* de 1639. Por outro lado, investigando-se a elaboração de Covent Garden, pôde-se ver Carlos I exercendo poderes absolutos, ainda que a permanência da mansão Bedford na praça construída mostre uma resistência efetiva às determinações reais. Procurou-se tratar do período inicial do século 17 como uma fase específica da evolução de Londres e Paris.

## BIBLIOGRAFIA

- ALPHAND, Adolphe (Org.). *Ville de Paris. Recueil des Lettres Patentes, Ordonnances Royales, Décrets et Arrêtés Préfectoraux Concernant les Voies Publiques*. Paris: Impr. nouvelle, 1886.
- BABELON, Jean-Pierre. *Demeures Parisiennes: Sous Henri IV et Louis XIII*. Paris: Hazan, 1991.
- BALLON, Hilary. *The Paris of Henri IV: Architecture and urbanism*. Nova York/Londres: MIT/Architectural History, 1991.
- BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la arquitectura del renacimiento* (del siglo XV ao siglo XVIII). Barcelona: Gili, 1983.
- CAMPBELL, Colin. *Vitruvius Britannicus, or the British Architect, containing the plans, elevations, and sections of the regular buildings, both publick and private, in Great Britain, with variety of new designs*. Londres: o autor, 1717-25, 3 v.
- DOWNS JR., Arthur Channing. Inigo Jones's Covent Garden: The first seventy-five years. *Architectural History, Journal of the Society of Architectural Historians of Great Britain*. Leeds: Maney Publishing, v. 10, p. 8-34, 1967.
- DUGGAN, Dianne. London the Ring, Covent Garden the Jewell of that Ring: new light on Covent Garden. *Architectural History, Journal of the Society of Architectural Historians of Great Britain*. Leeds: Maney Publishing, v. 43, p. 140-161, 2000.
- FÉLIBIEN, D. Michel; LOBINEAU, Gui-Alexis. *Histoire de la Ville de Paris*, composée par D. Michel Félibien, reveue, augmentée et mise au jour par D. Guy-Alexis Lobineau, justifiée par des preuves authentiques et enrichie de plans... et d'une carte. Paris: G. Desprez, 1725, 5 v.
- FUSCO, Annarosa Cerutti. *Inigo Jones: Vitruvius Britannicus*. Rimini: Maggioli, 1983.
- GADY, Alexandre (Org.). *De la Place Royale à la Place des Vosges*. Paris: Action artistique de la ville de Paris, 1996.
- GUIDONI, Enrique; MARINO, Angela. *Historia del urbanismo: El siglo XVII*. Madri: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1982.

- LA MARE, Nicolas de. *Traité de la Police, où l'on trouvera l'histoire de son établissement, les fonctions et les prérogatives de ses magistrats, toutes les loix et tous les réglemens qui la concernent*. Paris: J. et P. Cot, 1705.
- LAMBEAU, Lucien. *La Place Royale: la fin de l'hôtel des Tournelles, le camp des Chevaliers de la gloire, les duels historiques, la Fronde, la Révolution, l'appartement du Mis de Favras, à travers le théâtre, Marion Delorme, les scandales, les amours, scènes ridicules et burlesques ...* Paris: H. Daragon, 1906.
- . *La Place Royale: Nouvelles contributions à son histoire*. Paris: Impr. municipale, 1916.
- . *L'iconographie de la Place royale*. Extrait de la Cité, bulletin historique du IV<sup>e</sup> arrondissement, 2e supplément. Paris: Jouve1, 1910.
- LAVEDAN, Pierre. *Histoire de L'urbanisme: Renaissance et temps modernes*. Paris: Henri Laurens, 1941.
- LEES-MILNE, James. *The age of Inigo Jones*. Londres: Batsford, 1953.
- MCKELLAR, Elizabeth. *The birth of modern London: The development and design of the city 1660-1720*. Manchester and Nova York: Manchester University Press, 1999.
- MIRON DE L'ESPINAY, Albert. *François Miron et l'Administration Municipale de Paris: Sous Henri IV de 1604 à 1606*. Paris: E. Plon, Nourrit et Cie, 1885.
- MORRIS, A. E. J. *Historia de la forma urbana: Desde sus origenes hasta la Revolución Industrial*. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.
- RASMUSSEN, Steen Eiler. *London: The unique city*. Cambridge: MIT, 1967.
- . *Towns and buildings*. Cambridge: Harvard University Press, 1951.
- STONE, Lawrence. The residential development of the west end of London in the 17<sup>th</sup> century. In: MALAMENT, Barbara (Ed.). *After the reformation: Essays in honor of J. H. Hexter*. Manchester: Manchester University Press, 1980, p. 167-212.
- SULLY, M. *Mémoires de Sully*. Paris: A. Costes, 1814.
- SUMMERSON, John. *Architecture in Britain: 1530 to 1830*. Londres: Penguin Books, 1953.
- . *Georgian London*. Londres: Penguin Books, 1978.
- . *The architecture of the eighteenth century*. Londres: Thames and Hudson, 1986.
- SURVEY OF LONDON, Sheppard, F. H. W. (Ed.) *Vol XXXVI: The Parish of St. Paul, Covent Garden*. Londres: London County Council and the Committee for the Survey of the Memorials of Greater London, 1970.
- ZUCKER, Paul. *Town and square: From the agora to the village green*. Nova York: Columbia University, 1959.

**Obs.:**

Este texto apresenta parte do que foi desenvolvido na dissertação de mestrado intitulada "A produção do espaço urbano sob as monarquias modernas: os casos iniciais da Place des Vosges e de Covent Garden", orientada pelo Prof. Dr. Jonas Tadeu Silva Malaco e defendida em outubro de 2004.

---

**Maria Fernanda Derntl**

Doutoranda, mestre e graduada pela FAUUSP.  
e-mail: mariafernanda\_d@yahoo.com.br

Gleice Azambuja Elali

U

MA CONTRIBUIÇÃO DA  
PSICOLOGIA AMBIENTAL À  
DISCUSSÃO DE ASPECTOS  
COMPORTAMENTAIS DA  
AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO

158

pós-

#### RESUMO

A compreensão do comportamento humano no ambiente é uma das principais contribuições da psicologia ambiental à avaliação pós-ocupação, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de técnicas de observação, como vestígios de comportamento, mapeamento comportamental e a análise de *behavior settings*. Baseando-se nesse pressuposto, o artigo traça um panorama geral da área e discute a potencialidade de seu rebatimento em propostas arquitetônicas e urbanísticas.

#### PALAVRAS-CHAVE

Avaliação Pós-Ocupação (APO), psicologia ambiental, observação comportamental.



UNA CONTRIBUCIÓN DE  
LA PSICOLOGÍA AMBIENTAL A LA  
DISCUSIÓN DE ASPECTOS  
COMPORTAMENTALES DE LA  
EVALUACIÓN POST-OCUPACIÓN

RESUMEN

La comprensión del comportamiento humano en el ambiente es una de las principales contribuciones de la psicología ambiental a la evaluación post-ocupación, principalmente en lo que se refiere al desenvolvimiento de técnicas de observación, como vestigios de comportamiento, mapeamiento comportamental y análisis de *behavior settings*. Con base en este supuesto, el texto dibuja un panorama general del área y discute la potencialidad de su análisis en propuestas arquitectónicas y urbanas.

PALABRAS CLAVE

Evaluación post-ocupación, psicología ambiental, observación comportamental.

A CONTRIBUTION OF  
ENVIRONMENTAL PSYCHOLOGY  
TO THE DISCUSSION OF  
BEHAVIORAL ASPECTS OF POST-  
OCCUPANCY EVALUATION

ABSTRACT

The understanding of human behavior in the environment is one of the main contributions of environmental psychology to the post-occupancy evaluation (POE), especially in terms of developing observation techniques, such as behavioral traces, behavioral mapping, and behavior-setting analysis. Based on this premise, this paper brings an overview of this field and discusses its potential applications in architectonic and urbanistic proposals.

KEY WORDS

Post-Occupancy Evaluation (POE), environmental psychology, behavioral observation.

## APRESENTAÇÃO

Este texto foi desenvolvido a partir de palestra realizada na FAUUSP<sup>1</sup> aberta a estudantes de graduação e pós-graduação interessados na área de Avaliação Pós-Ocupação (APO). Após a exposição inicial, e mesmo durante a mesma, os participantes foram convidados a participar, incentivando o debate e a troca de experiências sobre o tema.

Antecipadamente é preciso esclarecer que a Avaliação Pós-ocupação (APO), campo em franco desenvolvimento na área tecnológica, também existe nas ciências sociais e humanas. Na primeira, corresponde a uma vertente preocupada com o espaço físico, enquanto nas segundas seu interesse recai sobre o uso e a percepção ambiental. Obviamente, tais esferas não estão isoladas entre si, sendo esperável que as idéias e resultados por elas obtidos se entrelaçem continuamente (ORNSTEIN, BRUNA e ROMÉRO, 1995; SANOFF, 1992; PREISER, 1990; BECHTEL, 1989).

De fato, o trabalho em APO corresponde, necessariamente, a uma atividade multi ou transdisciplinar, envolvendo inúmeros aspectos, dentre os quais se destacam os físicos, funcionais e comportamentais (RABINOWITZ, 1984).

Os aspectos físicos estão relacionados às características da(s) área(s) edificada(s) analisada(s), tais como suas dimensões, técnicas e materiais construtivos utilizados, condições de conforto (iluminação, ventilação, temperatura, nível de ruído), estabilidade, entre outros, trabalho que costuma ser realizado por engenheiros e arquitetos preocupados com a qualidade e o desempenho da edificação.

Os aspectos funcionais dizem respeito às atividades ocorridas no local, abarcando, entre outros, principais usos e fluxos presentes, mobiliário e equipamentos necessários, quantidade de pessoas presentes e suas atividades naquele contexto. O grande interesse dos arquitetos por esse tipo de estudo advém de seu imediato rebatimento na projeção.

Os aspectos comportamentais se referem à dinâmica ocupacional do edifício ou conjunto edificado, ou seja, como os usuários percebem e relacionam-se com o ambiente, as atividades que realizam no local e os papéis sociais assumidos ao fazê-lo. Nesse sentido, a Psicologia Ambiental (PA) pode participar ativamente do processo avaliativo, pela leitura crítica do ambiente e sua compreensão a partir do ponto de vista ecológico, bem como do desenvolvimento de métodos/técnicas na área.

## I – PSICOLOGIA AMBIENTAL

*“O trabalho da Psicologia, trabalho de alma, é notoriamente fechado, enclausurado numa sala de consultório, duas pessoas sentadas em poltronas muito acima da rua (...) Ainda assim, é precisamente a rua aquilo que adentra o consultório.” (HILLMAN, 1993, p. 37)*

Como é possível deduzir a partir da citação anterior, gradativamente a psicologia tem se aproximado dos temas ligados à vida cotidiana. Nesse sentido, a preocupação com o ambiente sociofísico é uma das bases geradoras da Psicologia

(1) Realizada em março/2006 sob a coordenação da Prof. Dra. Sheila Walbe Ornstein, e ligada à disciplina AUT-135.

Ambiental (PA). Em trabalho clássico na área, Kurt Lewin apresentou a equação  $C = f(P \times A)$  – a ser lida como “*comportamento é função da interação entre pessoa e ambiente*” (LEWIN, 1965) –, indicando que as ações humanas (C) são fruto do intercâmbio entre a pessoa (P) e o ambiente (A), os quais se influenciam mútua e continuamente. Tal afirmativa evidencia a bidirecionalidade das relações pessoa-ambiente, isto é, a pessoa influencia o ambiente e, ao mesmo tempo, é influenciada por ele.

Além dessa compreensão geral, os pressupostos básicos que caracterizam a área foram descritos por Ittelson, Proshansky, Rivlin e Winkel (1974):

1. *O ambiente é vivenciado como um campo unitário.*
2. *A pessoa tem propriedades ambientais tanto quanto características psicológicas individuais.*
3. *Não há ambiente físico que não seja envolvido por um sistema social e inseparavelmente relacionado a ele.*
4. *A influência do ambiente físico no comportamento varia de acordo com a conduta em questão.*
5. *O ambiente opera abaixo do nível da consciência.*
6. *O ambiente ‘observado’ não é necessariamente o ambiente ‘real’.*
7. *O ambiente é organizado cognitivamente em um conjunto de imagens mentais.*
8. *O ambiente tem valor simbólico”.*

Revedo aquele texto à luz do conhecimento e das condições de vida atuais, Leanne Rivlin (2003) acrescentou três novos itens àquela listagem:

9. *O aumento da quantidade de tecnologia na vida das pessoas criou novas dimensões ambientais que têm impacto nas atividades diárias.*
10. *Os aspectos éticos da pesquisa e da prática ambientais exigem uma reflexão contínua.*
11. *A experiência ambiental tem natureza holística.”*

Surgida a partir desse tipo de entendimento, a PA é um campo de estudo relativamente recente, gerada pelos ideais ecológicos das décadas de 50/60, e começou a consolidar-se a partir da Conferência de Estocolmo, 1972. Ela tem raízes internas e externas à psicologia (BONNES & SECCHIAROLI, 1995), o que não significa todas essas áreas desembocarem na PA, e sim que elas têm elementos os quais alimentam a nova disciplina. Entre as raízes internas estão elementos ligados à Escola da Gestalt, ao behaviorismo, à psicologia social e à incorporação da perspectiva ambiental à compreensão do indivíduo. Entre as raízes externas à área estão conhecimentos originados das ciências sociais (antropologia, sociologia, geografia) e bioecológicas, e arquitetura-urbanismo. Saliente, nessa última, a evidente preocupação com a aplicabilidade prática dos conhecimentos e conceitos estudados e sua utilização no dia-a-dia profissional.

Atualmente a literatura admite duas grandes vertentes para o setor: a PA Arquitetural e a PA Verde (POL, 1993). A primeira concentra seu interesse no ambiente construído, e a segunda se envolve com as grandes questões ecológicas da atualidade. Saliente-se que esses dois momentos não são estanques, e convivem a partir da atuação dos diferentes pesquisadores.

Em função da variedade de raízes que fundamentam a área e das diversas preocupações de seus pesquisadores, o leque temático tratado pela PA é bastante

amplo, abrangendo: atitudes e comprometimento pró-ambientais, sustentabilidade, perspectiva temporal, situações de risco (acidentes naturais ou não), ambientes naturais e restauradores, cognição e percepção ambientais, avaliação de edificações e conjuntos edificados.

As principais contribuições da PA à APO estão relacionadas aos aspectos sociais e comportamentais da dinâmica ocupacional das edificações, cujos interesses se concentram em torno de: (a) comportamento socioespacial humano, discussão do papel do espaço na comunicação interpessoal (HALL, 1977) a partir do reconhecimento de conceitos como distâncias interpessoais, territorialidade, privacidade, adaptação, espaço/lugar; (b) estudo de ambientes e situações do cotidiano; e (c) desenvolvimento de métodos e técnicas para fazê-lo.

De fato, várias das transformações recentes pelas quais vêm passando algumas áreas da arquitetura têm sofrido a influência dos trabalhos desenvolvidos à PA. Na arquitetura hospitalar e institucional, por exemplo, os corredores deixaram de ser áreas destinadas apenas à circulação para, entre outras, assumirem o papel de locais de convívio, com janelas que se abrem para o exterior. Nesse sentido, as relações entre o *layout* de enfermarias e a interação/sociabilidade entre os internos em instituições são analisadas em vários trabalhos, entre os quais se tornou clássico aquele desenvolvido por Ittelson, Proshansky e Rivlin (1970).

Em termos de métodos e técnicas de pesquisa, a PA dedica especial atenção à observação do comportamento humano no ambiente (natural ou construído), como segue.

## 2 – OBSERVAÇÃO COMPORTAMENTAL

*“As mensagens não verbais do ambiente são componentes da nossa experiência e estão inseridas em muitas partes de nosso entorno imediato.” (SANOFF, 1991, p. 95)*

Nesse sentido, a observação comportamental permite a coleta de dados de caráter não-verbal relativos à relação pessoa-ambiente. Esse tipo de estudo costuma ser realizado antes do contato direto com os usuários, possibilitando uma compreensão geral antecipada da ocupação, e o surgimento de indagações a serem posteriormente investigadas por outros métodos/técnicas. As principais técnicas utilizadas são: estudo de vestígios comportamentais, mapeamento comportamental e análise de *behavior settings*.

### 2.1– Vestígios de comportamento

Identificação dos resíduos que a ocupação deixa no ambiente, permitindo ao pesquisador entender o que aconteceu no local, mesmo sem ter assistido à ação ou visto os usuários (SOMMER & SOMMER, 1986; WEB et al, 1981). Tais vestígios se dividem em: causados pela erosão, e causados pela deposição. No primeiro caso as pessoas retiram algo do ambiente (como ocorre nos caminhos informais), e no segundo elas colocam algo no ambiente (como o lixo e a grafiteagem).

Mesmo em áreas planejadas com cuidado, nem sempre os projetistas conseguem prever os locais pelos quais os pedestres preferirão caminhar, mesmo

quando a solução técnica adotada é considerada perfeita. Surgem, então, os caminhos informais, identificados pelo desgaste da vegetação no local. Eles mostram que as pessoas não percorrem trilhas retas (como são os instrumentos de trabalho dos projetistas) ou curvas com raios bem definidos. Ao contrário, elas buscam sombra, declividades menores, diagonais (menor distância entre dois pontos), e evitam setores pouco seguros, poças d'água, buracos, elementos não-previsíveis na prancheta ou computador. Assim, nos projetos de requalificação de áreas externas, é essencial observar os vestígios correspondentes aos caminhos informais traçados pelos pedestres e promover sua formalização.

Em outras situações, o desgaste do material ou a sujeira podem indicar ao arquiteto a qualidade dos acabamentos e a necessidade de materiais adequados ou melhores soluções.

Por sua vez, os resíduos incorporados ao ambiente denotam tanto o uso efetivado quanto as condições socioeconômicas da comunidade. O lixo produzido por uma família pode indicar seus hábitos de consumo alimentar e até as relações entre seus membros. Na crônica *Lixo*, Luís Fernando Veríssimo (1994) intui a importância do tema ao reproduzir a conversa de um casal sobre o conteúdo de suas lixeiras. Outro exemplo é a pichação de muros e paredes na cidade, mostrando a existência de gangues e permitindo a identificação prévia de seu território.

## 2.2 – Mapeamento comportamental

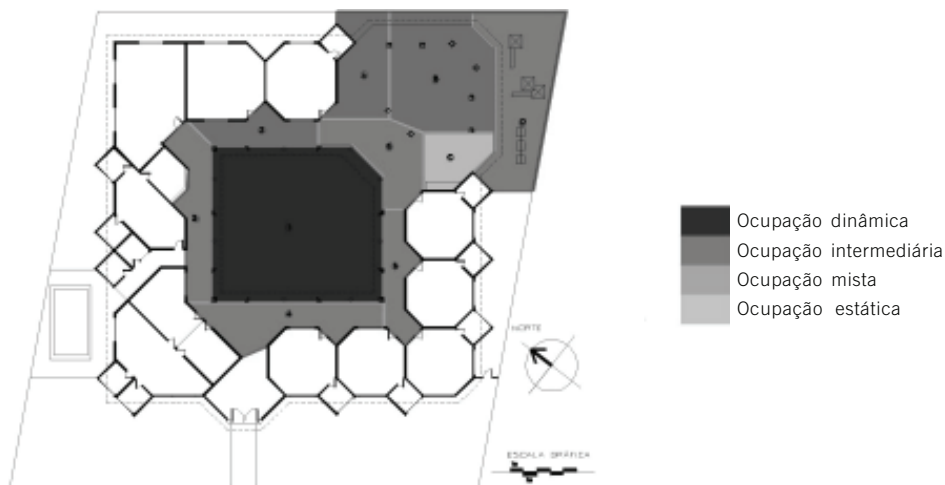
Representação gráfica das localizações e dos comportamentos das pessoas em um local, obtida a partir da observação sistemática da área (ITTELSON, PROSHANSKY & RIVLIN, 1970). Sua realização exige plantas baixas detalhadas (com mobília, equipamentos, variações de textura/materiais) e confecção de fichas de anotação que contemplem as três instâncias indicadas na fórmula de Lewin (1965): ambientes, comportamentos e pessoas.

O mapeamento comportamental pode ser realizado nas modalidades centrado-na-pessoa e centrado-no-lugar (SOMMER & SOMMER, 1986). No primeiro caso, a pessoa é foco do estudo e percorre o ambiente; no segundo caso, o local é foco do estudo, e as pessoas são registradas enquanto passam por ele. Como as duas técnicas se complementam, em uma avaliação detalhada o ideal é a utilização de ambas.

O mapeamento se mostra uma importante ferramenta para o exercício projetual do arquiteto, permitindo a identificação de setores mais e menos ocupados de um local, o tipo de uso existente e suas diferenças em função de gênero e dos turnos, a quantidade de usuários em vários instantes de tempo, etc. Entre seus produtos podem ser geradas plantas baixas contendo tais informações e vários tipos de gráfico, conforme ilustrado pelas Figuras 1, 2 e 3, cujas informações básicas podem ser compreendidas, mesmo que, nesse artigo, as condições locais e a coleta de dados realizada não estejam descritas. Ressalte-se que, na tomada de decisão em projetos de reforma ou mesmo na projeção de novos empreendimentos, esse tipo de análise pode ter impacto direto em inúmeros aspectos, tais como, entre outros, aqueles relacionados ao *layout*, ao dimensionamento e tratamento dos espaços, à definição de materiais adequados ao uso real, e até na previsão de itens de segurança.



Figura 1: Mapa da ocupação de um pátio de pré-escola no horário do recreio  
 Fonte: ELALI, 2002



USO DOS PÁTIOS - VESPERTINO

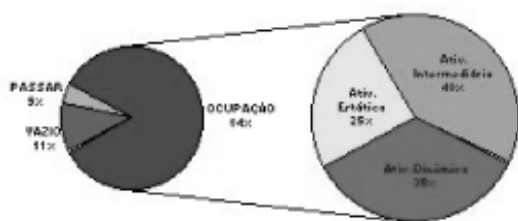
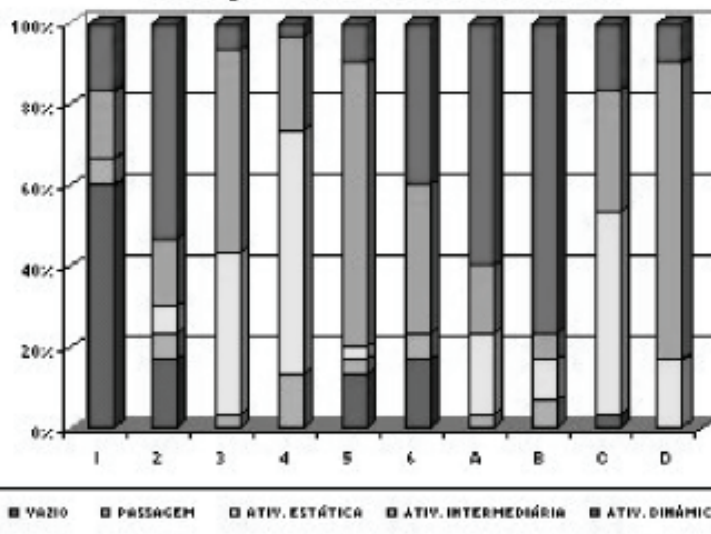


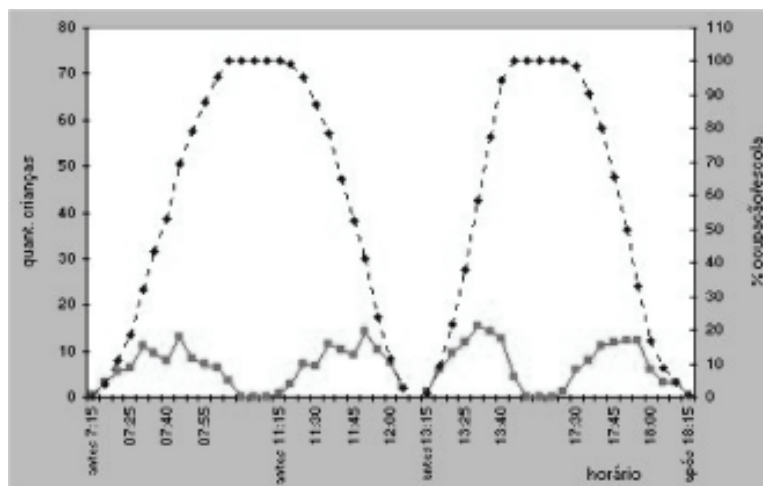
Figura 2: Gráfico com detalhamento da ocupação por setor  
 Fonte: ELALI, 2002

OCUPAÇÃO DOS SETORES VESPERTINO



pós-  
165

Figura 3: Gráfico da quantidade de estudantes nos horários de entrada e saída da escola  
 Fonte: ELALI, 2002



### 2.3 – Análise de *behavior settings*

Surgiu do estudo do comportamento humano em seu ambiente cotidiano realizado por Roger Barker e Herbert Wright na Estação de Campo de Oskaloosa (EUA), do qual resultou a chamada “psicologia ecológica” (BARKER, 1968), cujo principal conceito é o de *behavior setting*<sup>2</sup>:

“(...) sistema limitado, auto-regulado e ordenado, composto por integrantes humanos e não-humanos substituíveis, que interagem de modo sincronizado para realizar uma seqüência ordenada de eventos denominada programa.” (WICKER, 1979, p. 11)

Um *behavior setting* não é um local específico, e sim um conjunto de relações entre o ambiente e seus usuários. Assim, uma sala e uma igreja não se adequam ao conceito, enquanto, respectivamente, a aula “tal” e culto “x” o fazem. Constituem um *behavior setting*:

- Limite físico: envoltório físico e localização geográfica;
  - limite temporal: tempo de duração;
  - componentes humanos: pessoas exercendo funções e/ou realizando atividades (inclusive hierarquia de posições e número máximo/mínimo de envolvidos);
  - componentes não-humanos: móveis, equipamentos, características do local (materiais, acabamentos, condições de manutenção, etc.);
  - programa: seqüência das ações na ordem em que ocorrem.
- Além desses elementos básicos, a adequada compreensão de um *behavior setting* também exige atenção especial para a análise de:
- Mecanismos de regulação e ordenamento: possibilitam sua existência e mantêm seu funcionamento;
  - sinomorfia: condição de compatibilidade entre componentes humanos e não-humanos permitindo a adequada realização do programa;
  - ponto focal de comportamento: elemento que centraliza as ações ocorridas;
  - cena típica: a ser mais facilmente identificada.

As Figuras 4, 5 e 6 correspondem a *behavior settings* que ocorrem em uma mesma classe de educação infantil: conversa na entrada, sessão de desenhos, e lanche. Embora esse texto não contenha sua descrição detalhada, a simples observação das ilustrações indica o quanto tais situações são distintas, exigindo espaços, mobiliário e comportamentos diferenciados, o que demonstra a importância de entender-se os *behavior settings* os quais acontecem em um local, a fim de discutir seu programa de necessidades e dimensionamento (SCHOGEN, 1989).

*“Em um momento no qual as exigências técnicas e sociais sobre as propostas de arquitetura e urbanismo têm aumentado, é essencial incorporar as relações pessoa-ambiente à atividade profissional do projetista, contribuindo para o aumento da compreensão dos comportamentos eliciados ou reprimidos pelos espaços por eles produzidos.”* (ELALI & PINHEIRO, 2003)

(2) A psicologia ambiental brasileira tem optado por não traduzir esse termo para o português, a fim de manter a idéia original do autor, que faz referência direta à relação entre pessoas e ambientes.

Figura 4: Behavior setting  
"Conversa na entrada"  
Fonte: ELALI, 2002

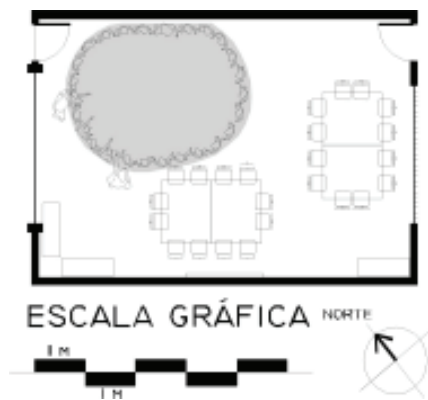
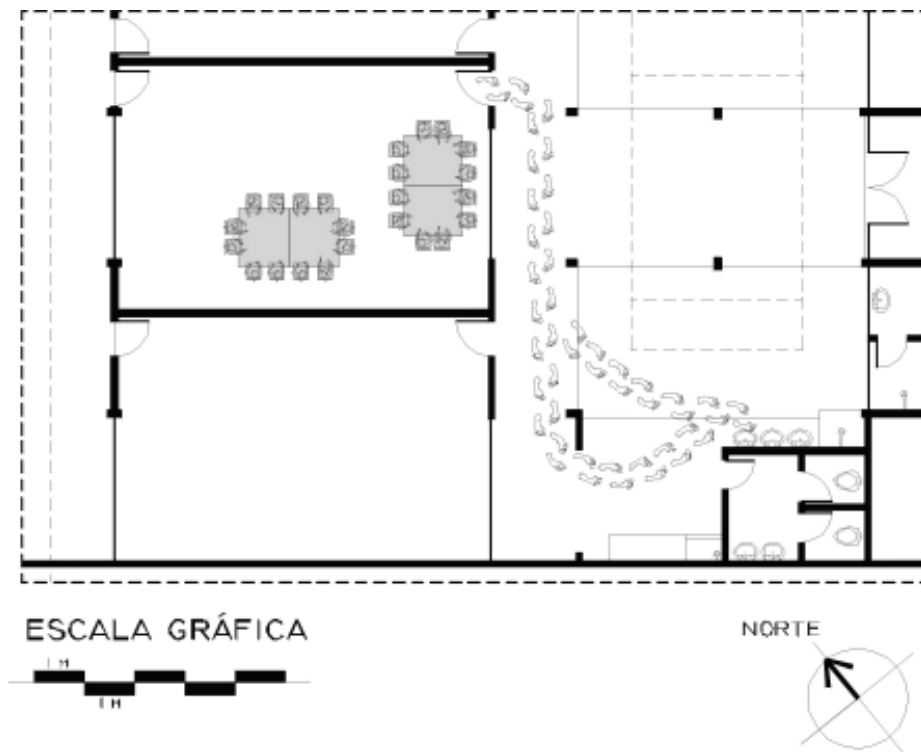


Figura 5: Behavior setting  
"Sessão de desenhos"  
Fonte: ELALI, 2002



FIGURA 6: Behavior setting  
"Lanche"  
Fonte: ELALI, 2002



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Correspondendo a uma maior compreensão do comportamento humano no ambiente construído, a base conceitual e os métodos/técnicas desenvolvidos pela PA podem contribuir decisivamente para a APO, colaborando com o arquiteto-urbanista no que se refere à elaboração de propostas mais coerentes com o uso dos espaços e as necessidades de seus ocupantes, e atuando na gestão ambiental, na elaboração de normas para diversos setores, no projeto de edificações e conjuntos edificados e no planejamento urbano e de transportes.

No que diz respeito à pesquisa acadêmica, a integração dessas áreas de conhecimento tem demonstrado enorme potencial. No Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PpgAU)<sup>3</sup> e no Programa de Pós-graduação em Psicologia (PpgPsi)<sup>4</sup> da UFRN, por exemplo, estão sendo desenvolvidos vários trabalhos baseados nesse referencial, ligados à humanização hospitalar, avaliação de ambientes escolares (pátios e salas de aula), ocupação do meio urbano (praças, condomínios e quadras residenciais) e questões de acessibilidade.

De modo geral, os resultados obtidos em nossos projetos (bem como as atividades práticas eventualmente subsidiadas pelos mesmos) indicam que, a partir da perspectiva proporcionada pela PA, o projetista deixa de amparar suas decisões apenas na vivência profissional (embora ela continue a ser amplamente valorizada e utilizada em projeção), para se apoiar em dados de realidade os quais podem reforçar algumas de suas percepções iniciais e refutar outras, procedimento que aumenta sua segurança nas intervenções e possibilita o surgimento de produtos realmente adequados aos usuários.

## BIBLIOGRAFIA

- BARKER, R. G. *Ecological psychology*. Stanford: Stanford University Press, 1968.
- BECHTEL, R. B. *Avaliação Pós-Ocupação*. Manuscrito não-publicado. Universidade do Arizona, Tucson, EUA, 1989.
- BONNES, M.; SECCHIAROLI, G. *Environmental psychology, a psycho-social introduction*. Londres: Sage, 1995.
- ELALI, G. A. *Ambientes para educação infantil: um quebra-cabeças? Contribuição metodológica na avaliação pós-ocupação de edificações e na elaboração de diretrizes para projetos arquitetônicos na área*. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- ELALI, G.; PINHEIRO, J. Q. Edificando espaços, enxergando comportamentos: por um projeto arquitetônico centrado na relação pessoa-ambiente. In: LARA, Fernando; MARQUES, Sonia (Org.). *Projetar: Desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto*. Rio de Janeiro: EVC, 2003, p. 130-144.
- HALL, E. *A dimensão oculta*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.
- HILMAN, J. *Cidade e alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- ITTELSON, W.; PROSHANSKY, H.; RIVLIN, L. The environmental psychology of the psychiatric ward. In: PROSHANSKY, H. M. et al. (Orgs.). *Environmental psychology*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston, 1970.
- ITTELSON, W.; PROSHANSKY, H.; RIVLIN, L.; WINKEL, G. *An introduction to environmental psychology*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston, 1974.

(3) Grupo de pesquisa PROJETAR, coordenado pela Profa. Dra. Maísa Veloso.

(4) Grupo de pesquisa INTER-AÇÕES PESSOA-AMBIENTE (IAPA), coordenado pelo Prof. Dr. José Q. Pinheiro.

- LEWIN, K. *Teoria de campo em ciência social*. São Paulo: Pioneira, 1965.
- ORNSTEIN, S.; BRUNA, G.; ROMÉRO, M. *Ambiente construído e comportamento: A avaliação pós-ocupação e a qualidade ambiental*. São Paulo: Studio Nobel / FAUUSP / FUPAM, 1995.
- POL, E. *Environmental psychology in Europe. Form architectural psychology to green psychology*. Aldershot. Inglaterra: Avebury, 1993.
- PREISER, W. F. (Org.). *Building evaluation*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1990.
- RABINOWITZ, H. Z. Avaliação Pós-Ocupação. In: SNYDER, C.; CATANESE, A. *Introdução à arquitetura*. Rio de Janeiro: Campus, 1984.
- RIVLIN, L. Olhando o passado e o futuro: Revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*, v. 8, n. 2, p. 215-220, 2003.
- SANOFF, H. *Integrating programming, evaluation and participation in desing*. Vermont: Avebury, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Visual research methods in design*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1991.
- SCHOGGEN, P. *Behavior settings – A revision and extensions of Roger G. Barker’s “Ecological Psychology”*. Stanford, California: Stanford University Press, 1989.
- SOMMER, B. B.; SOMMER, R. *A practical guide to behavioral research: Tools and techniques*. Nova York: Oxford University Press, 1986.
- VERÍSSIMO, L. F. *Comédias da vida privada: 101 crônicas escolhidas*. Porto Alegre: L&PM, 1994.
- WEBB, E. J.; CAMPBELL, D. T.; SCHWARTZ, R. D.; SECHREST, L.; GROVE, J. B. 2. ed. *Nonreactive measures in the social sciences*. Boston: Houghton Mifflin, 1981.
- WICKER, A. *An introduction to ecological psychology*. Belmont, CA: Brooks Cole, 1979.

---

**Gleice Azambuja Elali**

Arquiteta, psicóloga, mestre e doutora em estruturas ambientais e urbanas pela FAUUSP, docente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPgAU) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PpgPsi) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).  
e-mail: gleiceae@gmail.com

Alessandro Ventura



*REFLEXÃO SOBRE CONCEITOS  
DE PRODUÇÃO MODULAR e  
ARQUITETURA*

170

pós-

**RESUMO**

O artigo trata, primeiramente, da relação entre arquitetura, desenho industrial e produção seriada, considerada orientadora para os estudos iniciais da pesquisa Produção seriada e projeto arquitetônico: A escola secundária, desenvolvida com o apoio da Fapesp e do CNPq. Em seguida, são apresentadas idéias sobre matéria-prima, estrutura, rede modular, módulos e partido de projeto que, em seu conjunto, representam a reflexão inicial condutora da pesquisa. Concluímos, apontando para a necessidade de estudos sobre produção modular, versão mais recente da produção industrial, e de sua aplicação à arquitetura.

**PALAVRAS-CHAVE**

Arquitetura, desenho industrial, produção modular.



REFLEXIÓN SOBRE CONCEPTOS  
DE PRODUCCIÓN MODULAR Y  
ARQUITECTURA

pós- | 171

RESUMEN

El artículo trata, primeramente, de la relación entre arquitectura, diseño industrial y producción en serie, considerada como orientadora para los estudios iniciales de la investigación Producción en serie y proyecto arquitectónico: la escuela secundaria, desarrollada con el apoyo de la Fapesp y del CNPq. Luego son presentadas ideas sobre materia prima, estructura, red modular, módulos y partido de proyecto que, en su conjunto, representan la reflexión inicial conductora de la investigación. Concluyendo, señalamos la necesidad de estudios sobre producción modular, versión más reciente de la producción industrial, y su aplicación en la arquitectura.

PALABRAS CLAVE

Arquitectura, diseño industrial, producción modular.

A REFLECTION ON THE  
CONCEPTS OF MODULAR  
PRODUCTION AND  
ARCHITECTURE

ABSTRACT

The first part of the article discusses of the relation between architecture, industrial design, and industrial production. This relation bases the early development of the study called “Industrial production and architectonic design; the elementary school”, which was developed with the support of the governmental agencies Fapesp and CNPq. It then presents ideas on raw materials, structures, modularity, and preliminary design that represent the initial concepts that led this research. It concludes by pointing out the need for studies of modularity, which is the most recent version of industrial production, and its application to architecture.

KEY WORDS

Architecture, industrial design, modularity.

## INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE ARQUITETURA E DESENHO INDUSTRIAL

Conforme apontamos em artigo anterior (VENTURA, 2001), o desenho industrial reúne condições para a condução de uma análise do projeto arquitetônico quando este utiliza técnicas de manufatura.

Até o presente, o desenho industrial teve apenas uma colaboração indireta no setor da construção civil, por meio do trabalho junto da Indústria de Componentes da Construção.

É objeto do presente estudo a verificação de sua importância em um contexto global do edifício industrializado.

Naquele artigo apontamos algumas características da aplicação do desenho industrial na construção, que resultariam em uma efetiva industrialização da construção.

Destacamos os principais pontos dessa contribuição à arquitetura e à cidade ali citados:

- A mobilidade construtiva, que passa a adquirir características comuns aos produtos industriais de consumo durável;
- a alteração do perfil do construtor, o qual passa a incorporar novos métodos financeiros, administrativos, mercadológicos e produtivos;
- a alteração dos critérios de valor relativo dos imóveis e na possibilidade de reorganização urbana;
- as alterações de perfil do corpo produtivo por meio de uma crescente especialização;
- o aprimoramento dos produtos complementares à construção com a criação de padrões que servirão como parâmetro orientador, aumentando seu valor de uso;
- a eleição de uma matéria-prima de porte estratégico para o desenvolvimento desta nova indústria: a madeira reflorestada; e, principalmente;
- a criação de uma efetiva industrialização da construção.

Destacamos também que a principal contribuição do desenho industrial a esse processo de industrialização é metodológica, consistindo sua característica básica em procedimentos operacionais, pela construção constante de modelos de verificação e de reconstrução do projeto, a partir desses modelos. A adoção desses procedimentos leva à constante revisão dos componentes e de seu arranjo, favorecendo a criação de soluções.

Em seguida, vamos verificar como esses procedimentos são traduzidos em um projeto.

## PRODUÇÃO SERIADA DE UMA ESCOLA SECUNDÁRIA: IDÉIAS INICIAIS E DIRETRIZES GERAIS

Descrevemos, a seguir, as principais etapas e idéias que orientaram os estudos de nossa pesquisa “Produção Seriada e Projeto arquitetônico: A escola secundária”, visando à verificação experimental dos procedimentos da manufatura seriada e modular aplicada à arquitetura.

### a) A madeira como matéria-prima principal

Inicialmente, definimos um material de construção básico a partir do qual desenvolvemos um sistema construtivo coerente. Consideramos que a madeira, item tradicional na construção civil, poderia desempenhar papel preponderante na reformulação do setor, a partir das características de nosso território com extensas áreas para reflorestamento, fator diferencial em relação à maioria dos países. Além das vantagens territoriais, a madeira é material de fácil manipulação, depende de tecnologia relativamente simples, dominada e disponível no país, além de utilizar maquinaria de baixa complexidade.

Partindo dessas considerações, procuramos desenvolver novas formas de aplicação da madeira, passando a explorar sua utilização sob a forma de pranchas laminadas e coladas (LVL – Laminated Veneer Lumber), visando mais economia de material e melhor aproveitamento de suas capacidades estruturais.

A madeira escolhida foi aquela proveniente do *Pinus elliottii* cortada em lâminas, com espessura variando de 0,8 a 1 mm e com largura e comprimento variáveis. Para sua manipulação e colagem baseamo-nos na tecnologia de fabricação de barcos de madeira, visto que essas estruturas estão permanentemente expostas à intempérie e, principalmente, à ação da água.

As informações fornecidas por Frina (FRINA, 1983), engenheiro naval e experiente construtor de barcos inglês, deram-nos a orientação para a construção dos primeiros modelos, definindo os limites para a curvatura e os melhores materiais para a colagem das lâminas de madeira.

Foi assim que optamos pelas colas de base epóxi e pelo raio de curvatura mínimo de 50 mm, considerando a espessura das lâminas com aproximadamente 0,8 mm.

Essa publicação ainda nos mostra que o procedimento de moldagem a frio dessas placas laminadas é uma técnica de grande simplicidade, podendo ser realizada com uso de ferramentas elementares e perfeitamente dominada por nossos técnicos.

O primeiro modelo em escala natural construído a partir dessas orientações, com equipamentos simples, confirmou as hipóteses consideradas e mostrou-se altamente satisfatório. Nesse modelo foi empregada uma cola de mercado para barcos, fabricada no Brasil, à base de epóxi, com o nome comercial de Cascophen.



Figura 1  
Primeiro modelo

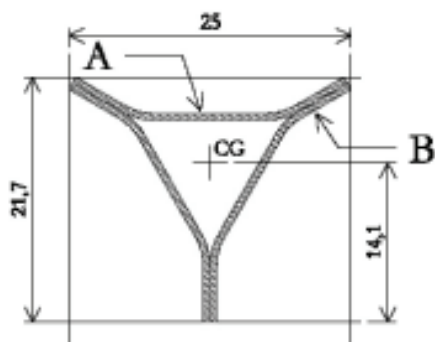


Figura 2  
Construção da secção das vigas

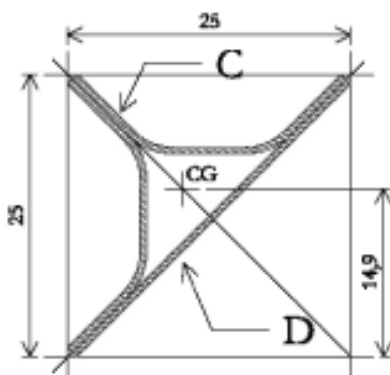


Figura 3  
Construção da secção dos pilares

Uma vez escolhido o material básico empregado, sua forma de moldagem e colagem, iniciamos os estudos visando obter estruturas compatíveis com as exigências da construção civil (ver Figura 1).

A inovação representada pela forma de tratamento do material, gerando novas organizações espaciais, levou à busca de uma forma fechada, vazada e, se possível, com seção triangular. A seção triangular, por ser uma forma estável sob o ponto de vista estrutural; a forma vazada para eliminar peso desnecessário (e o princípio de uso de lâminas vem ao encontro deste requisito); e a forma fechada porque ela resiste melhor aos esforços de torção.

Partindo desses princípios de projeto, passamos a estudar uma forma construtiva que os contivesse. As dificuldades em prover uma forma com seção triangular, de adequada resistência e união em seus vértices, foi superada pela característica de moldagem do material (em curva) a permitir a colagem, aos pares, das extremidades retas dos elementos componentes da estrutura.

Essa ação resultou em duplicação da espessura do conjunto nesses vértices (detalhe B), dando-lhe maior resistência e convidando-os a serem os elementos de ligação da estrutura a seu componente adjacente.

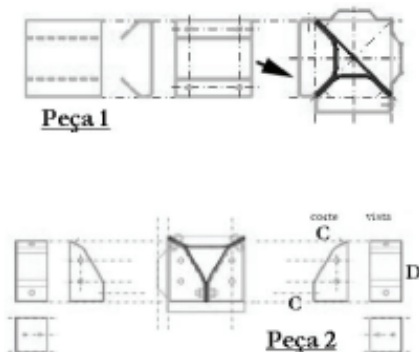
O desenho anexo mostra essa construção, no qual o elemento básico (A) é repetido, sucessivamente, em posições inclinadas a 60 graus, gerando uma seção triangular equilátera (ver Figura 2).

Outra vantagem dessa construção é permitir variar a espessura final dos elementos em toda a sua extensão, ou em parte dela, alterando as distâncias internas relativas dos elementos, sem alterar a figura básica do elemento estrutural. Essa característica permite alterar as condições de resistência ao momento de inércia do conjunto e assim variar os vãos a serem vencidos e as cargas suportadas, sem alteração do desenho estrutural básico.

Essa solução básica foi adotada para todos os elementos estruturais horizontais (vigas) e solução semelhante foi empregada para os pilares. Para estes alteramos apenas as dimensões dos elementos e sua angulação, com uma orientação principal a 45 graus. Nesse caso, definimos dois elementos iguais e com curvaturas (C) e um elemento reto (D) (ver Figura 3).

Definida a forma de construção dos componentes estruturais, passamos a estudar as formas de articulação ou conexão desses elementos entre si. A principal dificuldade foi a necessidade de encontrar uma solução que pudesse ser considerada genérica e, portanto, aplicável a todos os casos possíveis, com o menor número de variantes. A segunda dificuldade foi a busca de uma forma harmoniosa de conexão entre duas formas triangulares, diferentes entre si, em uma interseção a 90 graus.

O primeiro critério estabelecido foi construir esses elementos conectores em aço, e não em madeira, para garantir maior rigidez, e, portanto, maior estabilidade dos nós de encontro dos elementos estruturais.



Figuras 4 e 5  
Conexões metálicas

Outro critério foi determinar que as fixações dessas peças metálicas aos elementos de madeira fossem sempre nas abas coladas nos vértices, região de maior resistência estrutural.

Os conectores estudados são de vários tipos, respondendo a diferentes situações, e seus desenhos, mostrados a seguir, representam os estudos preliminares.

Vamos iniciar pela descrição da conexão principal correspondente à ligação de um pilar a duas vigas horizontais a 90 graus (ver Figura 4).

É composta por uma chapa de aço dobrada, conforme indicado no desenho pela “peça 1”, com duas dobras terminais a 45 graus, parafusadas às abas de um lado do pilar. Peça semelhante será parafusada nas outras duas abas do mesmo pilar.

A função de cada uma dessas peças é criar um plano de apoio vertical para receber a testeira das vigas horizontais. Esse plano vertical fica afastado 50 mm dos limites externos do pilar, de modo a dar um espaço para os trabalhos de fixação das porcas, manutenção e outras eventuais operações.

As vigas horizontais são rematadas nas duas extremidades por uma testeira composta por um par de peças metálicas, descritas como “peça 2”, (ver Figura 5) cujas dobras (C) são parafusadas às abas da viga, de forma a torná-las solidárias com esta. As superfícies planas dessa testeira são parafusadas ao plano vertical, anteriormente descrito na “peça 1”, de maneira a formar um conjunto estável e sólido.

Partindo desses elementos descritos, estabelecemos um princípio construtivo suficientemente genérico e estável capaz de responder à maior parte das exigências do estudo da escola secundária.

#### b) A rede modular

O estudo modular, importante ferramenta de apoio a um projeto de produção seriada, tem como objetivo básico a busca da standardização dos componentes e de seu preciso posicionamento espacial, de modo a permitir uma completa referência dimensional a qualquer momento ou etapa do projeto.

Caporioni, em seu livro *La coordinación modular* (CAPORIONI et al, 1971), define **norma** como um conjunto de regras a unificar uma série de elementos produzidos por meio de um sistema industrial, e **normatização** como uma aplicação de normas a um ciclo produtivo. Define, ainda, coordenação modular como um meio eficaz de obter uma integração dimensional dos componentes.

A teoria do “método modular cúbico”, de Alfred Farwell Bemis (BEMIS, 1930), ilustrada em seu livro *The evolving house*, serviu de base para os primeiros estudos modulares na Inglaterra, América do Norte e Europa. Embora seja uma referência importante para o conhecimento das idéias seminais acerca do tema, sua



indisponibilidade em nossas bibliotecas impede uma confrontação com as proposições que aqui desenvolvemos.

Historicamente, as idéias de coordenação modular seguiram uma linha puramente matemática, procurando estabelecer relações lógicas entre séries simples ou compostas de números, eventualmente, ligando-as a justificativas pouco científicas.

Nossa proposta não apresenta a amplitude desses estudos, nem pretende buscar uma relação dimensional universal a ser usada em qualquer caso, mesmo de forma intensiva.

Trata-se bem mais de um estudo simples, circunscrito, tentando resolver um problema específico que pode se apresentar a um fabricante da construção civil manufaturada.

Assim, para o fabricante é oportuno que as várias dimensões dos materiais e peças por ele fabricadas tenham alguma constância dimensional as quais auxiliarão tanto na compra e estocagem da matéria-prima como na produção e na acoplagem dos vários componentes produzidos. Se essas relações dimensionais podem ser aplicadas a um segundo fabricante, não é tema relevante para o presente estudo, pois este não é seu objetivo.

Mas qual a relevância do estudo?

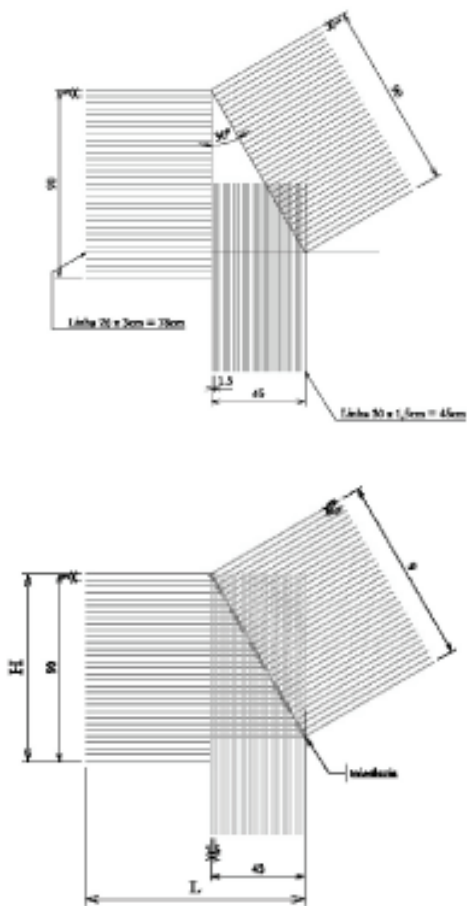
A construção de objetos tridimensionais de grande complexidade, a partir de componentes relativamente simples, exige um grande controle dimensional e de posicionamento no espaço.

Seu construtor deve dispor de instrumentos que lhe permitam prever as dimensões de um objeto isolado a ser construído e, ao mesmo tempo, fornecer os referenciais para seu acoplamento com outro ainda não-construído. Em outras palavras, ele fabrica e monta uma série de objetos, formando uma rede espacial complexa, e pode ser solicitado, no futuro, a produzir outros objetos os quais devem ser perfeitamente acoplados àqueles já existentes e montados. Para essa tarefa não é suficiente ter à mão séries de números a representarem uma evolução unidimensional, mas é preciso dispor de uma rede bidimensional, que, ao ser duplicada, pode resultar em uma rede tridimensional.

Em nosso caso, trabalhamos com construções, cujas dimensões se originavam em uma unidade básica aleatoriamente definida, de 90 centímetros e seus submúltiplos. Consideramos que essas construções poderiam ser acopladas a outras semelhantes no sentido ortogonal, ou a 30 e 45 graus. Definimos, assim, uma rede bidimensional que pudesse comportar essas três orientações, na qual fosse possível determinar com precisão a posição de qualquer ponto. Esse foi o objetivo e a relevância do estudo.

Vamos exemplificá-lo.

Consideremos a passagem de um módulo de 90 x 90 cm a outro que lhe é adjacente a 30 graus (ver Figuras 6 e 7). Para o caso de adjacência a 45 graus, seguiríamos a mesma linha de raciocínio e, por isso, não vamos examiná-lo.



Figuras 6 e 7  
Acoplamento dimensional a 30°

Considerando esse desenho, verificamos que o traçado da base do triângulo formado pelo encontro de dois módulos de 90 x 90 cm a 30 graus tem uma dimensão de 45 cm.

Ao traçar 30 linhas verticais distantes 1.5 cm entre si, elas cobrirão os 45 cm e cortarão a face inclinada a 30 graus em 30 partes iguais, como decorrência do Teorema de Thales. Ora, esse corte em 30 partes iguais significa que a distância entre esses pontos será exatamente de 3.0 cm, nosso submódulo-base.

Examinando o segundo desenho com essas mesmas linhas verticais, e prolongando as 30 divisões horizontais até a face inclinada a 30 graus, e considerando que, em nosso caso, o grau de precisão deve ser o milímetro (na construção civil qualquer precisão acima desse valor será imperceptível, portanto desnecessária), verificamos:

- As linhas com inclinação a 30 graus, distantes 3 cm entre si, têm uma dimensão mensurável;
- as linhas horizontais, distantes 3 cm entre si, têm uma dimensão mensurável até o encontro com uma das verticais de espaçamento de 1,5 cm, mas existe uma descontinuidade com o encontro das linhas inclinadas a 30 graus;
- existem vários pontos, assinalados com um pequeno círculo, nos quais as retas horizontais, verticais e inclinadas encontram-se em uma zona de aproximação inferior a 1 milímetro, sendo consideradas coincidentes e, portanto, mensuráveis.

Concluimos que a eventual descontinuidade pode ser desprezada e qualquer ponto pode ser determinado com a precisão necessária. Finalmente, notamos que ao traçarmos uma reta horizontal, a partir do vértice inferior do módulo inclinado a 30 graus, ela divide o módulo horizontal em duas partes, sendo a parte inferior equivalente a uma distância de 12 cm, portanto, dentro de nosso submódulo de 3 cm.

Verificamos, com base nesse estudo, a possibilidade concreta de determinar a posição dimensional de qualquer ponto dentro de uma malha de 90 cm, e de seus submúltiplos, considerando, além de sua reprodução ortogonal, suas deflexões a 30 ou 45 graus.

### c) O módulo-base

Módulo-base (ver Figura 8) é a menor unidade tridimensional com generalidade suficiente para abrigar, com pequenas adaptações, todas as funções típicas do projeto em estudo. Sua versatilidade deve ser suficiente para permitir sua utilização ao longo de toda a construção.

Trata-se de uma matriz.

Determina a orientação de toda a produção do edifício, a tipificação das peças, suas variações modulares, sua qualidade e aplicações.

Essa padronização de soluções e detalhes determina um processo de produção manufaturada.

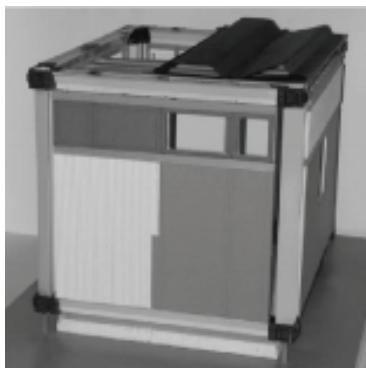


Figura 8  
Modelo do módulo-base

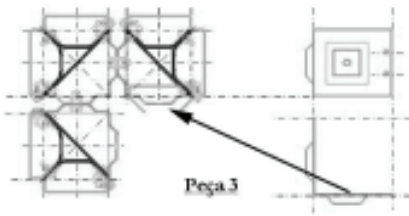
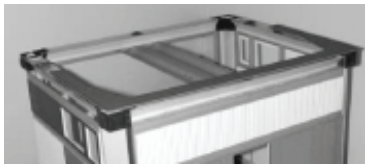
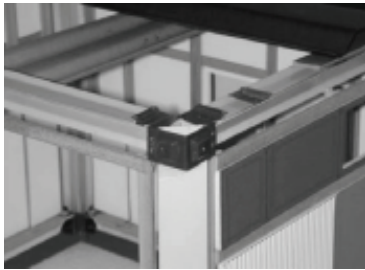


Figura 9  
Ferragem para conexão no capitel dos pilares



Figuras 10 e 11  
Modelos dos componentes superiores da estrutura

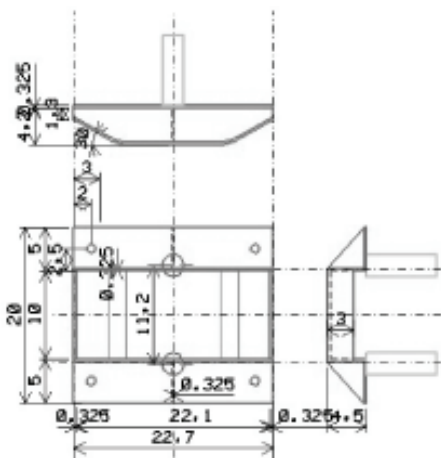


Figura 12  
Detalhe do suporte para a forração

Para os primeiros estudos do módulo-base, definimos, em planta, as dimensões de 360 x 450 cm (correspondentes a 4 x 5 módulos de 90 cm), e, em elevação, a dimensão total de 360 cm (quatro módulos de 90 cm).

A dimensão de 360 cm foi considerada interessante por ser a maior largura possível para o transporte das unidades nas ruas da cidade, sem a necessidade de roteiros especiais.

A dimensão de 450 cm foi considerada adequada para responder a muitas das exigências do programa do projeto. Quando duplicada, é uma dimensão adequada para compor as salas de aula.

A estrutura é concebida com a locação de quatro pilares, com eixo principal a 45 graus nas extremidades do retângulo de 360 x 450 cm. Esses pilares são conectados nas alturas do piso e da cobertura, por vigas horizontais a 90 graus. O sistema de conexão é aquele descrito no item (a).

Completa-se o capitel dos pilares com a introdução de nova ferragem composta por duas peças iguais e que servirão para a conexão de um módulo-base ao seguinte, em qualquer direção ortogonal ao conjunto.

Essa ferragem é também colocada na base dos pilares com a mesma finalidade, e corresponde à “peça 3” (ver Figura 9).

As vigas superiores têm a função de suportar a cobertura, o forro e fixar os paramentos e janelas. Seu tratamento inclui uma série de ferragens destinadas a permitir o desempenho de suas várias funções e é completado por uma forração destinada à sua proteção contra as águas pluviais (ver Figuras 10 e 11).

O conjunto de vigas superiores, cobertura, forro e forração formam uma caixa, com ventilação permanente, cuja função básica é a proteção contra as intempéries e a garantia de adequado conforto térmico nas salas subjacentes.

Esse conjunto é completado por uma série de tubos verticais que ligam o fundo do forro até uma altura conveniente acima da linha de cobertura, os quais, por meio de um efeito chaminé, vão auxiliar na manutenção de temperatura adequada nas salas.

A forração que se interpõe entre as vigas e a cobertura é composta por placas de madeira plana com a geometria adaptada à sua posição particular. É revestida, em sua parte superior, por uma lâmina fina de neoprene.

As peças metálicas para suporte da forração (ver Figura 12) são dispostas ao longo das vigas transversais a cada 90 cm.

Além de dar suporte à forração, têm a função de fixar com parafusos as peças de cobertura.

A cobertura é composta por peças de madeira laminadas e coladas com o mesmo procedimento usado para a confecção das vigas. O material de base epóxi usado em sua colagem é também aplicado em sua superfície aparente, de maneira a proteger contra as



Figuras 13 e 14  
Peças de cobertura

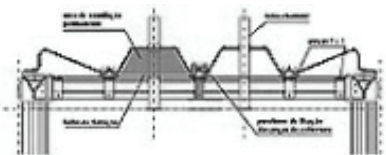


Figura 15  
Posicionamento das peças de cobertura

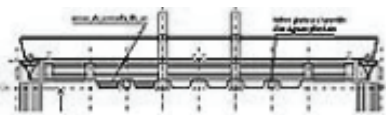


Figura 16 e 17  
Detalhe do forro

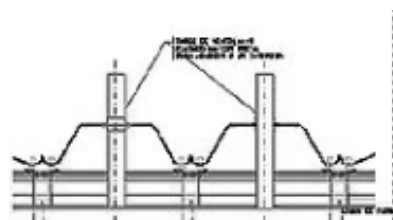


Figura 18  
Exaustão do ar quente

intempéries. Foram traçados dois perfis diferentes para os elementos de cobertura (ver Figuras 13 e 14).

Aqueles usados na parte central têm seções simétricas, de modo a distribuir, igualmente, as águas pluviais. Aqueles usados nas extremidades têm seção assimétrica, de forma a dirigir as águas pluviais predominantemente para o centro da cobertura, protegendo, assim, o paramento externo subjacente.

As peças de cobertura vencem um vão livre de 450 cm por sua própria forma, apoiando-se nas vigas transversais, sendo a elas parafusadas. Seu perfil longitudinal é reto (ver Figura 15).

Ao longo das vigas transversais, esses elementos ficam, em sua maior parte, sobrelevados em relação ao nível da forração, permitindo a livre exaustão do ar quente acumulado sob a cobertura.

As águas pluviais são dirigidas às linhas de encontro longitudinal das peças de cobertura, sendo recolhidas pelas gárgulas e conduzidas para tubos coletores transversais a esse eixo longitudinal. Esses tubos são colocados abaixo do forro.

O forro das salas tem uma seção em forma de ziguezague (ver Figuras 16 e 17), sendo fixado às vigas longitudinais com ferragens apropriadas.

O perfil concede resistência a esses elementos e, ao mesmo tempo, permite acomodar, em seus recessos, os tubos de águas pluviais e o suporte de eventuais paramentos internos.

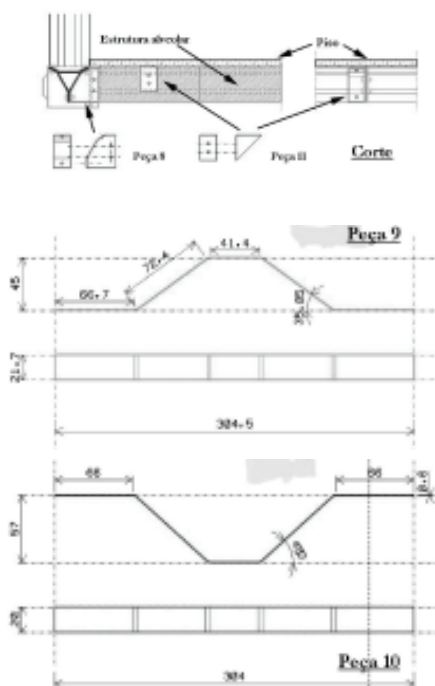
Outra razão para a escolha desse perfil é a criação de aberturas na parte alta do conjunto, facilitando a exaustão do ar quente acumulado na câmara formada pela cobertura e pelo forro.

Como foi dito anteriormente, esse sistema é completado com a instalação de tubos verticais que, saindo da linha inferior do forro, estendem-se acima da linha de cobertura.

Esses tubos, sendo pintados de preto, aquecem seu ar interno, provocando um efeito chaminé e auxiliando a exaustão do ar quente interno às salas (ver Figura 18).

A estrutura de suporte do piso foi especificada em madeira laminada, seguindo o conceito geral do projeto. Sua construção é baseada em dois módulos indicados nos desenhos como “peças 9 e 10”. Alternando de forma especular a posição de várias dessas peças e acoplando-as, geramos uma estrutura alveolar cuja resistência está baseada em sua solidariedade e no fato de estar parafusada em todo o perímetro às vigas horizontais por meio das ferragens “peça 8”. A solidariedade da estrutura alveolar ao piso é conseguida por meio da “peça 11” (ver Figuras 19, 20 e 21).

A “peça 10” é utilizada nas extremidades desse conjunto alveolar, com dimensões diferentes daquelas da “peça 9” devido à sua posição próxima às extremidades da estrutura. O piso, propriamente dito, foi pensado em grandes placas, com construção semelhante ao sistema comercial *wall*, e fixadas à estrutura alveolar pelas ferragens indicadas.



Figuras 19, 20 e 21  
Suporte do piso

Consideramos que os paramentos devem ter grande flexibilidade para se adaptar às várias exigências do projeto. Todas as situações de completa ou parcial vedação, iluminação e ventilação devem ser contempladas. A rede dimensional adotada garante essa flexibilidade.

Adotamos o critério geral de emprego de peças móveis para efeito de ventilação, em áreas sempre acima do nível correspondente ao das portas. Abaixo desse nível, com exceção dos acessos, imaginamos usar painéis cegos ou de iluminação fixa.

Seguindo a premissa da produção seriada, procuramos a maior simplicidade construtiva possível. Evitando operações de ajuste típicas das obras tradicionais, limitamos as operações construtivas a tarefas de geometria e execução simples. Procuramos também a redução do número e simplificação das ferragens empregadas. Buscamos padronizar o movimento de rotação, comumente presente nos elementos móveis, adotando o sistema pivotante como norma. A qualidade de desempenho exigiu que esse movimento fosse executado a partir de boa solução mecânica.

Adotamos o rolamento SKF 51.100 como elemento base. Suas características (resistência de cerca de 500 kg de carga e suas dimensões pequenas, diâmetro de 25 mm e altura de 9 mm) pareceram ideais para uma primeira proposta de projeto. A complementação com duas peças de ferro fundido, uma para o berço e outra para o suporte da peça rodante, conforme pode ser observado nos desenhos de detalhe, é suficiente para prover o movimento desejado (ver Figura 22).

O uso de dois elementos como os descritos em pólos opostos completa a ferragem a um custo relativamente baixo e de fácil instalação.

Essa solução foi adotada seja para as portas, internas ou externas, seja para as janelas móveis, padronizando, assim, as ferragens de movimento.

Para os fechos das portas procuramos evitar o uso de maçanetas para não abrir recessos na folha, fazendo com que elas sejam fechadas ou abertas por simples pressão.

As janelas fixas e móveis também foram estudadas, visando simplificar e padronizar sua construção, mas aqui omitimos sua descrição, pois estamos elaborando o correspondente pedido de Registro de Patente.

Os paramentos fixos externos têm proposta de construção semelhante à dos painéis comerciais tipo *wall*. Em sua superfície externa pretendemos aplicar uma fina película de neoprene branco para garantir maior proteção contra as intempéries e fornecer o acabamento desejado.

Em suas superfícies internas pretendemos um acabamento com gesso cartonado. No espaço entre esses painéis externos (variável) pretendemos colocar material isolante, de acordo com as necessidades de conforto ambiental.

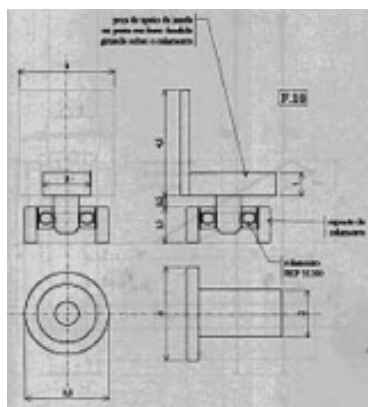


Figura 22  
Sistema de rotação

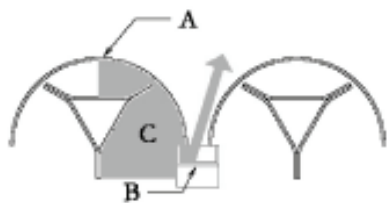


Figura 23  
Condução de águas pluviais

#### d) Módulo de ligação (simples cobertura)

Consideramos a possibilidade de construção de módulos abertos, com função de ligação coberta entre os vários edifícios, para os quais empregamos os mesmos princípios construtivos dos conjuntos fechados.

Propusemos pilares e vigas como os anteriormente descritos, sendo completados por uma pequena abóbada em madeira laminada, na parte superior das vigas, com a função de receber e conduzir as águas pluviais (ver Figura 23).

A abóbada indicada por "A" é fixada por ferragem especial às vigas, deixando amplo espaço entre elas, permitindo a circulação do ar ali confinado de modo a evitar um aquecimento excessivo. Entre cada dupla de vigas existe uma calha metálica "B", responsável por recolher as águas pluviais e conduzi-las a uma das extremidades da viga de suporte. Essa calha tem inclinação de 2% e é alternada entre cada par de vigas, para não perturbar a horizontalidade do conjunto, e, ao mesmo tempo, dar-lhe ritmo visual.

A exaustão do ar quente, indicado por "C", é feito pela fresta existente entre a viga e a abóbada.

#### e) O partido do projeto

A primeira intenção foi demonstrar que apesar do grande número de módulos-base, iguais ou semelhantes, a solução final não seria, necessariamente, a repetição monótona, regular e ordenada desses elementos construtivos. As diferentes formas de organização, orientação, níveis de assentamento e variedade dos módulos-base resultam na criação de espaços ricos, diferentes e fluentes.

Outro objetivo foi obter modulações de caráter estético e dinâmico, contrapondo seqüências de volumes em direções diferentes e variando seus componentes. Em suma, a repetição dos manufaturados em momento algum significa ordenamento estático e monótono.

Considerando o terreno escolhido, suas curvas de nível e a orientação, traçamos três grandes eixos definindo os grupamentos principais: áreas de ensino, de encontros, de atividades esportivas e afins (ver Figura 24).

A organização modular é feita pela interseção de duas malhas com inclinação relativa de 30 graus. A função dessas malhas inclinadas entre si é auxiliar a composição geral do conjunto, permitindo criar mudanças de orientação dos espaços, contrapondo formas maciças e caminhos, e com isto permitir o surgimento intencional de uma modulação estética.

O primeiro eixo correspondente à área de ensino preserva sua privacidade reunindo as várias salas de aula, a sala dos professores e do coordenador, a biblioteca e os serviços que lhe são pertinentes. Sua organização foi pensada em torno de uma grande circulação, como se fosse um caminho de serviço, ligando os fundos das salas de

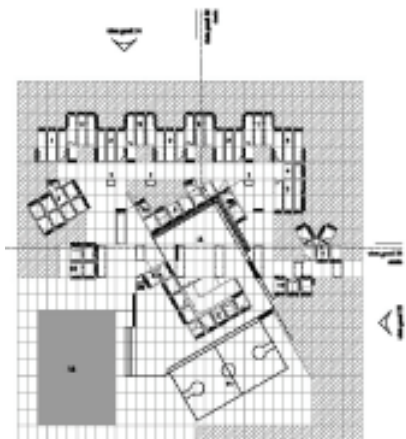


Figura 24  
Um exemplo de aplicação



aula, cegas em sua maior parte, às outras áreas relacionadas ao ensino.

Essa grande circulação evita o desenho em “corredor”, ao dispor parte de suas construções em ângulo de 30 graus em relação às salas de aula. Essa disposição acaba gerando uma série de espaços diferentes entre si, articulando áreas verdes e áreas construídas, concedendo-lhe a fluidez desejada.

As salas de aula estão localizadas com orientação para a face nordeste, pois são espaços de longa permanência. Não há nenhum edifício que se interponha entre essa face das salas de aula e os limites do terreno, proporcionando-lhe a privacidade e o silêncio necessários.

Sua disposição em ziguezague evita que as aberturas para essa área privativa sejam contíguas. As entradas das salas de aula são aos pares e encontram-se em nível mais baixo que o corredor, gerando, com isso, um pequeno espaço privativo de acesso.

A sala de aula destinada às artes é voltada para o sudeste, de modo a obter iluminação mais difusa.

A biblioteca está locada em uma das extremidades do corredor de acesso e do próprio conjunto da escola, de forma a dar-lhe a privacidade e a concentração necessárias a seu desempenho.

Os professores e o coordenador têm suas salas locadas em uma posição central do conjunto, tendo o acesso facilitado a qualquer ponto da área de ensino.

Os sanitários gerais dos alunos encontram-se nessa área, por entendermos que aqui terão maior tempo de permanência. Completa-se o conjunto com pequenas construções destinadas a abrigar os bebedouros bem como um pequeno depósito para material de ensino.

O segundo eixo corresponde às atividades comuns e de encontro. Nessa área construímos, na posição central, um grande pátio, em parte coberto, no qual, além do encontro de recreação, podem ser desenvolvidas atividades de grupos. Essa área é também pensada como sendo o centro das eventuais atividades comunitárias. Sua construção limitada pelos edifícios inclinados a 30 graus é organizada como um contraponto intencional à área de entrada e à área coberta, ortogonais aos limites do terreno. Consideramos essa contraposição como um fator a ressaltar sua importância para o conjunto dos usuários, alunos, professores e comunidade.

As extremidades desse espaço são ocupadas, na entrada, pelo conjunto administrativo, e, no limite de fundo do terreno, pela cantina, por ser geradora de maior ruído.

Para o pátio se abre o edifício que abriga o grêmio dos alunos, e lateralmente os serviços médicos. Finalmente, o pátio dá acesso às áreas esportivas que compõem o terceiro eixo de atividades.

O terceiro eixo corresponde à área de jogos e outras atividades ao ar livre. Situado em posição oposta à área de ensino, procurando

preservar ali o baixo nível de ruído. O único conjunto construído que abriga essas atividades, vestiários, atendimento médico, e professor de educação física, completa o fechamento, a sudoeste, do pátio de recreação. Além de abrir-se para o pátio, essa construção se comunica diretamente com as quadras esportivas.

Esse setor é, assim, composto por pequena área construída, havendo grande predominância de áreas verdes e das áreas cimentadas dos campos de jogos.

A ordenação desses espaços e de suas diferentes atividades é reforçada pelo uso do recurso de variação dos níveis de piso e dos de cobertura. Consideramos o segundo eixo, desde a entrada até a cantina, como sendo o nível de piso de referência, pelo simples motivo de ser o plano de acesso ao conjunto. O pátio aí contido está 67,50 cm abaixo desse nível de referência, com a intenção de destacá-lo no conjunto por sua importância, além de aumentar o pé-direito sob a cobertura do galpão.

A área de ensino, em conjunto, está acima desse primeiro nível, com a intenção de atribuir-lhe importância e um certo isolamento necessário aos trabalhos de concentração e estudo.

Por outro lado, o nível do piso das salas de aula está 67.50 cm abaixo do nível desse conjunto, com o objetivo de maior privacidade e isolamento.

A área destinada às atividades esportivas foi locada em nível de piso inferior ao de referência, por ser uma atividade de grupo e exigir boa visibilidade de vários pontos para seu acompanhamento.

À diversidade de níveis de piso é contraposto o uso de apenas dois níveis de cobertura.

A razão está na intenção de proporcionar maior consistência ao conjunto ajudando sua identificação, visibilidade e orientação.

## CONCLUSÃO

No presente texto procuramos tecer algumas considerações sobre a contribuição do desenho industrial à arquitetura e apresentamos as linhas gerais de uma proposta preliminar de aplicação dos princípios da produção seriada e modular a um edifício escolar.

O estudo dos conceitos da produção modular aplicados à arquitetura é urgente, e justifica-se, visto já serem assimilados e aplicados por vários e significativos setores produtivos.

As duas últimas décadas do século 20 presenciaram o início desse movimento global extremamente veloz e abrangente que, parece, significará uma alteração profunda na organização social e nas posturas e expectativas tecnológicas da maioria dos países do mundo nos próximos anos.

A idéia de industrialização, orientadora da grande parte das preocupações sociais e produtivas ao longo dos séculos 19 e 20, na

qual a principal fonte de desenvolvimento estava ligada à economia de energia e sua descentralização, começou a ceder espaço, de forma irreversível, a essa nova força revolucionária representada pela tecnologia da informação em escala global, na qual a principal fonte está na geração de conhecimentos e no processamento da informação.

Essa velocidade e disponibilidade de informação reformulam os meios produtivos e reorganizam as relações sociais, sendo o processo de globalização da economia sua face mais divulgada e aparente.

É diante dessa perspectiva que julgamos pertinente o presente estudo.

## BIBLIOGRAFIA

BEMIS, Albert Farwell; BURCHARD, John. *The evolving house*. Cambridge, Mass.: The Technology Press. Massachusetts Institute of Technology, 1933.

CAPORIONI, Garlatti, Tenca-Montini. *La coordinación modular*. Barcelona: Instituto Universitario de Arquitectura de Venecia, Editorial Gustavo Gili, S.A., 1971.

FRINA, Ian Nicolson. *Cold moulded and strip-planked wood boatbuilding*. Londres: Adlard Coles Nautical, 1983.

US CENSUS BUREAU, 1993. <http://www.census.gov/prod/www/abs/cbptotal.html>, 2003.

VENTURA, Alessandro. *Produção modular: seu reflexo na arquitetura*. Rio de Janeiro, 2001. *Revista Estudos em Design*, v. 11, n. 1, 2001.

### Agradecimentos

As pesquisas relatadas neste artigo foram financiadas pela Fapesp (Projetos n. 00/14350-3 e 03/06276-6), pelo CNPq (Projetos n. 520.697/00-6 e 551.963/2002-6) e pela Pró-Reitoria de Pesquisa da USP pelo Projeto 1.

---

### Alessandro Ventura

Professor associado do Departamento de Projeto/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

e-mail: [aventura@usp.br](mailto:aventura@usp.br)



4 | CONFERÊNCIAS  
NA FAUUSP

Khaled Ghoubar  
Professor do Departamento de Tecnologia  
da Arquitetura e professor do curso de  
Pós-Graduação da FAUUSP.  
e-mail:ghoubark@usp.br

# a

## ARQUITETURA COMO UM PROCESSO DE DESCOBERTA

Ao preparar esta Aula Inaugural de 2006, para os alunos da FAU, tive a idéia de aproximar-me mais do “espírito do arquiteto” e menos do tema central de minhas pesquisas dos “Indicadores para a Gestão do Projeto de Arquitetura”. E com isso busquei expor algo da “alma arquitetônica”, pois é ela, na verdade, em sua singularidade, quem interpreta com criatividade o conhecimento disciplinar e científico.

Entendia eu, e creio não ter me enganado, ser a Aula Inaugural como uma janela que se abre em uma bela manhã. A arquitetura se alimenta de sabedoria, beleza e bom humor para produzir utilidade, surpresa e alegria. Ela é o cenário generoso criado para a vida, e poucos a desenharam com tanta criatividade e ousadia como o Oscar Niemeyer. Este genial arquiteto, com quase 100 anos de idade, acredita que ainda tem muito para projetar...

Minha homenagem é primeiramente a ele, Niemeyer, por nos oferecer um exemplo dos mais dignos e humanos do fazer arquitetura, além de um enorme, diversificado e belíssimo repertório de trabalhos, tornando fácil e estimulante qualquer abordagem da arquitetura a partir de suas obras. E a minha segunda homenagem vai para o Vilanova Artigas, patrono desta casa, defensor inflexível de uma arquitetura de objetivos sociais.

Dentro da apresentação há um espaço importante e privilegiado para a exposição de um projeto do Niemeyer, não-executado e dos anos 70, de um centro musical na cidade do Rio de Janeiro. A importância de expor esses desenhos é de mostrar a “não-linearidade” do processo de criação, quando a idéia inicial, ao ser desenhada, dá a partida de uma discussão dialética, relativamente longa, entre as idéias do arquiteto e seus desenhos correspondentes. Aqui os conflitos, apresentados pelas contradições e incongruências, vão surgindo espontaneamente no desenvolvimento dos próprios desenhos, expressão desse ambiente virtual situado entre a prancheta de desenhos e a alma do arquiteto. Os desenhos assim vão evoluindo continuamente e de forma dialética, isto é, no confronto de idéias opostas e da fricção entre elas é que surge uma terceira idéia, como uma sábia manifestação da mediação exercida pela liberdade e pela inteligência. Para só então e finalmente o desenho da solução desejada “apresentar-se” ao arquiteto.

Espero que a apresentação tenha permitido compreender que a genialidade das melhores arquiteturas exige muito trabalho, envolvimento, perseverança, coragem, ousadia, paciência, cultura, sabedoria, coerência, generosidade e descoberta.





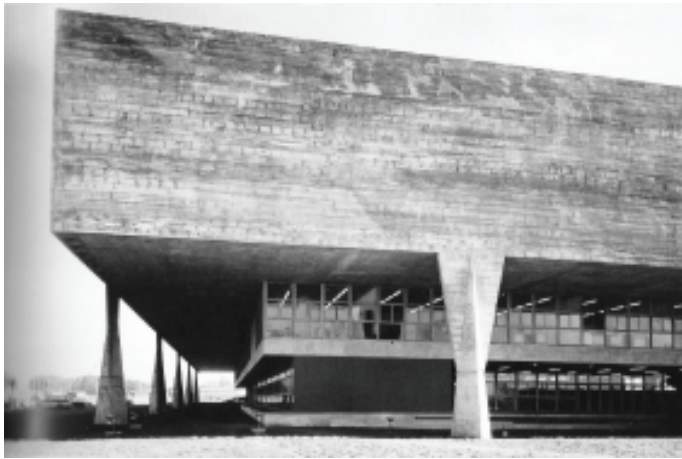
A nossa FAU foi criada em 1948, desmembrando-se da Escola Politécnica, onde se formavam até então os engenheiros-arquitetos.

1

pós-  
189

Hoje, nós estamos na área das ciências humanas, junto das faculdades de Filosofia, de Sociologia, de Artes, de História, de Geografia, de Letras, de Psicologia, de Economia, de Filosofia, de Direito e de Matemática.

2



Já nascemos assim, com uma formação ampla nas ciências e com uma visão difícil de operar, mas muito útil e fundamental, que é a “multidisciplinar”.

3



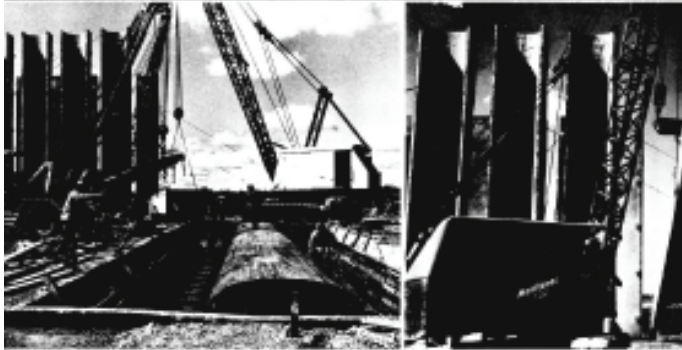
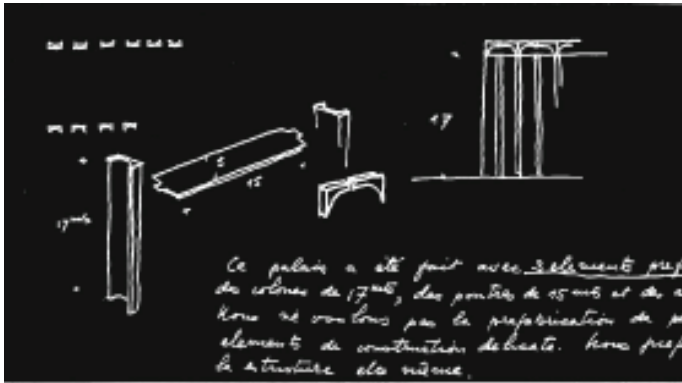
O ensino da arquitetura e das demais profissões das áreas de “criação”, como o desenho, a pintura, o canto, a escultura, o cinema, o teatro, a música, a dança, a literatura, e a publicidade, ele se desenvolve dentro de um ambiente experimental e subjetivo, repleto de contradições e conflitos.

4



Além da subjetividade da criação que podemos chamar de artística, a arquitetura tem de dominar o cálculo, a segurança, a estabilidade das construções, a funcionalidade e a gestão do projeto, com precisão e objetividade.

5



Essa é a visão “multidisciplinar” a que me referia e a qual exige bastante esforço para ser adquirida e dominada.

6



Podemos fazer mais uma analogia, agora com a área da química.

Vamos imaginar a arquitetura como uma “solução” que resultará da mistura de duas matérias: a arte e a técnica.

7



Para tanto, sabemos ser necessária muita agitação, para que a mistura resulte realmente homogênea. Aqui a arquitetura surgiria exclusivamente dentro de um ambiente turbulento.

8



Talvez seja necessário reafirmar-lhes que o mundo natural não aceita facilmente a natureza artificial, produzida pela cultura humana. Não sem antes nos cobrar um caro pedágio, pela atenção extremada que ela tem por seu delicado equilíbrio.

9

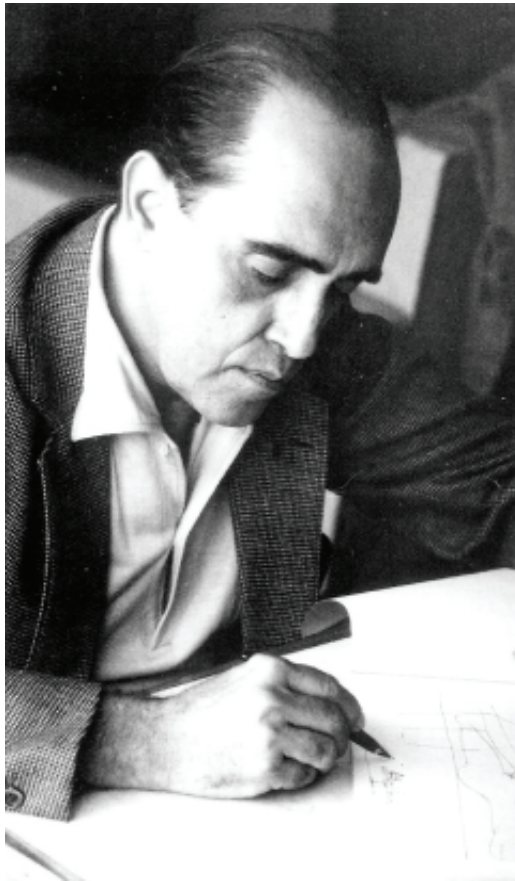


O “pedágio” é a exigência por muita sabedoria, esforço, tempo, método, persistência e generosidade.

E como nós fazemos parte desse mundo natural, nós também carregamos os mesmos conflitos e contradições, diante das mudanças que nossas próprias novidades anunciam.

10





Portanto, não deveríamos estranhar demasiadamente as dificuldades de compreensão que todos temos diante das novidades.

11



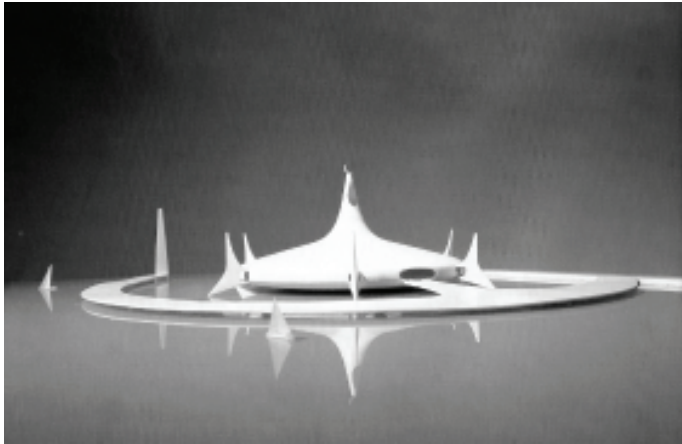
É muito ambíguo, mas é verdade: ao mesmo tempo em que temos fascínio por elas, as novidades também provocam receios no espírito humano.

12



Mas a arquitetura sempre se quis como uma novidade autêntica, pois a época e o local de sua implantação nunca são os mesmos, e os clientes com seus programas de exigências também serão diferentes.

13



E nós, os arquitetos, somos muitos e distintos, e sempre nos renovamos a cada novo projeto.

14



A novidade é tão justa com os desejos da sociedade como é totalmente necessária nos trabalhos dos profissionais da criação.

15





Os objetos da arquitetura são daqueles que exigem mais território, mais materiais, mais gente, mais dinheiro, mais gestão, mais tempo, mais inteligência e mais paciência para sua produção.

16



Não vamos nos esquecer que os desenhos sempre trazem embutidos um texto oculto, em parte objetivo e em parte subjetivo, que cabe a cada um de nós desocultar.  
17



Os desenhos são desígnios, desejos de uma arquitetura como arte, criada e descoberta como bela e original, promotora da cultura da qual ela é uma de suas maiores expressões e promove a melhoria das relações sociais e funcionais que abriga.  
18



Os desenhos também são expressão de uma engenharia que contém, em sua própria história, a superação brilhante dos limites dos materiais e do cálculo, criando os instrumentos efetivos, teóricos e práticos, para a construção da arquitetura.

19

pós-  
197



Continuando a idéia, do projeto de arquitetura como criação, ele guarda dentro de seu processo de trabalho as contradições e conflitos dessa criação. É preciso dizer também que elas são benignas ao criarem obstáculos à precipitação.

20





As contradições e conflitos estão ali porque não existe uma imediata e fácil harmonização, entre a arte e a técnica, entre a forma e a função, entre a intenção e a ação, entre o desejo e sua realização. Essas harmonias têm de ser desejadas, construídas ou descobertas.  
21



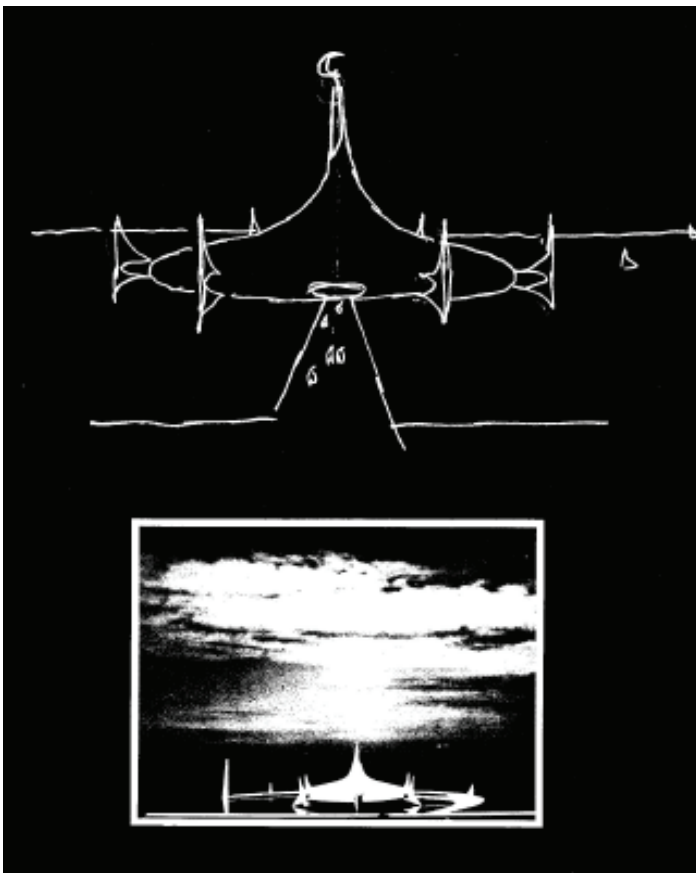
Há, portanto, a necessidade de alguma mediação intelectual, por meio da dialética, desde os primeiros desenhos e todos os outros que virão, até chegarmos, finalmente, ao desenho definitivo que satisfaça as premissas do projeto.  
22



Já podemos perceber que o projeto de arquitetura é, antes de tudo, um processo (caminho metódico e reversível, com objetivos específicos) o qual deve ser dialético (busca de soluções às contradições e conflitos existentes entre os princípios teóricos e o exercício empírico).

23

pós- | 199



Esse ambiente, do processo dialético da criação, traz muita imprevisibilidade.

24

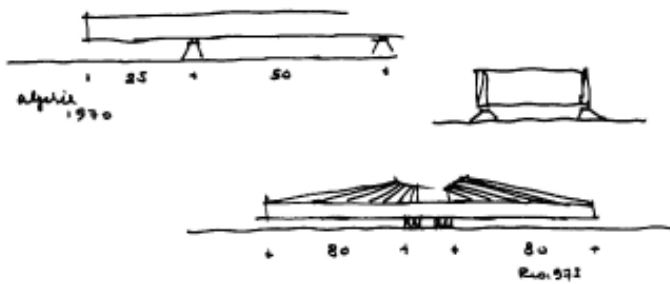


Assim, o processo de criação exige inicialmente alguns controles-intenções-desejos que lhe sirvam de balizas para ele não resultar muito anárquico.

25

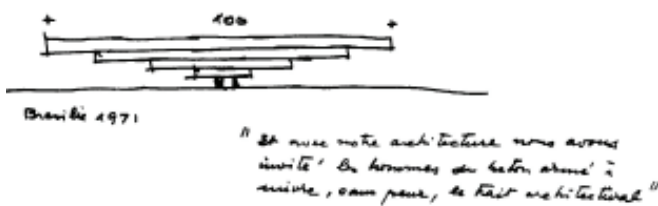
200

pós-

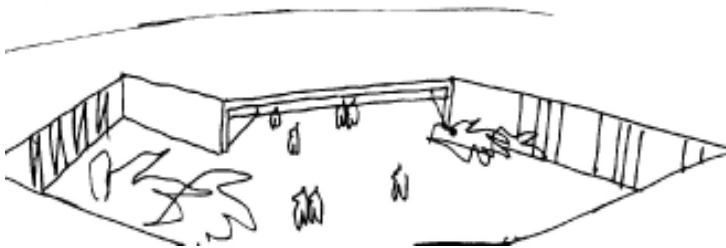
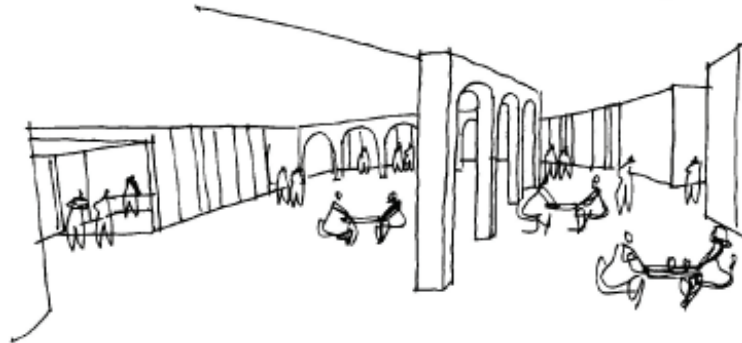


Ao conjunto desses controles-intenções-desejos chamamos de “partido arquitetônico”.

26





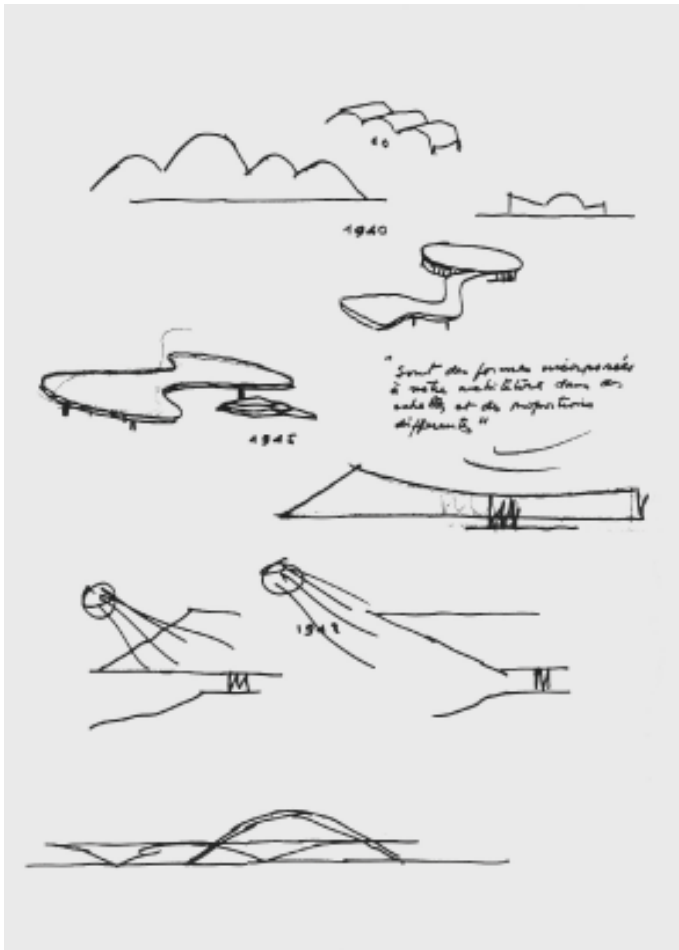


Mas, à medida que os desenhos evoluem, a dialética se encarregará de reavaliar todos esses controles-intenções-desejos, para confirmá-los, detalhá-los, ou substituí-los por outros que sejam melhores. Essa é a difícil e imprescindível dinâmica da dialética.

27

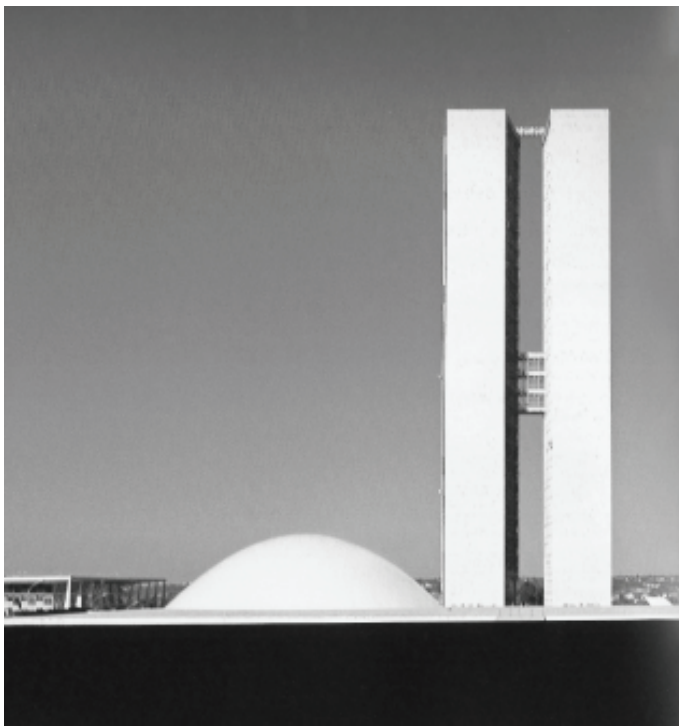
Essa dinâmica dialética evoluirá em uma velocidade e qualidade próprias ao contexto em que ela se encontra. E serão os desenhos a principal expressão do diálogo do arquiteto com suas idéias.

28



É verdade também que os desenhos de criação, a partir de um certo momento, ganham maturidade e assumem uma certa autonomia própria. Passando a mostrar-nos novos caminhos e a dialogarem com o que estamos procurando. A partir dali os desenhos e as idéias ganham maior cumplicidade e liberdade criadora.

29



Por outro lado, se não tivermos alguns projetos como referenciais, o processo de criação segue seu caminho justo, mas bastante problematizado.

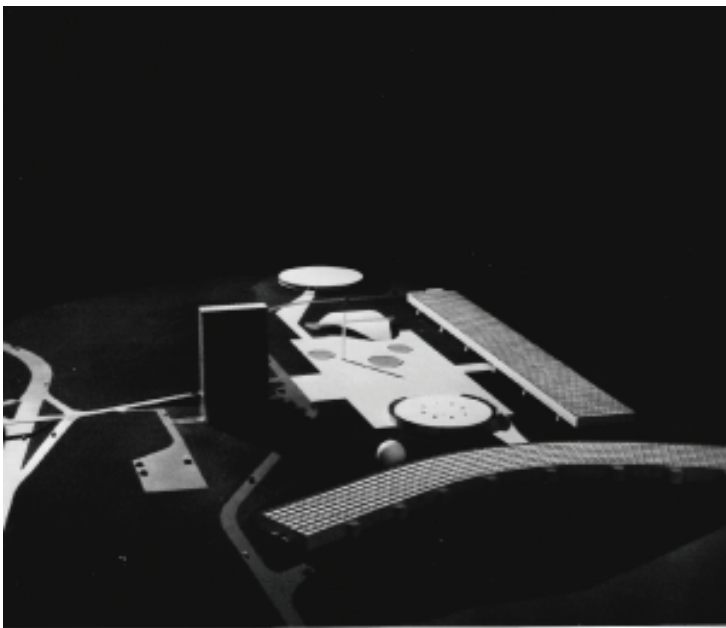
30



O projeto que não tem outros desenhos como referenciais sabe o que procura, mas não sabe nitidamente qual forma ele terá, saberá reconhecê-lo quando se apresentar, pois foi desejado...

31

pós- | 203



Portanto, o novo projeto também não tem a obrigação de adotar modelos preestabelecidos.

32

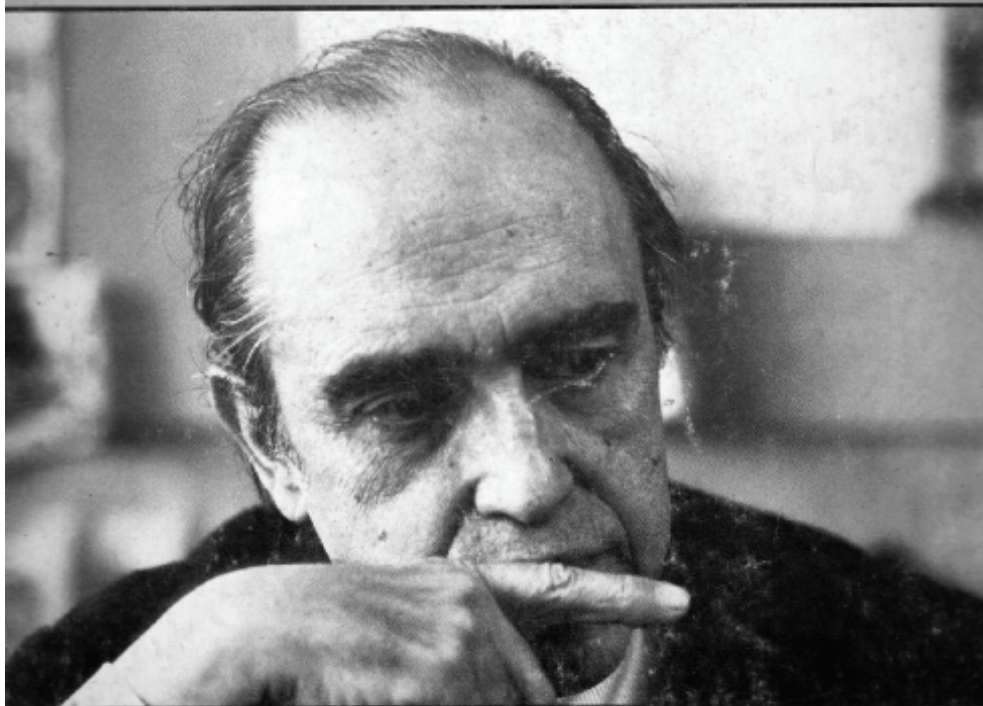


O arquiteto Oscar Niemeyer, em sua radicalidade e genialidade, só admite a classificação de “arquitetura” aos projetos efetivamente originais, aqueles que não são resultado de desenhos adaptados de um outro projeto qualquer.

33



**AA**  
L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI



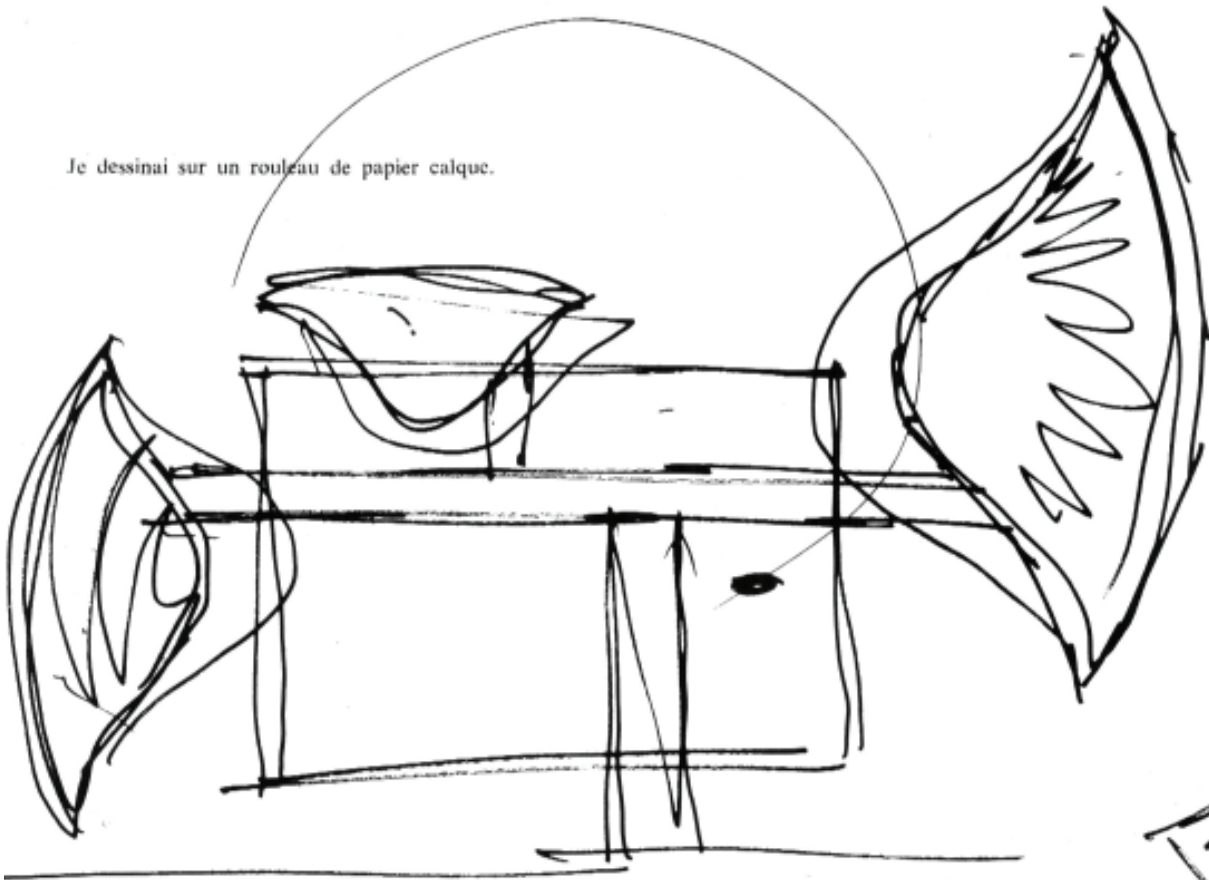
**OSCAR NIEMEYER**

pós-  
205

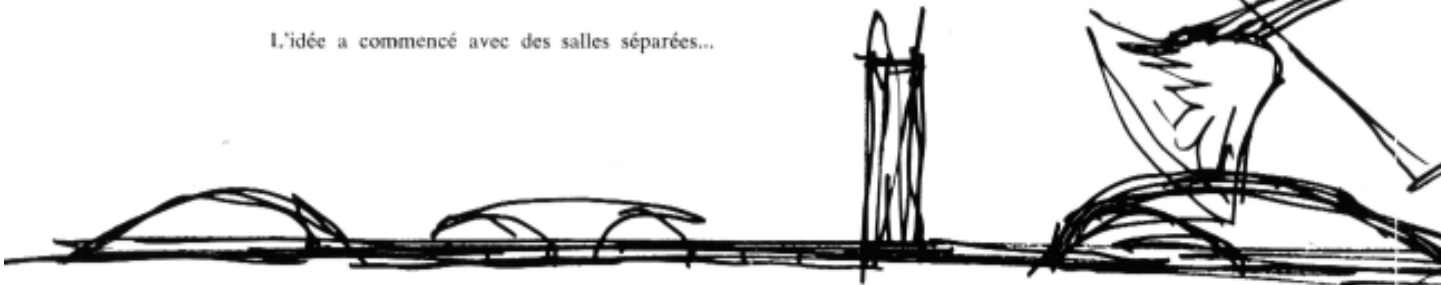
Vou buscar ilustrar essa dialética, dos conflitos da criação, com a apresentação dos croquis de um estudo desse nosso maior arquiteto – um dos maiores da história universal – para o projeto de um “Centro Musical” na cidade do Rio de Janeiro, que, infelizmente, não foi construído.

34

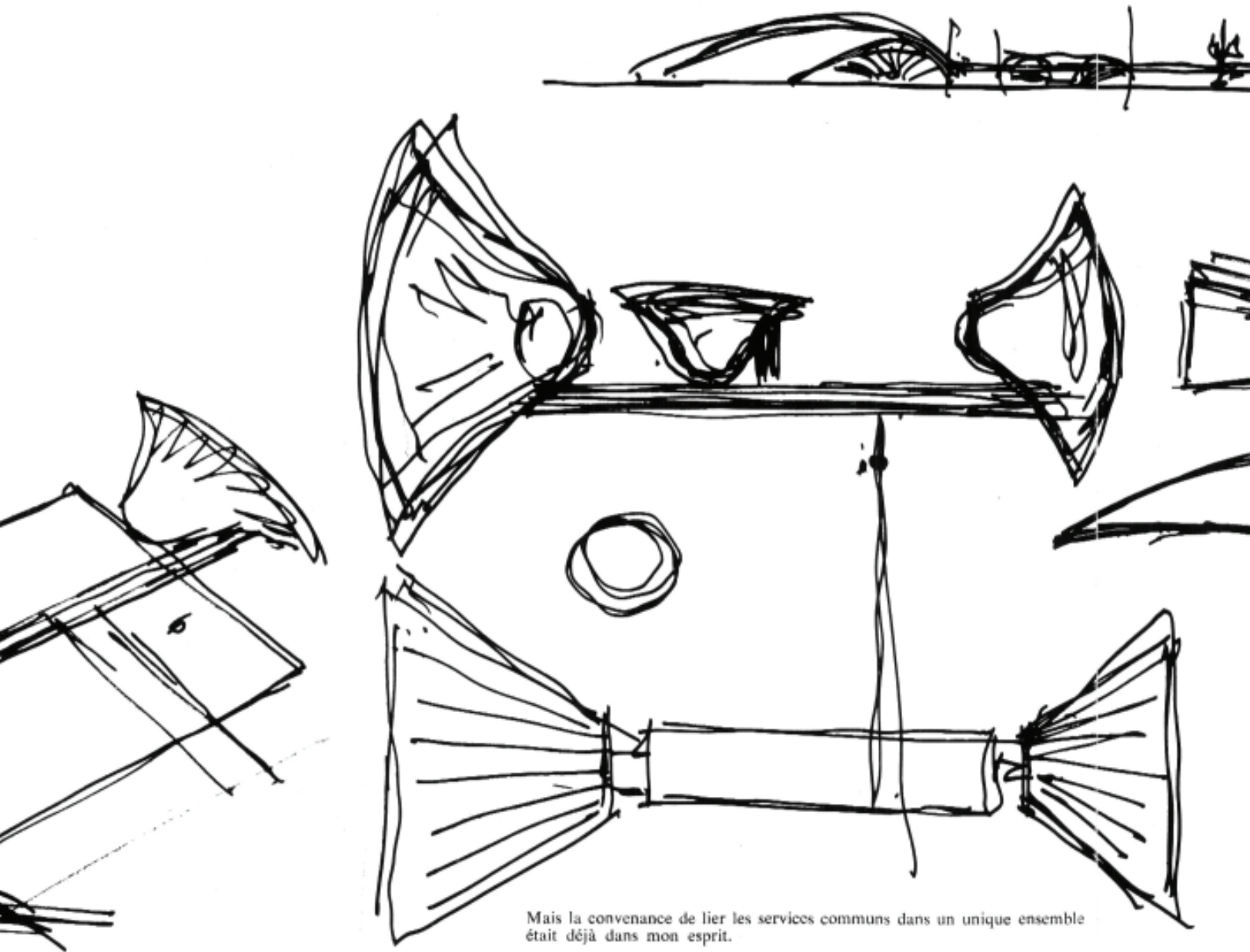
Je dessinai sur un rouleau de papier calque.



L'idée a commencé avec des salles séparées...

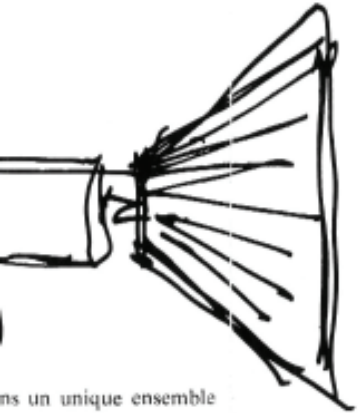
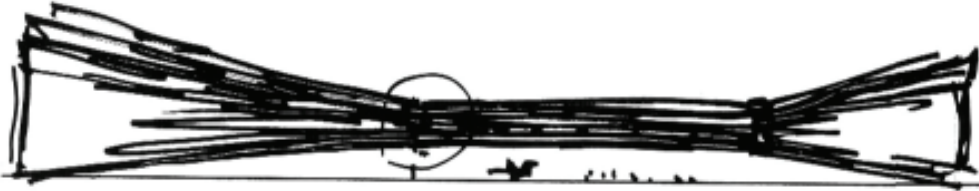




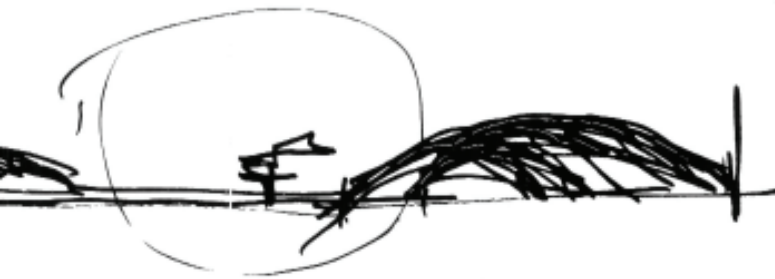
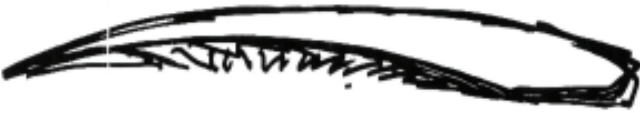


Mais la convenance de lier les services communs dans un unique ensemble  
était déjà dans mon esprit.



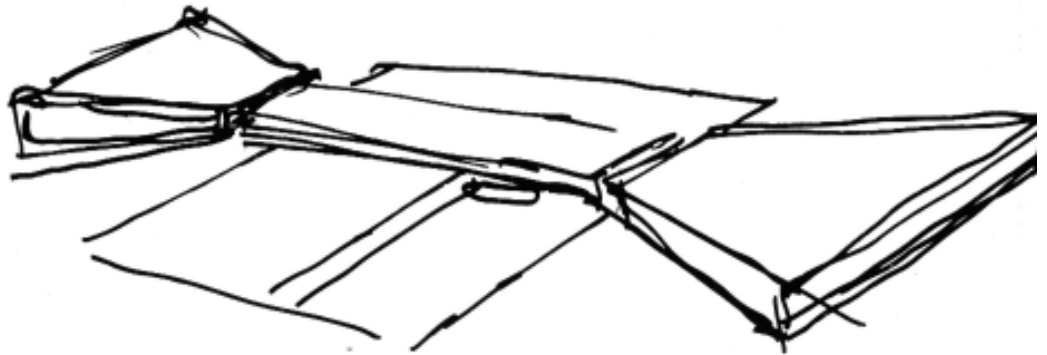
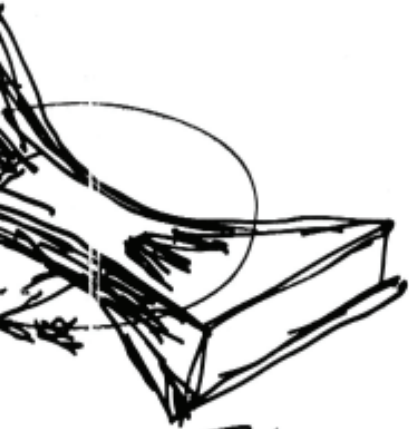


ns un unique ensemble

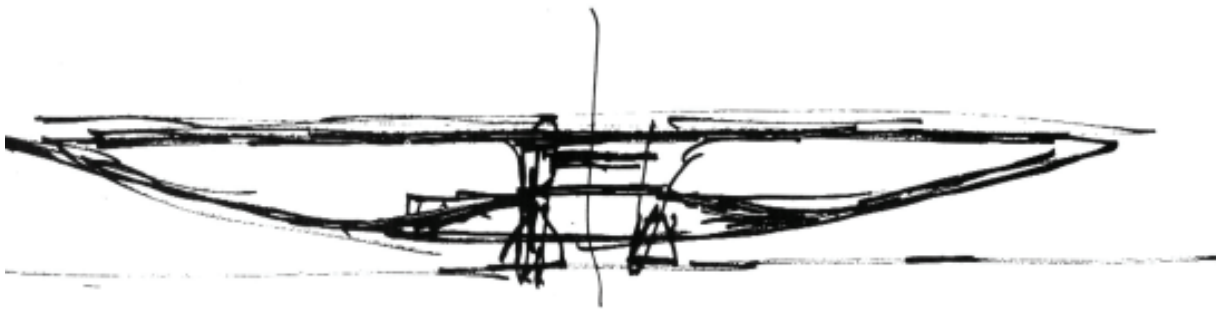
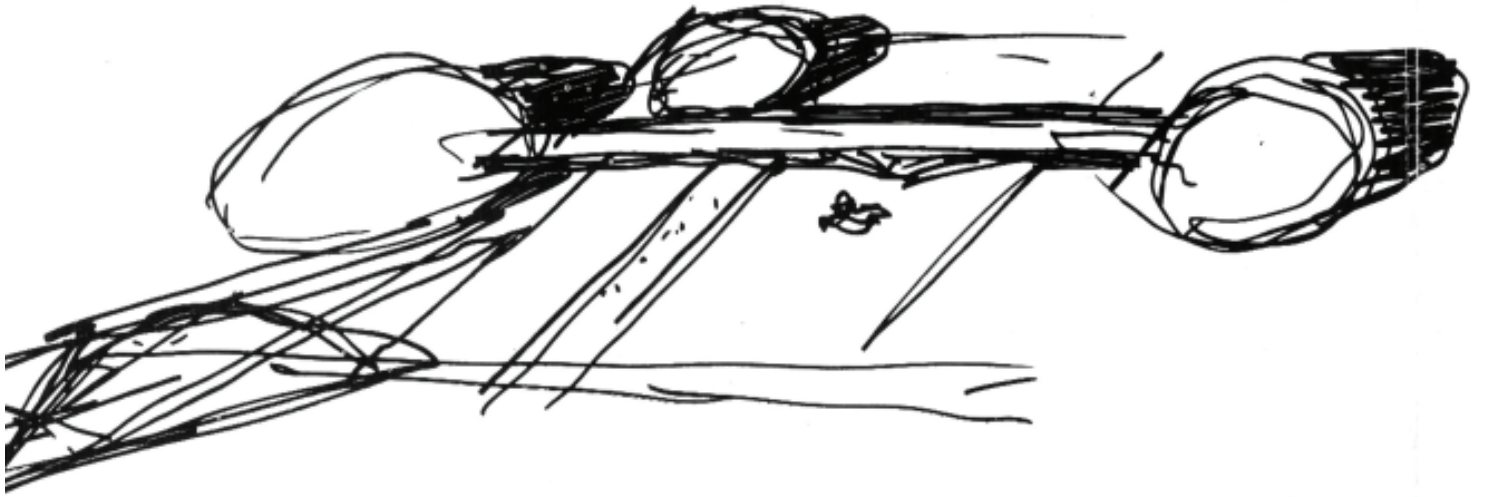
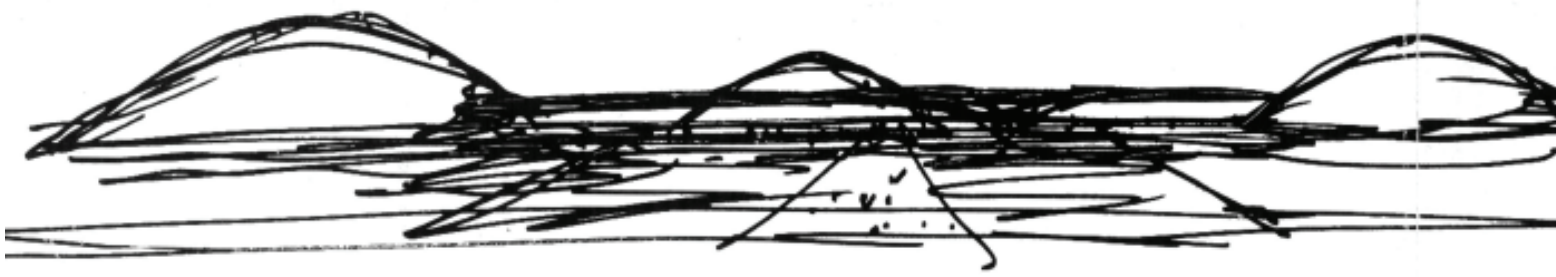


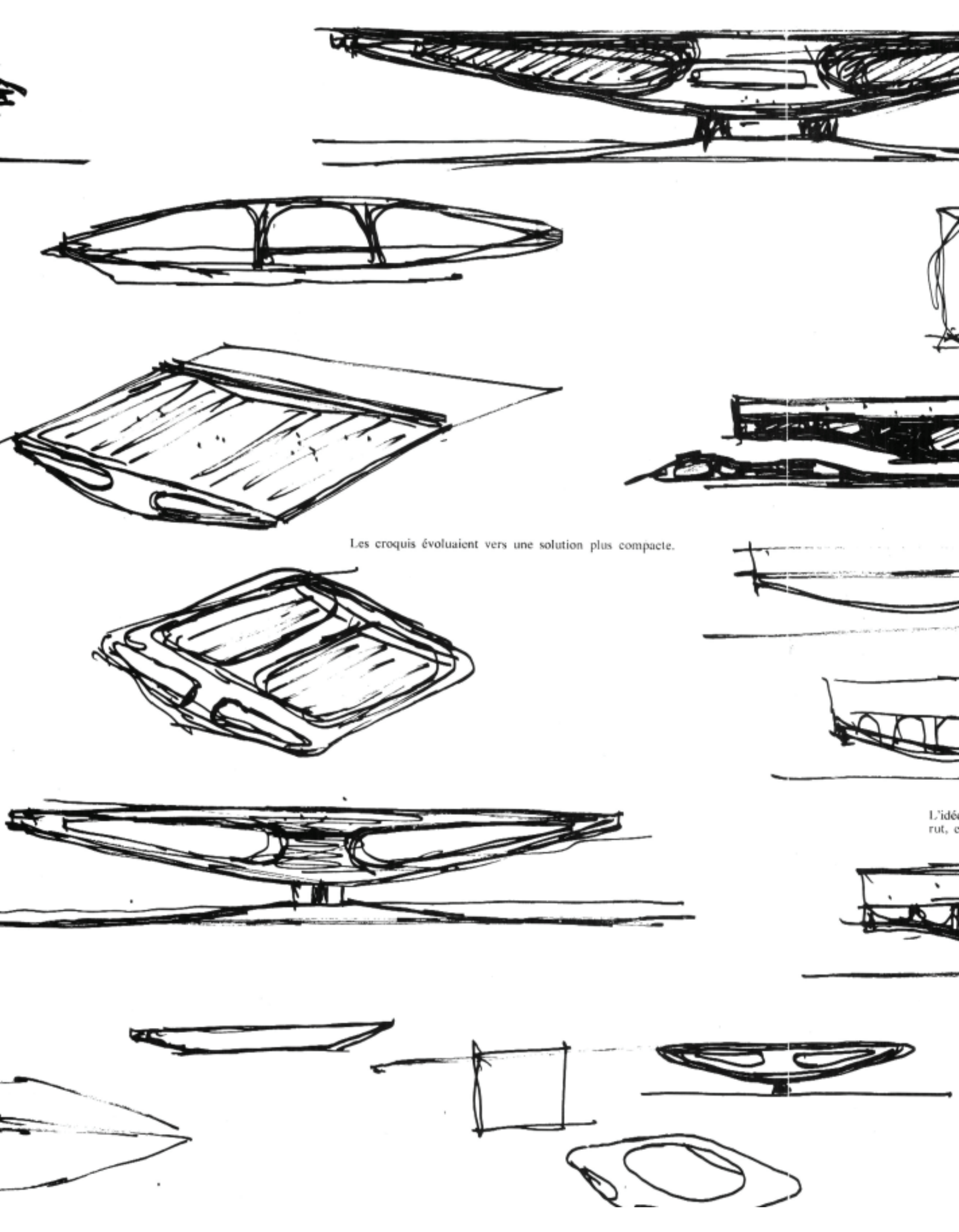


Et cette liaison peu à peu commençait à se faire plus nette.



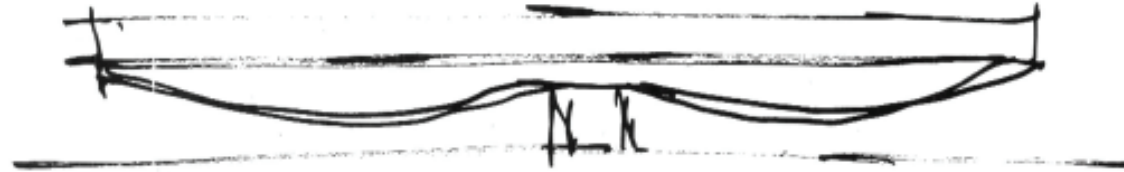
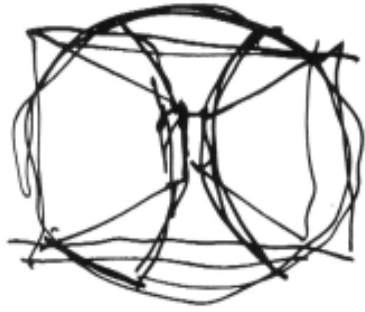
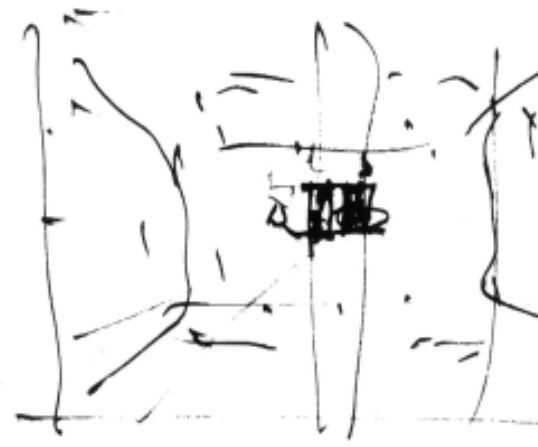




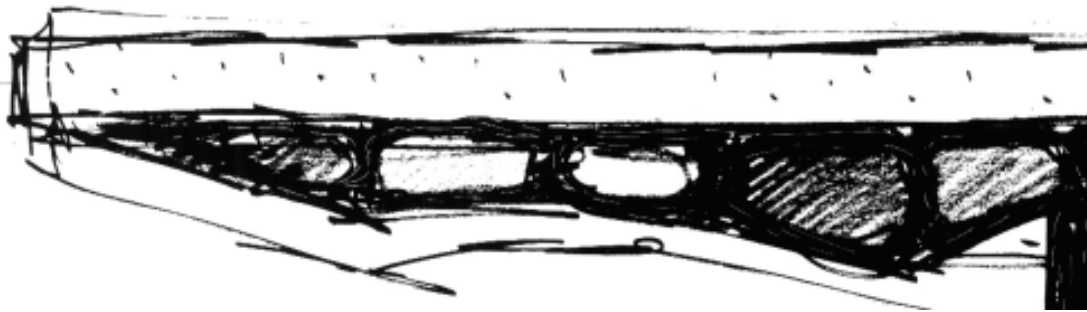
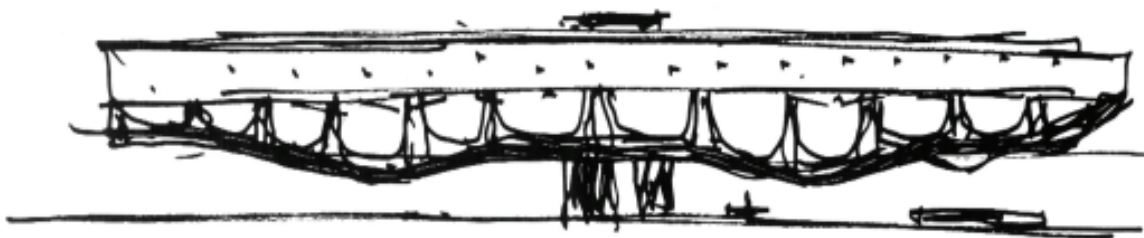


Les croquis évoluaient vers une solution plus compacte.

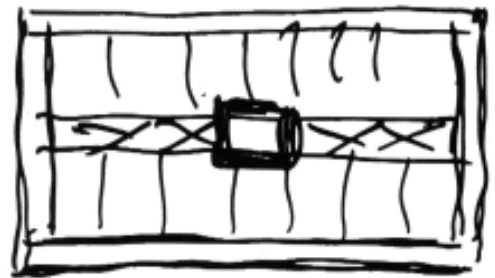
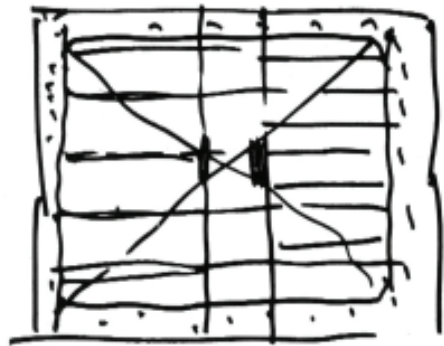
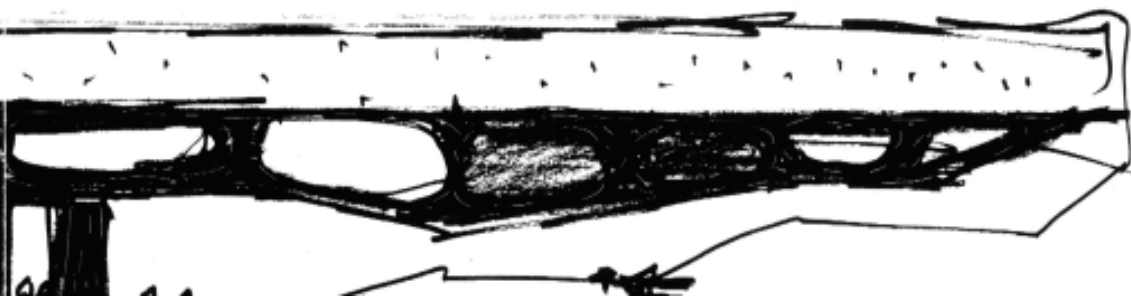
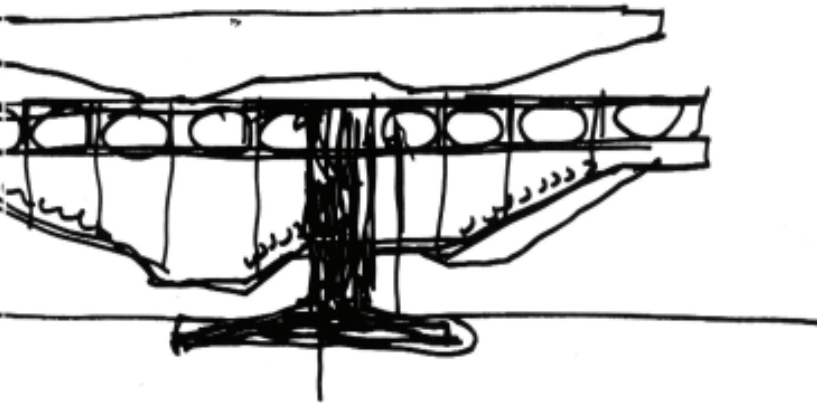
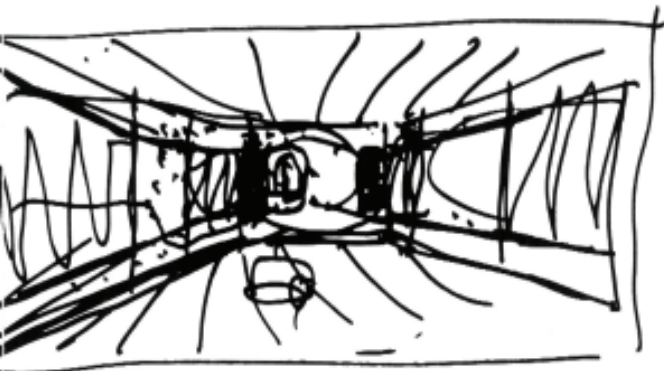
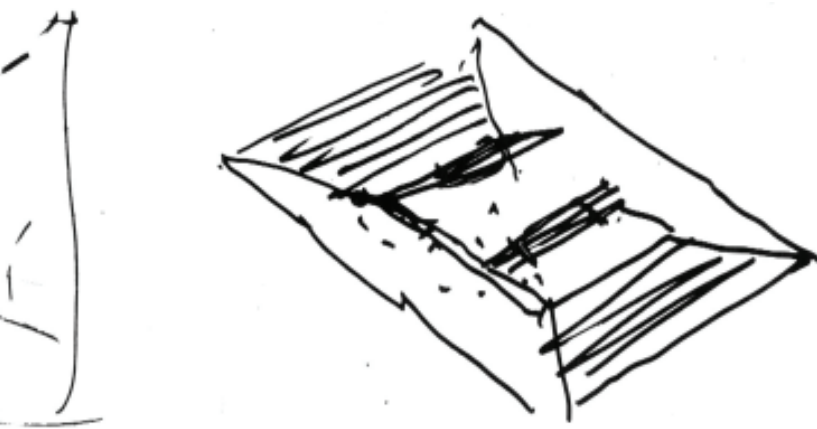
L'idée  
rut, e



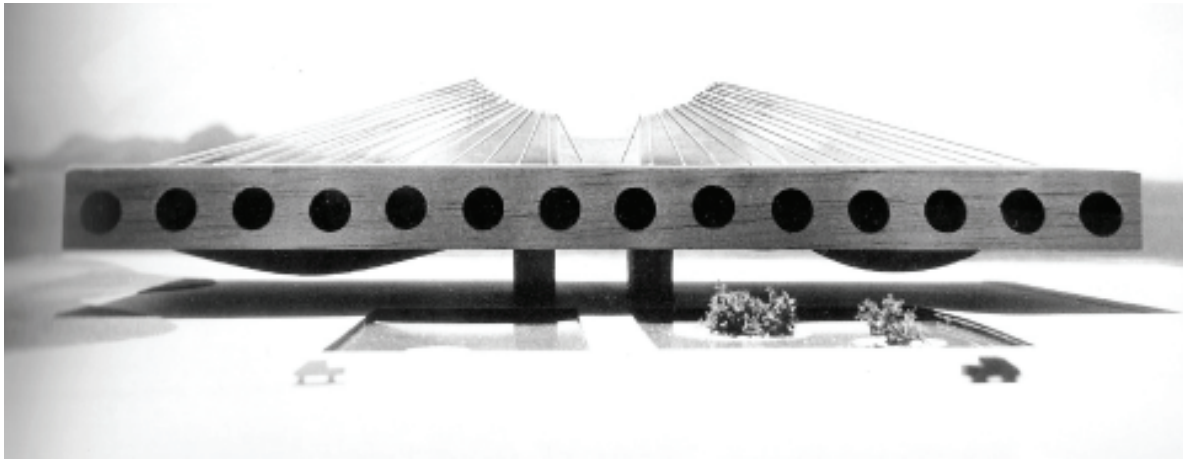
L'idée d'utiliser les inclinaisons du sol pour les salles de musique m'apparut, et la silhouette qu'elle donnait m'attirait.







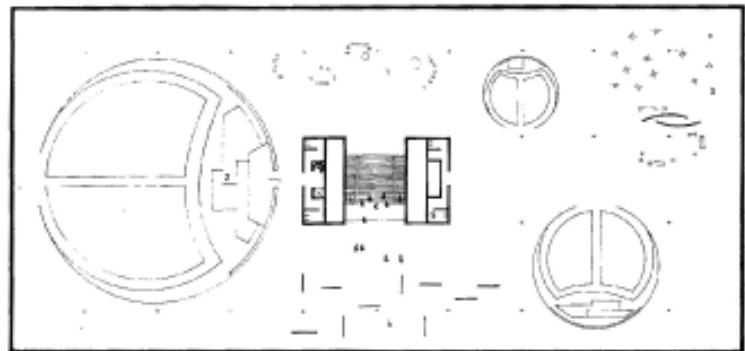
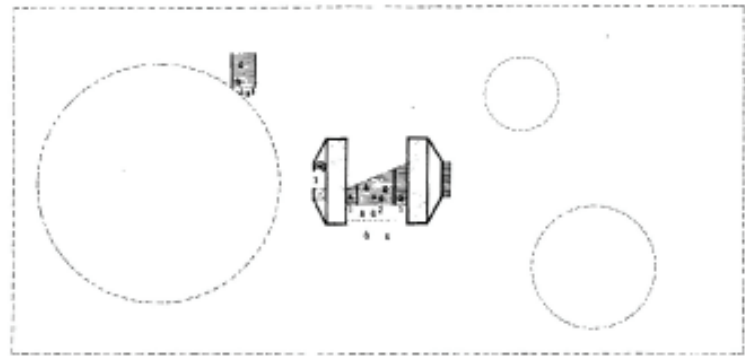
Le schéma pour le projet était fixé.

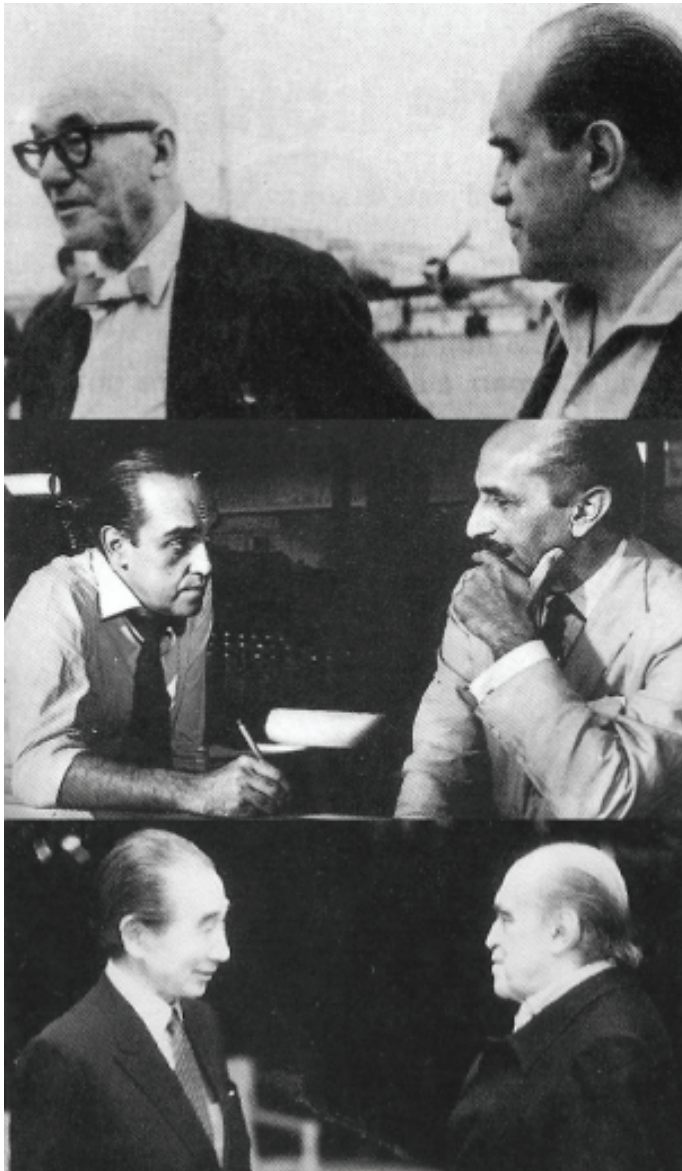


36



37





Esse é o “processo de descoberta” que o gênio do arquiteto emprega em seus projetos.  
38



Aqui na FAU, como um  
arqueiro da *Batalha de São  
Romano*, obra do pintor  
florentino do século 15 Paolo  
Uccello, sempre teremos  
o privilégio do sol como  
escudo...

39





... e o belo espaço do  
“Salão Caramelo”,  
como a nossa  
praça central.  
40

#### LEGENDA

- 1 – Edifícios “Paula Souza” (1899) e “Ramos de Azevedo” (1950) ambos da Escola Politécnica da USP, São Paulo
- 2 – Edifício sede da Pós-Graduação da FAUUSP na rua Maranhão, 88, Higienópolis
- 3 – Edifício “Vilanova Artigas”, sede da Graduação da FAUUSP na rua do Lago, 876, Cidade Universitária
- 4 – Desenhos de Oscar Niemeyer
- 5 – Detalhe das armaduras do pilar central do prédio do MAC de Niterói
- 6 – Estudo e obras do Ministério da Defesa, Brasília
- 7 – Desenhos de Niemeyer
- 8, 9, 10, 11 e 11 – Niemeyer trabalhando em seu estúdio
- 12 – Niemeyer apoiando manifestação do MST – Movimento dos Sem-Terra
- 13 – Palácio da Alvorada, Brasília
- 14 – Maquete do estudo para a Mesquita da cidade de Argel, Argélia
- 15 – MAC de Niterói
- 16 – Edifícios do complexo do Congresso, Brasília
- 17 – Catedral de Brasília
- 18 – Maquete da Catedral Católica de Niterói, no “Caminho Niemeyer”
- 19 – Obras da Editora Mondadori, Milão
- 20 – Edifício do Memorial da América Latina, São Paulo
- 21 – Edifício Copan, São Paulo
- 22 – Palácio dos Arcos (Itamaraty), Brasília
- 23 – Bolsa do Trabalho de Bobigny, França
- 24 – Desenho do estudo para a Mesquita da cidade de Argel, Argélia
- 25 – Edifício-sede do Partido Comunista Francês, Paris
- 26 – Desenhos de Niemeyer sobre estruturas de concreto armado
- 27 – Desenhos de perspectivas internas do restaurante no subsolo do edifício-sede da Editora Mondadori, Milão
- 28 – Desenhos do projeto do edifício-sede da Editora Mondadori, Milão
- 29 – Desenhos sobre a evolução das soluções estruturais empregadas por Niemeyer
- 30 – Edifícios do complexo da Praça dos Três Poderes, Brasília
- 31 – Fotomontagem de estudo para um centro comercial em Miami
- 32 – Maquete e vista das obras da Universidade de Constantine, Argélia
- 33 – Niemeyer acompanhado de Juscelino Kubitschek, Cândido Portinari e Vinícius de Moraes

34 – Foto de capa do número especial, de jan./fev. 1974, dedicado a Niemeyer, da revista francesa *L'Architecture D'Aujourd'hui*

35 – Evolução dos desenhos de estudo para o projeto do Centro Musical do Rio

36 – Maquete do estudo para o Centro Musical do Rio

37 – Desenhos do projeto para o Centro Musical do Rio

38 – Niemeyer acompanhado de Le Corbusier, Lúcio Costa e Kenzo Tange

39 – Pintura *Batalha de São Romano*, de Paolo Uccello, século 15

40 – A praça interna – “Salão Caramelo” – do edifício Vilanova Artigas, sede da FAUUSP na Cidade Universitária, São Paulo.

#### CRÉDITOS

Os **textos** são todos do palestrante Prof. Dr. Khaled Ghoubar, livre-docente do Departamento de Tecnologia da Arquitetura, da FAUUSP, o qual cede os direitos de reprodução dos mesmos, desde que a fonte seja corretamente citada.

Imagem 1:

Fonte: FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: Ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2005.

Imagem 2:

Fonte: PRADO, Maria Cecília N. H.; MACHADO, Lúcio Gomes. *Vila Penteado*. São Paulo: FAUUSP/SCCT-SP, 1976.

Imagens 3, 40:

Fonte: *Vilanova Artigas. Arquitetos brasileiros*. São Paulo: Inst. Lina Bo e P. M. Bardi/Fundação V. Artigas, 1997.

Imagens 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 20, 21, 33, 36 e 38:

Fonte: PETIT, Jean. *Niemeyer, poeta da arquitetura*. São Paulo: Inst. Lina Bo e P. M. Bardi/Fundação Memorial da América Latina/Fundação Oscar Niemeyer, 1998

Imagem 5:

Fonte: NITERÓI (Prefeitura de Niterói). *Catálogo da Exposição Inaugural do MAC Niterói. s/d.*

Imagens 6, 17, 19, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35 e 37:

Fonte: AA – *L'architecture D'Aujourd'hui*, número especial, 171, de jan./fev. 1974 (dedicado a Oscar Niemeyer)

Imagens 13, 16, 18, 22, 25 e 30:

Fonte: NIEMEYER, Oscar. *Minha arquitetura 1937-2005*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2005

Imagens 14 e 15:

Fonte: *Niemeyer 90 Anos*. Catálogo da exposição. São Paulo: Inst. Lina Bo e P. M. Bardi/Fundação Memorial da América Latina/Fundação Oscar Niemeyer, 1998

Imagem 39:

Fonte: *Gênios da Pintura*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Coletânea de Artes)



# 5 | *e*VENTOS

## Museu de ARQUITETURA BRASILEIRA: UM DIÁLOGO PROJETUAL COM O MODERNO

Zeuler R. M. A. Lima

Durante as comemorações do aniversário da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo realizou-se uma exposição internacional apresentada como um convite ao diálogo. Na mostra, estiveram presentes os trabalhos de projeto realizados por um grupo de 13 alunos de pós-graduação, sob orientação do arquiteto e professor doutor Zeuler R. M. A. Lima da Graduate School of Architecture and Urban Design da Washington University em Saint Louis, nos Estados Unidos. Esse diálogo, desenvolvido em colaboração com a FAUUSP no segundo semestre de 2005, ocorreu em apoio à criação de um arquivo e galeria – ou um museu, segundo um modelo pedagógico e científico – de arquitetura brasileira. Seu intuito é abrigar e divulgar a inestimável coleção de documentos das bibliotecas da faculdade, que há um bom tempo pleiteiam melhores condições de armazenamento, processamento e divulgação desse inestimável acervo.

O tema de um anexo de tal importância ao edifício do Vilanova Artigas amadureceu como possibilidade de exercício pedagógico a partir de muitos anos de contato do professor Zeuler R. M. A. Lima com a FAUUSP, onde se formou há 20 anos e acompanhou a idéia e a vontade pioneira da diretora das bibliotecas da faculdade, Eliana A. Marques. O tapete de ovos se oferecia ao caminho de forma irrecusável: as especificidades espaciais e técnicas do programa; a proximidade à monumentalidade circumspecta da FAUUSP; um terreno triangular, apertado entre as empenas quase cegas da faculdade e do Laboratório de Modelos e Ensaios (LAME); a necessidade de comunicação para os ocupantes dos edifícios; e a aderência ou não de linguagens arquitetônicas de diferentes origens e gerações. Um desafio de tecedura difícil, mas de grande potencial de sensibilização para questões de formação profissional e disciplinar. Abria-se uma possibilidade única de expor alunos de arquitetura às questões sobre preservação e acréscimos, alteridade, representação e experiência espaciais, paisagem e modernismo brasileiro.

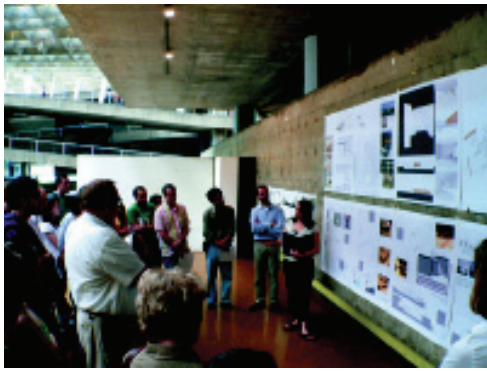
Essa proposta de um diálogo sobre um patrimônio arquitetônico específico pelo projeto abraçou uma série de objetivos e desafios didáticos e culturais. Um elemento central da proposta foi o fato que esse projeto foi desenvolvido por um grupo internacional de estudantes. Eles vêm dos Estados Unidos, da China, de Taiwan, de Honduras e da Coreia e estudam em uma escola norte-americana, com pouquíssimo ou nenhum conhecimento prévio sobre o Brasil ou sobre a arquitetura brasileira. Em um momento em que o mundo se comprime, os repertórios socioculturais – assim como os dilemas para reconhecer sua multiplicidade – ampliam-se com desdobramentos importantes para a arquitetura, mas ainda pouco explorados pedagogicamente. Dessa forma, o exercício didático pretendeu ampliar esses repertórios mutuamente de maneira particular: por um lado, expondo os alunos – o olhar estrangeiro, que no Brasil tem gosto doce-amargo – à realidade brasileira; por outro lado, expondo-os, ainda que de forma limitada, a essa realidade e ao olhar

daqueles que vivem dentro dela. O diálogo – assim como seus ruídos – iniciou-se a distância, intensificou-se com a visita da equipe ao Brasil no meio do processo e, esperamos, continua com a exposição.

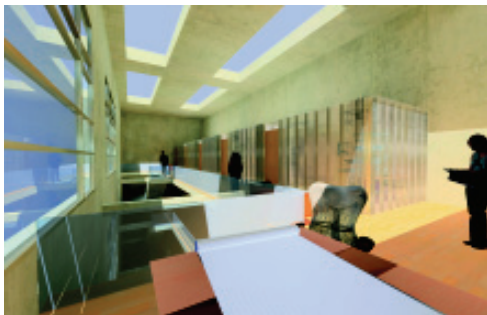
O projeto foi realizado em quatro meses, entre setembro e dezembro de 2005, período correspondente a um semestre letivo de ateliê em nível avançado. Esse tipo de ateliê tem como objetivo principal o esforço de síntese projetual, indo da conceituação e implantação a detalhes construtivos. Colocar os alunos em situação foi a primeira etapa do trabalho. O trabalho se iniciou com uma pesquisa colaborativa sobre arquitetura brasileira na segunda metade do século 20. Daí resultou uma pequena exposição e discussão que foi realizada na escola, nos Estados Unidos. Essa etapa incluiu, em seguida, o estudo e a análise de precedentes arquitetônicos de museus, arquivos e galerias de arquitetura, assim como visitas técnicas a arquivos históricos, de bibliotecas e de museus em Saint Louis. A segunda etapa foi dedicada à conceitualização e à realização de um estudo preliminar de implantação e projeto em preparação para uma visita de uma semana a São Paulo, a qual ocorreu no mês de outubro. Durante a visita, os alunos foram expostos ao cotidiano da cidade do centro histórico à periferia, visitaram muitos dos principais edifícios emblemáticos da arquitetura paulistana do século 20, escritórios de arquitetura, além de ter analisado e documentado exaustivamente a situação específica de projeto, que incluiu muitas conversas com o pessoal técnico da biblioteca e dos arquivos.

O objetivo principal da viagem da equipe ao Brasil – aliás, autofinanciada pelos próprios alunos – foi realizar uma apresentação pública dos projetos à comunidade da FAUUSP, na forma de exposição e de discussões individuais e coletivas, a fim de coletar críticas e sugestões para a continuidade do projeto. Vários alunos da FAU participaram da discussão com os alunos da escola norte-americana e também do debate, o qual contou com a presença inestimável da diretora da biblioteca Eliana A. Marques e dos arquitetos e professores Ângelo Bucci, Antônio Carlos Barossi, Hugo Segawa, José Américo de Brito Cruz, Marcelo C. Ferraz e Vera Pallamin. A partir da visita, as propostas preliminares foram revistas, aprofundadas durante os meses de novembro e dezembro, resultando nas propostas expostas na escola, nos Estados Unidos, e que agora chegam ao Brasil.

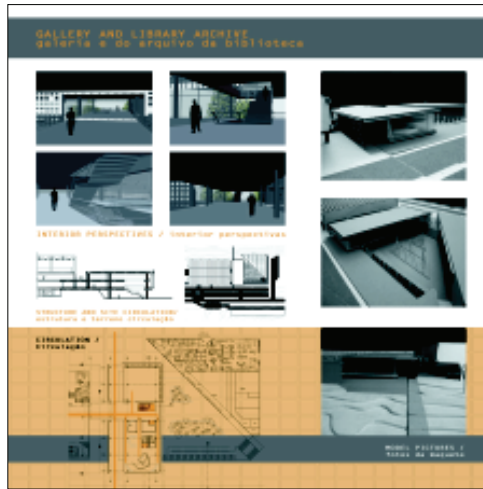
A externalidade emocional dos projetistas às virtudes e aos vícios da situação apresentada foi a faca de dois gumes do desafio pedagógico. Ao mesmo tempo em que seu distanciamento cultural oferecia a possibilidade de novas deduções, ele também trazia o risco de resultar em conclusões apressadas e equivocadas, quando não auto-referentes. Considerando a melhor das hipóteses, o exercício arriscou por passar a faca no fio, tendo em conta suas ambigüidades. E a exposição não procurou dissimulá-las. O confronto com o legado da linguagem e dos conceitos apresentados pela proximidade ao edifício projetado por Vilanova Artigas era inevitável. Conceitual e espacialmente, o desafio vem de sua condição dominante. O confronto com o edifício do Laboratório de Modelos e Ensaios (LAME) de Giancarlo Gasperini, o qual representa uma outra postura e sem o mesmo nível de êxito projetual de seu parceiro ancestral, emergiu como um desafio transformador. De formas diversas, as propostas se aprofundaram nessas premissas. No entanto, esse aprofundamento não foi simples e encontrou entraves. Por exemplo, como reconhecer a importância histórica da escola e da relação problemática entre um



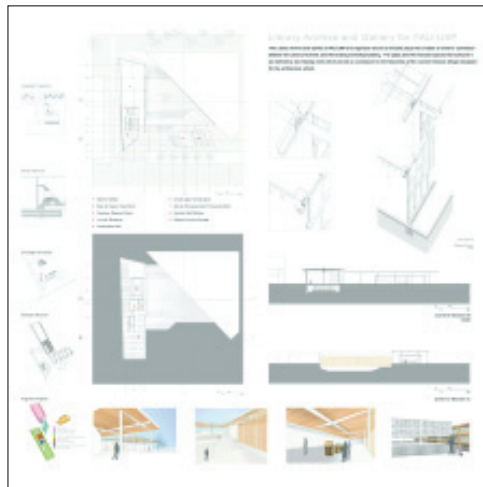
Apresentação e debate das propostas preliminares apresentadas pelos estudantes de mestrado da Washington University na FAUUSP em outubro de 2005  
Crédito: Autor



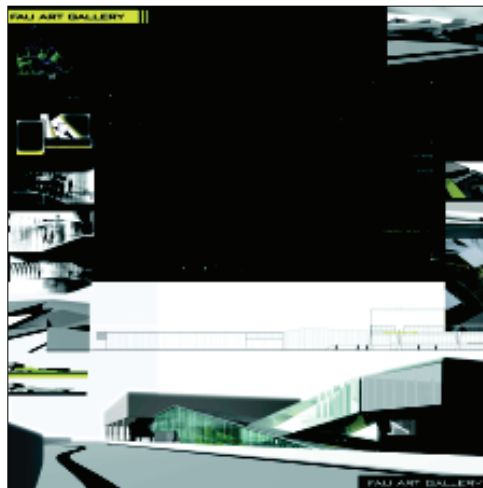
Perspectivas do estudo apresentado pelo mestrando Christopher Qualls  
Crédito: Christopher Qualls



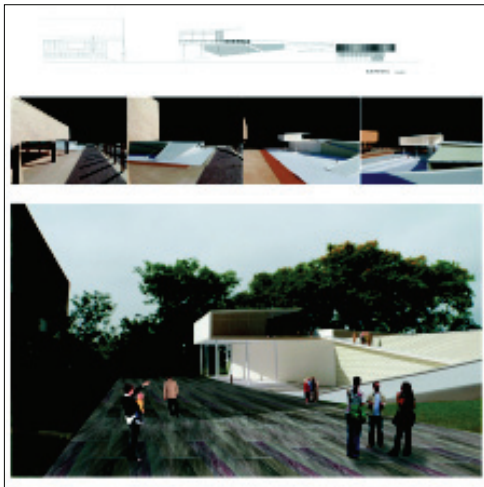
Estudo apresentado pela mestranda Leslie Roberts  
Crédito: Leslie Roberts



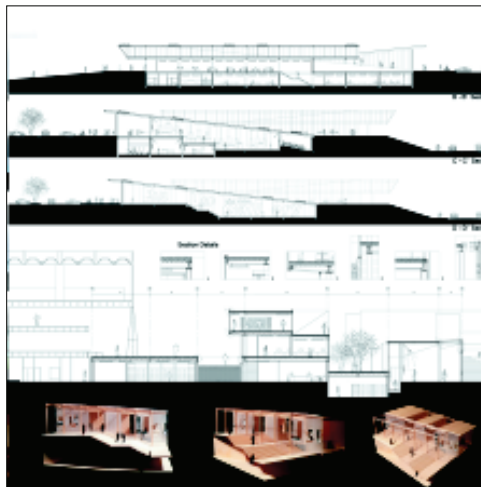
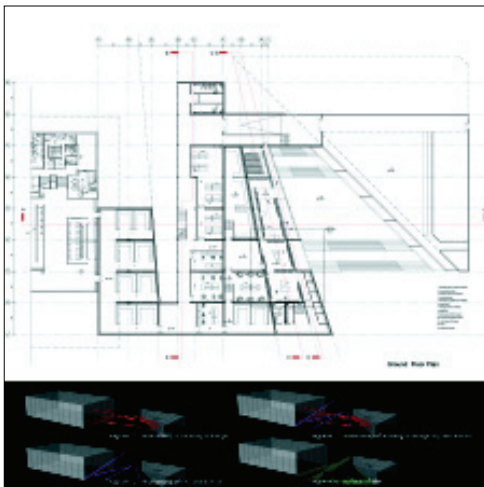
Estudo apresentado pela mestranda Rachel Doniger  
Crédito: Rachel Doniger



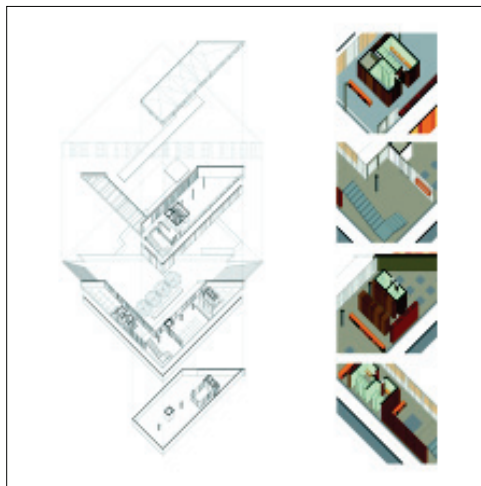
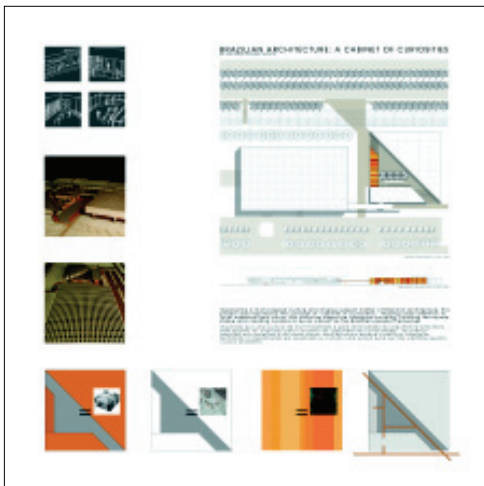
Estudo apresentado pela mestranda Rubi Xu  
Crédito: Rubi Xu



Estudos apresentados pelo mestrando Vincent-Jean Chin  
Créditos: Vincent-Jean Chin



Estudos apresentados pela mestranda Jin Kyung Kim  
Créditos: Jin Kyung Kim



Estudos apresentados pelo mestrando Matthew Duzik  
Créditos: Matthew Duzik

programa mutável e um edifício que ganhou caráter canônico, pouco flexível e quase sacralizado; como incorporar e valorizar o edifício do LAME, que se aproxima programaticamente do edifício proposto? O impasse histórico se colocou de frente desde os primeiros passes do projeto. O que, culturalmente, era externo ao contexto dos alunos tornou-se central para o desenvolvimento do projeto: por um lado, reverência à monumentalidade, à memória do edifício da FAU e das idéias de Artigas e dos modernismos brasileiros; por outro lado, estranhamento para com o titubear da arquitetura brasileira desde os anos 70 e 80.

Foi-se o período de autoconfiança e de grandes realizações do moderno, particularmente da linguagem e do contexto político e cultural que marcou muito da produção arquitetônica brasileira durante boa parte do século 20. Essa produção nas décadas mais recentes desestabilizou-se, o ensino de projeto se transformou pelas mudanças da realidade vivida e pela insuficiência e esaurimento de conceitos precedentes. Não cabe aqui descrever os projetos, os quais agora fazem parte do acervo da biblioteca da FAUUSP, tampouco apresentar uma síntese das propostas, pois não há unicidade. Encaramos o confronto entre as situações contemporânea e histórica como partes do caráter experimental do exercício didático, mas também revelador das transformações de ordem mais geral que, continuamente, colocam em xeque a linguagem da arquitetura no Brasil e internacionalmente.

Entender, incorporar, rejeitar, reverenciar, resistir, expandir, negar o outro e a si próprio foram atitudes constantes no exercício pedagógico. Todos os participantes da equipe, de uma forma ou outra, pisaram ovos durante o projeto, mas também se alimentaram deles, por assim dizer. O objetivo do processo não se limitou ao enfrentamento do projeto como uma solução de problemas espaciais apenas, ainda que o aprofundamento das propostas tenha procurado materializar as idéias para além de esquemas abstratos e gestos espaciais. Foi objetivo também explorar e expandir o sentido de outras realidades. Ao visitar a FAUUSP, os alunos estrangeiros se comoveram e impressionaram-se com possibilidades até então alheias à sua vivência. Ao experienciar a realidade brasileira e paulistana, mesmo de forma limitada, eles também se impressionaram. Alguns se comoveram. O projeto desenvolvido pela equipe oscila entre esses mundos e o repertório próprio de cada aluno, arquiteto em formação.

O desafio para o arquiteto nesse exercício específico, de certa forma duplamente antropofágico – se levarmos em conta nossa vitalícia preocupação com esse tema identitário – foi conciliar diferenças e paradoxos na arquitetura como um *medium* de memória ativa. A exposição se abriu para que os desafios contidos nela continuem abertos. O convite continua aberto a fim de que a idéia de um museu, arquivo e galeria de arquitetura cultive e reflita criticamente sobre a inevitável e inestimável herança de nossos modernos mais próximos. Se morremos ou não como modernos não coube à mostra necessariamente responder. No entanto, nós continuamos vivos. E isso é que é, ao mesmo tempo, incômodo e estimulante.

---

**Zeuler R. M. A. Lima**

Arquiteto, mestre e doutor pela FAUUSP. Professor de Projeto, Teoria e História na Escola de Arquitetura da Washington University in Saint Louis, nos Estados Unidos. Foi professor da USP em São Carlos e da University of Michigan e Columbia University. e-mail: zlima@architecture.wustl.edu



6 | NÚCLEOS,  
LABORATÓRIOS De  
PESQUISA e SERVIÇOS  
De APOIO DA FAUUSP

## HISTÓRICO

A história da Biblioteca da FAU se confunde com a história da própria FAU.

Antes mesmo da criação da faculdade, na escritura de doação do prédio para a instalação do curso de Arquitetura, datada de 31 de outubro de 1946, consta como uma das condições dos doadores Silvio e Armando Álvares Penteado: *“cláusula 7 – Quando a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, eventualmente, mas em prazo nunca inferior a vinte anos, venha a ser transferida para um edifício próprio na Cidade Universitária, os ora doadores, determinam que o prédio e respectivo terreno da ‘Vila Penteado’ ora doados, se destinem a uma Biblioteca Pública especializada em assuntos atinentes e afins com os objetivos da Faculdade (...)”*.

Ainda nos documentos de doação, em um ofício de 25 de janeiro de 1947, em resposta ao reitor da USP, os doadores concordam que

Vista interna da Biblioteca de Pós-Graduação  
Crédito: Cristiano Mascaro



*“as salas mais nobres da ala menor da ‘Vila Penteado’ fiquem reservadas à Biblioteca especializada em assuntos atinentes aos objetivos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo”.*

Assim, no Projeto de Lei de 28 de janeiro de 1948, no artigo 15 é criado o cargo de bibliotecário-chefe e bibliotecário auxiliar.

Em 21 de junho de 1948 é publicada a Lei n. 140 de criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, e nasce a Biblioteca como parte integrante da faculdade, tendo como objetivo o auxílio ao estudo, pesquisa e extensão universitária.

A Biblioteca funcionou até 1968 no prédio da “Vila Penteado”, tendo sido depois transferida com o curso de graduação para o edifício “Vilanova Artigas”, projeto do arquiteto e professor João Batista Vilanova Artigas (1915-1985) na Cidade Universitária, no bairro do Butantã.

A partir de 1969, a faculdade passou a absorver não só as atividades da graduação, mas também uma relação estreita entre teoria e prática da arquitetura, quando foram ampliadas as já existentes oficinas gráficas, oficinas de modelos tridimensionais e laboratórios de fotografia e, mais tarde, de vídeo.

Em 1974 foi criada a Biblioteca de Pós-Graduação no edifício da “Vila Penteado”. Formada inicialmente pela compra de livros e periódicos das firmas de planejamento ASPLAN e SAGMACS, seu acervo, no decorrer dos anos, foi acrescido de obras relativas ao curso como trabalhos programados, trabalhos disciplinares, teses, além da bibliografia básica para as disciplinas oferecidas na pós-graduação.

No início do funcionamento da Biblioteca foi contratada como chefe e responsável pela formação da primeira equipe de funcionários, a bibliotecária Teresa Almásio Hamel.

Vista interna da Biblioteca do edifício Vilanova Artigas  
Crédito: Cristiano Mascaro



Desde sua fundação, a biblioteca ofereceu serviços diferenciados para o auxílio à pesquisa, destacando-se o *Índice de Arquitetura Brasileira*, de autoria da bibliotecária Eunice Ribeiro Costa, que, posteriormente, idealizou o Thesaurus Experimental da Arquitetura – vocabulário hierárquico de controle de terminologia.

## ÍNDICE DE ARQUITETURA BRASILEIRA

O *Índice de Arquitetura Brasileira* – indexação de artigos de revistas brasileiras de arquitetura – criado em 1950, é único no país e fonte imprescindível para pesquisas em arquitetura e urbanismo. Hoje, sob a responsabilidade das bibliotecárias Mônica Arruda Nascimento e Emily A. L. Agostinho pode ser acessado no *site* da biblioteca pelo *link* consulta *on-line*.

## SETOR AUDIOVISUAL

Na década de 60 foi criado o setor audiovisual, contendo em seu acervo fotografias, diapositivos, microfilmes, filmes e fitas sonoras. O processamento técnico desse setor ficou a cargo da bibliotecária Suzana Aléssio de Toledo, posteriormente diretora da Biblioteca.

O setor audiovisual contém hoje mais de 80 mil diapositivos, além de outros materiais como negativos em vidro, CD-ROM e vídeos, entre outras mídias.

Desde o ano 2000, os diapositivos vêm sendo digitalizados, visando à preservação do acervo com a formação de uma reserva técnica. A utilização de um programa de código de barras permite o controle do gerenciamento de empréstimos e a otimização dos serviços de circulação de material.

Para a reprodução de imagens, a Biblioteca oferece o serviço de digitalização de imagens de seu acervo de fotos, o qual atende a solicitações para exposições e publicações de livros.

## PROJETOS DE ARQUITETURA

A partir de 1965, logo após o trágico acidente que vitimou o arquiteto Carlos Millan e sua família, a Biblioteca recebeu como doação o acervo de seu escritório, compreendendo croquis, desenhos, peças gráficas e fotografias de suas obras.

Essa foi a primeira doação de tantas outras que se sucederam. Deu-se início à formação de um novo acervo, de características novas e específicas.

Em 1970 foi criado, na Biblioteca, o Setor de Projetos de Arquitetura, e iniciou-se um processo de estruturação para a organização, guarda e disponibilização dos desenhos originais de arquitetura. Para esse trabalho foram desenvolvidos procedimentos semelhantes aos usados para o processamento técnico dos demais materiais da Biblioteca, visando facilitar o acesso ao acervo, no qual cada desenho recebe uma identificação.

A partir de 2005, esse setor colocou à disposição do público o catálogo do acervo *on-line* no *site* da Biblioteca, por meio de um programa desenvolvido pelos funcionários da mesma.

Durante o processo de organização dessa documentação verificou-se a riqueza tanto do conteúdo quanto da variedade de suportes desses materiais, das técnicas dos desenhos originais e das reproduções. Isso levou à necessidade de um maior conhecimento das técnicas de preservação de papel por parte dos bibliotecários do SBI-FAUUSP, e esse conhecimento ulteriormente originou a idealização de um setor responsável pelos trabalhos de preservação. Nasceu, então, o Setor de Conservação.

## SETOR DE CONSERVAÇÃO

Em 1993 foi criado o Setor de Conservação da Biblioteca, onde os funcionários com o conhecimento adquirido sobre conservação passaram a assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de projetos, com o auxílio dos órgãos de fomento para pesquisa (Fapesp, CNPq, VITAE), visando à preservação do acervo de desenhos, em sua maioria em papel vegetal.

A Biblioteca desenvolve, a partir de então, trabalhos educacionais junto dos usuários, voltados ao correto manuseio dos diversos materiais do acervo, assim como organiza seminários e *workshops* sobre conservação de desenhos originais de arquitetura.

Com esse acervo foram elaboradas inúmeras dissertações e teses as quais vêm enriquecendo nosso conhecimento sobre a arquitetura brasileira e a cultura que a produziu.

Até hoje a faculdade e sua Biblioteca receberam, para sua conservação, os acervos de cerca de 40 arquitetos, totalizando mais de 400 mil peças, entre desenhos técnicos, croquis e fotos.

Essa relação de expoentes da arquitetura brasileira, com ênfase na arquitetura do estado de São Paulo, abrange do final do século 19 aos nossos dias e atesta a importância do papel da biblioteca universitária como pólo aglutinador de debates e produção do conhecimento.

## ACERVOS JÁ CATALOGADOS:



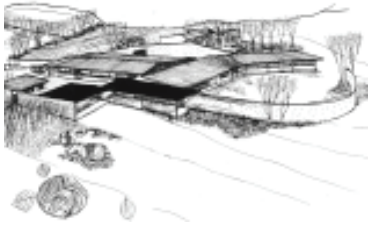
### 1. Coleção Abelardo de Souza 1908-1981

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1953 a 1978, em papel vegetal, manteiga, heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, para lazer, educação e pesquisa.

**Quantidade:** 500 projetos.

**Origem/Procedência:** Família.

**Data da Doação:** 1981.



## 2. Coleção Abraão Sanovicz 1934-1999

**Descrição:** Desenhos de arquitetura em papel manteiga, vegetal e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, públicos, educacionais, administrativos, para lazer e pesquisa.

**Quantidade:** 295 projetos.

**Origem/Procedência:** Família.

**Data da Doação:** 2003.



## 3. Coleção Carlos Ekman 1866-1940

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1891 a 1929, em papel vegetal, manteiga, cartão, aquarela. Projetos de edifícios residenciais, religiosos e viadutos.

**Quantidade:** 27 projetos.

**Origem/Procedência:** Família.

**Data da Doação:** 1982.



## 4. Coleção Carlos Millan 1927-1964

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1951 a 1963 em papel vegetal, manteiga e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, industriais, militares, para saúde, fins religiosos, para educação e lazer. Mobiliário.

**Quantidade:** 74 projetos.

**Origem/Procedência:** Escritório Carlos Millan.

**Data da Doação:** 1965.



## 5. Coleção Christiano Stockler das Neves 1889-1982

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1901 a 1964 em papel vegetal, manteiga, cartão, cambraia de linho, aquarela. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, industriais, públicos, para saúde, educação e lazer.

**Quantidade:** 98 projetos.

**Origem/Procedência:** Prof. Dr. Carlos Lemos.

**Data da Doação:** 1985/1986.



## 6. Coleção Eduardo Augusto Kneese de Mello 1906-1994

**Descrição:** Desenhos de arquitetura em papel vegetal, manteiga e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, para educação, administrativos e públicos.

**Quantidade:** 55 projetos.

**Origem/Procedência:** Família.

**Data da Doação:** 1995





7. Coleção Elisiário Antonio da Cunha Bahiana 1891-1980

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1936 a 1970 em papel vegetal, manteiga, heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, para educação e lazer.

**Quantidade:** 69 projetos.

**Origem/Procedência:** Prof. Dr. Hugo Segawa.

**Data da Doação:** 1975/1985.



8. Coleção Escritório Técnico "Ramos de Azevedo", Severo e Villares Ltda.

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1927 a 1946 em papel vegetal, manteiga, cartão. Projetos de edifícios residenciais, comerciais, públicos, industriais, para educação, fins religiosos, lazer, saúde, administrativos.

**Quantidade:** 119 projetos.

**Origem/Procedência:** Prof. Dr. Carlos Lemos.

**Data da Doação:** 1983.



9. Coleção Escritório Técnico Samuel e Christiano das Neves

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1891 a 1945, em papel vegetal, manteiga, canson, heliográfica e cambráia de linho. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, transporte, públicos, religiosos, para educação e planejamento territorial urbano.

**Quantidade:** 219 projetos.

**Origem/Procedência:** Prof. Dr. Carlos Lemos.

**Data da Doação:** 1985/1986.



10. Coleção Escritório Técnico de Construções Siciliano e Silva (Heribaldo Siciliano a Antonio A. Villares da Silva)

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1923 a 1929 em papel vegetal e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios comerciais, para saúde, religiosos, pontes.

**Quantidade:** 27 projetos.

**Origem/Procedência:** Marina Villares da Silva Novaes.

**Data da Doação:** 1994.



11. Coleção Francisco de Paula Ramos de Azevedo 1851-1928

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1880 a 1928 em cambráia de linho, papel canson, vegetal, cartão, *blue print*, papel manteiga, seda. Projetos para edifícios residenciais, comerciais, industriais, públicos, para educação, religiosos, lazer, transporte, saúde. Túmulos e emblema.

**Quantidade:** 417 projetos.

**Origem/Procedência:** Prof. Dr. Carlos Lemos.

**Data da Doação:** 1983.



12. Coleção Gian Carlo Palanti 1906-1977

**Descrição:** Desenhos de arquitetura em papel vegetal e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios comerciais, residenciais, administrativos, para lazer, públicos, para educação e saúde.

**Quantidade:** 120 projetos.

**Origem/Procedência:** Família.

**Data da Doação:** 1989.



13. Coleção Gregori Warchavchik 1886-1971

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1929 a 1960, em papel vegetal, manteiga, heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, para saúde, públicos, para educação e lazer.

**Quantidade:** 300 projetos.

**Origem/Procedência:** Família.

**Data da Doação:** 1982/1983.



14. Coleção Hernani do Val Penteadado 1901-1980

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1922 a 1989 em papel vegetal, manteiga, heliográfica, cartão, papel-tecido. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, públicos, para transporte, saúde, educação e lazer. Mobiliário.

**Quantidade:** 95 projetos.

**Origem/Procedência:** Família.

**Data da Doação:** 1989.



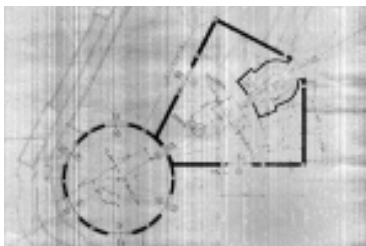
15. Coleção Jacques Émile Paul Pilon 1905-1962

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1940 a 1956 em papel vegetal, manteiga e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, industriais. Túmulos.

**Quantidade:** 296 projetos.

**Origem/Procedência:** Profa. Hilda Castelo Branco.

**Data da Doação:** 1988.



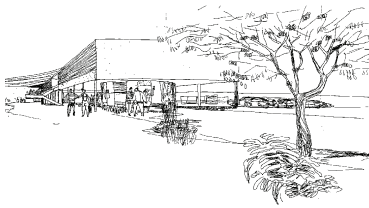
16. Coleção Jayme Campello Fonseca Rodrigues 1905-1946

**Descrição:** Desenhos de arquitetura em papel vegetal e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais e comerciais.

**Quantidade:** 45 projetos.

**Origem/Procedência:** Professora Maria Lúcia C. Gitahy.

**Data da Doação:** 1999.



17. Coleção João Batista Vilanova Artigas 1915-1985

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1937-1984 em papel vegetal, manteiga, cópia heliográfica, papel cartão, cópia ozalid. Projetos para edifícios residenciais, administrativos, comerciais, públicos, para educação, religiosos, pesquisa, lazer, transporte, saúde, militares. Projeto de urbanismo e mobiliário.

**Quantidade:** 398 projetos.

**Origem/Procedência:** Fundação Vilanova Artigas.

**Data da Doação:** 1999.



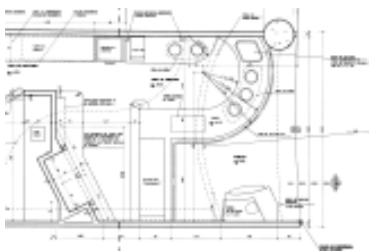
18. Coleção Joaquim Manoel Guedes Sobrinho 1932-

**Descrição:** Desenhos de arquitetura em papel vegetal e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios comerciais, residenciais, administrativos, públicos, religiosos, para educação e lazer.

**Quantidade:** 425 projetos.

**Origem/Procedência:** Autor.

**Data da Doação:** 1997/2005.



19. Coleção José Augusto Belucci (1907-1998) e José Carlos Belucci

**Descrição:** Desenhos de arquitetura em papel vegetal e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, administrativos, públicos, industriais, para transportes.

**Quantidade:** 300 projetos.

**Origem/Procedência:** Família.

**Data da Doação:** 2004.



20. Coleção Marcelo Accioly Fragelli 1928-

**Descrição:** Desenhos de arquitetura em papel vegetal e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, administrativos, comerciais, públicos, para lazer e educação.

**Quantidade:** 180 projetos.

**Origem/Procedência:** Autor.

**Data da Doação:** 1998.



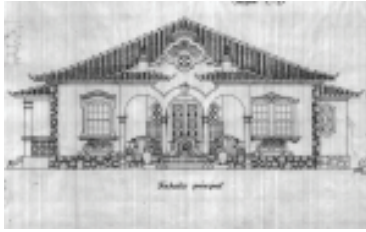
21. Coleção Oswaldo Arthur Bratke 1907-1997

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1931 a 1987 em papel vegetal, manteiga e cuchê. Projetos de edifícios residenciais, industriais, públicos, administrativos, para saúde, educação, lazer e projeto de mobiliário.

**Quantidade:** 64 projetos.

**Origem/Procedência:** Família.

**Data da Doação:** 1998.



## 22. Coleção Olavo Franco Caiuby

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período 1932 a 1940 em papel vegetal, manteiga e heliográfica. Projetos de edifícios residenciais e comerciais.

**Quantidade:** 35 projetos.

**Origem/Procedência:** Professora Silvia Ficher.

**Data da Doação:** 1985.



## 23. Coleção Philipp Lohbauer

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1940 a 1970 em papel vegetal, manteiga e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, industriais, públicos, religiosos, para lazer e transporte. Mobiliário.

**Quantidade:** 256 projetos.

**Origem/Procedência:** Família.

**Data da Doação:** 1980.



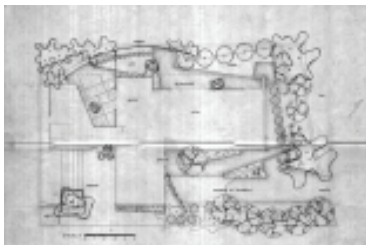
## 24. Coleção Rino Levi (1901-1965) e Rino Levi Arquitetos Associados Ltda.

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1934 a 1995 em papel vegetal, manteiga e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, administrativos, industriais, públicos, religiosos, para transporte, educação, lazer. Túmulos.

**Quantidade:** 424 projetos.

**Origem/Procedência:** Escritório Rino Levi.

**Data da Doação:** 1975/1996.



## 25. Coleção Roberto Coelho Cardozo 1923-

**Descrição:** Desenhos de arquitetura em papel vegetal e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais e para saúde e paisagismo.

**Quantidade:** 30 projetos.

**Origem/Procedência:** Autor.

**Data da Doação:** 1975.



## 26. Coleção Rodrigo Brotero Lefèvre 1938-1984

**Descrição:** Desenhos de arquitetura em papel vegetal e heliográfica. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais e comerciais.

**Quantidade:** 250 projetos.

**Origem/Procedência:** Fundação Vilanova Artigas.

**Data da Doação:** 2001.





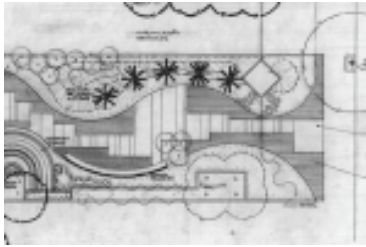
27. Coleção Roger Zmekhol 1926-1976

**Descrição:** Cópias de desenhos de arquitetura do período de 1963 a 1975 em papel heliográfico. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais e comerciais.

**Quantidade:** 123 projetos.

**Origem/Procedência:** Família.

**Data da Doação:** 1980.



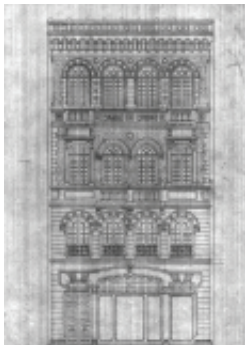
28. Coleção Rosa Grena Kliass e Rosa Grena Kliass Paisagismo, Planejamento e Projetos Ltda.

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1960 a 1990 em papel vegetal e heliográfica. Projetos de arquitetura paisagística, edifícios residenciais, industriais, comerciais e planejamento urbano.

**Quantidade:** 163 projetos.

**Origem/Procedência:** Autora.

**Data da Doação:** 1998.



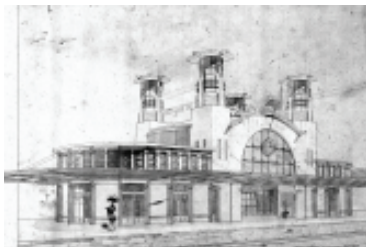
29. Coleção Samuel das Neves 1863-1937

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1903 a 1927 em papel vegetal, velino, manteiga, canson, heliográfica, aquarelas e cambráia de linho. Projetos de arquitetura para edifícios residenciais, comerciais, públicos, religiosos, lazer e transporte.

**Quantidade:** 124 projetos.

**Origem/Procedência:** Prof. Dr. Carlos Lemos.

**Data da Doação:** 1985/1986.



30. Coleção Victor Dubugras 1868-1933

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período de 1896 a 1933 em papel *blue print*, vegetal, manteiga, cartão, canson, aquarela. Projetos de edifícios residenciais, comerciais, públicos, industriais, para saúde, transportes, lazer, educação e túmulos.

**Quantidade:** 121 projetos.

**Origem/Procedência:** Elwin Dubugras (neto).

**Data da Doação:** 1986.



31. Coleção Waldemar Cordeiro 1925-1973

**Descrição:** Desenhos de arquitetura do período 1962 a 1973 em papel vegetal, manteiga, cartão. Projetos de arquitetura paisagística, edifícios residenciais e comerciais.

**Quantidade:** 118 projetos.

**Origem/Procedência:** Família.

**Data da Doação:** 1980.

Fazem parte ainda do acervo projetos dos arquitetos:

Achilina Bo Bardi  
Antonio Jorge Monteiro Filho  
Eduardo Corona  
Flávio Império  
Oscar Niemeyer  
Paulo Archias Mendes da Rocha  
Roberto Tibau  
Ruy Othake

## PROJETOS

O Serviço de Biblioteca e Informação da FAUUSP, ciente de sua responsabilidade pela guarda e disponibilização do acervo de desenhos originais, desenvolve projetos visando à obtenção de verba com órgãos de fomento para pesquisa, objetivando a preservação do acervo.

A seguir estão relacionados os projetos de conservação desenvolvidos pelo SBI/FAUUSP com o apoio de órgãos de financiamento à pesquisa:

- 1986 – “Proposta para duplicação de projetos arquitetônicos da FAUUSP”;
- 1994 – “Projeto para recuperação, conservação e reprodução de negativos de fotos e diapositivos do acervo do setor audiovisual do SBI/FAUUSP”;
- 1995 – “Diagnóstico geral do acervo de obras raras e projetos”;
- 1996 – “Restauração e modernização do SBI/FAUUSP graduação”;
- 1997 – “Diagnóstico do acervo da Coleção Ramos de Azevedo”;
- 1998 – “Conservação preventiva e digitalização dos projetos originais do arquiteto João Batista Vilanova Artigas”;
- 2000 – “Restauração e modernização do SBI/FAUUSP pós-graduação”;
- 2001 – “Higienização e acondicionamento da Coleção Ramos de Azevedo”;
- 2003 – “Estágio no NEDCC – Northeast Document Conservation Center, Andover, EUA”;
- 2004 – “Conservação da Coleção Samuel e Christiano das Neves”;
- 2005 – “Desenhos originais de arquitetura: Acervo Flávio Império e Abraão Sanovicz”.

A manutenção do acervo do SBI, que se tornou, no decorrer dos anos, o maior acervo de arquitetura da América Latina, só é possível graças à política de preservação continuada. Estão relacionadas, a seguir, algumas ações que vêm sendo implementadas pela equipe da Biblioteca:

- 1970 – Criação do Setor de Projetos de Arquitetura;
- 1993 – Criação do Setor de Conservação;
- 1994 – Campanha educacional para usuários;
- 1994 – Palestra sobre preservação de papel;
- 1996 – Diagnóstico do acervo;
- 1997 – Workshop sobre conservação de desenhos de arquitetura;
- 1998 – Novas instalações da Biblioteca da graduação;
- 1999 – Seminário sobre conservação de obras de arquitetura;
- 2000 – Workshop sobre conservação de papel;



2002 – Novas instalações da Biblioteca de pós-graduação;  
2006 – Nova instalação na Biblioteca de graduação,  
“Sala Flávio Império e Abraão Sanovicz”.

## RENOVAÇÃO DE ESPAÇOS

Na década de 90 a Fapesp criou o programa de infra-estrutura para modernização de bibliotecas. Graças a essa iniciativa, o SBI encaminhou projetos para a reformulação das áreas da biblioteca de graduação e de pós-graduação.

Às vésperas de completar 30 anos de uso das instalações da Biblioteca de Graduação, localizada no edifício “Vilanova Artigas”, tombado pelo Condephaat, foi realizada sua reforma, concluída em junho de 1998. Esse projeto, de autoria do arquiteto José Armênio de Brito Cruz e coordenado pelo Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky, foi financiado pela Fapesp, e ganhou prêmio do júri internacional na 4ª Bienal de Arquitetura de 1999.

A Biblioteca da Pós-Graduação, localizada no edifício “Vila Penteados” em Higienópolis, um dos últimos remanescentes do *art-nouveau* em São Paulo, passou por reformulação com verba Fapesp. O projeto de arquitetura, também de autoria do arquiteto José Armênio de Brito Cruz e coordenação do Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky, incluiu restauro de paredes e forros decorados. A obra foi concluída em outubro de 2002.

pós- | 237

## MUSEU DE ARQUITETURA

Os desenhos de arquitetura mostram como a arquitetura é imaginada, concebida, observada e transformada através dos tempos.

A coleção de projetos da biblioteca é diversificada, e sua abrangência – de 1880 aos nossos dias – permite um estudo aprofundado da diversidade temática e das relações entre as idéias, da evolução das tendências e das diversas aproximações teóricas e práticas das novas formas de arquitetura e urbanismo.

O objetivo primeiro dessa coleção é oferecer uma documentação completa e integrada a fim de fazer avançar a pesquisa interdisciplinar de alto nível.

O conjunto da obra mostra o processo de criação da arquitetura desde os primeiros croquis, passando pelos desenhos de apresentação até o projeto executivo e as fotos da obra, fornecendo uma visão geral do trabalho de concepção e da representação das construções.

O acervo demonstra a diversidade do desenho de arquitetura, desde as plantas e seções cuidadosamente elaboradas até estudos abstratos sobre a forma e espaço, de projetos finalizados a outros imaginados, nunca construídos, a projetos teóricos os quais alargam as fronteiras do pensamento arquitetônico e aquarelas delicadas que exploram as harmonias do espaço.

Em conjunto essas obras oferecem uma oportunidade única de examinar desenhos de arquitetura de uma beleza sem par, ao mesmo tempo em que documentam as mais importantes tendências na história da arquitetura, não só moderna.

Enquanto não é possível prever futuros desenvolvimentos tecnológicos, o que é previsível, de acordo com os séculos precedentes, as novas práticas de coleção raramente virão substituir as anteriores – elas virão, antes de tudo, alargar os objetivos gerais destas práticas.

Dessa forma, as coleções de desenhos de arquitetura, como as do SBI/FAUUSP, irão certamente continuar não só a crescer em número, mas a crescer em complexidade. Essa complexidade crescerá, por sua vez, como parte de uma corrente de informação cada vez mais ampla e acessível ao mundo inteiro.

Diante desse panorama, é desejo da FAUUSP constituir, com o acervo de desenhos originais de arquitetura e com as futuras doações, o Museu de Arquitetura Brasileira. O objetivo é a criação de uma instituição que tenha como missão específica a ampliação e preservação dessa preciosa documentação.

A escala do acervo e suas características apontam na direção da configuração de uma instituição que, mesmo ligada à sua célula-mãe, o SBI/FAUUSP, tenha estrutura própria para a conservação e divulgação à altura da riqueza de sua coleção.

Permitir que os pesquisadores, estudantes e o público em geral tenham acesso a esses desenhos é permitir que participem de uma trajetória a qual conduz da intimidade da criação do desenho até sua finalização como obra construída, mantendo viva a história da arquitetura brasileira.

---

**Eliana de Azevedo Marques**

Diretora Técnica do Serviço de Biblioteca e Informação da FAUUSP.  
e-mail: bibfau@usp.br; emarques@usp.br

# 7 | *Re*SENHAS



SÉRGIO FERRO  
ARQUITETURA E TRABALHO LIVRE

ARANTES, PEDRO FIORI (ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO). POSFÁCIO DE ROBERTO SCHWARZ. SÃO PAULO: COSAC NAIFY, 2006. 456 P. ILUSTRADO.

---

Beatriz Bezerra Tone  
Isadora Guerreiro

## RETOMANDO O DEBATE

*“A renovação do Artigas foi mostrar que na arquitetura há uma enorme dimensão política que todo mundo esquece.”<sup>1</sup>*

O final da década de 60 representou um marco da crítica em vários setores do qual a FAUUSP participou de forma ativa em permanente diálogo com outras áreas do conhecimento (principalmente relacionadas à então Faculdade de Filosofia). A coletânea de Sérgio Ferro, *Arquitetura e trabalho livre*, recém-lançada pela Cosac Naify, traz a chance de retomar – não sem polêmica – o ainda atual debate instaurado naquele momento. Mostra-nos, dessa forma, que ainda é tempo de reverter o atraso causado, por um lado, pelos anos de ditadura, e, por outro lado, pelo “boicote” permanente de boa parte dos colegas de profissão. Atraso que, dificultando o conhecimento das questões levantadas pelo grupo de Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império, teve como consequência a reprodução de soluções arquitetônicas cada vez mais contraditórias ainda nos dias de hoje.

O debate teórico levantado pelo grupo o qual também norteou sua prática profissional partiu da crítica à aposta feita pela geração de arquitetos modernos pioneiros (seus mestres) no desenvolvimento das forças produtivas. Segundo esses, mesmo em um contexto autoritário, era uma etapa necessária a novas configurações de classe e à superação de nossas mazelas sociais. O arquiteto, nessa perspectiva, deveria pensar novas formas, racionalizadas, não apenas condizentes com esse desenvolvimento em curso, mas propulsoras dele pela técnica, que seria, assim, base de transformações estruturais na sociedade.

Diante da constatação que tal desenvolvimento não teve e não poderia ter como resultado avanço social algum e, pelo contrário, só aprofundava a violência do sistema, os três propõem a busca de novas práticas, partindo de novos pressupostos. Já em seu primeiro texto de maior fôlego, *Arquitetura nova*, de

(1) FERRO, Sérgio, Reflexões sobre o brutalismo caboclo. In: *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 261.

1969, Sérgio Ferro sintetiza as críticas até então formuladas pelo grupo, chamando a atenção para a reprodução vazia de significado à qual a arquitetura dos mestres modernos (e seus seguidores estritos) havia chegado. Segundo ele, a construção civil não passou – nem poderia passar – por desenvolvimento industrial e a estética dita combativa da arquitetura moderna brasileira foi rapidamente integrada ao sistema, contribuindo para sua reprodução. A crítica, bastante ácida, naquele momento foi suficiente para instaurar sérias dúvidas em relação ao modo de fazer a “boa arquitetura”, que já demonstrava claros traços de impossibilidade de lidar com as questões da cidade no capitalismo.

O que primeiro apareceu como “inversão” de sentido da arquitetura moderna – depois constatado pelo próprio arquiteto em *Brasília, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer* como sua função estrutural – e a “não-industrialização” de nossos canteiros são estudados profundamente em *A produção da casa no Brasil* e posteriormente em *O canteiro e o desenho*. No primeiro texto, o arquiteto completa a crítica de 1969 ao constatar que a industrialização não chegou aos nossos canteiros de obras exatamente porque é um dos setores produtivos o qual, pelo atraso – a pesada exploração do trabalhador em um processo produtivo de manufatura –, garante as mais altas taxas de lucro necessárias ao equilíbrio estrutural do sistema, em conjunto com os setores avançados, contando com taxas bem menores (pelo baixo uso de força de trabalho). Nesses textos a raiz de pensamento marxista aparece com força, dando à arquitetura papel central na reprodução do capital pelo fetichismo da forma mercadoria. Segundo Sérgio – e esse é um salto na crítica – a obra de arquitetura é mercadoria, pois tem todas as suas determinações, principalmente a de ser produção social. Além disso, ela carrega consigo um fator fundamental: sua forma aparente, que na mercadoria se automatiza, cria “vida própria”, com o objetivo de ocultar a história de sua produção.

Assim, a nova geração questiona as formulações de seus mestres: a arquitetura só cumpriria sua “função redentora” se repensada a partir de novas relações de trabalho no canteiro de obras, materiais e técnicas disponíveis. O novo centro da discussão, para pensar novas práticas, é a divisão do trabalho, não apenas o desenvolvimento das forças produtivas. E essa é uma diferença fundamental, pois se os herdeiros da “escola paulista” relacionam-se positivamente com a crítica – trazendo dela os momentos do sistema no qual é ele mesmo que trabalha, supostamente, para sua autodestruição –, Sérgio Ferro traz uma leitura diferenciada de Marx, enfatizando, principalmente, o fetiche da mercadoria e as relações de produção.

É a partir desses elementos que Sérgio Ferro faz não apenas uma dura crítica à história da arquitetura, como – e principalmente – à arquitetura moderna produzida e reproduzida a partir de determinado momento histórico, e até hoje reconstrói formas vazias. É nesse momento, segundo a crítica do arquiteto, que a *forma* na arquitetura chega a “liberdades” jamais vistas, perdendo totalmente sua vinculação com a base da produção. Daí sua análise da cisão entre o canteiro e o desenho, sendo este último não apenas meio de produção, mas elemento essencial para a manutenção da exploração do trabalhador ao submetê-lo a uma participação na produção de forma fragmentada, dentro de hierarquia rígida e alienadora.

É nessa perspectiva que o debate sobre a nossa arquitetura deve ser reaberto. Sérgio Ferro, a partir desta publicação, chega em momento adequado: quando a dita “esquerda” no Brasil está sem perspectivas, a insistência na análise crítica é mais do que bem-vinda. É a partir de uma visão qualificada sobre a arquitetura, levando em conta os desafios os quais o capitalismo impõe à “arte” de produção da cidade e da prática profissional, que podemos mais uma vez retomar a importância do lançamento deste livro: trata-se de buscar a superação de automatismos e reproduções pela crítica, e a (re)leitura de Sérgio Ferro, nestes termos e neste momento, mostra-se fundamental.

---

**Beatriz Bezerra Tone**

Arquiteta formada pela FAUUSP em 2002, trabalha na assessoria técnica Usina desde 2001.

**Isadora Guerreiro**

Arquiteta formada pela FAUUSP em 2005, trabalha na assessoria técnica Usina desde 2005.

e-mail: [isaguerreiro@uol.com.br](mailto:isaguerreiro@uol.com.br)





## METRÓPOLE: ABSTRAÇÃO

AZEVEDO, RICARDO MARQUES DE. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 2006, 144P. (COLEÇÃO ESTUDOS, N. 224).

Andréa Buchidid Loewen

pós- 243

### SKIAGRAPHIA DA METRÓPOLE

A Editora Perspectiva lançou, em sua coleção Estudos, o livro *Metrópole: Abstração*, de Ricardo Marques de Azevedo. A obra é fruto de investigação, iniciada em 1984 no programa de pós-graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que resultou na tese de doutorado defendida em 1993 e agora, longa e diligentemente revista, vem à luz, descerrando um vigor e uma atualidade a qual em muito a distancia dos escritos estritamente historiográficos.

Partindo da consolidação das capitais européias no século 18 – Paris, Madri, Turim, Londres –, velhas cidades cujas reordenações se espelham na renovada cena da *Roma Triumphans*, o autor explicita como a incumbência da representação do poder que se lhes atribui impõe não apenas a conformação de novos lineamentos sobre vetustos tecidos, mas também a coreografia de rotinas, normas e usos para a população heterogênea que nelas se aglomera. Na ordenação reticulada e nos núcleos irradiantes entrelaçados às velhas tramas, entremetem-se entre a corte e suas tropas de serviçais, acólitos e burocratas, levas de camponeses também assimilados pelo comércio ou pelos ofícios encarregados do provimento de demandas das utilidades, ou das futilidades, recém-criadas.

Nos dois primeiros capítulos, manifestando a distinção qualitativa entre capitais e cidades de província, Ricardo Marques deslinda a formação das metrópoles – hipertrofiados centros de uma vida pública comparável apenas à da Roma pagã – e delinea o ambiente de encontro entre estranhos, no qual cada um pode, dissimuladamente, representar personagens e apresentar atitude impessoal, apática. Tal representação pressupõe e estimula a criação de códigos capazes de evidenciar as condições sociais reivindicadas pelas personagens, assim, as metrópoles assistem à instalação das modas, ordem de convenção cuja atualização é passível de ser aferida. Desse modo, recorda o autor, “o démodé nunca é o antigo, mas aquilo que acabou de passar e, segundo as coerções do

*consumo, quando mais presto for o processo de obsolescência, mais eficazmente far-se-ão segregações*".

Lúcido, o escrito aponta a reverberação de tais conjunções na literatura desde as Luzes: relembra o escárnio de Montesquieu acerca da tolice dos costumes e da arbitrariedade das convenções vistos em Paris, o chincalho de Voltaire sobre a desafortunada busca dos parisienses pelo prazer, e a repulsa de Rousseau à corrupção disseminada nas grandes cidades. Nos tempos da diderotiana *Encyclopédie*, que postulava instituir o que fosse incondicionalmente o "homem" e a "razão", o autor observa a difusão de um "viés abstratizante" o qual, privilegiando conceitos universais, acaba por preterir o singular, e, assim, o indivíduo.

Nesse cenário, comparece, hiperbólica, a descrição do aparecimento de outra nova personagem, a "multidão", massa inquieta, que marca e abala, formada pela dissolução do sujeito e pela diluição das personalidades. Os olhos dirigidos à metrópole divisam conluíus, conjuras e conspirações, presenciam a proliferação de jornais, folhetins, *réclames* e *affiches*, testemunham exposições nacionais e universais, acompanham a construção de lojas de departamentos, de galerias, de jardins e parques públicos, assimilando os novos comportamentos coletivos, mas também, por outro lado, advertem a melancolia e a nostalgia que denunciam resistência aos novos modos.

Na comovente elocução de Ricardo Marques sobre a metrópole também atuam romances – como os de Balzac, Stendhal, Dickens e Poe –, além da poética baudelaireana que desposa a multidão e flagra no proscênio parisiense "*variadas personificações do moderno: o snob, o apache, o flâneur, o dândý e uma passante, que se apresentam nos caffés, boulevards, cabarets e galerias*". Imerso na lírica que canta a Paris *fin-de-siècle*, o leitor sorve a *nova* sensibilidade da arte simbolista e é convocado a contemplar, mentalmente, a desvanescente luz da pintura impressionista a capturar, com o olhar de relance, a instantaneidade dos acontecimentos.

Se, por um lado, a abstração e a impessoalidade albergadas na metrópole provocam indiferença, desesperança, cansaço e ansiedade, por outro lado despertam modernas visões, como a de Mondrian, que toma a metrópole como o lugar no qual se desenvolve "*o temperamento artístico matemático vindouro, de onde emergirá o novo estilo*". Entretanto, convém sublinhar, ao contrário da historiografia "encomiástica" do movimento moderno – como a cunhada por Pevsner, Giedion, Zevi e Benevolo – que convencionou atribuir suas nascentes às circunstâncias da Revolução Industrial, Ricardo Marques, alinhando-se às interpretações críticas propostas por Kaufmann, Scully, Collins, e sobretudo Rykwert, reconhece nos embates e debates das Luzes parte dos valores e idéias retomados pelas vanguardas do século 20. Com grande erudição, o autor adverte ser o século 18, e não o 19, aquele "*que recupera a idéia de uma Natureza que abarca a natureza humana, tendo-se esta por ilimitadamente perfectível, a par do avanço da Ciência. Gênese e progresso, triunfo anunciado do esclarecimento sobre as sombras, são, como dos savants iluministas, temas dos construtivos*". Todavia, acutíssimo, o autor ainda atenua a anacrônica leitura dos escritos de Kaufmann e que tomavam Lodoli como o prenunciador do moderno funcionalismo, bem como a pretensão de Tafuri de surpreender um viés

vanguardista nas gravações e nos escritos de Piranesi: “*não é, contudo, pelas premonições de alguns heróis do século XVIII, nem por um putativo vanguardismo das Luzes – procurado onde não poderia existir –, que se pode relacionar as postulações das vanguardas e das Luzes*”.

Em *Metrópole: Abstração* as vanguardas, além de positivas, são também ilustradas; anunciam a construção de um *Novo Mundo* no qual a arte, por inútil, desapareceria. Em seus manifestos, programam formas inusitadas de interação social, “racionalmente ordenadas no horizonte de vivências urbanizadas”, e que, concebendo a superação de pretéritos arraigamentos, postulam a recuperação de ansiadas igualdade e pureza originárias e, assim, projetam a erradicação do fastio e da angústia os quais acometem o metropolitano.

Vivificando a kierkegaardiana angústia, Ricardo Marques revela, em uma alegoria, a historicidade dos vanguardismos. Defrontando-se com o fim, o leitor compreende que a angústia já estava patente na abertura do livro, na musiliana epígrafe do *Homem sem qualidades*, e, de alguma sorte, também o acompanhou na jornada pela metrópole. Eis outro dos fascínios da escrita de Ricardo Marques, que, no fim, convida para o retorno ao início.

---

**Andréa Buchidid Loewen**

Doutoranda em história e fundamentos da arquitetura e do urbanismo pela FAUUSP, é professora dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas e da Universidade São Francisco.

e-mail: andrealoewen@ig.com.br; andrealoewen@uol.com.br



## PESQUISA ACADÊMICA NA FAUUSP

KATINSKY, JÚLIO ROBERTO. SÃO PAULO: FAUUSP, 2005, 72P.

---

Maria Fernanda Derntl

246

pós-

Esse pequeno conjunto de textos dirigidos aos alunos da FAU e escritos entre 1998 e 2004 têm como propósito orientar a elaboração e o estudo de trabalhos acadêmicos em arquitetura. Neles, Júlio Roberto Katinsky desenvolve alguns aspectos pertinentes ao tema continuamente revisitado em sua longa experiência como professor do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto e da pós-graduação da FAU. Os textos apresentam fundamentos gerais para a elaboração de pesquisas científicas, trazem uma contribuição original a respeito de questões de método e tratam das possibilidades específicas de pesquisa no campo da arquitetura.

Uma das tônicas dos textos de *Pesquisa acadêmica na FAUUSP* é o caráter coletivo do processo de produção do conhecimento. Já no início, defende-se a realização de seminários como “primeiro ato de instalação da pesquisa universitária”. Segue-se um roteiro para elaboração de sinopses a serem apresentadas naqueles seminários, partindo de perguntas fundamentais: O quê? Por quê? Onde? Como? Elementos? Tempo? Em vez de deter-se em temas já bem abordados pelos conhecidos manuais de metodologia de pesquisa, como, por exemplo, a realização de fichas bibliográficas, procura-se mostrar como a imaginação disciplinada pode tornar-se “ferramenta” de trabalho e como a “conversa jogada fora” pode converter-se em um treino da memória. Recomenda-se ainda que a curiosidade, o rigor crítico e autocrítico sejam exercitados metodicamente pelo pesquisador, a quem se solicita uma disposição aberta e afetiva em relação ao mundo.

No texto intitulado “O que é uma tese acadêmica”, Júlio Katinsky parte da apresentação de casos paradigmáticos em diferentes campos do saber para mostrar posturas e estratégias adotadas em trabalhos científicos. O caráter histórico dos resultados a que chegam as pesquisas é ressaltado, discutindo-se brevemente, para alguns dos momentos tratados, as relações entre inovação

(1) SEMINÁRIO NATUREZA E PRIORIDADES DE PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO, 1990, São Paulo. *Anais*. São Paulo: USP/FAU/Comissão de Pesquisa/FUPAM/Fapesp, 1990. Revista *Pós*. *Anais do Seminário Nacional: O Estudo da História na Formação do Arquiteto*. São Paulo: FAUUSP/Fapesp, número especial, outubro 1994. LAMPARELLI, Celso. Metodologia de pesquisa aplicada à arquitetura e ao urbanismo: Uma experiência pedagógica no programa de mestrado da FAUUSP. *Cadernos de Pesquisa do LAP*. São Paulo: FAUUSP, n. 15, set./out. de 1996.

(2) Ver também GOMES, José Cláudio. *A pesquisa no projeto de arquitetura e urbanismo: Sete paradigmas*. In: SEMINÁRIO NATUREZA E PRIORIDADES DE PESQUISA..., p. 29-35; SANOVICZ, Abrahão Velvu. *A pesquisa na área de projeto*. In: SEMINÁRIO NATUREZA E PRIORIDADES DE PESQUISA..., p. 109-115; JORGE, Wilson Edson. *Arquitetura, pesquisa e crítica*. In: SEMINÁRIO NATUREZA E PRIORIDADES DE PESQUISA..., p. 149-151; GASPERINI, Gian Carlo. *Pesquisa básica, pesquisa aplicada e metodologia em arquitetura e urbanismo*. In: SEMINÁRIO NATUREZA E PRIORIDADES DE PESQUISA..., p. 245-250.

(3) KATINSKY, Júlio Roberto. Sete proposições sobre a história da arquitetura. *Revista Pós: Anais do Seminário Nacional: O Estudo da História na Formação do Arquiteto*. São Paulo: FAUUSP/Fapesp, número especial, p. 119-121. out. 1994.

técnica, ciência e consolidação dos conhecimentos nas universidades. Para isso, são apresentados os casos da descoberta do peso específico dos corpos por Arquimedes e seu aperfeiçoamento por Galileu Galilei; têm-se também os casos da tese de Santo Tomás de Aquino em *O ser e a essência*; um hilariante debate universitário por meio de mímicas; inovações científicas no trabalho de médicos europeus e mestres fortificadores; o desenvolvimento das técnicas úteis à navegação, etc. Essa erudita apresentação de casos cuidadosamente referenciados acaba tendo autonomia e sabor próprios, o que pode acabar desviando a atenção do leitor da linha de raciocínio principal.

É em um segundo momento desse mesmo texto que o autor trata dos problemas da pesquisa em arquitetura. Uma das controvérsias em torno desse tema, como se pode ver em seminários e publicações especializadas<sup>1</sup>, envolve, por um lado, uma certa linha de pensamento salientando o caráter interdisciplinar dos conteúdos e métodos pertinentes à arquitetura e ao urbanismo; e, por outro lado, defende-se seu específico campo disciplinar e seus próprios procedimentos metodológicos. Embora Júlio Katinsky mostre que a pesquisa em arquitetura partilha de estratégias gerais aplicáveis às ciências, como se vê, também não deixa de reconhecer a natureza intrínseca do objeto de estudo a ela pertencente. Katinsky distingue três “visadas” fundamentais para o estudo da arquitetura, relacionadas, respectivamente, com as áreas de tecnologia, história e projeto. Na “visada tecnológica” o objeto de investigação é considerado “como se fosse o objeto real”, procurando-se privilegiar “fenômenos os quais interferem nas obras da cidade, do edifício, dos objetos”; na segunda visada, o objeto é “sujeito da história” e o trabalho de pesquisa se aplica a “um trecho da atividade da arquitetura ou da arte”; a terceira visada “contempla o sujeito e o objeto simultaneamente”. Neste último caso, trata-se da análise da trajetória de um arquiteto ou artista por sua produção em projeto, considerando-se o “projeto como pesquisa de projeto” – algo que, conforme o autor, há muito se reivindica<sup>2</sup>. Júlio Katinsky recupera a idéia da “tese arquitetônica” – a tese “inscrita nas paredes e no espaço do edifício” – e insiste na necessidade de reconhecê-la e verbalizá-la. Retomando a primeira de suas “Sete Proposições sobre História da Arquitetura”<sup>3</sup>, o autor defende que os estudos devam se encaminhar, antes de tudo, como contribuição para a produção e a atividade do arquiteto.

Em anexo, há um relato do modo como se desenvolveram dois trabalhos acadêmicos da autoria do próprio Júlio Katinsky – um deles sobre as casas bandeiristas e o outro sobre a perspectiva exata. O interesse desse anexo está não apenas na exposição do raciocínio empregado para tratar daqueles assuntos, mas também em trazer à luz os bastidores da pesquisa, mostrando o valor do acesso a documentos, do apoio de um amigo ou de um livro que um dia lhe veio às mãos.

Em seu conjunto, esses textos introduzem bases para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas na FAU e incentivam a capacidade criadora do pesquisador, cujo trabalho, afinal, é também descobrir o objeto de estudo e conquistar os meios de análise mais apropriados. Lamenta-se apenas que as questões teórico-metodológicas específicas da arquitetura não tenham tido um

tratamento mais extenso. Como se sabe, desde sua implantação, a FAU sempre foi fértil em reflexões e debates sobre o ensino em sua área. Mas, fora das disciplinas especializadas em metodologia de pesquisa, ainda se dá pouca atenção ao conhecimento mais aprofundado dos modos de trabalhar a pesquisa em arquitetura e das implicações de determinados métodos, fontes e referenciais teóricos.

---

**Maria Fernanda Derntl**

Arquiteta, mestra e doutoranda pela FAUUSP.  
e-mail: mariafernanda\_d@yahoo.com.br



# 8 | COMUNICADOS

# TESES E DISSERTAÇÕES

1ª semestre 2006

## Teses

SELDO DAL BELO

*Layout:* Uma aplicação na arquitetura da habitação

Data: 26.01.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): José Jorge Boueri Filho, Carlos Alberto Inácio Alexandre, Rosaria Ono, Nilson Franco Martins, João Ubiratan de Lima e Silva

ANA VIRGINIA CARVALHES DE FARIA SAMPAIO

Arquitetura hospitalar: Projetos ambientalmente sustentáveis, conforto e qualidade. Proposta de um instrumento de avaliação

Data: 02.02.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Anésia Barros Frota, Sheila Walbe Ornstein, Paulo Julio Valentino Bruna, Luiz Antonio Nogueira Martins, Racine Tadeu de Araujo Prado

ADRIANA VOLPON DIOGO RIGHETTO

Do desenho ao modelo: A apresentação do projeto arquitetônico

Data: 09.02.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): José Jorge Boueri Filho, Carlos Alberto Inácio Alexandre, Maria Cecília Loschiavo dos Santos, José Carlos Plácido da Silva, Ari Antonio da Rocha

INÁ ROSA DA SILVA

A cidade sendo redesenhada pelos vazios: Franco da Rocha nas terras de Juquery

Data: 13.02.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Carlos Eduardo Zahn, Murillo Marx, Cibele Haddad Taralli, Lisete Terezinha Assen de Oliveira, Artur Ferreira Cole

SÉRGIO TORRES MORAES

A permeabilidade em corredores de transporte como fator de sustentabilidade regional

Data: 17.02.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Adilson Costa Macedo, José Luiz Caruso Ronca, Klara Anna Maria Kaiser Mori, Denise Barcellos Pinheiro Machado, José Ronal Moura de Santa Inês

CLÁUDIA RUBERG

A destinação dos resíduos sólidos domiciliares em megacidades: O caso de São Paulo

Data: 09.02.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Geraldo Gomes Serra, Ualfrido Del Carlo, João Roberto Leme Simões, Arlindo Philippi Júnior, Gilson Lameira de Lima

NELSON SARAIVA DA SILVA

Arquitetura da maior à menor escala: Vivências, projetos, e reflexões sobre os lugares marinhos catarinenses

Data: 23.02.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Sylvio Barros Sawaya, Miguel Alves Pereira, Jorge de Rezende Dantas, Almir Francisco Reis, Paulo Renato Bicca

VALTER LUIS CALDANA JÚNIOR

Projeto de arquitetura: Caminhos

Data: 03.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Joaquim Manoel Guedes Sobrinho, Sylvio Barros Sawaya, Vera Maria Pallamin, Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota, Paula Katakura

NANCI SARAIVA MOREIRA

Espaços educativos para a escola de ensino médio:

Proposta para as escolas do estado de São Paulo

Data: 06.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Sheila Walbe Ornstein, Cibele Haddad Taralli, Gilda Collet Bruna, Luis Carlos de Menezes, Gleice Virginia Medeiros de Azambuja Elali

CLÁUDIA SUELY RODRIGUES DE CARVALHO

Preservação da arquitetura moderna: Edifícios de escritórios no Rio de Janeiro construídos entre 1930-1960

Data: 09.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Lúcio Gomes Machado, Nestor Goulart Reis Filho, Beatriz Mugayar Kühl, Marcos Tognon, Cláudia Carvalho Leme Nóbrega

ANTONIO SOUKEF JÚNIOR

A ferrovia e a cidade: A experiência de Bauru

Data: 09.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Murillo Marx, Beatriz Mugayar Kühl, Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Marisa Varanda Carpintero, Ana Luisa Martins

MARIA INÊS LAGE DE PAULA

Instrumento metodológico para determinação do potencial de otimização energética nos setores industrial e de serviços

Data: 10.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Marcelo de Andrade Roméro, Denise Helena Silva Duarte, Joana Carla Soares Gonçalves, Fúlvio Vitorino, Alberto Hernandez Neto

FERNANDA BORGES DE MORAES

A rede urbana das minas coloniais: Na urdida do tempo e do espaço

Data: 13.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Carlos Alberto Cerqueira Lemos, Nestor Goulart Reis Filho, Regina Maria Prospero Meyer, Candido Malta Campos Neto, Friedrich Ewald Renger

MAURICIO MONTEIRO VIEIRA

Oferta de habitação de interesse social na área central de São Paulo: Contribuições para o aprimoramento dos processos a partir da avaliação pós-ocupação

Data: 15.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Sheila Walbe Ornstein, Khaled Ghoubar, Gilda Collet Bruna, Witold Zmitrowicz, Alex Kenya Abiko

MARIA AIMÉE CHAGURI GALLERANI

Do plano à realidade: A área de proteção ambiental da região de Sosas e Joaquim Egídio, em Campinas/SP

Data: 16.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Maria Angela Faggin Pereira Leite, Eugênio Fernandes Queiroga, Fábio Mariz Gonçalves, Ivone Salgado, Cintia Maria Afonso

SÉRGIO LUIS ABRAHÃO

O processo de significação do espaço público urbano como espaço público político

Data: 17.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Maria Cristina da Silva Leme, Vera Maria Pallamin, José Tavares Correia de Lira, Cibele Saliba Rizek, Ana Maria Fernandes

SUELI FERREIRA DE BEM

Conversa de patrimônio em Jundiá

Data: 17.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Ana Lucia Duarte Lanna, Maria Lucia Bressan Pinheiro, Nilton Ricoy Torres, Ana Luisa Martins, Marly Rodrigues

LETICIA COELHO SQUEFF

Uma galeria para o império: A coleção de quadros nacionais formando a escola brasileira

Data: 21.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Ana Maria de Moraes Belluzzo, Maria Cecília França Lourenço, Luciano Migliaccio, Paulo Mugayar Kühl, Marcelo Mattos Araujo

LIA MAYUMI

Taipa, canela preta e concreto: Um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo

Data: 21.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Carlos Alberto Cerqueira Lemos, Murillo Marx, Beatriz Mugayar Kühl, Marly Rodrigues, Marcos José Carrilho

ANA ELENA SALVI

Cidadelas da civilização: Políticas norte-americanas no processo de urbanização brasileira com ênfase na metropolização paulistana dos anos 1950 a 1969

Data: 24.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Dácio Araujo Benedicto Ottoni, Sylvio Barros Sawaya, José Eduardo de Assis Lefèvre, Antonio Pedro Tota, Giovanni Spalla

ANNA BEATRIZ AYROZA GALVÃO

A monumentalidade em Lucio Costa projeto de arquitetura e cidade moderna

Data: 27.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Maria Cristina da Silva Leme, Fernanda Fernandes da Silva, Agnaldo Aricê Caldas Farias, Carlos Alberto Ferreira Martins, Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes

ANDRÉA RIBEIRO GOMES

Habitação: Muito mais que uma moradia

Data: 27.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Khaled Ghoubar, Maria Ruth Amaral de Sampaio, Sylvio Barros Sawaya, Frank Algot Eugen Svensson, Alex Kenya Abiko

CONCEIÇÃO DE MARIA FERRAZ DE VARON

São Paulo: Terra, propriedade e descontrolado

Data: 27.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Suzana Pasternak, Emilio Haddad, Marta Dora Grostein, Raquel Glezer, Lucia Noemia Simoni

DALVA ELIAS THOMAZ

Artigas: A liberdade na inversão do olhar. Modernidade, realidade, utopia e a arquitetura brasileira

Data: 28.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Júlio Roberto Katinsky, Fernanda Fernandes da Silva, Monica Junqueira de Camargo, Vera Santan Luz, João Carlos Rodolpho Stroeter

CARMEM SILVIA MALUF

O cerrado brasileiro: A necessidade de um novo paradigma para o planejamento sustentável

Data: 29.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Jorge Hajime Oseki, Maria Angela Faggin Pereira Leite, Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins, Marcio Augusto de Sousa Nogueira, Rouverson Pereira da Silva

MARIA TERESA DE STOCKLER E BREIA

A transição do ensino da arquitetura *beux-arts* para o ensino da arquitetura moderna na Faculdade de Arquitetura Mackenzie – 1947-1965

Data: 29.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Paulo Julio Valentino Bruna, Wilson Edson Jorge, Luiz Américo de Souza Munari, Marcia Serra Ribeiro Viana, Sylvia Ficher

pós-  
251

**KARIN IANINA MATZKIN**

Cidades latino-americanas: Convergência ou diversidade no processo de produção contemporânea do espaço

Data: 29.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Csaba Deak, João Sette Whitaker Ferreira, Klara Anna Maria Kaiser Mori, Lucia Maria Machado Bogus, Sandra Lencioni

**KÁTIA AZEVEDO TEIXEIRA**

Ensino de projeto: Integração de conteúdos

Data: 31.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Adilson Costa Macedo, Siegbert Zanettini, Paulo Julio Valentino Bruna, Wilson Ribeiro dos Santos Jr., Isabel Franchi Cappelletti

**MÁRIO HENRIQUE DE CASTRO CALDEIRA**

Arquitetura para educação: Escolas públicas em São Paulo (1934-1962)

Data: 31.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Maria Ruth Amaral de Sampaio, Celso Monteiro Lamparelli, Júlio Roberto Katinsky, Carlos Alberto Ferreira Martins, Ester Buffa

**ÍTALO ITAMAR CAIXEIRO STEPHAN**

A aplicação dos planos diretores e leis de controle do uso e ocupação do solo em cidades de médio porte demográfico, no estado de Minas Gerais, no período de 1988-1998

Data: 03.04.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Flávio José Magalhães Villaça, Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins, Nabil Georges Bonduki, José Geraldo Simões Júnior, Sarah Feldman

**MARIA BEATRIZ CAMARGO CAPELLO**

Arquitetura em revista: Arquitetura moderna no Brasil e sua recepção nas revistas francesas, inglesas e italianas (1945-1960)

Data: 03.04.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Lucio Gomes Machado, Fernanda Fernandes da Silva, José Tavares Correia de Lira, Clara Luiza Miranda, Carlos Alberto Ferreira Martins

**VERA CRISTINA OSSE**

Bambu: Cultura e paisagem

Data: 06.04.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Maria de Assunção Ribeiro Franco, Vladimir Bartalini, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima, Paulo Chiesa, Cássia Regina Mariano

**LUIZ ANTONIO DE PAULA NUNES**

A construção da esfera pública no planejamento urbano. Um percurso histórico: Santos, 1945-2000

Data: 06.04.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Maria Cristina da Silva Leme, Nabil Georges Bonduki, Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins, Vera da Silva Telles, Alcindo Fernandes Gonçalves

**VALDIR ZONTA ZANETTI**

Planos e projetos ausentes: Desafios e perspectivas da requalificação das áreas centrais de São Paulo

Data: 06.04.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Benedito Lima de Toledo, Dácio Araujo Benedicto Ottoni, Candido Malta Campos Filho, Decio Amadio, José Magalhães Jr.

**DENISE ANTONUCCI**

Morfologia urbana e legislação urbanística: Estudo de setores de bairros na cidade de São Paulo no período de 1972/2002

Data: 07.04.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Maria Cristina da Silva Leme, Eduardo Alberto Cuce Nobre, Luis Antonio Jorge, Pedro Manuel Rivaben de Sales, Virginia Pitta Pontual

**ANA KLÁUDIA DE ALMEIDA VIANA PERDIGÃO**

A dimensão afetiva da arquitetura de espaços habitacionais

Data: 07.04.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Gilda Collet Bruna, Wilson Edson Jorge, Sheila Walbe Ornstein, Zélia Ramozzi Chiarottino, Ana Clara Torres Ribeiro

**KYUNG MI LEE**

Uma proposta para avançar nas questões de sustentabilidade para habitações de interesse social

Data: 07.04.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Ualfrido Del Carlo, Maria de Assunção Ribeiro Franco, Marly Namur, José Magalhães Jr., Eduardo Trani

**MAURO LUIZ NEVES NOGUEIRA**

Da análise ao projeto: Elementos invariantes da qualidade do edifício

Data: 07.04.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Bruno Roberto Padovano, Adilson Costa Macedo, Lucio Gomes Machado, Pablo César Benetti, Anne Marie Sumner

**GENI TAKEUCHI SUGAI**

Requalificação de antigas áreas industriais: Novos significados para o bairro da Mooca

Data: 12.04.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Arnaldo Antonio Martino, Eduardo Luiz Paulo Riesencampf de Almeida, Anália M. M. de Carvalho Amorim, Paulo Roberto Corrêa, Ricardo Hernan Medrano

**MARIA AMÉLIA DEVITTE FERREIRA D'AZEVEDO LEITE**

A aprendizagem tecnológica do arquiteto

Data: 13.04.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Ricardo Toledo Silva, Francisco Segnini Júnior, Siegbert Zanettini, Yopanan Conrado Pereira Rebello, Wilson Ribeiro dos Santos Jr.

JOSÉ FLÁVIO CURY

A gestão integrada de bacias hidrográficas: A abertura de uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável do Alto Paranapanema

Data: 20.04.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): José Luiz Caruso Ronca, Carlos Eduardo Zahn, Ricardo Toledo Silva, Eduardo Abdo Yázigi, Angélica Aparecida Tanus Benati Alvim

OCTÁVIO DE LIMA MENDES LACOMBE

Diagramas digitais: Pensamento e gênese da arquitetura mediada por tecnologias numéricas

Data: 31.05.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Lucrécia D'Alessio Ferrara, Luis Antonio Jorge, Khaled Ghoubar, Fabio Duarte de Araújo Silva, Joubert José Lancha

JOSÉ MARQUES CARRIÇO

Baixada Santista: Transformações produtivas e socioespaciais na crise do capitalismo após a década de 1980

Data: 29.06.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Sueli Terezinha Ramos Schiffer, Csaba Deak, Ana Lucia Duarte Lanna, Luiza Naomi Iwakami, Nádia Somekh

### Dissertações

PATRICIA ZANDONADE

Conjuntos habitacionais no tecido urbano da área metropolitana de São Paulo – O caso da região leste (1930/1986)

Data: 27.01.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Nestor Goulart Reis Filho, Marta Dora Grostein, Sidnei Júnior Guadanhim

PATRICIA ELENA TROSTER RODRIGUES ALVES

Áreas livres em conjuntos habitacionais na cidade de São Paulo

Data: 06.02.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Jorge Hajime Oseki, Vladimir Bartalini, Margarida Maria de Andrade

DANIELA RAMALHO

Rio Tamanduateí: Nascente à foz – percepções da paisagem e processos participativos

Data: 15.02.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima, Jorge Hajime Oseki, Aldo da Cunha Rebouças

EDISON KIYOSHI TSUTSUMI

Parque Fernanda: Do concebido ao vivido

Data: 17.02.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Jorge Hajime Oseki, Khaled Ghoubar, Luiz Reinaldo de Azevedo Cardoso

CLARISSA DUARTE DE CASTRO SOUZA

Planejamento urbano e políticas públicas em projetos de requalificação de áreas portuárias; Porto de Santos – desafio deste novo século

Data: 08.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Antonio Cláudio M. Lima e Moreira, João Sette Whitaker Ferreira, Leila Regina Diêgoli

MARISA PULICE MASCARENHAS

Os centros educacionais unificados da cidade de São Paulo

Data: 08.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Flávio José Magalhães Villaça, Maria Lucia Caira Gitahy, Candido Malta Campos Neto

FABIO LUIZ DE ABREU

Parâmetros climáticos para a arquitetura; definição de zoneamento para o estado de São Paulo a partir do estudo de condicionantes relevantes para inverno e verão

Data: 09.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Marcelo de Andrade Roméro, Ualfrido Del Carlo, Alberto Hernandez Neto

SERGIO MATERA

Carlos Millan: Um estudo sobre a produção em arquitetura

Data: 10.03.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): José Eduardo de Assis Lefèvre, Monica Junqueira de Camargo, Carlos Roberto Monteiro de Andrade

LUIZ RICARDO PEREIRA LEITE

Estudo das estratégias das empresas incorporadoras do município de São Paulo no segmento residencial no período 1960-1980

Data: 05.06.06

Banca – Profs.(as) Drs.(as) Orientador(a): Emilio Haddad, Paulo Julio Valentino Bruna, Fábio Luiz Mariotto

## Revista Pós

### NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

1. A *Revista Pós* aceita trabalhos na forma de artigos, projetos comentados, desenhos ou fotos artísticas.

2. Todo o material recebido será submetido à Comissão Editorial, que indicará especialistas internos e externos para emitir pareceres, contemplando as oito áreas de concentração (os nomes dos autores e dos pareceristas não serão revelados).

3. O autor deverá enviar seu nome e sobrenome na forma como deseja publicar, sua formação profissional, incluindo graduação e pós-graduação (título e instituição). Se o artigo for resultante de dissertação ou tese, mencionar a relação com o texto e o nome do orientador. O contato do autor deve incluir endereço postal, endereço eletrônico e telefone. A autoria deverá ficar oculta no corpo do texto. Todas as informações referentes à autoria e contato devem ser enviadas em folha separada do texto.

4. Ao submeter um trabalho, o autor deve enviar uma declaração assinada que o artigo é inédito em português. Caso o mesmo artigo for republicado em outro periódico ou livro, deverá constar nota indicando que foi originariamente publicado em *Revista Pós*, n. x, ISSN 1518-9594.

5. A revista publica artigos de profissionais ligados a outras instituições de ensino e pesquisa e em outros idiomas e tem como critério de seleção a consistência teórica e adequação à linha e às normas editoriais da revista.

6. Os artigos devem ser encaminhados em disquete e/ou CD-R, juntando duas cópias impressas.

7. Todos os artigos deverão ter título e resumo no idioma de origem, e em inglês e espanhol. Se o texto for em língua estrangeira, deve obrigatoriamente também conter estas informações em português.

8. Os textos apresentados são de inteira responsabilidade dos autores. Constatando-se a necessidade de alterações nos conteúdos originais, os autores serão comunicados.

9. Os artigos já encaminhados para obtenção de pareceres ou em fase de produção gráfica NÃO poderão ser alterados ou substituídos.

10. Todos os artigos passarão por revisão gramatical, ortográfica e padronização editorial. A padronização poderá ser alterada com autorização da editora-chefe, porém as normas gramaticais/editoriais serão respeitadas.

11. Todas as imagens deverão ter legendas e créditos/fonte. As reproduções de imagens de outros

autores, revistas e/ou livros são de inteira responsabilidade do autor.

12. Os editores se reservam o direito de não publicar artigos que, mesmo selecionados, não estejam rigorosamente de acordo com estas instruções.

13. Os autores dos artigos científicos terão direito a 3 (três) exemplares da publicação, e os autores das demais colunas, 2 (dois) exemplares. As colaborações com autoria em equipe seguem regra de autoria individual com acréscimo de um exemplar.

#### FORMATO

Times New Roman = 12, word 6.0 ou superior, sem formatação, entrelinhas = 1,5 - margens = 2,5.

Número de Páginas: entre 10 e 20 (21 a 42 mil caracteres), incluindo tabelas, gráficos, referências bibliográficas, etc.

Resumo e Abstract: 1.000 a 1.500 caracteres.

Palavras-chave: de 4 a 6.

Bibliografia: No final do texto, contendo todas as obras citadas e rigorosamente de acordo com normas da ABNT em vigor, com citações em itálico e entre aspas, com referência completa, incluindo número da página.

Ilustrações: 3 a 5, legendadas, com fonte e autoria, de alta qualidade reprodutiva; se escaneadas, usar 300 dpi em formato tiff.

OBS 1: Para o uso de imagens extraídas de outras publicações, o autor deve anexar autorização para republicação.

OBS 2: As imagens poderão vir em folhas separadas, mas devidamente indicadas ao longo do texto.

#### FORMATO DAS OUTRAS COLUNAS

II – DEPOIMENTOS: de 25 a 50 mil caracteres, incluindo imagens.

III – CONFERÊNCIAS, EVENTOS, NÚCLEOS, LABORATÓRIOS E SERVIÇOS: de 10 a 20 mil caracteres, livre uso de imagens.

IV – RESENHAS: de 4 a 6 mil caracteres, ilustração de capa, autor, editora, n. de páginas, minicurrículo do(a) resenhista, endereço postal e eletrônico.

OS TEXTOS DEVERÃO SER ENCAMINHADOS PARA:  
Redação da PÓS-FAUUSP  
Rua Maranhão, 88, Higienópolis - 01240-000 – São Paulo – (11)3257-7688 ramal 30  
rvposfau@edu.usp.br



## Revista Pós

### NORMAS PARA PRESENTACIÓN DE TRABAJOS

1. La *Revista Pós* acepta trabajos en la forma de artículos, proyectos comentados, diseños o fotos artísticas.

2. Todo el material recibido será sometido al Comité Editorial, el que indicará especialistas internos y externos para emitir valoraciones, considerando las ocho áreas de concentración (los nombres de los autores y de los especialistas no serán revelados).

3. El autor deberá enviar su nombre y apellidos en la forma como desea publicar, su formación profesional, incluyendo graduación y post-graduación (título e institución). Si el artículo es resultado de disertación o tesis, mencionar la relación con el texto y el nombre del tutor. El contacto del autor debe incluir dirección de correo, dirección postal y teléfono. La autoría deberá permanecer oculta en el cuerpo del texto. Todas las informaciones relativas a autoría y contacto deben ser enviadas en hoja separada del texto.

4. En la presentación de un trabajo, el autor debe enviar una declaración firmada de que el artículo es inédito en portugués. Caso el mismo artículo sea republicado en otro periódico o libro, deberá constar nota indicando que se ha publicado originariamente en *Revista Pós*, n. x, ISSN 1518-9594.

5. La revista publica artículos de profesionales vinculados a otras instituciones de enseñanza e investigación y en otros idiomas, y tiene como criterio de selección la consistencia teórica y adecuación a la línea y a las normas editoriales de la revista.

6. Los artículos deben ser encaminados en disquete y/ o CD-R, acompañados de dos copias impresas.

7. Todos los artículos deben tener título y resumen en el idioma de origen, y en inglés y español. Caso el texto sea en lengua extranjera, debe obligatoriamente contener también esas informaciones en portugués.

8. Los textos presentados son de responsabilidad exclusiva de los autores. Si se verifica la necesidad de alteraciones en los contenidos originales, los autores serán informados.

9. Los artículos ya encaminados para la valoración de los especialistas o en fase de producción gráfica NO podrán ser modificados o sustituidos.

10. Todos los artículos pasarán por revisión gramatical, ortográfica y la padronización editorial. La padronización podrá ser alterada con autorización de la editora-jefe, pero las normas gramaticales y editoriales serán respetadas.

11. Todas las imágenes deberán tener subtítulos y créditos/fuente. Las reproducciones de imágenes de

otros autores, revistas y/o libros son de total responsabilidad del autor.

12. Los editores se reservan el derecho de no publicar artículos que, aunque seleccionados, no estén rigurosamente de acuerdo con estas instrucciones.

13. Los autores de los artículos científicos tienen derecho a 3 (tres) ejemplares de la publicación, y los autores de las otras columnas, 2 (dos) ejemplares. Las colaboraciones con autoría colectiva siguen la norma de autoría individual con incremento de un ejemplar.

#### FORMATO

Times New Roman = 12, word 6.0 o superior, sin formatear, entrelíneas = 1,5 - márgenes = 2,5.

Número de Páginas: entre 10 y 20 (21 a 42 mil caracteres), incluyendo tablas, gráficos, referencias bibliográficas, etc.

Resumen y Abstract: 1.000 a 1.500 caracteres.

Palabras clave: de 4 a 6.

Bibliografía: Al final del texto, con todas las obras citadas y rigurosamente de acuerdo con las normas de la ABNT en vigor, con citas en itálic y entre comillas, con referencia completa, inclusive número de la página.

Ilustraciones: 3 a 5, subtituladas, con fuente y autoría, de alta calidad para reproducción; si escaneadas, usar 300 dpi en formato tiff.

OBS 1: Para el uso de imágenes extraídas de otras publicaciones, el autor debe anexar autorización para republicación.

OBS 2: Las imágenes se pueden presentar en hojas separadas, siempre que estén debidamente indicadas a lo largo del texto.

#### FORMATO DE LAS OTRAS COLUMNAS

II – TESTIMONIOS: de 25 a 50 mil caracteres, incluyendo imágenes.

III – CONFERENCIAS, EVENTOS, NUCLEOS, LABORATORIOS Y SERVICIOS: de 10 a 20 mil caracteres, libre uso de imágenes.

IV – RESEÑAS: de 4 a 6 mil caracteres, ilustración de capa, autor, editora, n. de páginas, minicurrículo del autor, dirección postal y electrónica.

#### LOS TEXTOS DEBEN SER ENVIADOS A:

Redação da PÓS-FAUUSP

Rua Maranhão, 88, Higienópolis – 01240-000 – São Paulo – (11)3257-7688 ramal 30  
rvposfau@edu.usp.br

pós- 255

## Revista PóS RULES FOR SUBMITTING PAPERS

*Revista PóS* accepts articles, commented projects, drawings or artistic photos.

All material received will be submitted to the Editorial Board, which will assign it to internal and external specialists for review and opinion, in eight areas of study. The names of authors and reviewers will not be disclosed to one another.

The author must send his/her given name and last name in the format intended to appear in the publication, and his/her professional background, including undergraduate and graduate studies (degree and institution). If the article results from a master's or a doctoral thesis, the author must specify the relation with the text and the name of the academic adviser. The author's contact information must include postal address, e-mail address and telephone number. The name of the author must be removed from the body of the text. All author and contact information must be submitted on a separate page.

When submitting a paper, the author must attach a signed statement that the article has not already been published in Portuguese. If the same article is later republished in another periodical or book, it must include a note stating that the text was originally published in *Revista PóS*, no. xx, ISSN 1518-9594.

*Revista PóS* publishes articles by professionals associated with other learning and research institutions, as well as in other languages. The selection criteria are theoretical consistency and suitability to the magazine's editorial content and orientation.

The articles must be submitted on a floppy disk and/or CD-ROM, together with two printed copies.

All articles must have their title and abstract in the original language as well as in English and Spanish. If the text is submitted in a foreign language, it must include the above information in Portuguese.

The authors are fully responsible for any texts submitted. If it is decided that the original content must be changed, the authors will be notified.

Articles already assigned to reviewers or in the graphical production phase may NOT be altered or substituted.

All articles will undergo editing for grammar, spelling and editorial consistency. Editorial decisions may be changed with the consent of the editor-in-chief, but grammar and editorial standards will always apply.

All images must have captions and credits or sources. The authors will be fully responsible for any reproduction of images by other authors or from other magazines or books.

The editors reserve the right to refuse publication of any articles that, in spite of having been selected, are not strictly in line with these rules.

The authors of scientific articles will be entitled to three (3) copies of the publication, and the authors of other articles to two (2) copies. Articles written by more than one author follow the rule of individual authors, plus an additional copy.

### FORMAT

Typeface: Times New Roman; size: 12; MS-Word 6.0 or above, without formatting; line spacing: 1.5; margins: 2.5 cm.

Number of pages: between 10 and 20 (21,000 to 42,000 characters), including tables, charts, bibliographical references, endnotes, etc.

Abstract: 1,000 to 1,500 characters

Key words: 4 to 6

Bibliography: It must be at the end of the text, include all sources quoted and follow strictly applicable ABNT standards, with quotes in italic and in quotation marks, with full bibliographic citation, including page number.

Illustrations: 3 to 5, with captions, source and author, of excellent reproductive quality; if scanned, must be in 300dpi and TIFF format.

Note 1: If the images originate from other publications, the author must attach authorization for their republication.

Note 2: The images may be submitted on separate pages, but duly identified in the body of the text.

### FORMAT OF OTHER TEXTS

II – TESTIMONIALS: 25,000 to 50,000 characters, including images

III – CONFERENCES, EVENTS, NUCLEI, LABS AND SERVICES: 10,000 to 20,000 characters, free use of images

IV – REVIEWS: 4,000 to 6,000 characters, cover reproduction, author, publisher, number of pages, brief biographical information about the reviewer, postal address and e-mail.

### PAPERS SHOULD BE FORWARDED TO:

Redação da PÓS – FAUUSP  
Rua Maranhão, 88 Higienópolis – 01240-000 – São Paulo - Brasil - (11)3257-7688 ramal 30  
rvposfau@edu.usp.br

## Secretaria de Pós-Graduação FAUUSP

Cilda Gonçalves de Oliveira  
Cristina Maria Arguejo Lafasse  
Diná Vasconcellos Leone  
Elias da Silva Fontes  
Isaide Francolino dos Reis  
Ivani Sokoloff  
Leonardo D. Duarte  
Maria Rita A. da Costa Lino  
Robson Alves de Amorim  
Sara Meleras Araújo

## Laboratório de Programação Gráfica

Prof. Coordenador: Minoru Naruto

### Supervisão Geral

José Tadeu de Azevedo Maia

### Supervisão de Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

### Supervisão de Produção Gráfica

Divino Barbosa

### Preparação e Revisão

Ivanilda Soares da Silva

Margareth Artur

### Diagramação

José Tadeu de Azevedo Maia

### Tratamento de Imagem

Sidney Lanzarotto

### Emendas – Arte-Final

Eliane Aparecida Pontes

### Montagem de Chapas

Adauto Lino Duarte de Farias

### Cópia de Chapas

Juvenal Rodrigues

### Impressão

Arnaldo Machado de Lima Junior

José Gomes Pereira

Narciso Antonio dos Santos Oliveira

Ricardo de Sotti Machado

### Dobra

Ercio Antonio Soares

### Acabamento

Ercio Antonio Soares

José Tadeu Ferreira

Juvenal Rodrigues

### Secretária

Eliane de Fátima Fermoselle Previde

Composição, fotolito e impressão offset

Laboratório de Programação Gráfica da

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de São Paulo

Pré-matriz

Linotronic Mark-40 sobre filme Kodak Pagi-Set

Papel

Pólen rustic areia 120 g/m<sup>2</sup>

Couchê fosco L2 90 g/m<sup>2</sup>

Cartão supremo alta alvura 300 g/m<sup>2</sup> (capa)

Montagem

35 cadernos de 8 páginas

Tiragem

1.000 exemplares

Data

dezembro 2006